

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIEGO SPEGGIORIN DEVINCENZI

“Esculápios” em formação: o processo de  
institucionalização do ensino médico no Rio Grande do  
Sul (1898-1932)

PORTO ALEGRE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Diego Speggiorin Devincenzi

“Esculápios” em formação: o processo de  
institucionalização do ensino médico no Rio Grande do  
Sul (1898-1932)

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, setembro de 2012

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (Orientador)

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS)

Prof. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues (UFRGS)

Prof. Dra. Nikelen Acosta Witter (UNIFRA)

## AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação de mestrado, apesar de se constituir em trabalho um tanto quanto solitário de reflexão intelectual, só é possível, de outro modo, devido ao apoio de diversas pessoas e instituições que fazem parte dessa trajetória. Em especial, companheiros que impedem, através dos mais importantes gestos, que o pesquisador margeie as raias da “loucura”, após um tempo inimaginável de pesquisa documental e dedicação à escrita em frente a um computador. Agradecê-los é o sincero e afetuoso reconhecimento promovido por este historiador.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituições que viabilizaram a constituição desse trabalho de pesquisa.

Aos professores do Departamento de História da UFRGS e do seu Programa de Pós-Graduação, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação acadêmica e a composição do presente trabalho.

Ao meu orientador, Luiz Alberto Grijó, que desde os tempos da graduação despertou-me o gosto pela história do Rio Grande do Sul, em especial a sua dimensão política. E durante o mestrado, com paciência, presteza e inteligência, revisou meus textos e, através das nossas discussões, auxiliou imensamente na resolução dos dilemas encontrados ao longo da dissertação.

A um leque de historiadores da mais alta “estirpe”: Alexandra, Débora, Dúnia, Helena, Marcello e Rafael, colegas desde o tempo da graduação; Felipe e Gabriela, colegas de trabalho da Santa Casa. Com o fraternal convívio de vocês, em meio aos momentos de tensão durante o mestrado, tudo se tornou mais fácil.

Aos amigos Vicente, Eduardo e Kerima, que sempre me acolheram como um membro da sua família, e ao Christian, companheiro para um bom churrasco e assistir ao Grêmio, “onde o Grêmio estiver”.

Aos meus pais, Ernesto e Vera, pelo apoio incondicional durante todos esses anos. Duas vidas dedicadas aos filhos e base sólida da minha existência, que permitiram que eu ingressasse na Universidade e sempre tivesse, nos seus braços, carinho e proteção. E às minhas irmãs, Bruna e Isabel, das quais guardo as mais bonitas

recordações da infância e que hoje são duas lindas moças. Dedico especialmente para vocês, minha família, essa dissertação.

## RESUMO

O presente trabalho trata do processo da institucionalização do ensino médico no Rio Grande do Sul, tendo como foco a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, durante a 1ª República. Analisando a instituição através de uma dinâmica sócio-histórica ampla, procurei entender os caminhos que levaram à implantação do ensino médico no estado, centrando nas ações dos indivíduos que participaram de tal percurso, em especial, os professores da escola em destaque. Compreendi que para além dos processos formais ligados ao funcionamento de uma instituição de nível superior, ensinar medicina era um processo sujeito às aspirações, estratégias e objetivos desses lentes que iam para além da formação “profissional” dos estudantes. Esse cenário marca a atividade médica como uma esfera de atuação sujeita a diversas interferências e forças sociais, que acabam por constituí-la no período em estudo.

Palavras – Chave: ensino médico; Faculdade; educação superior

## **ABSTRACT**

This work discusses the process of institutionalization of medicine in Rio Grande do Sul, focusing on the Faculty of Medicine of Porto Alegre, during the First Republic. Analyzing the institution through a wide dynamic socio-historical, I tried to understand the paths that led to the deployment of medical education in the state, focusing on the actions of individuals who participated in this course, especially the professors highlighted. I realized that in addition to the formal processes associated with the operation of an institution of higher education, teaching Medicine was a process subject to the aspirations, strategies and objectives of these masters that went beyond training "professional" students. This scenario marks the medical activity as a sphere of action subject to various interferences and social forces that form it during the study period.

Key-words: medical education, Faculty, higher education

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -.....	9
CAPÍTULO I – A relação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre com as esferas governamentais .....	27
1.1 – O contexto do ensino superior em fins do Império.....	30
1.2 – Um regulamento para as escolas médicas na República .....	36
1.3 – Quem financia os institutos superiores?.....	59
1.4 – Conflitos acadêmicos ou político-partidários?.....	69
CAPÍTULO II – Perfis dos docentes da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.....	90
2.1- Origens sociais.....	93
2.2- Ambientes de estudos .....	105
2.3 - A Corte se apresenta aos rio-grandenses.....	115
2.4 – Critérios de recrutamento e organização docente da Faculdade.....	122
2.5- Um espaço de atuação privilegiado: A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.....	130
CAPÍTULO III – Os caminhos da consagração: uma identidade para os médicos e para a medicina .....	147
3.1- Ciência e cultura.....	151
3.2- Moralidade e benemerência.....	168
3.3- O charlatanismo.....	180
CONCLUSÃO –.....	194
FONTES - .....	204
BIBLIOGRAFIA- .....	211
ANEXOS - .....	220

## INTRODUÇÃO

Ao longo de três séculos, o Brasil conheceu médicos formados somente vindos do estrangeiro, cujo número parece nunca ter excedido uns poucos indivíduos, que dificilmente estabeleciam-se além dos principais núcleos citadinos.<sup>1</sup> No séc. XIX, apesar de seu extenso território, o país comportou apenas duas escolas médico-cirúrgicas, localizadas no Rio de Janeiro e Salvador e fundadas em 1808. Norteava a criação desses estabelecimentos a necessidade da formação de quadros para serviços na área cirúrgica e obstétrica, considerados essenciais pelo governo imperial, "em benefício da conservação e saúde dos povos, a fim de que houvesse hábeis e peritos professores, que unindo a ciência médica aos conhecimentos práticos, pudessem ser úteis ao Brasil"<sup>2</sup>. Contudo, segundo Santos Filho, baseando-se nos tratados e compêndios franceses, promoviam-se estudos "eminentemente teóricos, profundamente livrescos". Eram escassos os meios materiais e econômicos, sendo rudimentares as instalações e as aparelhagens das escolas.<sup>3</sup>

No intuito de mudar esse panorama, os "esculápios"<sup>4</sup> da Corte, principal núcleo de médicos do Império, sendo muitos deles lentes da escola médica local, sugeriam reformulações no ensino da medicina, através de relatórios administrativos que eram enviados ao governo. Esse diálogo cristalizava-se, em maior ou menor grau, por diversas reformas promovidas pelo Estado, onde os médicos tentavam estabelecer melhorias na área.

Tal processo de institucionalização da medicina continuou em ação durante a República Velha, na qual houve nada menos que cinco reformas educacionais em nível nacional que legislaram sobre a configuração administrativa e didático-pedagógica das instituições de ensino superior. E durante esse período, foi fundada a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (FMPA), em 25 de julho de 1898, a terceira

---

<sup>1</sup> WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 69.

<sup>2</sup> LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964. vol. 2. p. 13.

<sup>3</sup> SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1991. v. 2. p. 54.

<sup>4</sup> Esculápio é uma divindade da cura na mitologia greco-romana e comumente considerado como o patrono da medicina desenvolvida no mundo ocidental. Era usual os médicos se auto-referenciarem por esse termo, ou ainda como "doutores", menções consideradas elogiosas por eles e que foram utilizadas no meu texto.

escola de medicina do Brasil e a primeira delas no período republicano.<sup>5</sup> Ressalto que no momento de sua fundação, a conjuntura política regional em voga era aquela da hegemonia do Partido Republicano Riograndense (PRR), que governou o estado durante praticamente toda a Iª República (1889-1930). O partido assentava sua ação em uma perspectiva ideológica inspirada no positivismo comteano, visão política consolidada na constituição estadual de 1891. Um dos princípios norteadores dos mandatários gaúchos era que os cursos superiores de ensino deveriam ser organizados e sustentados por particulares, já ao poder público caberia ordenar e subsidiar apenas o ensino primário e secundário. Este foi um dispositivo legal específico dos rio-grandenses, não ratificado, por exemplo, na constituição federal do mesmo ano.

Nesse sentido, passei a questionar de que forma ocorreram os primeiros passos da estruturação do ensino da medicina no Rio Grande do Sul, a partir da fundação da FMPA. Como se dava a relação da faculdade e o Estado em nível estadual e federal, em termos legislativo-educacionais, na configuração do curso médico? Quais eram os interesses da esfera pública nessa área? E os da escola?

De outra forma, preocupei-me em analisar as características dos principais indivíduos desse processo, os membros da congregação da FMPA. Percebi que eles compartilhavam certo perfil social, objetivado em recursos e ações que lhes permitiram graduar-se em medicina, e, posteriormente, tornarem-se professores do curso. Por outro lado, aqueles que não eram portadores desses traços comuns acabavam por não participarem desse “percurso”. Foi igualmente uma preocupação, portanto, entender esses elementos e de que forma eram articulados para o ingresso de determinados indivíduos na instituição, fossem como discentes, docentes ou ocupando postos administrativos, objetivo que contribuiu para a compreensão dos mecanismos de funcionamento do mundo médico-acadêmico.

Por fim, esses atores sociais possuíam uma visão a respeito desse modelo de ensino que ultrapassava a discussão sobre a definição de “diretrizes” de um currículo escolar médico, ou de questões administrativas da FMPA. Embora não tenham abandonado essas variáveis, que foram inclusive aqui ressaltadas, percebi que eles

---

<sup>5</sup> A Faculdade se compunha dos cursos de medicina, farmácia e odontologia, cada qual funcionando com currículos de ensino corpo de alunos e congregação próprias, embora os lentes pudessem participar de mais de uma delas e consequentemente ministrar aulas em cursos diferentes, o que era bastante comum. No entanto, para fins de análise me centrei nas questões relacionadas ao curso de medicina. Assim, quando me referi à “congregação da FMPA” ou congregação da faculdade” estou me reportando exclusivamente ao grupo de lentes responsáveis pelo curso médico. Ainda, ressalto que para evitar a repetição de termos ao longo do texto, utilizei “FMPA” e Faculdade” para me referir a escola em questão, salvo outra especificação.

entendiam a educação médica como uma atividade pedagógica ampla, que ia além da preocupação com os critérios supracitados e incluía um conjunto de princípios, atitudes e comportamentos para serem “inculcados” aos médicos desde o seu tempo estudantil, almejando formatar uma “identidade” para eles e para a própria medicina, que extrapolava elementos puramente de cunho acadêmico ou técnico-profissionais.

A partir de tais elementos, a pergunta-problema da dissertação é investigar essa escola em uma dinâmica histórico-social mais ampla: *de que forma se dá o processo de institucionalização do ensino médico no Rio Grande do Sul, a partir da análise da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, durante o período de 1898-1932?*<sup>6</sup>

A pesquisa aqui empreendida nasceu, em parte, por reflexões a respeito do ensino médico durante o período republicano que ainda são pouco aprofundadas nos trabalhos acadêmicos. De outra forma, a partir daí se delimita o marco temporal deste trabalho: 1898 foi o ano de fundação da FMPA e em 1932 concretizou-se seu processo de federalização, o que implicou em aspectos institucionais totalmente novos, como maior autonomia administrativa da escola frente aos poderes públicos e a responsabilidade por sua manutenção ter sido transferida para o governo da União<sup>7</sup>. Características que se descolam do “pano de fundo” histórico-social e das reflexões para as quais foi desenvolvida essa pesquisa.

Há obras sobre faculdades de medicina feitas pelos próprios médicos. Tais trabalhos, porém, são eminentemente memorialísticos, relatando as entidades de forma “glorificante”, uma perspectiva ufanista e evolutiva na qual os seus “abnegados personagens”, os esculápios, através de uma “intensa luta” levaram prosperidade às instituições, contribuindo assim gradualmente para o “progresso da ciência médica”. Não obstante tal perspectiva não nortear o presente trabalho, tais obras são importantes na medida em que, naquelas relacionadas exclusivamente a FMPA, pode-se obter dados tais como listas de formados, notas biográficas dos professores, relatos de episódios

---

<sup>6</sup> Palavras em itálico ao longo do texto, inclusive em citações, são destaques meus.

<sup>7</sup> A perspectiva aqui adotada segue a linha de outros trabalhos que não buscam compreender uma instituição “em si”, mas a partir de outras dinâmicas. Grijó, ao estudar a Faculdade de Direito de Porto Alegre, estabelece a relação com o papel que a ela foi sendo atribuída de socializar e formar escolar e culturalmente boa parte da elite político-partidária, intelectual, do funcionalismo público e da área jurídica do Estado. Nesse sentido, no período entre 1900 e 1937, ele analisa as trajetórias dos bacharéis, centrado na questão de quais eram os recursos e de que forma foram utilizados pelos agentes da Faculdade de Direito para atingirem posições em termos político-partidários. Desse modo sua pesquisa contribui para o entendimento de aspectos mais amplos, principalmente os relativos às estruturas e instituições políticas do Rio Grande do Sul, embora estivesse centrado em uma entidade em especial. GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre: (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFF. Niterói, 2005.

ocorridos na entidade, balanços administrativos, entre outras informações. Além disso, parte dessa produção é importante para compreender as visões e reflexões dos próprios médicos a respeito de sua atividade, ou seja, que elementos acabavam por estabelecer o que era o “ser médico” e como se constituía a “medicina” segundo os próprios envolvidos nesse processo, traços igualmente importantes para a resolução da problemática aqui apresentada.<sup>8</sup>

De outra forma, há um amplo leque de pesquisas realizadas por cientistas sociais que discorrem sobre o tema da medicina no Brasil. Entre eles, destacam-se os estudos da década de 1970, baseados em perspectivas marxistas que apontam o uso ideológico pelas classes dominantes de práticas sanitárias e da conscientização higiênica da população e relacionando a medicina à produção capitalista e à constituição do Estado Nacional<sup>9</sup>. E também trabalhos das décadas de 1990 e 2000, valendo-se de conceitos da Antropologia e da História Cultural, que recusam a tese da relação direta entre saber científico e poder dos médicos. Essas últimas pesquisas demonstram que tal abordagem esquece os conflitos dentro desse grupo e o prestígio das práticas de cura popular, materializadas nas figuras dos normalmente conhecidos por feiticeiros, benzedeiras, entre outros.<sup>10</sup>

Um autor que pesquisou a temática médica, com grande repercussão em trabalhos posteriores da área, foi Michael Foucault. Em *O Nascimento da Clínica*, seu objeto é a “medicina moderna”, que o início do séc. XIX, segundo ele, assinalaria o aparecimento.<sup>11</sup> Ao contrário dos estudos tradicionais, o autor demonstra que ela é inovadora não porque se constituiria finalmente como conhecimento objetivo, mas porque diz respeito à *outra coisa*. O ponto de “cisão” não seria entre uma medicina “prática”, “empírica” e “moderna” e uma “teórica”, “livresca” e “atrasada”. Os estudos anatomoclínicos (baseados em observações diretas dos sintomas do paciente), por exemplo, já existiriam há séculos. Na visão foucaultiana, o essencial é compreender que

---

<sup>8</sup> Obras que se encaixam em tal descrição: GOMES, Marleide da Mota, et al. *A Faculdade de Medicina Primaz do Rio Janeiro: em dois dos cinco séculos de História do Brasil*. São Paulo: Atheneu, 2001. MAGALHÃES, Fernando de. *O centenário da Faculdade de Medicina do RJ, 1832-1932*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932. HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Fogos de bengala no céu de Porto Alegre: a Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998. BONAMIGO, Telmo Pedro, OLIVEIRA, Miriam da Costa (Orgs.). *Memórias da criação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2007.

<sup>9</sup> Ver: LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem na política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

<sup>10</sup> Obras que apresentam a diversidade à respeito das terapêuticas de cura no Brasil: WITTER, Nikelen Acosta, Op. cit., 2001. CHALOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: UNICAMP, 2003. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: UFSM, 1999.

<sup>11</sup> FOUCAULT Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

a antiga clínica médica servia apenas para ratificar uma teoria pré-estabelecida, um estudo de caso, uma “instrução”, no sentido estrito, que é dada pelo professor aos seus alunos. Não é em si mesma uma experiência, mas o resultado, para “uso” comum, de um “teste” anterior.<sup>12</sup> Assim, segundo o autor, essa seria a grande modificação na área do saber médico produzida no séc. XIX: o acesso ao interior do corpo doente criando assim a “curiosidade”, o questionamento, a suposição, a partir da análise de moléstias desconhecidas, produzindo-se assim novos conhecimentos na área médica, e não apenas reproduzindo-os.<sup>13</sup> Outra “marca” de suas pesquisas se dá pelo posicionamento contra a concepção da medicina desenvolvendo-se linear e continuamente, a partir de origens que se perdem no tempo, alimentadas pela interminável busca de precursores. Acredito ser este o ponto fundamental da crítica foucaultiana: assinalar rupturas, estabelecer novos períodos, confrontar os saberes pré-estabelecidos sobre determinadas matérias e, no caso da medicina, estabelecer suas diversas configurações históricas.

Existe uma forte conexão da obra de Foucault e pesquisas acadêmicas no Brasil. Especificamente, nas afirmações do autor que essa medicina *moderna* era também *social*, preocupada não apenas em “curar” determinada enfermidade, mas, igualmente, “normatizar” os indivíduos em determinado padrão comportamental. Tais ações seriam promovidas pelos médicos atuando com o apoio do poder público nos principais centros europeus do séc. XIX (França, Inglaterra, França). As palavras de ordem se constituiriam em *regulação e normalização* do ser humano. Segundo o autor, a medicina passa a ser uma estratégia bio-política.<sup>14</sup> As principais medidas desse plano de controle social eram: programas de saneamento e reorganização do espaço urbano; sistema completo de assistência e intervenção em populações, com tratamento e isolamento no caso de doenças contagiosas; enclausuramento de doentes mentais, incluindo registro e observação rigorosa de seu estado; controle dos programas de ensino do curso de medicina, entre outras.<sup>15</sup>

Os trabalhos pioneiros no Brasil que têm como base o pesquisador francês são os de Roberto Machado e Jurandir Freire Costa. No caso, a medicina se constituiria em apoio científico ao exercício do poder do Estado, buscando assim estabelecer no país

---

<sup>12</sup> FOUCAULT Michel. Op. cit., 1994. p. 137-138. Nas palavras do autor, o ponto de “ruptura” que inaugura a medicina moderna é o fato de haver o recorte de um novo domínio, é a demarcação de um novo espaço; a passagem de um espaço de representação ideal, taxonômico, superficial para um espaço objetivo, real, profundo. Ibid, p. 74.

<sup>13</sup> Ibid., p. 98.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 106.

<sup>15</sup> Ibid., p. 107-174.

uma “sociedade medicalizada”, que se traduziria

No reconhecimento que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não ter mais fronteiras; é a compreensão que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos e ao mesmo tempo inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao processo de transformação do desviante (...) em um ser normalizado; é a certeza de que a medicina não pode desempenhar esta função política sem instituir a figura do médico, (...) através, sobretudo, da criação de faculdades.<sup>16</sup>

A medicina, portanto, “penetraria” de forma incisiva no “tecido social”. O Estado brasileiro recrutaria nas faculdades de medicina os agentes detentores de um poder que controlaria e submeteria indivíduos e populações. Entre os trabalhos mais recentes dessa linha teórica, há os de Yonissa Wadi e Eder Silveira. No primeiro, a autora analisa a constituição das teses psiquiátricas no processo de conquista do espaço institucional preferencial do controle do louco, o hospício. No que tange à FMPA, Wadi aponta que, a partir da década de 1880, haveria uma busca mais efetiva da profissionalização médica no estado, e a fundação da escola seria um avanço importante na consolidação desse saber médico e na prevalência da “medicalização”.<sup>17</sup> Já Silveira analisa as proposições eugênico-higienistas dos médicos rio-grandenses entre 1900 e 1930, a partir da pesquisa em publicações da FMPA. Suas fontes são as teses dos estudantes lá formados e a Revista dos Cursos, editada a partir de 1915, e que trazia em seu conteúdo artigos “médico-científicos”. O autor procura compreender os elementos constitutivos da reflexão dos esculápios gaúchos sobre seu estado, preocupado em perceber como este era pensado em relação às demais regiões do país. Silveira conclui pela existência de debates em torno da construção de um brasileiro que “estampasse” as cores do progresso em moldes eurocêntricos.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p. 156.

<sup>17</sup> WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. A publicação desta obra é baseada na dissertação de mestrado da pesquisadora, defendida em 1996 pelo PPG de História da UFRGS.

<sup>18</sup> SILVEIRA, Éder. *A Cura da Raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul – rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, PUCRS. Porto Alegre, 2002.

De outro modo, há autores que tratam da FMPA especificamente no suposto combate da instituição à chamada “liberdade profissional” vigente no Rio Grande do Sul. Por serem os representantes da medicina “acadêmica”, os doutores teriam se posicionado de forma hostil ao governo estadual, liderado pelo PRR, por este ter ratificado constitucionalmente o livre exercício de profissões sem a posse de diplomas escolares. Nesse sentido, Kummer aponta que eles “mal impressionados com a liberdade profissional, resolveram fundar uma faculdade de medicina”.<sup>19</sup> Abrão conclui de maneira semelhante, apontando que a partir da estruturação dela “os médicos iniciaram, então, uma acirrada e longa oposição à absoluta liberdade de prática profissional no estado”.<sup>20</sup> Já Boeira afirma que

a maior influência do comtismo sobre a medicina riograndense (sic) parece ter sido puramente negativa, ou melhor, conflitiva. Foram os médicos que dirigiram o ataque contra a liberdade profissional vigente no estado, responsável no terreno da saúde por um surto considerável de curandeirismo.<sup>21</sup>

Ainda segundo o autor, o governo estadual teria praticado represálias contra a Faculdade em virtude da “interferência” do corpo docente nessa questão.<sup>22</sup>

Tais posições, como pude observar, são em grande medida partilhadas em trabalhos não-acadêmicos, embora com outra intenção, a de exaltar ainda mais um suposto caráter “combativo” e “heróico” dos médicos, no sentido que tiveram como adversários não apenas os “curandeiros”, mas o próprio poder público que os prejudicaria.<sup>23</sup>

Em parte dos estudos acima elencados as faculdades de medicina são tomadas a partir de sua produção acadêmica para balizar o conceito de “sociedade medicalizada” que os autores propõem. Isso traz um problema, a afirmação sobre o prestígio e o poder da “medicina oficial” desde o início da construção do Estado nacional brasileiro: em tal

---

<sup>19</sup> KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na primeira república*. Dissertação (Mestrado em História). PPG de História, UFRGS. Porto Alegre, 2002.

<sup>20</sup> ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a Hespânica em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 57.

<sup>21</sup> BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 53.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>23</sup> Entre tais trabalhos, além da obra de Maria Hassen, já citada, pode-se incluir: CORSO, Heloisa Velhinho. *Faculdade de Farmácia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1895-1987)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 15-19. BOTTINI, Antônio. No cinquentenário da Faculdade de Medicina de Porto Alegre: um pouco de história. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, jan.-dez. 1948, p. 14. A grafia das fontes foi atualizada para facilitar a leitura.

panorama, as tensões entre diversas práticas de cura e entre os próprios diplomados na área médica seriam residuais e sem importância, uma vez que um determinado grupo de médicos, formado nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia a partir da 2ª metade do séc. XIX, já teria consolidado seu “poder” no final do Império, o que não é verificável empiricamente.

Contraopondo-se a tais pesquisas, Beatriz Weber apresenta os conflitos entre médicos e outros curadores, como práticos, parteiras e benzedeadas, no Rio Grande do Sul durante a República Velha. Por sua vez, o estudo de Gabriela Sampaio demonstra que no Rio de Janeiro imperial, os esculápios discutiam através dos jornais, criticando as práticas terapêuticas de um ou outro colega, bem como a respeito de outros praticantes de cura, sem formação acadêmica. Vários deles eram assim denominados “charlatões”.<sup>24</sup> Faltaria, portanto, união entre os doutores em torno de interesses comuns, bem como da sua exclusividade de atuação nas “artes” de curar. Já o trabalho de Nikelen Witter tenta compreender o que determinava as escolhas que a população rio-grandense, no séc. XIX, fazia em relação às práticas de cura. Ela afirma que na concorrência entre médicos e curandeiros não havia favoritismo dos esculápios devido aos limitados recursos terapêuticos de que dispunham, que muitas vezes eram os mesmos utilizados pelos curandeiros, como sangrias e purgas. Além disso, pesaria contra os doutores alguns fracassos nos resultados dos tratamentos. Assim, a cultura popular tinha suas próprias maneiras de determinar quem era e quem não era “competente”, independente do reconhecimento oficial das autoridades ou da “ciência médica”.<sup>25</sup>

Assim, Machado e Costa, no mínimo, exageram na idéia de médicos como verdadeiros “tecnocratas”, dotados de grande força política, e propagando a “sua medicina” como algo inquestionável e irrefreável. Não se trata de negar a dimensão política da atividade médica, ou a influência dela nas transformações sofridas na sociedade brasileira, desde o IIº Império. Porém, trata-se de impor limites a esse quadro de inspiração foucaultiana, centrado no cenário europeu, o qual é transposto para os estudos brasileiros como um “pacote pronto”.

---

<sup>24</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Unicamp, 2001. Os charlatões seriam aqueles que não estariam habilitados e a exercer a “verdadeira” medicina, mas o faziam “inescrupulosamente” para obter “lucro fácil”, enganando a população que recorria a seus serviços. Geralmente eram acusados de charlatanismo os que exerciam práticas de cura sem o diploma de medicina, bem como os praticavam terapêuticas de menor “aceitação” no meio acadêmico, como a homeopatia. *Ibid.*, p. 49.

<sup>25</sup> WITTER, Nikelen Acosta. Op. cit., 2001.

De outra forma, tomar a FMPA como o “bastião” da resistência contra a liberdade profissional é reduzir o tipo de relação que se estabelece entre a instituição e o governo estadual. Para além da defesa da regulamentação da “profissão médica”, houve um conjunto muito maior de ligações entre a entidade e o âmbito político que, como mencionado, não foram explicitadas. Provavelmente a liberdade profissional era algo desagradável para muitos lentes da FMPA, em virtude deles serem os representantes de um centro de ensino superior. Contudo, atacar o livre exercício das profissões era sem dúvida entrar em conflito com o governo do estado, e tal ação durante certo tempo era improvável, em virtude das “parcerias” que foram estabelecidas entre ele e a Faculdade, fundamentais para a própria “sobrevivência” da escola médica, como procurei demonstrar ao longo da pesquisa.<sup>26</sup>

Nesse sentido, o trabalho de Flavio Edler sobre a trajetória da “profissionalização” da medicina no Rio de Janeiro tem o mérito de apontar que este processo não se deu apenas pelo contato contínuo dos esculápios com novos fundamentos teóricos e práticos acerca da “ciência médica”, mas, como afirmado, pelo relacionamento dos médicos e a burocracia dirigente, principalmente no que tangia a possibilidade de remodelações e reformas no ensino médico vigente.<sup>27</sup> Já Beatriz Weber, especificamente sobre a faculdade médica rio-grandense, explicita que determinados membros da sua congregação possuíam posicionamentos político-partidários definidos, embora tal questão seja colocada apenas tangencialmente, o que levou inclusive à elaboração do tema da presente dissertação. Ela afirma que havia médicos ligados ao PRR, enquanto outros não, e que isso influenciou disputas de cunho político dentro da instituição.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> O exercício da medicina e profissões afins somente foi regulamentado em 1932 por decreto do Governo Provisório da República. Segundo Vieira, pesou na questão o fato de em 1931 ter sido fundado o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SMRGS), instituição que se colocava como defensora dos “interesses morais da classe” médica, passando assim a combater com vigor a liberdade profissional. A agremiação contava majoritariamente com médicos formados na FMPA. Suas ações foram no sentido de pressionar o poder público para que a legislação a respeito do assunto se modificasse, afirmando que o charlatanismo trazia prejuízos não só ao exercício da medicina mas a população em geral, que ao se sujeitar a práticas terapêuticas “duvidosas” colocaria em risco sua própria vida. Ver: VIEIRA, Felipe Almeida. *“Fazer a Classe”*: identidade, representação e memória na luta do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2010. Todavia, mesmo com as reivindicações da “classe”, segundo Weber apenas com a reorganização dos serviços sanitários do Rio Grande do Sul, na década de 1940, o “charlatanismo” verdadeiramente extinguiu-se, com a aplicação e fiscalização rigorosa do decreto de Vargas. Ver: WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 121.

<sup>27</sup> EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854 -1884)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, USP. São Paulo, 1992.

<sup>28</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 109-110.

Portanto, a pesquisa aqui proposta difere da perspectiva dos trabalhos de base foucaultiana, que apresentam os problemas já aqui mencionados, e pauta-se pelo quadro traçado por Edler e Sampaio a respeito da constituição do saber médico em finais do séc. XIX, construído de maneira semelhante por Weber e Witter para o período da Iª República no Rio Grande do Sul. A área médica não estava perfeitamente institucionalizada nesse momento. Sendo assim, seus representantes, os médicos, não conseguiram estabelecer-se como “autoridades” nesse espaço. Embora, como aponta Edler, houve um maior poder de mobilização dos esculápios, em especial aqueles da Corte, em fins do séc. XIX, considerados destacados clínicos e professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no sentido de formalizarem o que deveria ser “válido” e “legítimo” na medicina – incluindo a composição dos currículos dos cursos médicos, melhores condições estruturais nos centros de ensino e reforço da atuação apenas de diplomados na área – essa busca de “legitimidade” por parte deles continua em andamento no período republicano. Disputas e conflitos dentro do próprio grupo a respeito de pressupostos técnicos e profissionais de como formalizar a “profissão”, como visto, também eram comuns. Por fim, os médicos não gozavam de total prestígio perante a população para oferecer seus serviços, devendo superar a concorrência de outros praticantes de cura. E o diálogo com as autoridades políticas estabelecidas foi importante para os médicos progressivamente conseguirem atingir determinados objetivos em sua área de atuação. Todos esses elementos reforçam a concepção de um espaço da medicina que ainda buscava definições, com suas práticas e visões de estruturação ainda extremamente abertas.

Por fim, o trabalho leva em conta os estudos de Grijó, Rodrigues e Coradini, que utilizaram as concepções e metodologias de Pierre Bourdieu a respeito da lógica estrutural das instituições científicas e de ensino brasileiras.<sup>29</sup>

Nas pesquisas de Bourdieu sobre as universidades francesas, afirma-se a existência de um *campo* universitário estruturado entre *dois pólos antagônicos* – de um lado, os determinantes baseados no “capital” escolar ou científico, com seu ethos e

---

<sup>29</sup> Ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit. RODRIGUES, Mara Cristina Matos. *A institucionalização do curso superior em história: o curso de Geografia e História da UFRGS – 1943 a 1950*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2002. Sobre Coradini, algumas obras que o autor discorre sobre os referenciais de Bourdieu e a sua apropriação para o cenário brasileiro são: CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para a sua aprendizagem e utilização. *Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, jun. 1996a, p. 207-220. Idem. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 35, jan.-jun. 2005, p. 3-22. Idem. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, nov. 1996b, p. 426.

regras próprias, que seriam “mais determinantes” nos centros escolares de física, matemática e áreas exatas afins, bem como correlações com determinadas origens e trajetórias sociais que predisporiam as estratégias de investimento nesse sentido. No outro pólo, os princípios de hierarquização decorrentes sobretudo da origem, da posição social e as respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural, etc.), notadamente mais presentes nas faculdades de direito.<sup>30</sup>

Segundo o autor, o “campo” é um espaço social dinâmico (e por isso passível de modificação), onde estão inseridos os agentes (indivíduos e instituições) que reproduzem, produzem ou difundem determinado conteúdo. Ele é regulado por leis que impõem a delimitação necessária para o seu funcionamento. Quanto maior for o grau de especificidade e força de imposição dessas regras, mais o campo será autônomo, em relação a outros campos e demais “poderes” do mundo social. Pode-se discorrer, portanto, sobre a existência de um campo literário, artístico, jurídico.<sup>31</sup>

A estruturação do campo, ou seja, as suas regras de funcionamento, bem como a posição de maior ou menor destaque de cada agente em seu interior, é determinado pelo valor do “capital” portado por esses mesmos agentes. “Capital” é definido por Bourdieu como “uma energia social que não existe e não produz seus efeitos a não ser dentro do campo onde ele se produz e se reproduz” e o “reconhecimento ou crédito em relação ao agente atribuído por seus pares”.<sup>32</sup> Então, pode-se afirmar, primeiro, que cada campo possui seu capital correspondente, cujo conteúdo específico (a forma como se constitui) depende de uma análise sobre as “regras” nele estabelecidas. Segundo, ele é relacional, ou seja, seu valor é definido a partir do contato entre os agentes inseridos em um espaço social. Terceiro, essa busca de reconhecimento perante os pares caracteriza o campo como “um espaço de lutas”, ou seja, os agentes disputam entre si para reivindicar e impor a sua visão de mundo, os seus interesses, enfim, para portar a “autoridade legítima” naquele ambiente específico, local sempre sujeito a alterações em sua estrutura, bem como os postos ocupados por esses mesmos agentes nele.<sup>33</sup>

Coradini e Grijó afirmam que ao nos apropriarmos de tais referências deve-se ter em mente que Bourdieu parte da “realidade francesa”, onde a formação dos campos e conseqüentemente as regras específicas desses espaços são melhor definidas. Grijó, ao

---

<sup>30</sup> BOURDIEU Pierre. *Homo Academicus*. Tradução de Ariel Dillon. Buenos Aires. Siglo XXI Editores, 2008. p. 53-55.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>33</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 78.

estudar o caso da Faculdade de Direito de Porto Alegre, durante a 1ª República, conclui que não havia se constituído

um campo escolar relativamente autônomo no Brasil e no Rio Grande do Sul à época, também não parece ser possível identificar um campo propriamente jurídico, provavelmente com mais “clareza” ainda do que o primeiro.<sup>34</sup>

Entre outros exemplos, o autor ratifica tal conclusão discorrendo sobre a mecânica dos processos penais:

ao contrário do que exigiria uma especialização técnico-profissional com respeito ao exercício da advocacia, o que demandaria uma preocupação precípua com o réu e com os processos, enfim, com tempo dedicado ao estudo dos casos e preparação técnico-jurídica dos mesmos, observa-se, ao contrário, a atuação em júris transformados em espetáculo, em mais um espaço de aparecimento e reconhecimento sociais, em um lugar privilegiado para o alcance de notoriedade, para o alcance de uma imagem heróica e carismática para a qual contribui principalmente os trejeitos, a retórica e a citada "cultura geral". A argumentação nos tribunais se dá pois, em torno de citações literárias, de rompantes emotivos e do apelo moral.<sup>35</sup>

Já Coradini, ao estudar o caso da Academia Imperial de Medicina (AIM), entre 1835-1936, afirma:

este segundo pólo, menos escolar e mais “mundano”, ou de consagração social, voltado mais para a utilização de produtos e títulos escolares para a ocupação de posições em outras esferas de poder é estruturalmente componente do conjunto de princípios de legitimação que concorrem para as definições e hierarquização do campo escolar e/ou científico.<sup>36</sup>

Fundada em 1835, a AIM tinha como objetivo assessorar o Estado em questões que envolviam a saúde pública nacional, bem como algum controle sobre o exercício da medicina. E oficialmente também era pensada como uma instância de “consagração social” para os médicos, uma vez que apenas aqueles considerados “notáveis” poderiam participar.<sup>37</sup> Esses padrões de notabilidade da Academia, portanto, constituíram-se não só a partir critérios próprios à atividade profissional, mas, como aponta o autor, a partir

---

<sup>34</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 233

<sup>35</sup> Ibid., p. 233-234.

<sup>36</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. Cit., 1996b, p. 426.

<sup>37</sup> Ibid., p. 427.

das definições do “pólo mundano”: patronagem profissional e política, relações personificadas com base na reciprocidade, ações de benemerência, trânsito na área cultural, entre outros elementos, de maior ou menor intensidade dependendo da trajetória em questão.<sup>38</sup>

Em relação à esfera médica, concluí igualmente que ela não era pautada exclusivamente por princípios técnico-profissionais, e inclusive os professores da FMPA, no alcance de posições importantes dentro da própria instituição, muitas vezes se valeram de estratégias baseadas nesses mesmos recursos citados por Coradini. Assim, embora a dimensão meritocrática não esteja ausente na esfera médica, nessa concepção de “realização pessoal” na área, incluindo aí o valor dos títulos escolares, as pesquisas, a atividade clínica, ela não regula, nem de longe, os modos de atuação dentro da medicina, bem como os critérios de consagração nesse espaço.

Voltando especificamente a questão da formação médica no Rio Grande do Sul, compreendi que esse “ensino da medicina” transmitido pelos professores da FMPA para os estudantes comportava essa dimensão mais abrangente do pólo “mundano”, que acabava por extrapolar os limites da profissão. Entende-se assim a convivência desses aspectos “múltiplos” da educação médica, materializados em estratégias de acordo com as situações específicas “em jogo”. A medicina brasileira, nesse momento, é um ambiente que não possui “independência” em relação a outras forças. Encarreguei-me da tarefa, portanto, de refletir e discorrer sobre essas lógicas que acabaram por conduzir a implantação do ensino médico no estado.

Em virtude desses aspectos multidimensionais da medicina no país, que concorrem para as suas definições, é fundamental também refletir sobre a sua recorrente identificação, nesse contexto, como uma “atividade profissional” ou “profissão”. O estudo da formação de grupos profissionais constitui-se em amplo campo de estudos, principalmente pela sociologia européia e norte-americana a partir da década de 1970.

Segundo Adam e Herzlich, é praticamente consenso entre os autores da área que os “profissionais” distinguem-se dos praticantes dos “ofícios” por um alto nível de formação teórica e especializada (geralmente ratificado em diplomas e outros títulos escolares), o reconhecimento da comunidade e das autoridades do monopólio de sua atividade, a autonomia em seu exercício, o estabelecimento do currículo de seus cursos de formação. Por fim, a concretização de um conjunto razoavelmente organizado de

---

<sup>38</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. Cit., 1996b, p. 428.

“práticas de serviço”, que orientam os indivíduos da área, bem como órgãos de controle e fiscalização sobre essas ações.<sup>39</sup>

Analisando a atividade médica no Brasil no período em estudo, visualiza-se que ela não preenche os critérios que a definiriam como uma profissão, apesar de muitos médicos promoverem tal ligação quando se referiam a ela. Esses esculápios, ligados a diversas instituições médicas como sociedades científicas, associações de “classe” e faculdades, buscavam institucionalizar a medicina em alguns dos moldes apresentados, incluindo aí o monopólio nas práticas de cura, bem como sua autonomia na configuração didático-pedagógica dos cursos e a exigência de um diploma para atuar na medicina. No período apresentado, como já afirmado, essas aspirações não foram completadas. Mas o fato dos médicos possuírem essas metas certamente os diferencia de outros praticantes de cura que não possuíam tais preocupações. Dessa forma, mesmo consciente dos limites da associação desses conceitos – “profissional”, “profissionais”, “profissionalização”, “profissão”, para a medicina no contexto em pauta (e a colocação deles entre aspas ao longo do texto refletem esse cuidado), optei por realizá-la. Muito mais como um modo de identificação dos médicos ao longo do texto, uma possibilidade de se referir a eles.

Uma vez que essa análise centra-se nos agentes sociais, em especial os integrantes da congregação da FMPPA, julguei importante compreender quais eram as características do grupo. Para tal objetivo, utilizei o método da prosopografia, ou da “biografia coletiva”

que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos.<sup>40</sup>

A prosopografia é útil, portanto, como instrumento da visualização de causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos. Considerei certas características comuns entre essas trajetórias que, de algum modo, permitiram a

---

<sup>39</sup> ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 38.

<sup>40</sup> HEINZ, Flavio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flavio. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 9.

inclusão desses indivíduos na entidade, desde os tempos estudantis até como futuros membros da congregação. E igualmente, segundo Grynszpan, um estudo de trajetórias

permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Ou seja, enfocando atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos.<sup>41</sup>

Assim, acredito que essa análise mais detida sobre os movimentos desses sujeitos permite fazer algumas generalizações que extrapolam os casos em questão e apontam, com maior riqueza de detalhes, para suas estratégias, que lhes permitiram a entrada e o trânsito na área médico-acadêmica, revelando assim os próprios mecanismos de funcionamento da mesma. Em certos momentos discorri sobre algumas dessas trajetórias “mais de perto”, apresentando, no contexto, as ações de determinados médicos. Tais percursos serviram como um “estudo de caso”, ou seja, para reforçar e ilustrar o perfil compartilhado pelo conjunto de atores sociais, bem como as regularidades encontradas. Por outro lado, os indivíduos, obviamente, possuíam modos de agir e pensar próprios, bem como dispunham, por vezes, de diferentes recursos para a atuação na área médica. Dessa forma, tal exercício igualmente proporciona a percepção de determinadas “linhas” de ação que em outro nível analítico não poderiam ser visualizadas e compreendidas. Assim, procurei reconstituir o espaço social no qual se moviam esses médicos, a fim de entender as posições por eles ocupadas e como, em tal contexto, operavam suas escolhas.

Por fim, pretendi ver o papel da FMIPA, através das ações de seus professores, no que entendi ser uma tentativa de definir a figura do *médico* e da *medicina*. Abordando as “falas” dos professores da Faculdade, concluí pela existência da tarefa deles de formalizar, para si, os “pares” e a comunidade em geral, quais as características e atitudes legítimas para o indivíduo tornar-se um médico e, conseqüentemente, quais os elementos que representavam o que era a medicina.

Nesse sentido, valho-me da definição que Pierre Bourdieu emprega a respeito das disputas em torno de “identidades regionais”, que para o autor

---

<sup>41</sup> GRYSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, [S.I.], out. 1990. p. 75.

são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos.<sup>42</sup>

Nesse sentido, Bourdieu trata das disputas pelo “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, à ação sobre o mundo, portanto o mundo”.<sup>43</sup> Além disso, a força desse “poder” depende da crença em sua legitimidade. Nesse caso de “lutas de classificações” busca-se impor ao grupo o consenso e o sentido sobre a unidade e a identidade dele, invocando algum tipo de “autoridade” para a “instituição” dessa definição. Assim, entendo que médicos arquitetavam a criação de uma “*identidade médica*”, inculcando comportamentos, ações e práticas a respeito do que era a “medicina” e o que era “ser médico”.

De outra forma, entendo essa busca da formalização de uma identidade, através do leque de visões e ações dos professores, a partir de uma *dimensão pedagógica*, ou seja, os princípios de um estilo de vida amplo que os lentes repassavam para as próximas gerações, os estudantes da Faculdade. E no momento que alguns desses alunos acabam por substituir, futuramente, seus antigos mestres, havia a pretensão do cultivo desses valores de forma contínua, perene.

Tal processo acabava, igualmente, estabelecendo critérios de consagração e notoriedade na área. Ou seja, o que era bem aceito para tornar-se um “grande médico”, quais as estratégias válidas e legitimadas para se estabelecer como tal. Ainda, pode-se considerar que os professores da FMPA, por diversos fatores, além de obterem sucesso no meio acadêmico, eram considerados como notáveis em sua área no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, novamente a análise prosopográfica se fez presente, para verificar em que medida os docentes da FMPA incorporavam essas características que acabavam por consagrá-los em sua área de atuação.

Por fim, esses elementos que os esculápios tomavam como importantes, bem como diversas ações que promoviam, eram baseadas em uma tríade de identidade baseada em aspectos da “ciência”, “moralidade” e “cultura”. Dessa forma, reforça-se que a medicina, em suas formas de transmissão pedagógicas, novamente comportava

---

<sup>42</sup> BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1989. p. 113-116.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 115.

múltiplos critérios para a sua definição, que ultrapassava os aspectos unicamente técnicos da “profissão”.

As fontes centrais dessa pesquisa são os relatórios anuais, livros de atas e correspondências internas e externas da congregação da FMPA, para verificar quem eram os principais agentes na instituição, como se relacionavam entre si e se posicionavam acerca das principais discussões que permeavam a entidade; relatórios produzidos por órgãos do Estado em que médicos tinham postos, como Diretoria de Higiene do Estado e Secretaria do Interior/Exterior; *A Federação* (periódico diário vinculado ao PRR, sendo muitos de seus redatores também membros do Partido Republicano local), o *Correio do Povo* e a *Gazeta*, jornais da época que costumavam apresentar matérias sobre a Faculdade de Medicina; dicionários bio-bibliográficos e histórico-literários com informações sobre as trajetórias dos médicos; palestras, seminários, artigos e colunas, escritos pelos doutores em revistas, livros e jornais que tratavam de temáticas variadas da área, incluindo considerações sobre o ensino médico, casos de pesquisa, textos de cunho laudatório, entre outros.<sup>44</sup>

No primeiro capítulo, trabalhei com a relação da FMPA e o Estado, em nível regional e federal. Tal análise se faz necessária, creio, porque é nesse âmbito que se dá oficialmente a discussão do tema do ensino superior, que por sua vez trazia definições à estruturação administrativa e didático-pedagógica da Faculdade e de outras escolas médicas no Brasil. Assim, decretos, leis, propostas de regulamentos e programas da área eram objetos de debate entre médicos e políticos, quando eles não se confundiam. Pois, alguns membros da congregação, além de recorrerem a aspectos técnico-escolares, valeram-se de seus vínculos e crenças político-partidárias para agirem nesse processo em defesa de uma forma de gestão para a FMPA, e, conseqüentemente, um modelo de ensino médico. Desse modo, procurei traçar a forte relação existente no período entre o ensino da medicina e a política, que acaba por apresentar os traços iniciais para uma definição do primeiro que possui aspectos mais amplos do que aqueles vinculados apenas ao “mundo acadêmico”.

No segundo capítulo, promovi uma análise coletiva dos perfis sociais dos docentes da FMPA. Minha hipótese era de esses professores compartilhavam traços em comum que lhes permitiam adentrar na área médica, inicialmente como estudantes e

---

<sup>44</sup> Algumas referências: SOUZA, Blau, et al. (Org.). *Médicos prescrevem: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE, 2001. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS. [19--]. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*: Porto Alegre: UFRGS, 1978. *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

depois como lentes da faculdade. Para isso, considerei algumas variáveis usuais às pesquisas prosopográficas e outras estabelecidas por mim. Percebi que para a estruturação da FMFA, o ingresso discente e docente, bem como o alcance de posições nessa escola médica, foi fundamental um arsenal de estratégias os quais se valeram esses atores sociais baseado tanto nos aspectos eminentemente formais, nos recursos escolares, como naqueles pertencentes ao “pólo mundano” ressaltado por Coradini. Em especial, as relações personificadas com base na reciprocidade. Dessa forma, determinei uma gama variável de práticas que “abria” a esses indivíduos as “portas” do espaço médico-acadêmico, conclusão que só foi possível através desse mecanismo de análise centrado com maior profundidade nas características dos doutores.

No terceiro capítulo, extrapolando a preocupação com os critérios de ingresso e legitimação dos médicos do mundo acadêmico, ou seja, no seu ingresso discente e docente na faculdade, bem como sua ascensão nesses espaços, me preocupei em compreender como os médicos poderiam alcançar a “notoriedade” de forma ampla. Nesse sentido, foi fundamental trabalhar com a “visão” dos indivíduos envolvidos na esfera médica. Ela é entendida aqui pelos *princípios e classificações* estabelecidas por elas acerca dela, “a fazer ver e a fazer valer uma maneira de ver”.<sup>45</sup> Mas não se tratam de “idealizações” perdidas e desconexas, e sim categorias de pensamento estruturadas em direção a “ação “sobre o mundo, marcando e reforçando o próprio lugar dos indivíduos nos diferentes espaços sociais”.<sup>46</sup> O médico deveria orientar-se por esses pressupostos e articulá-los em ações e estratégias para obter a consagração em sua área de atuação, para os “pares” e a comunidade a qual prestava serviços.

Os responsáveis pela transmissão desses princípios eram os professores da FMFA, muitos deles já considerados notáveis na área médica, justamente por se encaixarem, segundo aqueles que os percebiam, como um modelo de “médico ideal”. Minha preocupação, portanto, foi delimitar esse conteúdo pedagógico, relacionado a um “estilo de vida”, amplo e diversificado, baseado em uma tríade de elementos relacionados à “ciência”, à “cultura” e à “moral”, não ligado, portanto, exclusivamente a critérios formais e técnicos da atividade dos esculápios. Assim, compreendeu-se que esse ensino comportava múltiplos aspectos que extrapolavam aqueles ligados propriamente à “profissão” médica.

---

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 143.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 156.

# CAPÍTULO I

## **A relação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre com as esferas governamentais**

Porto Alegre, 1890, ano I da República. A cidade contava com cerca de 70 mil habitantes. Por entre suas ruas, falta de limpeza, inexistência de esgotos cloacais, deficiente recolhimento de lixo e o depósito de águas paradas e matérias putrefatas que favoreciam a proliferação de doenças. Em 1897, houve um surto de varíola na cidade. Depois dela, houve o tifo. Pode-se citar ainda a presença de doenças como a peste bubônica, febre tifóide, varicela, lepra, verminoses, tuberculose. Esse era o cenário que um médico iria enfrentar na capital rio-grandense em fins do séc. XIX, que se repetia em outras regiões do estado.<sup>47</sup>

O Rio Grande do Sul carecia de “tradição” no ensino superior. É certo que a Escola Militar já existia desde 1872, proporcionando formação escolar aos oficiais do exército, mas só em 1895 foi fundado na região um típico instituto de ensino para a área da saúde: a Escola de Farmácia, que passou a funcionar a partir de 1897.

Esta entidade foi iniciativa da União Farmacêutica, surgida em 1894, organizada por um grupo de farmacêuticos e proprietários de drogarias de Porto Alegre. A União formou uma associação para “defender os interesses da classe”, entre os quais estava a fundação de uma escola do seu ramo profissional, o que ocorreu após a agremiação ter executado “um elaborado estudo do assunto”, bem como organizado um programa institucional.<sup>48</sup>

Igualmente em 1897 formou-se o Curso de Partos, que funcionava no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Os médicos Protasio Alves, Sebastião Leão e Deoclécio Pereira, com a intenção de impedir “o desastre das aparadeiras sem estudo”, estruturaram o curso visando qualificar parteiras para atuarem no estado.<sup>49</sup> Além disso, desde 1892 existia uma associação onde vários esculápios se reuniam na capital, a Sociedade de Medicina.

---

<sup>47</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 62.

<sup>48</sup> *Ata da Fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1948. p. 3-4.

<sup>49</sup> CORSO, Heloisa Vellinho. Op. cit., p. 54.

As fontes são escassas a respeito dessa entidade, mas consta que teria sido a primeira agremiação formada com o objetivo de reunir os médicos de Porto Alegre.<sup>50</sup> Participavam dela os membros do Curso de Partos e seguramente os drs. Dias Campos, Diogo Ferraz, Serapião Mariante, Olinto de Oliveira, José Carlos Ferreira, Victor de Britto e Carlos Nabuco, sendo provável que o número deles fosse maior.<sup>51</sup>

As sociedades médicas brasileiras eram pensadas por seus membros na época “como o lugar em que a ciência avançava, onde se determinavam os pontos duvidosos, procurando por meio de experiências elucidá-los e precisar os limites da sua aplicação”.<sup>52</sup> Contudo, segundo Lana, essas produções científicas não eram “diretas”, com inovações na área médica. Em outras palavras, não se produzia ciência no sentido de novas “descobertas”, aprofundamentos dos estudos em voga e propagação destes entre os *pares*: as atividades dessas instituições voltavam-se muito mais para a “teorização” dos conhecimentos médicos, levando em conta idéias correntes no cenário científico europeu contemporâneo.<sup>53</sup> Por outro lado, a construção desses espaços contribuía para a integração e fortalecimento dos escolápios, pois atuava como um órgão de “pressão” ao poder público na reivindicação de alguns interesses da categoria, como a implantação de novas escolas médicas no país, a obrigatoriedade do diploma

---

<sup>50</sup> Um texto informa que em 1892, “um grupo de médicos da capital rio-grandense, constituído pelos elementos de maior projeção do meio”, fundaram a Sociedade de Medicina de Porto Alegre. Essa instituição seria “fruto do espírito renovador que animava o mundo médico rio-grandense, já estimulado com a idéia de fundar a Faculdade de Medicina, instalada cinco anos depois, transformou-se, como que num prolongamento das atividades daquele instituto de ensino”: *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943, p. 132. Contudo, a instituição teria encerrado suas atividades em período indeterminado. Em 1908, consta a fundação de uma outra sociedade médica na cidade, “tendo por fim tratar dos interesses da classe médica sob os pontos de vista científico, moral e profissional”, conforme seus dirigentes. Somente em 1920, essa associação de caráter científico, com a função de promover estudos clínicos, passou a publicar uma revista de divulgação, denominada *Archivos Rio-grandenses de Medicina*. Esse histórico consta em: *Archivos Rio-grandenses de Medicina*. Porto Alegre, ano I, n. 1, jan/1920, p. 41. Contudo, as informações sobre a primeira dessas associações médicas são extremamente raras, não constando na bibliografia nada além do texto já mencionado no *Panteão*, tornando-se assim inviável analisar com maiores detalhes o papel da instituição como local de discussões que deram origem a Faculdade de Medicina em 1898, por exemplo. De qualquer forma, os professores da Faculdade, ao longo do tempo, também passaram a vincular-se à segunda “versão” da Sociedade de Medicina, aquela fundada em 1908.

<sup>51</sup> FONSECA, Eduardo Sarmiento Leite da. Faculdade de Medicina: dados históricos. *Revista dos Cursos da Faculdade de Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 1, 1915, p. 3-7. Iniciada em 1915, a revista era gerida por uma comissão composta de três lentes (que se renovava anualmente), através de votação promovida nas sessões da Congregação.

<sup>52</sup> LOBO, Francisco Bruno. Op. cit., p. 48.

<sup>53</sup> LANA, Vanessa. *Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História das Ciências da Saúde, FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006. p. 10.

para o exercício “profissional”, a contratação de médicos para atuarem em setores do funcionalismo público, entre outros pontos.<sup>54</sup>

No caso da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, segundo seus dirigentes, ela foi fundada para representar os objetivos “do ponto de vista científico, moral e profissional” da “classe médica”.<sup>55</sup> Não é minha intenção julgar as discussões presentes nessas instituições nem qualificar as ações propostas por seus membros. O que interessa aqui é o fato desses médicos, nas reuniões que organizavam, não apenas trocarem impressões acerca de experiências e casos clínicos, mas debaterem a medicina como “profissão”. Nesse sentido, julgaram importante projetar a fundação de uma escola médica, visando preparar novos doutores para atuarem no estado e assim fortalecer a categoria.<sup>56</sup> Tal escola foi, de fato, instalada cinco anos depois. E os médicos, além de membros da Sociedade de Medicina, passaram a ser lentes da congregação da FMPA.

Esse grupo de esculápios entendia que a Faculdade seria um “aperfeiçoamento” da Escola de Farmácia, contribuindo para prover aos jovens “uma profissão honrada a serviço da pátria”, além de elevar o Rio Grande do Sul ao patamar de outros estados que possuiriam os mais “adiantados” centro de ensino superior do país.<sup>57</sup>

Percebe-se assim que médicos e farmacêuticos agiram de maneira bastante semelhante: reuniram-se em associações que pudessem congregá-los, visando não apenas discussões em torno de pesquisas e teorias vinculadas a seus respectivos saberes, mas com a preocupação de capacitar novos agentes para atuarem na área da saúde. Ou seja, a institucionalização de suas “profissões” no estado através do *ensino*.

No dia 25 de julho de 1898, às 7 horas da noite, na secretaria da Escola de Farmácia, estavam presentes 13 indivíduos para oficializar a formação da FMPA: drs. Deoclécio Pereira, Dias Campos, Diogo Ferraz, Protasio Alves, Sebastião Leão, Carlos Nabuco, representado por Protasio e Serapião Mariante (médicos). Alfredo Leal, Arlindo Caminha, Carvalho Freitas, Silva Pereira, Christiano Fischer, Francisco Rocha, João Daudt Filho (farmacêuticos). No dia seguinte, os alunos da Escola de Farmácia, munidos de fogos de artifício, iniciaram uma comemoração estudantil. Em passeata,

---

<sup>54</sup> LANA, Vanessa. Op. cit., p. 15.

<sup>55</sup> *Panteão Médico Rio-Grandense*. Op. cit., p. 132.

<sup>56</sup> GUERRA BLESSMANN, Luiz Francisco. Sociedade de Medicina. *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 1, p. 41, jan. 1920.

<sup>57</sup> Alfredo Leal, na sessão da fundação da FMPA, explicita a parceria que teria dado origem à nova instituição de ensino: “a idéia lançada pela União Farmacêutica prosperou [...] Esta influência ainda se faz sentir agora, quando alguns membros da ilustrada classe médica agitam a idéia da instalação de uma Faculdade de Medicina e Farmácia”. *Ata da Fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Op. cit., p. 5.

dirigiram-se as residências de Alfredo Leal e Protasio Alves. Os acadêmicos discursaram aos docentes, exaltando seu empenho na idéia da formação de uma faculdade conjunta, e sendo bem recebidos em ambas as casas, congratularam-se com os mestres até *altas horas*.<sup>58</sup>

A possibilidade da estruturação de uma Faculdade de Medicina e Farmácia é tratada alguns dias antes de sua efetiva fundação, nas páginas do jornal *A Federação*:

O nosso ilustre amigo Dr. Protasio Alves, diretor do Curso Livre de Partos, numa das últimas sessões do corpo docente desta útil instituição, apresentou a idéia da fundação de uma escola de medicina nesta capital. Discutido o assunto convenientemente, *verificando-se que existem elementos de êxito para um curso desta natureza*, em nosso meio, foi resolvido que se iniciassem os trabalhos preliminares para a organização da nossa escola médica (...) a diretoria do Curso de Partos já apelou para os serviços da Escola de Farmácia que, de comum acordo, concorrerá para a fundação da Escola de Medicina.<sup>59</sup>

Protasio, portanto, teria participado de uma reunião do corpo docente da Escola de Farmácia e apresentado a proposta para a estruturação de uma nova instituição. Não está claro na notícia que a Faculdade abrigaria os cursos de medicina e farmácia, embora assim se tenha procedido. As condições “favoráveis” para que o empreendimento fosse adiante, ainda segundo o texto, seriam a existência de um corpo médico qualificado em Porto Alegre, que se encarregaria de ministrar o ensino na nova escola; locais que auxiliariam para a formação “clínica” dos estudantes, tais como a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA) e o Hospício São Pedro, que possuiriam uma diversidade de pacientes para serem observados e tratados; os equipamentos e laboratórios dos já existentes Curso de Partos e Escola de Farmácia.<sup>60</sup>

## 1.1 O contexto do ensino superior em fins do Império

Segundo Charles e Verger, entre 1860-1940 estabelece-se um período na sociedade ocidental

caracterizado pelos historiadores da educação como o da diversificação, da expansão e da profissionalização do ensino superior

---

<sup>58</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 27/07/1898, p. 2.

<sup>59</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 19/07/1898, p. 2.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 2.

(...) este se torna um lance cada vez mais central para a promoção social dos indivíduos, para a afirmação nacional e internacional, para a formação das elites e, além disso, dos quadros sociais e até para a evolução entre os sexos com o início da feminização dos estudos superiores.<sup>61</sup>

Como conclui Grijó, o ensino, e o superior em particular, passaram a ser preocupações político-institucionais no mundo ocidental e, como consequência, começaram a absorver os recursos públicos e privados disponíveis. Nesse aspecto, os modelos organizacionais da área que vinham se estruturando constituiriam os referenciais básicos com os quais lidariam os políticos do Brasil, a fim de operarem também aqui reformas educacionais.<sup>62</sup>

O que parece se apresentar como um entendimento majoritário no caso brasileiro é que modificações eram fundamentais. E os diagnósticos a respeito da situação do ensino superior no Brasil não faltavam. As críticas vinham do interior das faculdades e repercutiam no meio político, desde a estruturação das escolas médicas do Rio de Janeiro e da Bahia, em 1832. Alguns afirmavam a baixa qualidade do ensino superior como consequência da carência do cultivo das ciências “puras” no país, além a falta de lentes que se dedicassem prioritária, senão de forma exclusiva, ao ensino. Em adição, a inexistência de aulas “práticas”, que se preocupassem com a experimentação e aplicação científica. Por outro lado, o ensino superior era controlado pelo governo e o parlamento em seus mais diversos aspectos, desde a administração interna e nomeação de diretores e lentes, até sobre os conteúdos que eram ministrados nas cadeiras, durante todo o período imperial.<sup>63</sup>

Os primeiros estatutos da Faculdade de Medicina da Corte só foram publicados em 1854, mesmo ano de uma nova reforma no ensino, pautada por um modelo de estudos anatomoclínicos. Na visão dos médicos, ainda havia problemas, pois a promessa da criação de um horto botânico, quatro gabinetes (física, história natural, anatomia e matéria médica), um laboratório de química, uma oficina farmacêutica, além

---

<sup>61</sup> CHARLES, Christophe, VERGER, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo: UNESP, 1996. p. 93. Sobre elite, como aponta HEINZ, não há consenso sobre as características exatas que a definem, mas trataria-se, com efeito, de “categorias ou grupos que ocupam o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos, os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o poder da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”. Essa referência será considerada ao longo do trabalho. HEINZ, Flávio. Op. cit., p. 7.

<sup>62</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 79.

<sup>63</sup> Ibid., p. 80.

de outras disposições, não saíram do papel naquele momento.<sup>64</sup> O médico Cruz Jobim, um dos mais conhecidos e respeitados do Rio de Janeiro, considerava ainda injusto que, nas regras do concurso para ingresso de lentes nas faculdades, os estatutos permitiam que o governo rejeitasse os candidatos apresentados pelas entidades. Criticava igualmente o fato dos hospitais não possuírem nenhuma ingerência administrativa dos esculápios das escolas médicas, dependendo da autorização dos provedores das santas casas de misericórdia espalhadas pelos estados para os estudos clínicos.<sup>65</sup>

Entre novas medidas, julgadas positivas por eles, através de um decreto anterior, de 1832, estabeleceu-se que os cursos médicos passariam a seis anos de duração, bem como a criação de um curso de farmácia e a obrigatoriedade de estágios clínicos nos hospitais do Rio de Janeiro ou Salvador, conforme o modelo da Faculdade de Medicina de Paris. Por outro lado, desagradou-os o fato da lei restringir a autonomia decisória do corpo docente, uma vez que os diretores das faculdades deveriam ser nomeados trienalmente pelo governo imperial, a partir de uma lista tríplice proposta pelos docentes. Outra frustração era o fato da escola localizada na Corte não possuir uma sede própria, ministrando cursos que mudavam freqüentemente de local pela cidade, passando pelo Colégio dos Jesuítas, o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Militar, já em 1836. Na congênere baiana, nada indica que a situação fosse mais abonadora: em setembro de 1829, de acordo com as informações prestadas pela instituição ao poder central, sua situação ainda era bastante precária. Funcionava num “pequeno quarto escuro” na enfermaria do hospital da Santa Casa e no corredor desta, que era dividido em três salas. E devido à deficiência do ensino ministrado pela instituição, muitos dos seus alunos, depois de graduados, entre 1808 e 1816, iam buscar uma complementação para seus estudos em cursos na Europa.<sup>66</sup>

A partir de uma lei imperial de 1879, chamada Reforma Leôncio de Carvalho, extinguiu-se o monopólio de funcionamento das escolas superiores “oficiais”, ou seja, de organização e manutenção por conta do poder central, autorizando-se assim a criação

---

<sup>64</sup> LOBO, Francisco Bruno. Op. cit., p. 29.

<sup>65</sup> COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 105-106. José da Cruz Jobim formou-se na Universidade de Medicina de Paris e ao regressar ao Brasil foi professor da Faculdade de Medicina da Corte por mais de 20 anos, instituição na qual foi também diretor. Exerceu cargos políticos como deputado e senador e foi agraciado com diversas ordens honoríficas imperiais. Ver: PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 24.

<sup>66</sup> PEREIRA, Antônio Pacífico. *Memória sobre a medicina na Bahia*. Bahia: Imp. Oficial do Estado, 1923. p. 82.

desses institutos por grupos particulares ou pelos governos regionais.<sup>67</sup> Vinculada a essas diretrizes, nas últimas duas décadas do séc. XIX um novo modelo institucional marcou a introdução dos estudos práticos e experimentais nas disciplinas acadêmicas. As palavras de ordem entre os médicos eram o *ensino prático, especializado e livre*, percebido como atividade intrínseca à formação profissional. Era a tentativa de garantir a autonomia e flexibilidade necessárias para o desenvolvimento de um programa didático-pedagógico condizente com os avanços técnicos e teóricos que estariam “revolucionando” a prática médica no período.<sup>68</sup>

Segundo Edler, apenas a partir da Reforma Sabóia, iniciada em decretos instaurados em 1881, e que se cristalizaram na formação de novos estatutos para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1884, expressou-se uma “nova representação do saber médico”.<sup>69</sup> Esse modelo institucional marcou a introdução dos estudos laboratoriais das disciplinas clínicas, lutando pela redefinição do estatuto de cientificidade da medicina através da elaboração de um programa de pesquisas orientado para a nosologia e terapêutica nacionais.<sup>70</sup> Para lograr sucesso nesse projeto, os esculápios combinaram ações para pressionar o poder público em busca de novas mudanças no ensino de sua “profissão”. Através de artigos de jornais e dos seus contatos com o mundo da política, bem como promovendo a organização de conferências públicas que contavam assiduamente com a presença do imperador e outras figuras políticas de destaque, eles externavam as suas reivindicações. Embora não se possa afirmar a consolidação da medicina acadêmica naquele momento, Edler ratifica que os movimentos da década de 1870 e 1880 obtiveram certas conquistas na valorização da pesquisa científica e do papel do docente na formação dos “profissionais” da medicina que antes havia falhado, inclusive pela falta de organização

---

<sup>67</sup> Em relação a essas novas escolas, se ao menos 40 estudantes oriundos destas, num período de sete anos consecutivos, obtivessem título a partir da realização dos exames correspondentes nas escolas “oficiais”, os cursos podiam requerer à União o estatuto de faculdades livres, quando teriam sua organização administrativa e didático pedagógica equiparada a das escolas federais. Nesse processo eram previstas ações de inspeção e fiscalização das entidades por parte dos delegados fiscais do estado a fim de atestarem sua “higiene” e moralidade”. A lei ainda previa liberdade de freqüência dos alunos, ou seja, a não obrigatoriedade de assistirem as aulas. Igualmente foram abolidas as lições e sabatinas. Haveria apenas provas por matérias, que deveriam ser rigorosas, constantes de uma prova oral e uma escrita, abertas a qualquer pessoa que os requeresse para qualquer das matérias obrigatórias. Outro artigo dizia respeito à possibilidade de qualquer bacharel ou doutor promover nas dependências das escolas oficiais cursos que podiam ser complementares ou concorrentes com os ministrados pelos professores ordinários. O terceiro ponto se refere à possibilidade de particulares abrirem faculdades sem a ingerência do governo brasileiro. Ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 84.

<sup>68</sup> EDLER, Flávio Coelho. Op. cit., p. 24.

<sup>69</sup> Ibid., p. 34.

<sup>70</sup> Ibid., p. 37. A nosologia é o ramo da medicina voltado para a conceituação das enfermidades a partir do estudo e classificação de suas características.

e união do grupo médico imperial em torno de propostas comuns.<sup>71</sup> Tal projeto teve como resultado a introdução do ensino da medicina experimental e das clínicas especializadas através da atuação dos esculápios na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, que possuía diversos pacientes para serem examinados e tratados, além de um laboratório de fisiologia, organizado em 1882. A instituição tornou-se fonte para diversas pesquisas voltadas para temas médicos contemporâneos e em especial para aqueles que diziam respeito a doenças recorrentes no território brasileiro (tifo, sarampo, tuberculose, febre amarela, entre outras) e às condições sanitárias da capital imperial.<sup>72</sup>

Posteriormente às Reformas Leôncio de Carvalho e Sabóia (acerca do ensino superior em geral e o médico, respectivamente), instauraram-se os decretos de Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, entre 1890-1891: além do alargamento dos canais de acesso às escolas superiores, a liberdade de ensino manteve-se como a liberalidade da formação de institutos de ensino particulares.<sup>73</sup> Ainda, manteve-se a existência de instituições educacionais financiadas pelo Estado. Nesse sentido, além das faculdades de medicina já citadas, era de caráter “oficial” a “Escola Polytechnica”, voltada ao ramo da engenharia e localizada no Rio de Janeiro.

Quanto ao Rio Grande do Sul, ressalta-se que a perspectiva política local adotada em inícios da República, através do PRR, era fortemente marcada pela figura de seu líder inicial, Júlio de Castilhos. O político extraiu do filósofo francês Auguste Comte, um dos criadores da doutrina conhecida como positivismo, a crença na forma de governo republicana e ditatorial, defendendo a ordem como base para o progresso social, que se poderia definir no lema “conservar melhorando”.<sup>74</sup>

A forte influência positivista que Castilhos imprimiu ao modelo jurídico-institucional do Rio Grande do Sul afetou a linha de conduta que seria adotada pelos governos do PRR e por seus parlamentares em nível nacional quanto à questão do ensino. No programa do partido podem-se destacar a tal respeito os artigos que

---

<sup>71</sup> EDLER, Flavio Coelho. Op. cit., p. 7.

<sup>72</sup> Ibid., p. 25. O poder central, entretanto, mantinha ainda certo controle sobre as faculdades. A escolha de seus diretores continuava dependendo exclusivamente do arbítrio da Coroa e a lista tríplice contendo o nome dos professores aprovados por concurso não podia apresentar hierarquia. O governo também avaliava o procedimento moral e civil dos candidatos, além do mérito escolar. Ibid., p. 23.

<sup>73</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 151.

<sup>74</sup> Os principais fatores que teriam influenciado a importância de tal perspectiva nos governos rio-grandenses incluíam a tradição militar da região, o fato dos republicanos serem uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se como grupo político regional e a menor complexidade da sociedade local em comparação com outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 28.

propugnavam a *liberdade espiritual*. Esta dizia respeito à completa abstenção por parte do governo “de toda a ingerência no domínio das crenças e das doutrinas, com a eliminação de qualquer privilégio nobiliárquico, teológico ou acadêmico”, pois ele deveria tratar apenas do domínio “temporal”.<sup>75</sup> Nessa linha, estava contemplada no programa a liberdade de ensino, pela supressão do ensino oficial superior, ao contrário do ensino primário e secundário, esse sim, subsidiado pelo Estado, além de laico.<sup>76</sup>

Essas teses partidárias foram ratificadas na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Segundo a doutrina positivista que Castilhos professava, da completa separação do poder “temporal” e “espiritual”, não bastaria apenas a divisão entre a Igreja e o Estado contemplada na constituição brasileira, mas seria necessário também que o segundo, dado que não poderia ser religioso, não deveria ser também cientista, pois acabaria por privilegiar e regular determinados “saberes” em detrimento de outros, produzindo assim a “intolerância científica”, semelhante ao dogma religioso. Para se caminhar rumo à sociedade “esclarecida” seria necessária a livre concorrência das idéias, desvinculadas da proteção do governo, respeitando-se assim a liberdade de pensamento. E no tocante ao ensino superior, portanto, os institutos de ensino rio-grandenses respectivos seriam fundados pela iniciativa de particulares, sem qualquer tipo de interferência do governo estadual.

Na regulação do ensino superior, a União manteve a exigência do “processo de equiparação,” já ratificado desde 1879. A estruturação de escolas da área era permitida, sem maiores exigências, mas caso elas almejassem que seus diplomas fossem válidos em todo o país, deveriam reivindicar reconhecimento ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e Exterior, quando seriam *equiparadas* às escolas oficiais. Nesse processo, exigia-se que adequassem seus programas didático-pedagógicos, bem como suas orientações administrativas, às das escolas mantidas pelo Império.<sup>77</sup>

Segundo Coelho, a manutenção de certo controle sobre o ensino superior, tanto no período imperial como em vários momentos da República, servia a diversos objetivos do poder central. Primeiro, o afastamento da possibilidade de que, caso o Estado se afastasse da ingerência dele, a Igreja Católica assumisse esse papel educacional, aumentando sua esfera de influência e “rivalizando” com ele. Segundo, a

---

<sup>75</sup> Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul. In: CARNEIRO, Paulo (Org). *Idéias políticas de Júlio de Castilhos*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1982. p. 470.

<sup>76</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 476-478.

<sup>77</sup> BRASIL. Decreto n. 1270 de 10 de janeiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=48401>, acesso em 15/06/2009.

prática das benesses concedidas pelo governo aos seus “protegidos políticos”, através de centenas de decretos em que se exigiu a matrícula inicial destes nas escolas, ou em determinado ano de seriação, sempre “revogadas as disposições em contrário”, descumprindo assim os regimentos dos institutos. Para os que usufruíam deste patronato, ainda havia a possibilidade de obterem emprego nas faculdades (como professores ou em posições administrativas), bem como na burocracia estatal, através de numerosas “sinecuras”. Nesse sentido, as faculdades deveriam ser os reprodutores dos agentes do próprio Estado, e estes certamente manteriam fidelidade política àqueles que arquitetavam tais favores. Portanto, o controle do sistema educacional era um instrumento estratégico do governo central, visando o exercício da sua força política.<sup>78</sup>

## 1.2 Um regulamento para as escolas médicas na República

Após sua fundação, a congregação da FMPA solicitou ao governo federal o reconhecimento da instituição, para assim ter os diplomas dos cursos que expedia validados por todo o país, como já indicado. Um delegado fiscal nomeado pela União era responsável por elaborar um relatório acerca da instituição, através de um processo de inspeção que incluía taxas a serem pagas por ela, apontando as modificações necessárias que deveria executar para ser aprovada.<sup>79</sup> Durante o ano de 1900, o fiscal Balduino do Nascimento repassou as informações devidas ao Ministro da Justiça, que exigiu da FMPA sua uniformidade aos programas administrativos e didáticos dos estabelecimentos oficiais (institutos médicos do Rio de Janeiro e Bahia).<sup>80</sup> Todavia, tal diretriz foi de forma unânime recusada pelos professores. A decisão balizava-se no fato de algumas instituições terem obtido o valor de seus diplomas sem ter que passar pelo processo de equiparação, como a Escola de Engenharia de Porto Alegre. No caso, os engenheiros alegaram que esse mecanismo descaracterizaria suas práticas inicialmente

---

<sup>78</sup> COELHO, Edmundo. Op. cit., p. 243-251.

<sup>79</sup> No caso das escolas de medicina, embora não tenha encontrado menção sobre o assunto em nenhum documento legal, percebi que os fiscais eram sempre médicos, provavelmente porque estariam assim melhor habilitados para avaliar uma entidade vinculada a sua área de atuação.

<sup>80</sup> Balduino do Nascimento é elogiado por ter se recusado a receber remuneração da FMPA durante o período que exerceu seu cargo junto à entidade. Relatório da FMPA referente ao ano de 1905. CAMPOS, Maria do Carmo; D'AZEVEDO, Martha Geraldo Alves. *Protasio Alves e o seu tempo (1859-1933)*. Porto Alegre: Já Editores, 2006. p. 382.

propostas, com grande ênfase no ensino técnico profissionalizante, ao contrário da entidade “congênere” do Rio de Janeiro.<sup>81</sup>

É bem provável que os médicos pensassem de maneira semelhante no sentido de preservar sua autonomia institucional, uma vez que resolveram enviar um memorial circunstanciado para ser levado ao Congresso pelos representantes do Rio Grande do Sul, solicitando a legalização em nível federal da escola. Os alunos, contudo, solicitaram aos lentes que aceitassem as exigências do Ministério, alegando que o reconhecimento efetuado através do Poder Legislativo seria um processo moroso e passível de insucesso. Acatando o pedido dos estudantes, o grupo docente optou por aceitar as exigências oficiais, e em 1º de setembro de 1900 a Faculdade obteve o reconhecimento federal.<sup>82</sup>

Em um artigo a posteriori, em 1915, o então diretor Sarmiento Leite, rememorando aqueles eventos, afirma que do curso médico foram suprimidas as cadeiras de física experimental (substituída por física médica em curso complementar de 4 meses e “sem exame final”), patologia geral e química biológica, sendo esta última incorporada junto à química orgânica e química mineral sob o “estranho nome de “química médica”.<sup>83</sup> O médico ainda expressou, ironicamente, que a partir de tal resultado a química ficou resumida ao estudo de “uns três pontinhos de saliva”.<sup>84</sup> O curso de farmácia, por sua vez, teria tornado-se “miserável”, reduzindo-se a dois anos, com a supressão de química biológica, analítica e toxicologia, física experimental e bacteriologia, “tão necessárias ao farmacêutico científico moderno”. Por fim, apontou que a bacteriologia “é a ciência nova que tem revolucionado todo o edifício da medicina e farmácia” e que nas cadeiras de química mineral, orgânica, biológica e de mineralogia, o ensino é “melhor ministrado do que nas escolas da União, baseado no fato de ser todo feito nos laboratórios, onde se prepararia corpos minerais e orgânicos, análises biológicas e exames microscópicos.”<sup>85</sup>

Segundo Beatriz Weber, os médicos consideravam sua atividade em fins do séc. XIX como uma atividade *científica*, pois ela enunciaria a “verdade” a respeito do funcionamento do corpo, o modo como as doenças atingiam o homem e a melhor

---

<sup>81</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 99.

<sup>82</sup> BRASIL. Decreto n. 3758 de 1 de setembro de 1900. *Notas e Informações da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Comércio, 1922. p. 46.

<sup>83</sup> FONSECA, Eduardo Sarmiento Leite da. Faculdade de Medicina: dados históricos. *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, v.1, n. 1, 1915, p. 3-4.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 7.

terapêutica para erradicá-las, colocando-se assim em oposição às teorias miasmáticas. Essas se baseavam no princípio de que o contágio das doenças acontecia através da inalação de “miasmas”, ou seja, o ar fétido proveniente da matéria orgânica em putrefação, que carregaria partículas danosas à saúde<sup>86</sup>. Como já afirmado, isso não significa que a medicina era homogênea em seus preceitos teóricos, bem como em relação às formas de terapias a serem empregadas. Mas as descobertas sobre o funcionamento de algumas enfermidades, e a realização de certos diagnósticos, principalmente através de atividades laboratoriais mais aprofundadas, foram elementos considerados como um novo e sólido caminho para a medicina por diversas figuras proeminentes da área, no mundo todo. Segundo Abrão, por volta de 1910 a bacteriologia era a “musa inspiradora” da época, pois se chegou à identificação das bactérias como agentes causadores de uma série de moléstias, além da percepção de suas formas de transmissão. A química biológica, por sua vez, havia aprofundado o estudo dos compostos, reações e interações químicas que aconteciam nos organismos vivos e contribuído para a produção de informações mais precisas a respeito dos agentes patológicos e do próprio homem.<sup>87</sup> Percebe-se assim, novamente, que os médicos gaúchos fazem a “defesa” da escola, e buscam a legitimação dela, por seu suposto currículo e estrutura altamente qualificados, que seguiriam os mais altos padrões de teorias e práticas médico-científicas da época.

Menos de um ano após essas modificações, a FMPA novamente alterou seus estatutos em virtude da chamada Reforma Epitácio Pessoa. Entre os principais pontos para a obtenção do reconhecimento federal, estava constituir um patrimônio de ao menos 50 contos de réis, manter uma frequência nunca inferior a 60 alunos pelo espaço de dois anos, além do artigo que provavelmente desagradava a congregação da Faculdade, “observar o regime e os programas de ensino adotados no estabelecimento federal correspondente”.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 25. A partir desse princípio a medida defendida pelos médicos era que todas as atividades que pudessem propiciar a formação de “miasmas” deveriam ocorrer longe do convívio da população, como curtumes, matadouros, mercados e hospitais. Tal teoria gradativamente caiu em desuso com o avanço da “teoria microbiana”, que pregava a causa das doenças ligadas à existência microrganismos específicos. Ver: COSTA, MARIA Clélia Lustosa. Teorias Médicas e Gestão Urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2004, p. 57-62.

<sup>87</sup> ABRÃO, Janete Silveira. Op. cit., p. 31.

<sup>88</sup> BRASIL. Decreto n° 3890 de 01 de Janeiro de 1901. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=44702>, acesso em 07/05/2009.

Desde meados de 1900, a FMPA estava instalada em um prédio na atual Rua General Vitorino, que somado aos equipamentos e materiais necessários aos cursos ministrados, totalizava o valor de 53 contos de réis, estando, portanto, de acordo com uma das exigências legais. Em relação à frequência, até 1901 havia 19 alunos inscritos para medicina e 42 para farmácia (total de 61), chegando-se assim ao número requerido.<sup>89</sup>

A congregação aponta que a reforma de 1901 novamente trouxe prejuízos para o currículo da FMPA. Nota-se ainda que a idéia era novamente tentar “burlar” a exigência de “cópia” do modelo administrativo e curricular das faculdades oficiais. Segundo um documento, assinado de forma unânime pelos lentes da Faculdade, a reforma Epitácio Pessoa “quando apareceu, cheia de defeitos, vinha com a sentença de morte lavrada”. A ordem de colocação das cadeiras pelas diversas séries, por sua vez, “não resistiria a mais elementar crítica”. O curso de farmácia teria tornado-se de uma “deficiência palpável”, e o professor de química médica “seria obrigado a uma atividade extraordinária para não deixar seus discípulos ignorando rudimentos de ciência necessários à profissão”.<sup>90</sup>

Portanto, as principais críticas dos lentes acerca da reforma eram em relação ao “encolhimento” do curso farmacêutico, a seriação “desordenada” das disciplinas, bem como conteúdos deficientes ou incompletos, principalmente no caso da química e da bacteriologia, além da extinção de avaliação em uma cadeira que passou a ser apenas de frequência. Ao explicitar o descontentamento acerca das modificações curriculares que foram estabelecidas, novamente a congregação tentava defender sua autonomia para decidir por aquilo que entendia como o correto e, provavelmente, mais “científico” no tocante ao ensino da medicina e da farmácia.

Os professores decidiram, novamente de forma unânime, pela modificação nos estatutos da Faculdade seguindo as normas gerais, para “se ganhar tempo” até que fosse elaborado um novo regulamento, esse totalmente formado nos moldes desejados pelos lentes. Posteriormente, se solicitaria ao Congresso a sua aprovação, e não mais ao

---

<sup>89</sup> HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Op. cit., 1998, p. 56. Pode-se perceber que mulheres praticamente não participavam da FMPA no período. No curso médico, é fato que na 1ª turma de formandos de 1904 havia uma mulher, Alice Maeffer, mas só houve uma nova doutoranda em 1935, Maria Clara Mariano da Rocha. Essa foi a primeira professora da Congregaçã, ingressando em 1943 como livre-docente da disciplina de “Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil”. Ibid., p. 179-191. Não havia formalmente nada que as impedisse de participar do curso de medicina, fossem em leis ou regulamentos institucionais, mas provavelmente preconceitos de gênero, entre outros fatores que demandariam ser analisados, contribuíram para esse afastamento.

<sup>90</sup> Relatório da FMPA referente ao ano de 1905. Op. cit., p. 384.

Ministério da Justiça, ação que talvez garantisse o sucesso da empreitada.<sup>91</sup> O estatuto provisório foi produzido, mas não há menção que tal documento tenha sido elaborado e/ou aceito pelos órgãos competentes, do contrário tal decisão certamente seria relatada nos relatórios institucionais da FMFA.

Todavia, ocorreria a “liberdade plena” na estruturação do ensino superior brasileiro, especificamente em 1911. Nesse ano, o gaúcho Rivadávia Correa, membro do PRR, que ocupava a direção do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), elaborara um decreto inovador:<sup>92</sup> Todas as escolas superiores passariam a ser autônomas frente ao governo federal no que dizia respeito ao seu sustento econômico e organização estatutária. O ingresso nos seus cursos seria feito por meio da aprovação em exames de admissão. A lei encerrava a fiscalização federal dos estabelecimentos estaduais e privados e seus currículos passariam a ser estruturados de acordo com as resoluções dos respectivos corpos docentes, sem ser necessário seguir modelos tidos como oficiais. Criou-se ainda o Conselho Superior de Ensino (CSE), presidido por pessoa nomeada pelo governo e que seria responsável por acompanhar a transição dos institutos federais e particulares.<sup>93</sup>

A conjuntura político-partidária nacional é importante para se entender a questão: a partir de 1905, houve um período identificado por Love como “o da ascensão do Rio Grande do Sul na política nacional”.<sup>94</sup> Após o conturbado período da Revolução Federalista e do processo sucessório dentro do PRR com a morte de Castilhos, o estado passou progressivamente a figurar no cenário nacional como uma força política que não poderia ser desprezada. “Crescimento populacional e econômico se traduziam em mais recursos para o governo estadual, bem como num maior número de eleitores mobilizáveis”.<sup>95</sup> Além disso, os rio-grandenses contavam entre seus parlamentares federais com o senador José Gomes Pinheiro Machado, que fora um dos principais articuladores da candidatura do presidente eleito Hermes da Fonseca, além de um grupo de congressistas disciplinados para seguir as orientações de Borges de Medeiros e do próprio Pinheiro. O senador ainda organizaria o Partido Republicano Conservador (PRC) para prover de “sustentação política” o então presidente em exercício. O PRC

---

<sup>91</sup> Ata n. 30 das Sessões da Congregação da FMFA. Porto Alegre, 08/03/1901.

<sup>92</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 151.

<sup>93</sup> Ver: CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. Civilização Brasileira, 1980. p. 162-163.

<sup>94</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 146.

<sup>95</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 153.

defendia os “direitos estaduais”, ou seja, o reforço do pacto federativo. Nesse sentido, figurava como sua proposta a “liberdade de ensino”, nos termos que defendia o PRR.<sup>96</sup>

A FMPA reorganizou-se sob o nome de Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre. Embora o curso de farmácia não figurasse mais no nome da instituição, ele continuava existindo. Os docentes apontam que a reforma Rivadávia Correa foi um grande avanço para a entidade. Segundo Sarmiento Leite,

com a referida lei exultamos todos os professores, e sem demora dela aproveitou-se esta Faculdade, não para fabricar doutores ou facilitar a aquisição de diplomas, mas para alterar seus programas, remodelando o ensino, pondo-o mais a feição com as exigências dos progressos realizados nas ciências médicas. (...) Além disto, tornou-se mais rigoroso para todos os cursos o exame de admissão com as modificações instituídas no modo de prestar as provas no estudo de humanidades.<sup>97</sup>

No curso médico a já “célebre” química médica foi desdobrada em química geral, inorgânica, orgânica e biológica, dispostas em séries sucessivas; foram restabelecidas as cadeiras de física médica experimental e de patologia geral; a de patologia interna foi desmembrada em duas partes, fármaco-dinâmica experimental e toxicologia química, incluídas no sexto ano do currículo. Já o curso de farmácia passou de dois para três anos de duração.<sup>98</sup>

Os reflexos do decreto Rivadávia Corrêa também podem ser identificados na criação de novas escolas médicas: a Faculdade de Medicina do Paraná e o Instituto Hahnemanniano do Rio de Janeiro (dedicado a formação de homeopatas) em 1912, e a Faculdade de Medicina de São Paulo, no ano seguinte. É um crescimento considerável no número de instituições dessa área, uma vez que mesmo com a permissão da criação de centros de ensino de medicina desde fins no séc. XIX, apenas a FMPA havia sido estruturada. Certamente pela maior flexibilidade das regras na criação das escolas superiores instauradas pela União, entre elas a não exigência de processos de equiparação, facilitava-se assim que grupos organizassem tais entidades.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 160.

<sup>97</sup> FONSECA, Eduardo Sarmiento Leite da. Op. cit., p. 5-6.

<sup>98</sup> Ibid., p. 6.

<sup>99</sup> Desde o séc. XIX existia a ideia da implantação de um curso de medicina na capital paulista. Em 1896, um grupo chefiado por Luiz Pereira Barrero, presidente da Sociedade de Medicina local, é responsável por organizar um projeto institucional. Contudo, sérias divergências entre os integrantes da comissão levaram a elaboração de dois planos distintos que acabam não sendo colocados em prática. Em 1900, novamente a Sociedade de Medicina pleiteia a instalação de uma escola médica, junto a suas instalações e aproveitando a estrutura de uma policlínica também ali situada. O projeto, contudo, por falta de verbas e

Em relação ao decreto de 1911, julgo que tanto a congregação da faculdade rio-grandense quando o governo do PRR ficaram satisfeitos. A primeira porque não teria mais ferida sua autonomia didático-administrativa, que, como visto, sempre tentou preservar. Já o PRR lograva uma demonstração de força política considerável no cenário nacional, ao ser aprovada uma reforma que ia ao encontro do corolário sobre o ensino superior que defendia com firmeza há tempos. Preceitos esses provavelmente defendidos ainda com mais ênfase pelo fato que, após a constituição estadual de 1891, três institutos superiores foram criados no estado, oportunizando assim ratificar tais teses partidárias. Por fim, o tom elogioso dos professores acerca das ações de Rivadávia Corrêa não deixam igualmente de demonstrar o clima de cordialidade e “apoio mútuo” entre a FMPA os republicanos do Rio Grande do Sul, ao menos nesse momento. Tal conclusão reforça-se por um telegrama do ministro à congregação da Faculdade, publicado no relatório administrativo da escola do mesmo ano. No documento, Rivadávia afirmava que a instauração do “ensino livre”

além de ir de encontro com as corretíssimas teses do Partido Republicano, era uma vitória conquistada para prover de maior progresso a Faculdade de Medicina, cujos professores almejavam que ela se tornasse livre das amarras de obtusos decretos e regras dos órgãos de ensino que há muito lhe prejudicavam.<sup>100</sup>

Já o ex-diretor da Faculdade de Medicina, Protasio Alves, em carta publicada nos relatórios administrativos, ratifica:

Congratulo-me com os antigos colegas da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Como eu bem sabia, e lutei junto aos nobres professores, até os dias de hoje, ansiava-se por estar livre da opressão de um ensino ditatorial que há muito prejudicava a escola. Esta é uma conquista que enche meu coração de alegria, como médico, republicano e mestre de medicina.

Saúde e fraternidade,

---

sem maior apoio do poder público, é abandonado. Apenas em 1911, pelas facilidades legais proporcionadas pela lei Rivadávia Corrêa, maior união dos médicos de São Paulo cidade em torno da implantação de um curso médico, bem como apoio do poder municipal, que doou o terreno para a construção da sede da escola e financiou o Instituto Anatômico da entidade, uma faculdade de medicina acaba por ser organizada. SILVA, Márcia Regina Barros. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set.-dec. 2001, p. 543-544.

<sup>100</sup> A transcrição do telegrama consta em: *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas da Livraria do Comércio, 1915. p. 19.

Protasio Alves havia retirado-se da direção da Faculdade em 1907, e à época era Secretário de Negócios do Interior do RS, sendo figura muito próxima aos dirigentes máximos do PRR, Júlio de Castilhos (falecido em 1903) e seu sucessor, Borges de Medeiros, durante o período republicano. Por fim, há a carta de Victor de Britto, ex - professor da Faculdade que iniciara seu mandato como deputado federal em 1912, também pelo PRR, no qual exclama: “Vitória! A faculdade está liberta para florescer”!<sup>102</sup>

Não se possui informações na documentação da FMPA sobre esses supostos pedidos de modificação das regras de ensino em voga junto aos políticos do PRR. Provavelmente trataram-se de encontros ou mesmo correspondências mais informais, nos quais alguns médicos e políticos trocavam impressões acerca do tema do ensino livre e os lentes reforçavam a importância de modificações legais para alcançarem a autonomia institucional para a escola. De qualquer modo, vê-se que tal desejo dos professores só foi possível devido a uma nova configuração política do país naquele momento, onde o ensino livre já era uma bandeira do PRR e assim foi fixado na legislação. Dessa forma, o fundamental é perceber que para a escola estabelecer sua independência didático-administrativa, foram necessárias ações que não passaram pela discussão técnica feita com os órgãos competentes de ensino, pois nesses casos a faculdade sempre “perdia” em suas objeções e acabava por acatar a decisão deles. Ou seja, a FMPA não possuía força para marcar sua posição como um centro de excelência de ensino e assim preservar sua gestão organizacional. Como já afirmado, foram necessárias outras forças em jogo, como uma mudança nas posições políticas em nível nacional, e o estabelecimento de contatos com elas, para a Faculdade lograr seus objetivos de “autonomia”.

Após essa discussão, retomo o texto do diretor Sarmiento Leite acerca da reforma Rivadávia. Apesar de o médico julgar que a mudança na legislação trouxera benefícios para certas escolas existentes no país, que continuariam a ser administradas, segundo afirma, de maneira idônea, o médico aponta problemas que esse novo modelo de ensino possuiria: a partir dele teria havido a formação de faculdades “precárias”, ou mesmo “de

---

<sup>101</sup> *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Op. cit., 20.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 21.

fachada”, criadas para a “venda” de diplomas, exatamente pelo decreto promover regras menos rígidas na estruturação dessas instituições, cenário também colocado por pesquisadores acerca do tema, como Luis Cunha.<sup>103</sup>

Não por acaso, uma nova reforma, chamada Carlos Maximiliano, encerrou os processos de liberalização e/ou desoficialização do ensino no Brasil. Anteriormente, Maximiliano apoiara a reforma Rivadávia Correia, junto com a bancada federal do PRR no Congresso. Em 1915, porém, o então Ministro da Justiça passou a concordar com as críticas que ela recebia: além daquelas já citadas, apontava-se a não autonomia financeira efetiva das faculdades públicas, que continuariam a depender do sustento da União.<sup>104</sup>

A reforma de 1915 reintroduzia a fiscalização federal das faculdades livres e punha limites à existência daquelas possíveis de requererem equiparação aos cursos mantidos pelos estabelecimentos oficiais, novamente tomados como modelos de organização administrativa, pedagógica e curricular. Conservava-se o CSE, legitimado a partir do decreto como o órgão máximo de avaliação das escolas. Uma vez reconhecidos como equiparados, tais institutos poderiam postular a validade de seus diplomas “junto ao Supremo Tribunal Federal, à Diretoria de Saúde Pública ou ao Ministério da Viação”, órgãos do Estado que gerenciavam ou onde se exerciam atividades “próprias” de advogados, médicos e engenheiros. Não poderia haver cursos equiparados em cidades com menos de 100 mil habitantes, a menos que fosse capital de um estado com população de mais de um milhão de pessoas, bem como se permitia funcionar apenas duas escolas de medicina, direito ou engenharia, por unidade federal em tais condições. Nos lugares onde houvesse uma faculdade oficial, somente outra, e obrigatoriamente de caráter particular, teria a chance de obter o reconhecimento da União.<sup>105</sup>

A FMPA obteve rapidamente a equiparação: em 2 de março de 1916, o próprio Carlos Maximiliano, através de telegrama, comunicou ao diretor Sarmiento Leite que a instituição alcançara tal objetivo, além de ser uma das escolas cujo relatório produzido pelo delegado fiscal fora elogiado pelo CSE. Mostrava-se assim, mais uma vez, o bom relacionamento entre os correligionários do PRR e a faculdade rio-grandense. Os

---

<sup>103</sup>FONSECA, Eduardo Sarmiento Leite da. Op. cit., p. 6. CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit., p. 167.

<sup>104</sup>GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 156.

<sup>105</sup>Ibid., p. 157.

alunos, por sua vez, satisfeitos com a resolução, manifestaram-se em sessão congratulando-se com o corpo docente.<sup>106</sup>

Através do decreto, formalizou-se uma nova seriação das disciplinas do curso das faculdades de medicina oficiais. O currículo da FMPA, mesmo ela já equiparada, não era idêntico ao das federais, uma vez que a nova lei não estabelecia tal diretriz. Contudo, outros pontos do decreto exigiram a atenção da congregação para a modificação dos seus estatutos, tais como a definição das categorias de docentes existentes e regras a respeito de exames admissionais para o curso médico. Seu novo regimento institucional, então, foi enviado para o CSE em julho de 1916.<sup>107</sup> Os lentes estavam convictos da aprovação plena (e rápida) do mesmo, imaginando tratar-se de uma “formalidade” a ser cumprida.<sup>108</sup>

É digno de nota que um mês antes Sarmiento Leite enviou ofício às faculdades médicas do Rio de Janeiro e da Bahia, propondo que as três entidades trocassem idéias no sentido de uniformizar o ensino médico no Brasil. O esculápio afirmou que a nova seriação das instituições oficiais era “deficiente e falha”, e, além de tudo, de caráter provisório; tal assunto seria ainda de competência das congregações, que poderiam levar uma nova proposta ao CSE; por fim, almejava não criar dificuldades aos alunos que com a nova lei tivessem que pedir transferência de escola, mas que se deparavam com currículo diferente na FMPA.

Em resposta, o diretor da entidade carioca declarou que seu corpo docente elaborara recentemente um regimento interno, e, portanto, não havia possibilidade de fazer qualquer modificação nesse sentido, visto ser contrário à lei de 18 de março (Maximiliano) alterar o regimento institucional antes de completar dois anos da sua execução. O diretor da escola baiana não teria se pronunciado sobre o caso.<sup>109</sup>

De qualquer forma, mais uma vez a congregação da FMPA criticava o modelo de ensino médico vigente, e dessa vez tentando formar um consenso entre as congregações das três principais faculdades de medicina do país a respeito da criação de um programa institucional novo a ser seguido. Certamente os lentes da escola gaúcha julgavam ser mais proveitoso a discussão prévia do assunto do que se adequar a um decreto já pronto. Além disso, o CSE, desde 1915, contava com a presença dos diretores

---

<sup>106</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1917*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Comércio, 1918. p. 4.

<sup>107</sup> Nesse decreto surge a figura do professor catedrático, vitalício, que ingressaria no corpo docente apenas por concurso, concorrendo com tese escrita. CUNHA, Luis Antônio. Op. cit., p. 168-169.

<sup>108</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1917*. Op. cit., p. 7.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 5-6.

dos centros de ensino médicos oficiais,<sup>110</sup> além de um professor desses institutos, eleitos pelos respectivos corpos docentes (embora a nomeação do presidente do Conselho fosse de livre escolha do presidente da República). Caso os médicos da escola rio-grandense estabelecessem no diálogo com seus pares diretrizes no ensino da medicina que estivessem de acordo com suas pretensões, provavelmente a proposta seria levada ao Conselho, com grandes chances de ser homologada.

Contudo, como foi visto, não houve a discussão almejada pela FMPA, e, frustrando mais ainda seus lentes, a questão da aprovação dos estatutos da faculdade rio-grandense se arrastou por alguns anos, pois o CSE exigiu modificações no documento. Os professores rebatiam os argumentos, aceitando algumas diretrizes do órgão, outras não, com as duas partes lançando mão de interpretações a respeito do decreto em voga.<sup>111</sup>

Durante o período de debate da documentação da FMPA, não houve menção que tal situação possa ter anulado a já concedida legitimidade dos diplomas expedidos por ela. Por outro lado, obrigava a entidade a trabalhar com um regimento institucional “antigo”, e percebe-se irritação por parte do corpo docente pela suposta intransigência do governo em aceitar de maneira definitiva seus estatutos. O diretor Sarmiento Leite destacou que a instituição funcionava com base na “correção e honestidade”, e nas resoluções administrativas e didático-pedagógicas que a congregação julgava ser de sua competência, exigia que tal direito fosse respeitado.<sup>112</sup> Outras entidades devem ter demonstrado insatisfação com a nova reforma, pois o próprio Ministro da Justiça interveio no assunto. Em ofício encaminhado ao CSE, afirmou que recebeu reclamações feitas por diretores de escolas equiparadas e/ou que buscavam equiparação às federais. Nelas, a contrariedade principal seria a exigência dos inspetores fiscais que a série de matérias fosse “absolutamente igual” a dos estabelecimentos oficiais. Segundo ele, tal prática seria incorreta, porque sua intenção na elaboração do decreto não foi voltar ao “sistema condenado de ler no mesmo dia, a mesma página, do mesmo livro, em todas as

---

<sup>110</sup> Compunha ainda o órgão os diretores das Faculdades de Direito de Pernambuco e São Paulo, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e do Colégio D. Pedro II. Ver: FRANCO, Maria Estela Dal Pai. *A UFRGS em sua gênese e as ingerências do Estado: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (1896-1930)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 64.

<sup>111</sup> De qualquer forma, não se compreende como a Faculdade logrou o reconhecimento sem seus novos estatutos terem sido analisados com antecedência. O relatório do delegado fiscal, como de praxe, deve ter apresentado as condições “gerais” da FMPA, que lhe causaram boa impressão, talvez sem a preocupação com questões burocráticas mais específicas, e isso pode ter bastado inicialmente para a equiparação.

<sup>112</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1916*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Comércio, 1917. p. 3.

escolas do país”. Reiterava que apenas exigiu um trabalho “sério”, e não a uniformidade que acabava por tolher “a liberdade e o progresso”. Maximiliano aponta que no art. 14 do decreto estabeleceu-se que o inspetor verificaria se as matérias dos programas dos institutos eram suficientes para o curso proposto, de acordo com o “comum” na área, vetando apenas aqueles “flagradamente deficientes” ou “antididáticos”. Reafirmou que não caberia ao Estado legislar na questão do ensino de maneira “autoritária”, pois não poderia se afirmar sua infalibilidade “científica” na questão. De forma irônica, ainda apontou que “ninguém dirá que se aprende menos nas faculdades de medicina de São Paulo e Porto Alegre unicamente porque a distribuição de matérias não é igual a da Bahia”. Pediu, por fim, que se respeitasse a autonomia interna dos institutos “reconhecidamente honestos”.<sup>113</sup>

Portanto, se a reforma de Maximiliano fosse cumprida nos moldes que tanto o corpo docente quanto o próprio ministro afirmavam, não ocorreriam os “prejuízos” previstos pela FMPA. É sintomático que este ofício tenha sido publicado no relatório administrativo do diretor Sarmiento Leite: assim, creio que ele pretendia transmitir a idéia que a Faculdade estaria sendo prejudicada pelo CSE, uma vez que este avaliaria a instituição de maneira incorreta, talvez por uma má interpretação dos dispositivos legais. Igualmente destaca-se no documento que Maximiliano visitou a Faculdade, “manifestando boa impressão em tudo que viu” e a diretoria, por outro lado, sentiu-se “honrada” pela presença da autoridade.<sup>114</sup>

Na resposta do Conselho, em 1918, o órgão afirma que “não se devia admitir no ensino do Estado nem o monopólio da sabedoria, nem a infabilidade, nem o direito à imposição de doutrinas privilegiadas”. Contudo, a respeito do currículo da FMPA, sentenciou:

ninguém que entendesse, na verdade, de biologia, poderá afirmar equivalência entre o ensino da segunda cadeira do primeiro ano da faculdade de medicina de Porto Alegre e a segunda cadeira do primeiro ano das faculdades de medicina do Rio e da Bahia, pois, quanto a estas, é ordenado que a química biológica seja estudada à fundo nos laboratórios, e não que fique limitada a noções como se exige naquela.<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1918.* (...) 1919. p. 9-11.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 12.

O Conselho ainda exemplifica que, em caso de transferência dos alunos aprovados no primeiro ano da FMPA, para matricular-se no segundo ano das faculdades oficiais, os estudantes deveriam ser submetidos “a exame complementar”, devido a essa discrepância entre as disciplinas. Como esta avaliação não era prevista pelo decreto 11530, o órgão julgou ser procedente seu ponto de vista na discussão, não aceitando a seriação curricular da faculdade rio-grandense.<sup>116</sup>

Essa nova manifestação do CSE foi considerada como uma nova “afronta” pela diretoria da escola, pois, o estudo específico da biologia em laboratórios, que ela tanto prezava como sendo de qualidade, foi considerado pelo Conselho “superficial” em relação às congêneres baiana e carioca. Assim, visualiza-se que a convivência institucional da Faculdade rio-grandense os órgãos diretivos do ensino superior, apesar de certos apoios em nível federal como o do ministro Maximiliano, estava longe de não apresentar conflitos. Apenas após a congregação aceitar todas as exigências do CSE, o estatuto da FMPA foi aprovado, em 27 de fevereiro de 1919.<sup>117</sup>

Pereira Neto afirma que apenas os estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, possuíam mais de um milhão de habitantes naquele momento. E apenas 13 cidades em todo o país atingiam a cota de 100 mil habitantes, as quais se localizavam nas regiões citadas, com a inclusão de Belém do Pará. A maioria dos povoamentos brasileiros, portanto, sobretudo as capitais de estados que concentravam grande parte da população urbana, não atingiam índices populacionais mínimos previstos nessa lei para o estabelecimento de qualquer instituição de ensino superior.<sup>118</sup> Tais exigências legais, somadas às interferências do CSE, levam-me a concordar com o autor que novamente se reforçava uma ação intervencionista estatal no ensino superior brasileiro, inibindo a proliferação de novas instituições, bem como pretendendo maior controle sobre a área educacional. Por outro lado, na elaboração do decreto, talvez Maximiliano não almejasse uma avaliação que considerava “descabida” sobre determinadas escolas que já tinham sido avaliadas e consideradas idôneas em várias ocasiões, como a faculdade rio-grandense. Todavia, segundo os lentes da FMPA, era o que estaria ocorrendo, através das ações do órgão de ensino competente.

---

<sup>116</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1918.* (...) 1919. Op. cit., p. 7.

<sup>117</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1919.* (...) 1920. p. 3.

<sup>118</sup> PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. p. 111-112.

Após este debate, mais uma vez a FMPA critica o modelo de ensino médico em voga, talvez somada ao fato de possíveis ressentimentos em virtude das últimas discussões com o CSE. Primeiro, contesta o fato de uma resolução dele afirmar a não obrigatoriedade de exames nas clínicas especiais, exigindo apenas frequência dos alunos. Tal medida, segundo a congregação, seria “muito prejudicial ao ensino”, agravada ainda por ser implantada no meio do ano letivo, que “colocaria o professor em uma posição um tanto secundária em relação aos alunos, que levou com interesse e seriedade o curso em sua disciplina.” Na visão dos lentes, a frequência em qualquer cadeira com dispensa de exame final seria uma “verdadeira burla”, pois os estudantes se valeriam de diversos meios para invalidar a fiscalização a respeito do seu esforço em tais disciplinas. Nesses moldes, seria mais útil “suprimir de vez o estudo de tais cadeiras”.<sup>119</sup> Concordando com um professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Sarmiento resume seu pensamento:

freqüência sem regulamentação, sem obrigações, sem penalidades, é o mesmo que a instituição nacional do ponto facultativo nos dias feriados. Se a cadeira é útil deve ser ensinada; se é ensinada deve ser aprendida, se deve ser aprendida, força é que quem aprendeu prove que sabe, o que só se faz em exame.<sup>120</sup>

Outra crítica foi acerca do decreto 3603, instaurado em 1922. Ainda segundo o médico, era uma “malfadada lei”, pois permitiria aos estudantes ingressarem nas escolas superiores sem terem sido avaliados através do exame vestibular. O professor Paula Esteves disse que ela trouxe resultados “funestos” para o ensino, uma vez que “através do parlamento nacional concedeu-se a inominável concessão de exames por decreto”.<sup>121</sup> Cita nesse sentido um professor de neurologia da Bahia, que teria afirmado:

conseguimos bater o recorde da indecência, do escândalo, do crime, com o fornecimento de certificados sem forma da mais leve verificação do preparo, sob o fútil, cômico, ridículo, pretexto de uma epidemia de gripe.<sup>122</sup>

O decreto em questão estabeleceu que se promoveria ao ano ou série imediatamente superior do curso em que estavam matriculados todos os alunos de

---

<sup>119</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1919*. Op. cit., p. 13.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>121</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1922*. (...) 1923. p. 48.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 49.

institutos superiores e secundários oficiais (incluindo os estudantes do Colégio Dom Pedro II, subvencionado pelo governo e considerado modelo de qualidade pelas autoridades), além dos estabelecimentos a eles equiparados. Devido à epidemia de gripe que assolou o país em 1918, o funcionamento de diversas instituições foi suspenso. Com a justificativa de não “atrasar” a formação dos estudantes, portanto, o governo federal agiu em duas frentes: aqueles que freqüentavam as escolas de nível superior passariam automaticamente à próxima série de disciplinas; os que já haviam finalizado o ensino secundário ingressariam nas faculdades sem precisarem prestar o exame vestibular.<sup>123</sup>

Para os lentes da FMPA, tal lei seria absurda, pois não abriam mão de avaliar os estudantes através de exames, que consideravam a maneira rigorosa de testar o seus conhecimentos, tanto antes do ingresso nas faculdades como durante o andamento do curso. Professores de instituições variadas provavelmente posicionavam-se dessa maneira, uma vez que, como colocado, aqueles da escola rio-grandense citavam a opinião de seus colegas de outras regiões.

Em meio a essas críticas dos professores, o lente Guerra Blessmann, da FMPA, produziu um artigo no qual traçou reflexões sobre o ensino médico. Afirmou que seria bem-vinda uma reforma que promovesse “novas medidas de ordem geral, imprescindíveis para a eficiência dos cursos”, além de uma nova e mais correta distribuição de cadeiras, corrigindo “anomalias” daquele momento.<sup>124</sup> Argumentou que após a reforma de 1915 surgiram diversas interpretações a respeito dos dispositivos legais, quer pelas congregações das faculdades oficiais ou equiparadas, quer pelo CSE, que tornaram sem efeito algumas disposições, enquanto novas haviam sido implantadas. Seria necessário, em suas palavras, “acabar com essa balbúrdia”, implantando-se um processo de uniformização dos regimentos das faculdades, efetivado através da discussão prévia do assunto. Sugere assim várias medidas: que o curso médico tivesse a duração de sete anos, “de acordo com a evolução constante da ciência”. Tal “prolongamento” seria inclusive benéfico para os estudantes que teriam uma carga menor de cadeiras anuais e poderiam se dedicar mais a elas; o acréscimo da cadeira de química biológica, retirando-se a sempre criticada disciplina de química médica pelos lentes da FMPA, que naquele momento proporcionaria apenas noções de química

---

<sup>123</sup> BRASIL. Decreto n. 3603 de 11 de dezembro de 1918. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=44996>, acesso em 14/03/2009.

<sup>124</sup> GUERRA BLESSMANN, Luis Francisco. Ensino Médico. *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 1, p. 1-9, fev. 1921.

orgânica e inorgânica “as quais o estudante deveria aprender no ensino secundário, inclusive pelo fato destas serem exigidas como matéria de vestibular”. E nesse sentido, elogia o exemplo da escola rio-grandense, que desdobrara o ensino de química nas disciplinas de química inorgânica, orgânica e biológica, e devido a um “absurdo intolerável” teve que retirá-las em virtude da equiparação de 1915; defende o fim das disciplinas de clínica apenas com a exigência de presença em classe, acreditando que “manter cadeiras de freqüência e riscá-las do currículo é a mesma coisa, porque o estudante em geral só estuda quando tem que fazer exame” e, além de não estudar, nem compareceria em tais aulas, pois “seria fácil subornar um bedel e outros funcionários subalternos com mesadas para se conseguir um atestado de presença na classe”; sugere a fixação do número máximo de alunos que uma escola deveria receber, levando em conta como fator regulador o número de doentes disponíveis para os diversos serviços clínicos; propõe o aumento das taxas das escolas superiores, uma vez que “qualquer instituição com laboratórios bem sortidos deveria cobrar valores mais altos dos estudantes, inclusive para suprir as faltas que ainda apresentar.” Por fim, cita que os cursos médicos de seis anos no Brasil seriam mais baratos do que os de quatro anos feitos na América do Norte, sendo que estes ainda contariam com “grande número de excelentes doativos que anualmente riquíssimas instituições e grandes milionários destinam a estas escolas”.

A congregação da FMPA levou adiante a proposta pensada por Guerra Blessmann. Por ocasião de um congresso médico realizado em 1922, no Rio de Janeiro, um de seus lentes, Paula Esteves, apresentou-a, visando “a franca moralização do ensino”, entendendo que ele deveria ser “meridianamente prático”, e não apenas “teórico”.<sup>125</sup> Tal projeto foi novamente apresentado em 1923, quando a congregação enviou-o ao CSE, pois o órgão, em virtude de uma nova reforma educacional que seria promovida, estava disposto “a receber sugestões e emendas dos institutos de ensino e demais interessados.”<sup>126</sup>

A nova reforma educacional foi realizada através do decreto 16782 em 1925, conhecida pelo nome do catedrático de Medicina do Rio de Janeiro, que foi seu principal redator, Rocha Vaz. Através dela, foi criado o Departamento Nacional do Ensino (DNE) para gerir a educação no país, e o CSE passaria a ter um papel de

---

<sup>125</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1922. (...) 1923. p. 51.*

<sup>126</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1923. (...) 1924. p 32.*

assessoria.<sup>127</sup> O controle sobre o processo de equiparação das faculdades livres às oficiais ficou bem mais rígido. As novas exigências incluíam patrimônio superior a 1000 contos de réis, funcionamento há pelo menos três anos na data do pedido de autorização, fiscalização durante dois anos por inspetor nomeado pelo DNE e custeado pelas faculdades, organização didática e administrativa idêntica a das faculdades oficiais. Os diplomas das escolas federais e equiparadas deveriam ser registrados no novo departamento criado para terem validade jurídica.<sup>128</sup> A Reforma Rocha Vaz, portanto, pretendia limitar ainda mais a autonomia relativa das instituições de ensino, centralizando as decisões da matéria em torno do DNE, cujo diretor era nomeado diretamente pelo presidente.

Segundo Grijó, esta reforma esteve vinculada a questões sócio-políticas que passam, primeiro, pela perda de força política do PRR a partir da década de 1920, que incluiu a eclosão de uma guerra civil no Rio Grande do Sul, além do assassinato de Pinheiro Machado em 1915, um dos principais interlocutores dos republicanos rio-grandenses em nível nacional. Além disso, durante as eleições presidenciais de 1922, o candidato que o PRR apoiava, Nilo Peçanha, do Partido Republicano Fluminense, foi derrotado por Artur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro. Assim, os rio-grandenses não estariam em condições de promover a defesa da total e irrestrita da “autonomia estadual” que pregavam, incluindo aí os preceitos do ensino superior desoficializado. Além disso, o fato de ter ocorrido o conflito citado em solo gaúcho, entre outros que ocorreram entre 1924-1926 pelo país, levaram o governo federal a se manifestar com vigor no campo educacional, através de medidas que considerava “defensivas”, visando evitar “o caos social” e os “ataques arbitrários às autoridades constituídas”, promovendo assim a autoridade do Estado.<sup>129</sup> Assim, alguns pontos da Reforma Rocha Vaz incluíam a repressão às manifestações político-partidárias de alunos nas escolas primárias e secundárias e a criação das disciplinas de moral e cívica.<sup>130</sup>

Voltando ao decreto 16782, no que tocava especificamente a FMPE, vale ressaltar que ela já obedecia a algumas das diretrizes estabelecidas, como patrimônio superior ao exigido (desde 1923), bem como vinte seis anos de existência. Sobre a

---

<sup>127</sup> Assim, o Conselho forneceria pareceres sobre a conveniência de equiparar este ou aquele estabelecimento, mas a decisão final cabia ao DNE. CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit., p. 123.

<sup>128</sup> Ibid., p. 141.

<sup>129</sup> Ibid., p. 169.

<sup>130</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 125.

formatação do curso de medicina, a congregação apontou alguns avanços, embora não estivesse presente especificamente nenhuma daquelas medidas sugeridas por Guerra Blessmann, e criticou outros pontos do decreto. Agradou-a o fato de ter sido fixado o número de alunos por escola, o incentivo ao estudo de radiologia e eletrologia<sup>131</sup> (matérias dessa área passaram a ser ministradas na 5ª e 6ª séries do currículo médico da FMPA a partir de 1930) e o aumento do número de disciplinas do curso, de 28 para 36. Por outro lado, ela censurou o fato de serem obrigatórias para exames apenas as cadeiras já estabelecidas em 1915, enquanto outras continuavam apenas caracterizadas como de frequência obrigatória, sem testes. De qualquer modo, a congregação aceitou a reforma e foi nomeada na instituição uma comissão interna cuja tarefa era apresentar a reorganização dos estatutos e do regimento interno, seguindo os novos moldes.<sup>132</sup>

Em abril 1931, surgiram novos decretos na área educacional, elaborados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Eles dispunham que o ensino superior no Brasil obedeceria, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados. O objetivo seria proporcionar aos estudantes uma “alta cultura nacional”, estimulada através da “investigação científica” e dos preceitos “humanísticos e moralizantes”, visando à atuação dos indivíduos no meio social como “cidadãos”. Uma das exigências para a formação da unidade universitária era congregar ao menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras.<sup>133</sup>

No mês de março desse ano, portanto, antes da vigência da lei, a congregação da FMPA encaminhara ao ministro o pedido de modificação do caráter da escola para “oficial”. O corpo docente, “considerando que em breve haveria uma nova reforma de ensino”, alegava que a Faculdade era o mais antigo instituto livre do país, além de possuir uma sólida tradição no ensino médico, capacitando estudantes sempre com “poucos recursos”. Devido a sua “boa reputação”, mereceria ser federalizada, condição

---

<sup>131</sup> O artigo previa a instalação de um Instituto de Radiologia e Eletrologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Não se tem informações se tal iniciativa logrou êxito. De qualquer forma, desde 1916 funcionava um curso de Radiologia nas dependências da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro que teria sido o pioneiro no Brasil. FRANCISCO, Fabiano Celli et al. História da Radiologia no Brasil. Disponível em: <http://www.imaginologia.com.br/dow/upload%20historia/A-Hist%C3%B3ria-da-Radiologia-Brasileira.pdf>, acesso em 29/10/2009.

<sup>132</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1925. (...) 1926. p. 9.*

<sup>133</sup> BRASIL. Decreto 19851 de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24824>, acesso em 30/09/2008.

que já possuíam as suas “co-irmãs” da Bahia e do Rio de Janeiro.<sup>134</sup> Ainda, acrescia que a instituição “desistiria de outras regalias” que seriam teoricamente concedidas em virtude da oficialização, como o seu sustento pelo poder público, “enquanto perdurar a atual situação financeira do país”.<sup>135</sup>

O ministro negou o pedido, sob a alegação de que a ocasião era inoportuna considerando o “momento político e econômico da nação”. Tornando sem efeito a proposta da Faculdade, Campos reiterou que federalizá-la implicava inevitavelmente no governo arcar com a sua manutenção, tal como ocorria nos institutos oficiais.<sup>136</sup>

Porém, no dia 17 de outubro de 1931, Getúlio Vargas assinou o decreto n. 20530 que transformava a Faculdade de Medicina em “instituto federal”, complementado posteriormente pelo decreto n. 21.306 de 1932.<sup>137</sup> Para compreender os detalhes desse desfecho, novamente é necessário entender como se articulavam as forças políticas em andamento no país.

O governo provisório de Getúlio Vargas foi apoiado, entre outros núcleos partidários, pela Frente Única Gaúcha (formada em 1928 e que unia PRR e o Partido Libertador) e o Partido Republicano Liberal (PRL), oficializado em 1932. Esse, inclusive, teria sido criado já com fins de apoiar o regime em andamento, tendo como seus principais organizadores Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, e José Flores da Cunha, naquele momento interventor do estado do Rio Grande do Sul, sendo os dois grandes articuladores políticos de Getúlio.<sup>138</sup>

No relatório institucional de 1932 da FMPA, os médicos que são elogiados pelo então diretor Sarmiento Leite (redator do documento), por terem participado ativamente no processo de federalização da escola, foram Francisco Guerra Blessmann, Heitor Annes Dias e Mario Totta. O interessante é notar que esses esculápios possuíam ligação com um dos partidos que estavam apoiando Vargas nesse momento. Os três eram membros do PRL, sendo Guerra Blessmann membro da comissão executiva que organizou os estatutos da agremiação. Já Annes Dias tornou-se deputado federal pelo

---

<sup>134</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1931*. (...) 1932. p. 56.

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 57. Nessa página do relatório constam os detalhes sobre o envio do telegrama.

<sup>136</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1931*. Op. cit., p. 21. O momento político e econômico delicado ao qual se refere Pena certamente relaciona-se com os embates armados de 1930 que agitaram o país e alçaram Getúlio Vargas como chefe do governo provisório brasileiro.

<sup>137</sup> BRASIL. Decreto 20.530 de 17 de outubro de 1931. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20530-17-outubro-1931-507791-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 09/08/2010. Idem. Decreto 21.306 de 19 de abril de 1932.

Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21306-19-abril-1932-501572-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 12/09/2010.

<sup>138</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 59.

partido em 1934. Ex-professor da FMPA, radicou-se no Rio de Janeiro em 1930, tornando-se nesse ano catedrático da faculdade de medicina local. Inclusive aí teria iniciado sua atividade como médico pessoal de Getúlio Vargas (embora não haja detalhes sobre como se deu tal aproximação).<sup>139</sup>

Sarmiento Leite não poupa elogios a seus “distintos companheiros que lutaram pela federalização da Faculdade”. Ainda segundo o documento, ao longo de 1931 houve intensa comunicação entre os membros da “comissão” e Oswaldo Aranha para uma resolução do caso. Em julho, por ocasião da estada do ministro na capital rio-grandense, ele teria prometido “que trataria com bastante empenho da oficialização desta Faculdade, como um *objetivo fundamental aos bons republicanos desta terra e ao progresso do ensino*, que mereceriam sair vitoriosos da empreitada”.<sup>140</sup>

Pelos elementos apresentados, compreende-se aí a existência de laços sociais e políticos que foram importantes para a resolução da questão da federalização. Além de professores, esses médicos ligados a FMPA que trataram do assunto eram correligionários políticos e apoiavam o governo de Getúlio. E Annes Dias, de contato direto com o chefe de governo, pode ter externado o assunto da escola pessoalmente a ele, em diversas ocasiões.

Houve um núcleo de lentes mais fortemente ligado ao PRR que acabou desligando-se da escola em 1907, em uma sucessão de eventos que será narrada posteriormente. Após esse episódio e durante todo o período em estudo (até 1932), embora a maioria dos professores que permaneceram na congregação, segundo as fontes, não possuiu ligação formal com a esfera política, seja como filiado de alguma agremiação, ou exercendo diretamente cargo político-partidário, alguns deles, como se percebe, mantiveram esse contato. E são justamente aqueles mais intensamente envolvidos na questão da federalização. Mais uma vez, são as pontes estabelecidas pelos médicos no mundo político, em que pesou também certamente a boa relação pessoal estabelecida entre eles, que promoveram o sucesso das ações institucionais da Faculdade.

Tal conclusão é reforçada pelo relato do lente Mario Totta, em suas memórias, quando o grupo de médicos esteve no Rio de Janeiro em 1931 para reunir-se com Oswaldo Aranha e Belisario Penna, novo encarregado do Ministério da Educação, e resolver o pedido de federalização. Segundo suas afirmações, ele conhecia Aranha, pois

---

<sup>139</sup> *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit, p. 67.

<sup>140</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1932*. (...) 1933. p. 23.

partidário da Aliança Liberal, teria atuado diretamente ao lado do Ministro durante a guerra civil de 1930.<sup>141</sup>

Na ocasião, chegando ao gabinete do Ministro da Fazenda, este teria encaminhado-o para conversar com Penna, que lhe negou o pedido de oficialização. Voltando a sala e explicando o ocorrido, Aranha teria dito a seu irmão, Luiz: “Lulu, vai com Mario até o gabinete do Aloísio e diz-lhe que lavre hoje mesmo o decreto da Faculdade de Medicina de Porto Alegre”. Quando o médico voltou com o documento redigido, Aranha teria dito: “Deixe-o aí, Mario, que eu levarei a Getúlio”. Totta ainda afirma que, na sequência, Blessmann, Annes Dias, ele e Aranha conversaram

sobre cultura e política alegremente, e mesmo o PRL não estando oficializado naquele momento, já estava em curso os encaminhamentos para a criação do partido que apoiaria Getúlio, um dos maiores vultos políticos que o Brasil já teve, se não o maior, mas que por forças maiores sua figura teve um trágico desfecho.<sup>142</sup>

Porém, no decreto assinado por Getúlio, constava que a manutenção da instituição continuaria sem acarretar ônus para a União, como havia aceitado a congregação da escola anteriormente.<sup>143</sup> Todavia, se em um primeiro momento ela parecera abrir mão do financiamento federal, posteriormente os professores externaram o desejo de tal privilégio. Um mês após instaurado o decreto, Mario Totta foi novamente ao Rio para requerer o financiamento da entidade junto ao governo. Seu encontro, naquela ocasião, teria sido com o próprio Getúlio:

Ia eu iniciar a arenga quando o presidente contou a dedicação com que eu o tratei quando ele era acadêmico de Direito e certa vez enfermou. Com tal intróito, fiquei a vontade, e soltei a língua. Desde aquele dia o Annes Dias por toda parte proclama, em alto e bom som, que fui de uma eloqüência arrebatadora quando historiei a história de vida da Faculdade, expondo a extensa e edificante folha de tropeços e sacrifícios da escola e o devotamento dos seus primeiros professores. Principalmente quando dissertei sobre o estado daqueles velhos lutadores que derem em prol do ensino, todas as suas energias e agora se achavam inválidos – diz o Annes – a minha palavra tomou certos acentos tão comoventes que o Getúlio ficou com os olhos rasos de água. Não me envaideço com a opinião do querido colega; acho que

---

<sup>141</sup> TOTTA, Mario. *Memórias e Passagens*. Porto Alegre: Globo, 1942. p. 134.

<sup>142</sup> TOTTA, Mario apud GOMES, Tatiana Pereira. *Entre a prática e a ciência: o parto através da trajetória do médico Mario Totta*. Monografia. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Departamento de História, UFRGS. Porto Alegre, 2009. p. 27.

<sup>143</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1932*. Op. cit., p. 58.

houve apenas um erro de visão; quem chorava não era o Getúlio, era eu.<sup>144</sup>

No ano seguinte, o decreto 21.306, de 19 de abril de 1932, transferiu a responsabilidade da manutenção da FMPA para a União. A Faculdade então se tornou instituto federal em condições plenas.<sup>145</sup>

Talvez Totta tenha “carregado nas tintas” ao descrever os eventos com Getúlio e Aranha, inclusive visando adquirir prestígio, uma vez que se trata de um texto posteriormente publicado e traz, entre outros elementos, um diálogo em tom emocionado com o então chefe de Estado brasileiro.<sup>146</sup> De qualquer modo, o mais importante sobre esse episódio, somado aos elementos anteriores, é o fato de refletirem as lógicas que operam nesse processo de implantação do ensino médico. Compreende-se que para o desfecho institucional favorável almejado pela congregação, reforça-se, mais uma vez, que o fundamental foi a clara relação política entre as figuras protagonistas no processo, assim como, certamente, as boas relações pessoais entre esses indivíduos. No caso, provavelmente houve inúmeros momentos, entre os professores e os membros do regime getulista, onde foram tratadas essas questões da federalização da FMPA, preparando o terreno para que tal empreitada tivesse sucesso.

A federalização, de certa forma, acaba por “coroar” objetivos que os professores almejavam há anos. Eles apontavam que o modo de organização administrativo e pedagógico da escola seria marcado por altos índices de excelência e assim ela mereceria ser alçada à condição de uma faculdade oficial. A partir desse regime, a escola possuiria a prerrogativa de organizar a estrutura curricular dos cursos de forma autônoma. Embora a União mantivesse a supervisão sobre as escolas superiores no caso de irregularidades administrativas e seus estatutos devessem ser aprovados pelo Departamento Nacional de Ensino e o Ministério da Educação e Saúde Pública,<sup>147</sup> sendo a Faculdade um instituto “oficial”, tal discussão, como apontam os professores, “se dava em outro nível, com muito menos dificuldades burocráticas para a nossa administração (...) passamos a ser mais respeitados”.<sup>148</sup> Nesse contexto, os lentes julgaram-se

---

<sup>144</sup> TOTTA, Mario apud GOMES, Tatiana Pereira. Op. cit., p. 29.

<sup>145</sup> BRASIL. Decreto 21.306 de 19 de abril de 1932. Op. cit.

<sup>146</sup> GOMES, Tatiana. Op. cit., p. 28-29.

<sup>147</sup> Por outro lado, o governo federal mantinha certa fiscalização sobre as escolas superiores, uma vez que seus estatutos deviam ser aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Ver: BRASIL. Decreto 19851 de 11 de abril de 1931. Op. cit.

<sup>148</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1932*. Op. cit., p. 27.

“vitoriosos” porque passaram a evitar futuras ações de equiparação da escola médica, uma vez que avaliavam o processo como uma “afronta”, trazendo consigo a idéia que a FMPA seria “inferior” às faculdades do Rio e da Bahia e sempre deveria “copiá-las” para ser considerada uma instituição de alto nível acadêmico. Sem contar o fato que tais trâmites eram marcados por diversas divergências entre os órgãos nacionais competentes e a FMPA, se arrastando por um longo período e gerando assim, segundo os médicos, “desrespeito” e “constrangimento” para a escola rio-grandense e seus membros. Com a oficialização, esse suposto valor de qualidade institucional finalmente era cancelado. Certamente, a Faculdade assim adquiria mais prestígio e visibilidade social, tanto para o meio médico como à comunidade em geral.

Também é digno de nota que os recursos federais, além de proporcionarem investimentos de maior monta para a estrutura da escola, afetaram os rendimentos dos lentes. Esses passariam a contar com melhores salários do que na condição anterior. Em termos comparativos, antes da federalização os professores ganhavam mensalmente 500 mil réis cada, e após tal processo, cerca de 1 milhão de réis (1 conto de réis), ou seja, o dobro do ordenado anterior, além de gratificações anuais de 600 mil réis. Igualmente incorporaram outras vantagens do servidor público federal, como a exoneração apenas “no caso de processo administrativo no qual contariam com ampla defesa” e férias remuneradas (que seriam garantidas posteriormente a todos os trabalhadores pela constituição federal de 1934).<sup>149</sup> Portanto, não havia motivos para os professores não almejarem essa nova configuração da instituição.

Desde o seu nascimento, passando pelas três primeiras décadas do séc. XX, os lentes da FMPA organizavam-se para obter uma autonomia institucional efetiva, através da defesa de uma configuração administrativa e didático-pedagógica que julgavam ser a mais afeita aos “avanços da ciência médica”. Não raro, criticavam os órgãos de ensino nacionais devido a decisões na área que julgavam arbitrárias ou errôneas, ou mesmo comparavam a Faculdade a outras escolas médicas, valorizando a sua estrutura em relação a elas. Contudo, esse discurso, isolado de outras entidades e atores sociais, acabava por ter pouca eficácia, sendo rebatido por esses mesmos órgãos e a faculdade acabava por submeter-se às diretrizes já instauradas. Ou seja, com base na sua suposta qualidade educacional, nunca a escola conseguia impor-se institucionalmente. Suas “vitórias” ocorreram por outros meios. Em 1911, ela só obteve a autonomia desejada

---

<sup>149</sup> BRASIL. Decreto 21.306 de 19 de abril de 1932. Op. cit.

porque esse desejo vinculava-se aos interesses mais gerais do corolário do ensino livre, defendido pelo Partido Republicano Riograndense, que alcançara força em nível nacional naquele momento. E nesse sentido, o contato de membros da congregação com alguns correligionários do partido, como Rivadávia Corrêa, Victor de Britto e Protasio Alves, esses dois últimos inclusive ex-professores da FMPA, reforçavam a importância para a escola da instauração desses dispositivos educacionais, o que pode ter inclusive contribuído para a aceleração desse processo. No caso específico da federalização, novamente a ligação pessoal e política de Totta, Blessmann e Annes Dias com Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, figuras centrais do governo brasileiro naquele momento, teria ratificado e autorizado esse novo regime da FMPA. Mesmo que Totta tenha exagerado nas cenas do episódio, como já afirmado, o fato é que novamente percebe-se que a faculdade se valia do contato com os homens da política, alguns muito próximos da FMPA por terem sido seus professores, para ter os seus interesses atendidos.

Mas o quadro não está completo. Lembro que o corolário do ensino livre não se reduzia apenas a autonomia didático-pedagógica das escolas, em especial tratando-se dos partidários do PRR, para os quais a independência financeira das instituições de ensino superior igualmente era um mote precioso. Isso é mais uma peça colocada no intrincado “jogo” entre esculápios e políticos durante a Iª República acerca da educação médica.

### 1.3 Quem financia os institutos superiores?

Cumpre assinalar que o Rio Grande do Sul está oferecendo mais um exemplo eloqüente aos outros estados da União (...) ao seu governo tolerante e enérgico que tem sabido manter incólumes os interesses primordiais da comunhão rio-grandense (...) a tudo acresce atualmente o belo conjunto de futuros institutos de ensino superior, *que surgiram e funcionarão livremente, isentos de perturbadoras intrusões do Estado, independentes da vexatória tutela oficial, fora da estufa das subvenções orçamentárias, que, além de ilegítimas, são humilhantes.*<sup>150</sup>

Através de seus escritos, visualiza-se que um dos preceitos de Castilhos em relação ao ensino superior era que o sustento de escolas profissionais por parte do

---

<sup>150</sup> Carta de Júlio de Castilhos ao diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Protasio Alves, em 22 de agosto de 1898. HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Op. cit., p. 39.

Estado seria uma “tutela vergonhosa”, pois, posta a dependência financeira dessas entidades, perderiam parte de sua autonomia em termos administrativos e pedagógicos, acatando a “influência” e demais decisões dele. O discurso político do chefe do PRR nessa área manteve continuidade por seu sucessor no governo rio-grandense, Borges de Medeiros. Este, em relatório enviado à Assembléia Estadual dos Representantes em 1900, igualmente ratificou o benefício do ensino livre, sem qualquer interferência do “poder temporal”, tal como ele apresentava-se nos institutos superiores que se instalavam no Rio Grande do Sul, e que naquele momento eram em número de três: a Faculdade de Medicina e Farmácia, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Direito.<sup>151</sup>

Entretanto, a doutrina do PRR na prática funcionou de maneira diferente. Apesar de seus principais chefes políticos afirmarem que apenas apoiariam “moralmente” a FMFA, na verdade tratou-se de uma relação bem mais estreita. Protasio Alves, em relatório administrativo, demonstrou essa ligação:

O patriótico governo do estado vem nos dando recursos materiais e todo o seu apoio moral tem sido o braço forte de manutenção da Faculdade.

Júlio de Castilhos, que foi incontestavelmente a alma do Rio Grande, desde a proclamação da República, que bafejou a todos os seus melhoramentos materiais, foi o anjo tutelar que sobre a Faculdade pairou. Ele acompanhava a sua evolução parí passu, interessava-se até pela freqüência diária das aulas, que conhecia minuciosamente, e quando qualquer dificuldade surgia, o seu auxílio não se fazia esperar.<sup>152</sup>

Júlio de Castilhos havia falecido em 1903, e o próprio Protasio, acompanhado de outro colega médico, presenciaram sua morte, depois de tentarem realizar uma última operação para salvá-lo. E através da fala do diretor compreende-se que o governo estadual não apenas apoiava “moralmente” a instituição: havia também um auxílio material por parte dele. Segundo outros depoimentos da época, esse suporte teria iniciado com a cessão das salas de aula da Escola Normal para a Escola de Farmácia, assim como doações para a montagem de um Laboratório de Análises Toxicológicas

---

<sup>151</sup> Em 1896 foi fundada a Escola de Engenharia de Porto Alegre, através de um grupo formado por 4 engenheiros militares e um civil, tendo como modelo institucional aqueles de países como Alemanha e Estados Unidos, voltados à um ensino “técnico-profissionalizante”. Ver: HASSEN, Maria de Nazareth Agra, FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. *Escola de Engenharia/UFRGS – um século*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996. A Faculdade de Direito de Porto Alegre estruturou-se em 1900 por um grupo de bacharéis, objetivando preparar os alunos não só para atuarem na advocacia, mas igualmente na magistratura e na política-partidária, estando assim propensos a participar dos quadros do Estado. GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 141-142.

<sup>152</sup> Relatório da FMFA referente ao ano de 1905. Op. cit., p. 384.

que serviria tanto para a entidade quanto ao governo do estado.<sup>153</sup> Essa parceria continuou em relação à nova entidade, a FMPA.

Tal apoio para a instituição é admitido até mesmo pelos opositores de Castilhos: em sessão extraordinária da entidade em 1903, por ocasião da morte dele, o farmacêutico Carvalho de Freitas afirmou que embora fosse seu adversário político, exprimia um voto de pesar por seu falecimento, em virtude dos auxílios prestados por ele a antiga Escola de Farmácia: na discussão a respeito da doação de uma soma de 20 contos de réis decretados da assembléia estadual para a instituição, o político teria ratificado a contribuição, mesmo correndo o risco que esse ato ferisse a constituição rio-grandense. Freitas lembra ainda que um dos objetivos da criação do Laboratório de Análises, gerenciado pela escola e sustentado pelo governo estadual, era não apenas atender à população, mas auxiliar a entidade farmacêutica financeiramente a partir da subvenção estabelecida.<sup>154</sup>

Ressalta-se ainda que a Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul decretara a organização de uma loteria no valor de 500 contos de réis, realizada em 1891, para a construção de uma “escola de medicina”, julgando ser uma iniciativa “benéfica não só a capital mas ao próprio estado”.<sup>155</sup>

Além do governo estadual, nos seus anos iniciais a FMPA recebeu doações das intendências municipais, com destaque para Porto Alegre. Ao final de 1905, Protasio afirma que o total de donativos, complementado pelas somas de particulares, chegou à quantia de aproximadamente 38 contos de réis, constituindo-se em um montante significativo para o desenvolvimento patrimonial da instituição.<sup>156</sup>

Em 1907, houve novas eleições estaduais. O “espólio” político de Castilhos, após sua morte, ainda não estava totalmente solidificado na figura de Borges, que naquele momento acumulava as funções de chefe do partido e presidente do estado. Republicanos dissidentes lançaram um candidato no pleito, o médico Fernando

---

<sup>153</sup> *Ata da Fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Op. cit., p. 4-10.

<sup>154</sup> Ata n. 39 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 30/11/1903.

<sup>155</sup> WADI, Yonissa Marmitt. Op. cit., p. 101.

<sup>156</sup> Relatório da FMPA referente ao ano de 1905. Op. cit., p. 385. Em relação às somas das intendências municipais, aquelas que contribuíram para a instituição no período analisado, segundo levantamento feito nos relatórios administrativos da FMPA, além de Porto Alegre, foram: Taquara, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Soledade, Santa Vitoria, Santa Maria, Dores de Camaquã, Pelotas, Cachoeira, Julio de Castilhos, Palmeira, Cruz Alta, São Sepé, D. Pedrito, São Borja, Rio Pardo, Santo Antonio, Montenegro, Bento Gonçalves, São Leopoldo, Encruzilhada, Santa Cruz, Rosário, Ijuí, Gravataí, Passo Fundo, Rio Grande, Guaporé, Lageado, Guaíba, Erechim, Candelária, Encantado, Estrela, Caxias.

Abbot.<sup>157</sup> Borges preferiu indicar um membro do PRR a participar do processo eleitoral para se dedicar oficialmente ao comando da agremiação, mas, na prática, mantinha certa orientação sobre as ações de seu candidato, o também médico Carlos Barbosa Gonçalves.<sup>158</sup> Nesse momento de instabilidade política esse saiu vencedor, batendo a concorrência de seu colega de profissão.

Barbosa Gonçalves governou o estado durante o período de 1908-1913. É digno de nota que em seu mandato a FMPA teve uma notável expansão estrutural, com a criação de dois institutos anexos, (o Pasteur e o Oswaldo Cruz), além do início do processo de construção da nova sede da Faculdade.

Ao se analisar os detalhes de tais empreendimentos percebe-se que o governo estadual teve neles influência decisiva: formou-se uma parceria entre ele e a Faculdade para a criação do Instituto Pasteur, em Porto Alegre, um local destinado à prevenção contra a hidrofobia, moléstia viral que ao se manifestar leva inevitavelmente à morte. O dr. Raimundo Viana foi à São Paulo estudar como se organizavam essas instituições de combate à raiva.<sup>159</sup> O método era através da vacina, consagrado por Pasteur no final do séc. XIX. Em setembro de 1910 ocorreu a inauguração, contando com a presença de autoridades políticas regionais, além do corpo docente.<sup>160</sup> O local era sustentado pelo governo do estado, sob forma de contrato firmado com a FMPA. Barbosa Gonçalves não deixou de se regozijar pelo funcionamento do instituto, que oferecia tratamento de forma gratuita, e teria alcançado altos índices de cura, para uma população egressa de várias partes do Rio Grande do Sul.<sup>161</sup>

---

<sup>157</sup> Abbot era uma liderança política importante na cidade de São Gabriel e já havia assumido o cargo de Presidente do Estado em 1891, quando dirigiu a eleição para a Constituinte Estadual, mas se afastou do PRR e ingressou na disputa em 1907. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 89.

<sup>158</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 107-108.

<sup>159</sup> *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Op. cit., p. 18. O Instituto Pasteur de São Paulo foi inaugurado no dia 5 de agosto de 1903 como uma instituição privada e filantrópica por um grupo de médicos e beneméritos paulistas. O período de 1906 a 1915 teria sido bastante profícuo para o instituto, que sob a direção do Dr. Carini teria se voltado para pesquisa e atividades de formação de quadros técnicos no campo da microbiologia. Além disso, também passou a produzir e comercializar diversos produtos de uso médico e veterinário, como vacinas, soros e reagentes para diagnósticos. Ver: TEIXEIRA, Luiz Antonio et al. Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul.-out. 1997, p. 760.

<sup>160</sup> *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Op. cit., p. 18.

<sup>161</sup> Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Carlos Barbosa Gonçalves. 1912. p. 11. Disponível em: [http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul), acesso em 25/01/2008. A relação de Gonçalves com a Faculdade foi de estima recíproca, visto que em 25 de julho de 1910, em sessão solene, ele foi agraciado como professor honorário da instituição. O governador por sua vez contribuiu com uma doação pessoal para a nova sede da FMPA no valor de 1:300\$000 em 1917. Ver: *Relatório da FMPA referente ao ano de 1917*. Op. cit., p. 60.

Durante o Congresso Médico Brasileiro de 1926, o lente da FMPA Freitas e Castro apresentou um trabalho que versou sobre o tema da raiva. Afirmou que a doença era uma das moléstias menos abordadas no país no âmbito da saúde pública brasileira e uma das maiores dificuldades foi justamente pesquisar dados sobre ela e seus mecanismos de combate em várias regiões do país. De qualquer forma, apontou que no Rio Grande do Sul trataria-se de uma doença endêmica, mas combatida com a “devida atenção e cuidado” por duas entidades, o Instituto Pasteur e o Instituto de Higiene de Pelotas. A excelência desses centros seria atestada ao se comparar suas taxas de mortalidade, “muitíssimo inferiores” as dos congêneres europeus (serviços de Paris, Berlim, Viena, Milão, entre outros).<sup>162</sup>

O Instituto Oswaldo Cruz foi instalado a 25 de julho de 1911, novamente com as devidas solenidades.<sup>163</sup> O local executava análises químicas, microscópicas e bacteriológicas, auxiliando nos diagnósticos acerca de diversas doenças. Na sessão de sorologia, executava-se a reação de Wassermann para identificação da sífilis, técnica que, embora apresentasse em algumas ocasiões resultados “falso-positivos”, permitia visualizar a doença antes do aparecimento dos seus sintomas<sup>164</sup>. Existia igualmente a reação de Vidal, que identificava a febre tifóide. Na sessão de microscopia, verificava-se a possibilidade de organismos contaminados com vermes e parasitas, além das seguintes moléstias de origem bacteriana: pneumonia, meningite, gonorréia, tuberculose, peste bubônica, lepra e difteria. Estes serviços poderiam ser solicitados pela população, mediante pagamento, sendo gratuitos quando requisitados pelos funcionários da FMPA, Santa Casa, Casa de Correção, Polícia Administrativa, entidades localizadas na capital rio-grandense. As aulas de química biológica e microbiologia da FMPA eram ministradas nesse instituto.<sup>165</sup> Nos relatórios administrativos da Faculdade constam

---

<sup>162</sup> FREITAS E CASTRO, Fernando de. O Problema da Raiva no Rio Grande do Sul. *Archivos Rio Grandenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 3, mar. 1927, p. 2.

<sup>163</sup> *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Op. cit., p. 19.

<sup>164</sup> Contudo, ainda não havia tratamentos efetivos para os infectados. A partir de 1910 passou-se utilizar drogas de maior eficácia, como o “Salvarsan”, patenteado pelo laboratório alemão Hoechst. Ver: LEITNER, et al. Historia del tratamiento de la sífilis. *Revista argentina de dermatologia*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 88, n. 1, 2007, p. 15. No Instituto Oswaldo Cruz, localizado no Rio de Janeiro, há um trabalho que versa sobre a reação de Wassermann datado de 1913, onde o autor fala que seu estudo apresenta “resultados de exames no correr de 4 anos”, o que leva a pensar que desde 1909 este centro sorológico também atuava em pesquisas relacionadas à sífilis. Ver: MOSES, Arthur. *Técnica e modificações da reação de Wassermann*. 1913. p. 78. Disponível em: [http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo05/tomo05%28f1%29\\_78-97.pdf](http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo05/tomo05%28f1%29_78-97.pdf), acesso em 07/10/2008.

<sup>165</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1916*. Op. cit., p. 24-25.

freqüentes doações das intendências municipais e do governo estadual para o laboratório ali instalado.<sup>166</sup>

As doenças que preocuparam os governos rio-grandenses, a partir de 1895, foram praticamente as mesmas até 1928, havendo quase todos os anos no estado casos de difteria, peste bubônica, febre tifóide, varíola, varicela, sífilis e tuberculose. A varíola adquiriu caráter epidêmico em 1905 e a varicela em 1909, assim como o tifo, encontrado em quase todas as cidades e vilas. Houve epidemias localizadas de varicela na capital, em 1917, e de peste bubônica, em 1921.<sup>167</sup> Várias dessas moléstias eram passíveis de serem diagnosticadas pelo Instituto Oswaldo Cruz e assim, em tese, poderia-se contribuir nas medidas terapêuticas e profiláticas a serem adotadas pelos médicos.

Contudo, deve-se matizar o “alcance” do trabalho desses centros de estudos da FMPA. Acerca do discurso do dr. Freitas e Castro sobre o Instituto Pasteur, com a comparação entre índices de cura da raiva entre as várias localidades, é possível interpretar que, no caso das cidades européias, tratavam-se de locais onde um maior número de pessoas eram atendidas, e como consequência, maior a possibilidade da freqüência de “insucessos”. Sobre o Instituto Oswaldo Cruz, pelo fato dos exames não serem gratuitos, salvo algumas exceções, certamente nem toda a população tinha acesso aos seus serviços. Além disso, esses locais eram centros de diagnósticos, e não de tratamento dos pacientes portadores das moléstias citadas, possuindo assim ação limitada frente às diversas enfermidades que assolavam o estado. Segundo Abrão, o coeficiente de mortandade no Rio Grande do Sul, por mil habitantes, manteve-se elevado ao longo de toda a República Velha, principalmente em Porto Alegre. Nesse sentido, os índices de mortalidade da capital rio-grandense, em 1913, chegavam a 25,70 por mil habitantes, maior se comparado a grandes metrópoles daquele momento, como o Rio de Janeiro, com um índice de 20,85, ou Buenos Aires, com o número de 15,50.<sup>168</sup> Além disso, Porto Alegre padecia com altas taxas específicas de mortalidade infantil, número considerável de pessoas que faleciam sem assistência médica e o reduzido número de órgãos e funcionários que serviam à saúde pública, espelhando assim

---

<sup>166</sup> Ver: Relatórios da FMPA a partir de 1911. Em dezembro de 1925, foi promulgada uma lei em que o governo do estado estava autorizado a emprestar a quantia de 50 contos de réis para a remodelação desses institutos. *Relatório da FMPA referente ao ano de 1925*. Op. cit., p. 80-81.

<sup>167</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 62. As cidades de Rio Grande e Pelotas foram freqüentemente atacadas por varíola e peste bubônica, sem considerar epidemias em cidades menores. *Ibid.*, p. 62-63.

<sup>168</sup> ABRÃO, Janete Silveira. Op. cit., p. 45.

precárias condições sanitárias que também prevaleceriam nas demais capitais brasileiras.<sup>169</sup>

Já em 20 de setembro de 1911, em terreno doado pelo governo do PRR, perto do Campo da Redenção, foi lançada a pedra fundamental do edifício-sede da FMPA. A construção dele era muito desejada pela congregação, sob a alegação da necessidade de um espaço “maior e moderno” para o desenvolvimento de suas atividades.<sup>170</sup> A obra propriamente dita só iniciou em 1913, depois da elaboração de um novo contrato e projeto com o engenheiro Rodolpho Ahrons. As intencções municipais, governo estadual e federal incluíram verbas para obra desde 1911, mas as suspenderam a partir de 1913. Com os recursos cada vez mais exíguos, em 1914 ela foi paralisada. Porém, em 1917, a congregação da FMPA encaminhou à assembléia dos representantes rio-grandense um pedido de verbas. Essa repassou a proposta ao presidente do estado, que no final desse ano sancionou uma lei que autorizava o empréstimo de uma quantia de 550 contos de réis para a Faculdade. O corpo docente agradeceu então ao “patriótico e benemérito” governo estadual pela ação.<sup>171</sup> Retoma-se a obra no ano de 1919, e a inauguração se deu em 1924, em sessão solene, contando com a presença do então governante regional Borges de Medeiros.<sup>172</sup>

Considerando que na construção da nova sede o governo da União contribuiu com cerca de 60 contos de réis, o governo do estado, 275 contos de réis, a intendência de Porto Alegre, com no mínimo 33 contos de réis, e o Banco da Província do Rio Grande do Sul com o empréstimo de 550 contos de réis, percebe-se que a obra foi totalmente coberta através de recursos advindos das três instâncias governamentais administrativas públicas, inclusive ultrapassando o orçamento inicial (total de 918 contos de réis para um custo projetado de 897 contos de réis).<sup>173</sup> Para a quitação posterior da dívida com o banco, o governo do estado doou 200 contos de réis para a congregação, enquanto esta completou a soma com cerca de 98 contos de réis. O resto do pagamento parece ter sido “esquecido”, pois o diretor da Faculdade, Sarmiento Leite, afirmou que o empréstimo findou com a quantia paga.<sup>174</sup> Em tempo: uma quermesse organizada pelo farmacêutico Carvalho Freitas, em anos anteriores, para auxiliar na

---

<sup>169</sup> ABRÃO, Janete Silveira. Op. cit., p. 79.

<sup>170</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1917*. Op. cit., p. 53.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 55-59.

<sup>172</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1925*. Op. cit., p. 20.

<sup>173</sup> Obtive esses dados somando as doações que encontrei em diversos relatórios administrativos da FMPA a partir de 1910.

<sup>174</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1928*. Porto Alegre: (...) 1929. p. 91-92.

manutenção e/ou construção de novas estruturas para a escola, alcançou a quantia de 6 contos de réis, módica em comparação com o auxílio obtido através das esferas governamentais.<sup>175</sup>

Com a expansão estrutural da Faculdade, o seu patrimônio passou a aumentar progressivamente ao longo do período:

Patrimônio Faculdade de Medicina					
	1910	1915	1920	1925	1931
Valor (Réis)	204:900\$000	547:653\$730	565:934\$000	1680:195\$420	1731:155\$000

Em 1910, a FMPA contava com diversos laboratórios, o edifício antigo, um gabinete de odontologia e um centro para as aulas de anatomia. Já em 1915, seu patrimônio havia se multiplicado de maneira considerável, certamente pela inclusão da sede que estava sendo construída (a antiga continuou incorporada a FMPA, mesmo após a finalização do novo prédio em 1924).<sup>176</sup> As despesas principais, além da remuneração do corpo docente, se referiam à manutenção e compra de novos equipamentos para os laboratórios e gabinetes, livros e revistas médicas para a biblioteca<sup>177</sup> e materiais para o Museu Ceroplástico (cujo acervo era constituído por peças plásticas européias, além de reproduções anatômicas preparadas pelos alunos).<sup>178</sup>

Nesse ponto, pergunta-se: esses auxílios para as instituições não contrariavam os preceitos doutrinários do partido, na questão do ensino livre “radical” que defendia? A contradição existiu, mas nunca pareceu incomodar o governo estadual. Houve doações de dinheiro e equipamentos, além de subvenções asseguradas pelo governo do PRR quando houve a contrapartida da Faculdade em oferecer algum tipo de serviço público, como no caso do Instituto Pasteur e no Laboratório de Análises (embora se conclua, no segundo caso, que a idéia principal era contribuir financeiramente para a Escola de Farmácia). Para além de uma postura doutrinária rígida, portanto, o governo do estado interessou-se em ajudar materialmente a FMPA. Por outro lado, embora a apoiasse, o

<sup>175</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1917*. Op. cit., p. 53.

<sup>176</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1916*. Op. cit., p. 30. Os edifícios do Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Pasteur não constavam nas listas patrimoniais, provavelmente por funcionarem em locais alugados pela congregação, mas o equipamento que lá era utilizado sim.

<sup>177</sup> A biblioteca foi inaugurada oficialmente em 1901, e ficou sob os cuidados do médico Diogo Ferraz até 1915. Em 1931 a biblioteca possuiria 8732 obras. Ver: *Relatório da FMPA referente ao ano de 1931*. Op. cit., p. 54.

<sup>178</sup> *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Op. cit., p. 19-23.

fato dela ter sido fundada sob a legislação do “ensino livre” desobrigava-o a sustentá-la, colocando-o, creio, em uma posição “cômoda”, a de não arcar “oficialmente” com os custos da entidade, auxiliando-a apenas quando julgasse conveniente.

Mas quais seriam os planos do governo quando auxiliavam essas instituições? Segundo Grijó, a estratégia do PRR era apoiar os institutos de ensino superior porque eles formariam agentes capacitados para atuarem nas mais diversas áreas. Os governantes regionais almejavam que essa elite “culturalmente instrumentalizada” contribuísse para prover o Rio Grande do Sul de avanços culturais, econômicos e políticos e assim retirando-o de uma posição periférica em comparação com outras unidades federais.<sup>179</sup> Pode-se crer ainda que o auxílio dos políticos do partido a essas entidades rendiam-lhe elogios e visibilidade social entre seus patrícios. E penso que “o discurso externo”, na defesa do ensino superior particular, totalmente isento de “influências” do Estado, mas que apenas em tese existia, servia para valorizar o modo pelo qual o PRR conduziria a questão, no intuito de fortalecer a “imagem” do governo estadual perante a União.

Para além disso, no caso da FMPA, concluo que o governo estadual auxiliava materialmente a instituição porque esta atuava em áreas nas quais um conhecimento técnico específico era importante e o Estado não possuía outros meios para intervir. Sendo a raiva um problema endêmico no Rio Grande do Sul, além de outras epidemias e moléstias que aqui tiveram alcance, contribuir para o desenvolvimento da escola médica e seus institutos e laboratórios era prover meios para oferecer melhores serviços de saúde pública aos rio-grandenses, apesar da sua provável eficácia limitada.

A FMPA, por sua vez, mesmo sendo uma instituição privada, sempre aceitou de bom grado, através de sua congregação, qualquer auxílio material público que lhe foi concedido. É razoável afirmar que para seu sustento - que incluía despesas com remuneração de lentes e demais funcionários (porteiro, serventes, eventualmente um delegado fiscal), gratificações por tempo de serviço, compra de livros e equipamentos importados, além de projetos de expansão e reformulação de sua estrutura física - apenas a receita advinda de taxas cobradas dos alunos e doações particulares (sempre mais modestas em relação às contribuições do poder público) seria insuficiente.<sup>180</sup> Outro quesito que atesta a insignificância dos rendimentos cobrados através dessas taxas

---

<sup>179</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 104-105.

<sup>180</sup> Nas atas das sessões da FMPA, constam as receitas, despesas e o saldo patrimonial da instituição periodicamente, como por exemplo: Ata n. 51 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 15/12/1906.

é o fato de alguns dos estudantes serem “gratuitos”, logrando tal permissão através do pedido feito “em nome” de alguém ou alguma instituição à Faculdade. Se tal renda fosse relevante, provavelmente a congregação não permitiria que esses estudassem sem alguma contrapartida financeira. Não por acaso, algumas das instituições que ampararam os alunos para que ingressassem na FMPA foram o governo federal, estadual e municipal.<sup>181</sup> E eles passam a ingressar na escola justamente no ano que iniciam as doações para a construção da sede da FMPA, em 1911. Sua entrada na instituição, portanto, fortalecia a manutenção de uma boa relação da Faculdade com as esferas governamentais, as principais fontes de sustento da entidade. Nesse sentido, a congregação encaminhava formalmente pedidos financeiros à Assembléia dos Representantes do Estado, ao Congresso Nacional e às intendências municipais, sendo diversas vezes atendida. Assim, estabelecia-se uma relação que servia aos interesses tanto da Faculdade quanto do poder público.

De outra forma, compreende-se que a FMPA se engajou da defesa do “ensino livre” apenas no que dizia respeito a sua autonomia didático-pedagógica. Já quanto ao corolário da independência financeira das instituições, colocada por alguns políticos ao lado da primeira, a congregação nunca se pronunciou a respeito, pelos motivos apresentados.

Até o momento foram mencionados aspectos acerca da militância político-partidária de membros da congregação que se materializavam em vínculos efetivos com agentes das esferas governamentais, como no episódio da federalização da Faculdade em 1932. Neste subcapítulo, especificamente, mostrou-se que Julio de Castilhos enviou carta elogiosa pela fundação da FMPA ao então diretor Protasio Alves, em 1898. Para além dos elogios da instituição ter sido edificada sob os “auspícios” da iniciativa particular, como defendia o chefe do PRR, julgo que as inúmeras deferências deram-se pelo fato de Protasio ser membro ativo do partido e grande amigo de Castilhos, como já mencionado. Do mesmo modo, creio que as homenagens póstumas em nome da Faculdade no ano de 1903 contêm o tom entusiasmado de um “companheiro” de agremiação ao outro, conjugado ao agradecimento pelos auxílios prestados pelo político

---

<sup>181</sup> Inclui-se entre essas entidades a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Sendo hospital onde os alunos e professores da Faculdade exerciam suas atividades clínicas, provavelmente a instituição obtinha permissão para que alguns indivíduos por ela indicados participassem dos cursos da FMPA. Os alunos gratuitos são mencionados ao longo dos relatórios administrativos da escola médica, como por exemplo: *Relatório da FMPA referente ao ano de 1917*. Op. cit., p. 34.

à escola. No subcapítulo anterior, também foi mostrada a importância dos vínculos político-partidários dos docentes nos processos de enquadramento legal da FMPA.

Contudo, para além dos possíveis benefícios que adviriam para a Faculdade a partir da influência e conexões com correligionários políticos nos seus rumos institucionais, esses mesmos elementos fomentaram diversos conflitos e disputas que marcaram o percurso da FMPA.

#### **1.4 Conflitos acadêmicos ou político-partidários?**

Percebeu-se que os contatos de membros da congregação com os correligionários do PRR, quando os próprios professores não eram vinculados ao partido, foram importantes para o alcance de alguns objetivos da escola ao longo do período. Por outro lado, essa relação com o mundo da política também trouxe conflitos para o seio da instituição.

No dia da fundação da Faculdade de Medicina, 25 de julho de 1898, relata-se:

Conforme noticiamos, realizou-se ontem à noite, a reunião das congregações da Escola de Farmácia e do Curso de Partos, no edifício onde funciona aquele estabelecimento de ensino (...) na parte em que tratou do reconhecimento da Escola, aquele nosso amigo, o farmacêutico Alfredo Leal, disse que, apesar do ódio que o governo da União vota ao Rio Grande, e negar o reconhecimento da Escola, ela continuava a prosperar. Disse mais, que a Escola não precisava expedir diplomas senão para o ano vindouro, e que até lá não estará à testa o Governo da República o Sr. Prudente de Moraes.<sup>182</sup>

A fala de Leal refere-se ao fato da Escola de Farmácia ter requerido o seu reconhecimento desde 1897, o que não foi atendido pela União, e a recusa dessa demanda teria uma motivação política: a conflituosa relação entre o poder central e o governo do Rio Grande do Sul naquele momento.

Avalio que essa crítica do farmacêutico não deixa de expressar o seu posicionamento frente à conjuntura político-partidária da época, na qual, sendo ele correligionário ativo do PRR, estava “indisposto” com o então presidente da República. Nesse sentido, Leal, seria “pessoa de confiança de Castilhos”, viajando a várias localidades do estado como emissário para apaziguar contendas entre partidários do

---

<sup>182</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 26/07/ 1898, p. 4.

PRR.<sup>183</sup> O governo de Castilhos, por sua vez, era visto com reserva por Prudente de Moraes, presidente eleito em 1894. Considerava-se o presidente do estado um personagem “rebelde”, em virtude de suas ações para manter uma independência “feroz” em relação ao poder executivo federal, o que na visão do presidente da República poderia trazer problemas à sua autoridade.<sup>184</sup>

Por outro lado, apesar dessa falta de proximidade entre governo regional e da União nesse momento, não creio que isso possa ter afetado diretamente a questão da equiparação, visto que em outubro de 1898 o Ministério da Justiça iniciou o processo requerido pela escola. Um delegado fiscal foi então designado para avaliar a entidade e tecer um relatório acerca do assunto.

Contudo, houve problemas: o delegado “não quis compreender”, segundo Leal, que naquele momento existia uma Faculdade com os cursos de medicina e farmácia. Como a escola farmacêutica não existisse mais nos moldes anteriores, ele se negou a fornecer parecer favorável ao reconhecimento, criando descontentamento entre a congregação da FMPA. Os ânimos ainda se tornariam mais exaltados ao circular uma notícia que, a pedido do Ministro do Interior, o delegado teria sido encarregado de verificar a “idoneidade moral e profissional” dos professores em atividade, informação que irritou profundamente os lentes, considerando tal demanda um insulto grotesco. Como resultado, o fiscal é mandado embora, e o processo não se concretiza.<sup>185</sup>

Após o ocorrido, *A Federação* promoveu uma crítica contundente ao presidente da República:

É fatídico o nefando governo do Sr. Prudente de Moraes, felizmente prestes a expirar no meio de irreprimível regozijo público. Em tudo que dele depende, diretamente ou por seus delegados, sente-se logo a ação maléfica. *É um governo infeliz.* A Escola desta capital, representando um alto louvável esforço de operosos e abnegados patrícios secundados pelo apoio moral do Governo do Estado, desenvolveu-se num verdadeiro seio de Abraão, *longe do ruído das paixões políticas*, servida pela abnegação de seus servidores e está prestando inexcusáveis auxílios à mocidade e aos interesses do Estado.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> Ver: DAUT FILHO, João. *Memórias de João Daudt Filho*. 3 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949. p. 190-191.

<sup>184</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 76.

<sup>185</sup> Sessão Livre. *A Federação*, Porto Alegre 17/11/1898, p. 3.

<sup>186</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 29/10/1898, p. 2.

Ao longo da notícia há maiores detalhes sobre a ação do fiscal do governo, já comentados. O interessante é perceber que o jornal coloca a instituição como livre de “partidarismos” e questões políticas, mas é ele próprio que *politiza* os eventos ocorridos: o governo federal desejaria prejudicar o governo do Rio Grande do Sul, e como a FMPA teria o apoio moral deste, nada seria mais “evidente” do que uma represália em relação à instituição. Em nenhum momento, tanto para Leal quanto para *A Federação*, possíveis “impasses técnicos” ou equívocos de “compreensão” são levantados acerca do pedido de equiparação, o que acredito ser uma possibilidade, uma vez que tais processos por vezes se arrastavam por dois ou três anos, exatamente por diversas análises técnicas executadas pelo Ministério da Justiça.

Não se deve esquecer, como já afirmado, que *A Federação* era um periódico defensor da causa do PRR, e seus diretores e redatores, ao longo do período de existência dele (Iª República), eram membros do partido republicano local.<sup>187</sup> Dessa forma, não há nada de estranho em ver o jornal lamentando o suposto episódio descrito por Leal e “atacando” o governo federal pela questão da equiparação em curso.

Portanto, para Leal o impasse no reconhecimento da Faculdade transformou-se em questão política, e assim as ações do delegado fiscal certamente seriam “atos de má fé” arquitetados contra a escola, no intuito maior de “desrespeitar” o Rio Grande do Sul, a mando do governo federal. Porém, ressalto que os lentes se manifestaram unanimemente contra a intenção do delegado de promover uma avaliação moral deles, algo que feria sua “honra pessoal”. O fomento do impasse por antagonismos políticos foi, primordialmente, obra do farmacêutico.<sup>188</sup>

Voltando à tensão estabelecida entre membros do PRR e a União na questão do ensino superior, ela pode ser exemplificada através de outro episódio que trouxe conseqüências significativas para a FMPA, entre 1906-1907.

Ele iniciou com a reprovação da tese do doutorando Eduardo Soares de Barcellos, por maioria de votos da mesa examinadora da Faculdade. Todavia, o estudante não aceitou o resultado e entrou com um recurso contra a decisão da banca. Afirmou que o seu “insucesso” ocorreu por críticas ao trabalho de alguns professores, como o do dr. Marcos Cavalcanti, da Faculdade do Rio de Janeiro, além de trechos da

---

<sup>187</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 123.

<sup>188</sup> É digno de nota que posteriormente ao episódio, os alunos do curso de farmácia, através de um abaixo-assinado publicado na *A Federação* solidarizaram-se com os docentes, com argumentação muito semelhante à de Leal. O apoio é quase unânime, visto que dos 33 matriculados, trinta e um, assinaram o documento, aplaudindo a atitude de rejeição do reconhecimento federal nos termos em que ele ocorreria. *A Federação*, Porto Alegre, 29/10/1898. Op.cit., p. 2.

tese nos quais a comissão examinadora teria vislumbrado “ironias” contra os professores Victor de Britto e Nogueira Flores, da FMPA.

No primeiro caso, defendeu-se Barcellos, apenas afirmara a necessidade de sutura de uma ferida pós-operatória de uma paciente, e no segundo, criticara procedimentos adotados pelos médicos no tratamento de uma criança, que, segundo ele, deveria ter sido operada. O doutorando considerou injusta a avaliação dos lentes, pois não caberia à Faculdade censurar as opiniões dos candidatos, apenas avaliar sua pertinência científica. Afirmou que não atentou contra a “honra” dos professores, unicamente criticou as práticas terapêuticas dos esculápios nos casos descritos.<sup>189</sup>

No entanto, uma carta do delegado fiscal da FMPA defendeu que a reprovação havia transcorrido dentro das normas do Código dos Institutos Oficiais de Ensino, que a tese e os conhecimentos revelados durante a argüição “não eram impecáveis” e, portanto, não caberia recurso a Barcellos.<sup>190</sup>

Com tal parecer do delegado gerou-se revolta por parte de um grupo de estudantes. Esses publicaram um protesto-convite na *Gazeta do Comércio*, convocando os alunos da Faculdade para se encaminharem à Praça da Alfândega e promoverem uma passeata em solidariedade a Barcellos. Não é possível precisar o número de jovens que compareceram e/ou concordaram com a manifestação. Nos dias posteriores, segundo notícia do *Correio do Povo*, durante a “marcha” eles teriam bradado “morras à banca examinadora, e a alguns lentes cujos nomes ainda ajuntavam desditosos qualificativos.”<sup>191</sup>

Tais eventos foram levados à congregação. Entretanto, aquilo que pôde ser avaliado por ela como efetivamente realizado pelo grupo foi a autoria da convocação publicada no jornal, uma vez que os docentes não viram os eventos, com exceção de Sarmiento Leite, que teria tentado na ocasião “acalmar os ânimos”. Contudo, o médico afirmou que permaneceu pouco tempo ao lado do grupo e não soube informar melhor acerca do ocorrido.<sup>192</sup>

As palavras de ordem “injuriosas” que teriam sido endereçadas aos lentes são vistas com reserva por alguns deles, avaliando que pode ter havido algum exagero na notícia. Para esses, levando em conta apenas o protesto escrito dos estudantes, não constaria nada de ofensivo à congregação ou à instituição, tratando-se essencialmente de

---

<sup>189</sup> Ata n. 51 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 15/12/1906.

<sup>190</sup> Ibid.

<sup>191</sup> Ata n. 52 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 20/12/1906.

<sup>192</sup> Ibid.

uma moção de “apoio moral” a Barcellos, mesmo que estivesse relatado no documento um sentimento de “indignação” contra a “clamorosa injustiça da banca examinadora”.<sup>193</sup>

É votada a abertura de um inquérito para apurar os demais fatos, sendo essa a proposta vencedora, com o voto de 13 lentes. A decisão para abertura do processo não é unânime, visto que 3 professores votaram contra a investigação. Um deles, o dr. Henrique Riedel, afirmou ser o evento um ato de solidariedade dos alunos em relação a outro colega, propondo assim que se desse o caso como encerrado. Contudo, na sessão seguinte, um professor desqualifica a opinião dele, ao comentar que Riedel tinha um filho estudando na FMPA e por isso seria do seu interesse que as demais apurações não fossem feitas.<sup>194</sup>

Todos os estudantes do curso, então, foram chamados a secretaria para serem inquiridos sobre seu comportamento. O argumento da congregação era de que eles haviam cometido o delito acadêmico de “quebra de relações necessárias de subordinação do discípulo ao mestre”, e que a consequência da falta de respeito ao principio disciplinar seria o desprestígio e “aniquilamento da instituição”. Compareceram 114 alunos, que responderam a um questionário no qual cem deles afirmaram desconhecer completamente os eventos em discussão. Os outros 14 foram considerados inocentes já de antemão (esses provavelmente comprovaram que estavam envolvidos em outras atividades no momento dos acontecimentos).<sup>195</sup>

A partir do questionário, não se “descobriu” nenhum culpado, visto a negação de todos os alunos da participação no ocorrido. Dessa forma, alguns professores consideraram que não se deveria punir os estudantes, pois, como afirmou o dr. Carvalho de Freitas, era preferível “absolver um culpado do que condenar um inocente”. Outros docentes, contudo, entenderam que a negativa a todos os quesitos constituía-se em uma “provocação” desrespeitosa à instituição. Posta em votação, firma-se essa segunda opinião, em um placar de 12 lentes a favor e 6 contra. A congregação então suspendeu os alunos por um ano, por avaliar que haviam respondido “acintosamente à Faculdade, negando fatos de domínio público”.<sup>196</sup>

Não concordando com a suspensão, os alunos, em 1907, contrataram um advogado, que no recurso alegou não ser crime recusar-se a responder os quesitos

---

<sup>193</sup> Ata n. 52 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 20/12/1906. Nessa ata consta a reprodução do convite, bem como é discutida a notícia do jornal.

<sup>194</sup> Ata n. 53 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 24/12/1906.

<sup>195</sup> Ata n. 54 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 02/02/1907.

<sup>196</sup> Ibid.

propostos pelo corpo docente. Além disso, segundo o bacharel, caso comprovada a participação dos alunos no protesto, o “tumulto” deveria ser considerado um “delito comum” de “manifestação inconveniente pelas ruas”, sem relação direta com a Faculdade. O caso chegou ao Ministro da Justiça e ao presidente Afonso Pena, que, através de um ato executivo, tornou sem efeito a punição dos estudantes.<sup>197</sup>

Essa atitude do governo federal gerou desavenças no corpo docente, pois alguns membros aceitavam a resolução presidencial e outros não. O fato da decisão de Pena ter sido acatada pela maioria dos lentes seguramente já era conhecida pela congregação, visto que na sessão onde o assunto seria discutido, dois deles comunicaram sua renúncia, sem que tal assunto fosse colocado em pauta. Protasio Alves argumentou que estava convencido que o governo havia encarado o caso pelo “lado prático” da lei, mas tal interferência não merecia apoio, pois a partir dela se “retirava a necessária autoridade para manter a disciplina”. Dito isso, despediu-se da instituição. O dr. Carlos Penafiel, ao justificar sua saída, disse que não poderia conformar-se com a atitude da congregação em concordar com a União, sendo que há poucos dias atrás ela julgara-se desrespeitada e desautorizada pelos estudantes.<sup>198</sup>

Na sessão seguinte do corpo docente, professores que não estavam presentes anteriormente encaminharam seu pedido de exoneração, externando argumentação semelhante. Como saldo, onze médicos, os quais eram vinculados politicamente ao PRR, renunciaram às suas cadeiras na instituição. Na decisão de dois deles, provavelmente, pesou igualmente o entendimento de terem sido desrespeitados “pessoalmente” no episódio: caso dos drs. Victor de Britto e Nogueira Flores, membros da banca examinadora e “zombados” na passeata dos estudantes, segundo a notícia do *Correio do Povo*.<sup>199</sup>

Esses membros do partido, em algum momento de suas trajetórias, além da docência na FMPA, ocuparam cargos políticos, ou burocráticos e dependentes da “indicação” do governo estadual, como consta na tabela abaixo. Dos renunciantes, apenas Damasceno Ferreira não foi identificado como ligado a algum cargo público e/ou político-partidário, embora não signifique que ele não tenha sido ligado ao PRR.<sup>200</sup>

---

<sup>197</sup> LETTI, Nicanor. O perfil político de Sarmiento Leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/07/1978. p. 13-14.

<sup>198</sup> Ata n. 58 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 28/03/1907.

<sup>199</sup> Ata n. 59 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 30/03/1907.

<sup>200</sup> Informações retiradas das seguintes obras: AITA, Carmen et. AL. (Org.). *Parlamentares gaúchos, das Cortes de Lisboa aos nossos dias*. 1821-1996. Porto Alegre. Assembléia Legislativa do RS, 1996. Mensagens Enviadas à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente A. Borges

<b>Professores que solicitaram exoneração em 1907 e sua relação com cargos públicos e/ou políticos partidários</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargos e Funções</b>
Antonio Carlos Penafiel	Médico alienista do Hospício São Pedro 1915-1918 Deputado da Assembléia dos Representantes RS, 1913-1920 e Deputado Federal pelo RS , 1913.
Deoclécio Sertório Pereira	Médico Legista do Hospício São Pedro e seu diretor (1908-1924). Diretor Sanitário (Moléstias Somáticas) do Hospício São Pedro, 1912. Médico da Brigada Militar
Jacinto Gomes	Diretor do Laboratório de Análises do Estado (RS), 1904
José Carlos Ferreira	Diretor de Higiene RS Médico Adjunto do Hospício São Pedro, 1902 Chefe do Serviço de Moléstias do Hospício São Pedro. Diretor do Hospício São Pedro, 1924-1926
Jose Flores Soares	Secretario de Higiene RS, 1905. (cargo abaixo do Diretor). Diretor de Higiene RS, 1923.
Luiz Osório Nogueira Flores	Diretor da Assistência Pública Municipal, P. Alegre, 1898-1907 Prof. do Ginásio Júlio de Castilhos, 1903. Diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, P. Alegre Conselho Penitenciário RS ,1925.

de Medeiros. Anos Diversos. Disponível em: [http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial/rio_grande_do_sul), acesso em 12/03/2009. SOUZA, Blau, et al. (Org.). Op. cit. *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit.

Protasio Antonio Alves	Diretor de Higiene RS. 1895 Deputado da Assembléia Constituinte RS, 1891; Presidente da Assembléia dos Representantes RS. 1892-1896. Secretário do Interior RS ,1913-1928; Vice-Presidente RS, 1918-1923.
Ricardo Machado	Diretor de Higiene RS, 1912. Diretor do Laboratório de Análises RS, 1906
Tristão de Oliveira Torres	Diretor do Hospício São Pedro, 1901-1908. Deputado da Assembléia Constituinte RS, 1891.
Victor de Britto	Membro da Junta Médica Estadual, 1906 Deputado Federal pelo RS, 1912-1914

Quanto aos principais cargos ocupados que eram de indicação político-partidária, optou-se por levar em conta apenas os mais importantes ou aos quais os professores dedicaram maior tempo. São funções como secretarias estaduais, direção de órgão ou empresas públicas, chefias de polícia, intendências e conselhos municipais, procuradorias e outros que necessitavam de nomeação direta de chefes de governo e/ou indicação de partidos políticos. Certamente essas funções eram uma espécie de “benesse” concedida a eles por sua fidelidade ao PRR (com exceção, obviamente, do mandato político, que envolvia o mecanismo do voto).

Nesse contexto pesava igualmente, creio, a questão dos benefícios econômicos que esses cargos forneciam. O ordenado mensal do diretor do Hospício São Pedro era em torno de 1 conto e 650 mil de réis, o Diretor de Análises do Estado 1 conto e 300 mil réis, o Diretor do Gabinete de Identificação e Estatística 1 conto e 270 mil réis e o secretário de Higiene do Estado em torno de 1 conto e 100 mil réis. Havia ainda rendimentos pagos em virtudes de funções acumuladas. O dr. Deoclécio, por exemplo, era médico legista e diretor sanitário do Hospício São Pedro na segunda década do séc. XX, cargos para os quais acumulava o ordenado de 1 conto de réis pelo primeiro e 600 mil réis pelo segundo. Ainda, eventualmente eram incluídas nos cargos gratificações por turnos extras de trabalho e viagens realizadas que giravam em torno de 50 e 100 mil réis. O Diretor de Higiene do Estado não recebia salário, mas contava com uma “gratificação mensal” de 800 mil réis. Em termos comparativos, o salário de um professor do Liceu Estadual, aprovado em concurso público, trabalhando geralmente 30

horas semanais, girava em torno de 450 mil réis, menos de um terço do valor dos cargos citados, que não possuíam horários fixos de atividade.<sup>201</sup> Assim esses postos não deixavam de prover rendimentos consideráveis àqueles que os ocupavam, e por não possuírem carga horária determinada, certamente permitiam a esses médicos usufruírem de tempo livre para outras atividades .

De outra forma, a ligação entre cargos na burocracia estatal e apoio ao PRR não é exagero, visto que os esculápios restantes na instituição, como já comentado anteriormente, não eram diretamente ligados a partidos políticos e em geral não assumiram funções públicas ao longo de seus percursos. Provavelmente escolheram dedicarem-se exclusivamente à docência e à clínica (particular e em hospitais). Houve exceções posteriores, como nos caso dos professores ligados ao episódio da federalização da Faculdade em 1931-1932. Contudo, creio tratar-se aí de outro momento. Os professores diretamente envolvidos naquele processo, Mario Totta, Guerra Blesmann e Annes Dias, eram em 1907 apenas médicos recém formados, nenhum deles professor da FMPA. E como já citado, só atuariam por um partido político no início dos anos 1930, o PRL.

Mas há outras matizes que aprofundam a discussão acerca de desavenças políticas que teriam marcado decisivamente o episódio. O dr. Velho Py afirmou:

O protesto dos estudantes não era apenas contra a suposta “reprovação injusta” de Eduardo Barcellos. Isso era inclusive o menos importante para vários deles. O que almejavam, embora não tivessem declarado diretamente, era atacar o núcleo de professores ligados ao partido republicano local. Eles queriam, em suas palavras “retirar a mão forte de Borges na instituição, que segundo alguns jornais, “atravancava” a escola, principalmente em aspectos técnicos, reivindicações educacionais com a União. O fato dos professores terem reprovado a tese foi um “prato cheio” para a balbúrdia” dos anti-borgistas.... a todos esses eventos eu acompanhava com grande curiosidade.<sup>202</sup>

Segundo o médico, uma questão eminentemente acadêmica acabou passando pelas escolhas políticas dos professores envolvidos, bem como as dos estudantes. Ainda a partir do depoimento, entende-se que um bom número dos alunos não concordava

---

<sup>201</sup> Tais rendimentos podem ser obtidos nos relatórios do governo estadual, tais como: Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente A. Borges de Medeiros. 1907. p. 4-15. Disponível em: [http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul), acesso em 14/03/2008.

<sup>202</sup> PY, Manuel Velho. *Memórias do aprendiz*. Porto Alegre: Globo, 1948. p. 79.

com a presença de correligionários do partido à frente da congregação, o que influenciou seu forte apoio a favor de Barcellos no desenrolar do conflito.

A renúncia dos professores, nas palavras deles, deve ser entendida como um protesto contra a intervenção do governo federal na instituição, que influía pesadamente na autonomia administrativa e didático-pedagógica que eles tanto prezavam, como professores e militantes do PRR. Nesse sentido, acatar um ato presidencial que em suas visões destituía a “autoridade” da congregação, a manutenção da “hierarquia” entre “mestre e aluno”, bem como a “honra” dos docentes, era totalmente inaceitável.

Deve-se lembrar ainda que entre a sua fundação e aquele momento (1898-1907) a FMPA já havia passado por dois processos de equiparação às faculdades oficiais do Rio e da Bahia, em 1900 e 1901. Como já visto, nesses momentos os professores da escola rio-grandense de forma unânime acabaram julgando serem esses dispositivos que prejudicaram substancialmente a organização administrativo-pedagógica da escola. Entre os lentes membros do PRR, provavelmente o descontentamento deve ter sido ainda maior pela Faculdade ter se sujeitado, nas duas ocasiões, às decisões da União que acabavam por desprestigiar as idéias do partido, calcadas na defesa da autonomia política regional e no ensino superior livre. Em relatório institucional de 1905, quando Protasio Alves ainda era diretor da Faculdade, portanto, ele critica o Estado pela sua interferência na área educacional, e conseqüentemente os processos de equiparação que a Faculdade teria sido “forçada” a aceitar. Afirmou que “decretos eram promovidos há décadas por ministros, sem prática, com o sentimento apenas de não ser bom o que temos (...) sobrecarregando-se o tempo e o orçamento com prejuízo do ensino.”<sup>203</sup>

A congregação nesses momentos aceitou sujeitar-se a tais processos para não perder sua legitimidade na expedição de diplomas, como já mencionado, atendendo inclusive aos apelos dos estudantes na questão. Não é possível saber se nas sessões que se decidiu por aceitar esses processos de equiparação os membros do PRR votaram contra ou favor de tal decisão, mas, em qualquer caso, como já afirmado, tal sujeição ao governo federal lhes causava frustração, pelos motivos apresentados. Lembrando também que a Faculdade sofreu um processo mal-sucedido de enquadramento legal em 1898, no qual o farmacêutico Alfredo Leal teceu diversas críticas políticas no episódio. Embora, segundo consta, o fator determinante para que a equiparação não ocorresse foi o fato do fiscal desejar promover uma “avaliação moral” dos lentes, ação unanimemente

---

<sup>203</sup>ALVES, Protasio. Relatório da FMPA referente a 1905. In: CAMPOS, Maria do Carmo; D'AZEVEDO, Martha Geraldo Alves. Op. cit., p. 77.

recusada por eles, é possível que os membros do PRR, naquele momento, também tenham concordado com Leal nas suas críticas ao governo de Prudente de Moraes. Assim, tal “queda-de-braço” desgastante com a União em todos esses episódios, bem como a suposta “submissão” a ela por parte da congregação em relação ao funcionamento da FMPA, pode ter igualmente influenciado a saída desses lentes da Faculdade, “cansados” dessas “lutas”, nas quais, até aquele momento, não haviam obtido vitória.

E quando aos outros professores? Poderia a manifestação dos alunos ter sido “arquitetada” por esse núcleo de lentes não ligados ao PRR, ou mesmo encorajada, para assim enfraquecer ou mesmo criar dificuldades para os lentes ligados ao partido republicano local? Creio que não. Primeiro, é importante lembrar que grande parte da congregação aceitou a investigação dos eventos ocorridos, bem como votou pela punição dos estudantes no caso Barcellos. Ainda, eles não poderiam prever o desenrolar dos acontecimentos, como o ato presidencial que revogaria a decisão da congregação e que, a partir dele, os professores ligados ao partido acabariam por renunciar. Inclusive, nos dias subseqüentes dessa exoneração, uma comissão foi encarregada de conversar com os docentes que se retiraram para convencê-los a voltar à instituição. Embora não se tenha obtido sucesso, creio que aí se reforçava a idéia de que a o objetivo dos professores restantes na FMPA não era o de excluir determinados colegas. Assim, acredito que a posição dos docentes não-membros do partido era mais pragmática, sempre almejando obter apoio com as forças políticas em jogo sem envolver-se de forma “intensa” com nenhuma delas. Dessa forma, no caso da estruturação da Faculdade, a partir do apoio “moral e material” do PRR, desde 1898, esses não colocaram empecilho pelas vantagens estabelecidas com o governo regional e o partido. Mas nos processos de equiparação, bem como no conflito de Eduardo Barcellos, entenderam que o mais importante na ocasião era reconhecimento do curso de medicina, ou seja, a já afirmada possibilidade de continuar emitindo diplomas que fossem aceitos em qualquer região do país, o que não seria possível caso a instituição desacatasse a resolução presidencial, como externaram na sessão da renúncia dos seus colegas em 1907.<sup>204</sup> Mesmo que, em concordância com tal decisão da União, houvesse a consciência por parte deles que graves conflitos poderiam instaurar-se no grupo docente, o que de fato acabou ocorrendo.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> Ata n. 59 das Sessões da Congregação da FMPA. Op. cit.

<sup>205</sup> Ibid.

Há outros componentes relacionados à política sobre os quais é necessário refletir. Em 1907, como já comentado, o PRR sofreu algumas dissidências internas que redundaram na candidatura de Fernando Abott à presidência do estado, em oposição a Carlos Barbosa Gonçalves, candidato de Borges de Medeiros.<sup>206</sup> Assim, além do grande desgasto com os rumos da Faculdade em virtude do caso Barcellos, creio que, igualmente com o intuito de apoiarem com mais intensidade Gonçalves na campanha eleitoral, bem como focar em suas possíveis carreiras políticas, os professores tenham decidido se exonerar da faculdade. Nesse sentido, é significativo entender, por exemplo, que no caso de Protasio Alves, suas atividades clínicas regulares teriam cessado em 1907, justamente quando ele se afasta também da diretoria da FMPA. Posteriormente, alcançou os cargos de secretário dos negócios do interior e vice-presidente do estado pelo partido. Observa-se também que Carlos Penafiel e Victor de Britto tornaram-se deputados federais após desligarem-se da Faculdade e não há registros que tenham retomado a carreira docente. Assim, a saída desses lentes provavelmente marca seu contato mais profundo e/ou exclusivo com a esfera política, incluindo aí a militância partidária e o alcance de cargos eletivos e/ou burocráticos ligados a ela.

A partir do episódio de Eduardo Barcellos, o governador Borges de Medeiros expressou publicamente críticas a FMPA:

Uma comissão de ilustrados professores da Faculdade de Medicina esteve em palácio, onde foi recebida pelo presidente do Estado com a exímia cortesia que lhe é habitual, *já por tratar-se de dignos lentes da Faculdade, já de correligionários políticos.*

Disse o presidente do Estado estar de inteiro acordo com a conduta dos lentes resignatários. Acrescentou que julgava precária a subsistência da Faculdade, pois apesar da competência, dedicação, zelo e autoridade moral do corpo docente, julgava difícil a *manutenção da necessária disciplina.* Declarou ser ela indispensável, no sentido de sua autonomia, e só neste caso estaria pronto a prestar os auxílios que pudesse.<sup>207</sup>

Percebe-se que o político condenou a falta de disciplina na instituição. Protasio Alves igualmente tinha mencionado o termo em sua fala de renúncia. Como já citado, esses médicos também se mostraram contrários à “insubordinação” dos alunos, seja na passeata, seja nos recursos que objetivavam. Nesse sentido, a “desordem” perpetrada

---

<sup>206</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 91.

<sup>207</sup> A Federação, Porto Alegre, 03/04/1907, p. 2.

pelos estudantes após esses episódios seria inconcebível, pois haveria uma “harmonia institucional” que devia ser preservada, o que não ocorreu.

Borges, em Relatório à Assembléia dos Representantes em 1907, muda o “tom” de sua fala em relação à FMPA, após elogiá-la por vários anos:

O regime atual de equiparação deve ser transitório, sob pena de tornar-se *perturbador*. (...) é tempo de suprimir de vez qualquer ingerência do poder público em tudo que seja estranho a sua missão temporal. A esfera governamental na esfera da ciência é tão anárquica e despótica como a que pretendesse regular a fé religiosa. (...) por isso é precária a existência dos que vivem sob esse regime híbrido e negativista. Essa é a lição da nossa própria experiência, como nos indicam os deploráveis incidentes ocorridos recentemente na Faculdade de Medicina desta capital. Por todos estes motivos merece aplausos e incitamentos o projeto de outro instituto de medicina e ciências anexas, vazado sob moldes inteiramente livres e de feições práticas.<sup>208</sup>

O alvo principal de Borges é o governo federal, o qual, segundo suas afirmações, promoveria um regime de ensino danoso. Pois, pelo medo de retaliações, a congregação da Faculdade teria aceitado a interferência da União no caso de Barcellos. Acatando tal decisão, foi desmoralizada perante os alunos, que, segundo o governante, agiram de maneira indisciplinada e não foram punidos. Isso mostraria a fragilidade da instituição, sem autoridade para gerir suas questões administrativas, situação que colocaria em risco sua própria existência.

Por outro lado, o projeto de um novo instituto de ensino médico foi executado em Porto Alegre. Após o retorno de Borges ao governo estadual em 1913, creio não ser por acaso, um ano depois, o nascimento da Escola Homeopática (EH).<sup>209</sup> Em relato a posteriori, um de seus fundadores afirmou que a instituição encontrou acolhida entre a população, pois um grande número de alunos matriculou-se nela (contudo, deve ter pesado também o fato dos estudantes terem ingressado lá sem passar por nenhum teste de admissão). Além disso, Borges teria emprestado a nova escola seu “apoio moral”, que “nunca tinha sido negado para empreendimentos honestos e de finalidades sociais”.<sup>210</sup>

Contudo, essa entidade não funcionou por muito tempo. Divergências entre a direção e o corpo docente tiveram como conseqüência a criação de uma nova

---

<sup>208</sup> Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente A. Borges de Medeiros. 1907. Op. cit., p. 13.

<sup>209</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 99.

<sup>210</sup> MARTINS, João Vicente Souza apud VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 71.

instituição, a Escola Médico Cirúrgica de Porto Alegre (EMCPA), em 1915.<sup>211</sup> Em argumentação similar a respeito da EH, afirma-se que esta nova entidade foi estruturada baseada em “idéias filosóficas de um grupo de médicos libertos dos preconceitos oficiais”, e que tal grupo, “verdadeiramente republicano, julgou colaborar no organismo político do Rio Grande do Sul”, formando um “instituto de ensino médico livre de todo o controle perturbador do poder temporal”.<sup>212</sup>

Acredito que o texto supracitado, publicado na revista *Máskara* em 1922 e cujos redatores eram ligados ao PRR, não deixa de criticar indiretamente a FMPA, em virtude dos eventos anteriores, por ressaltar que a nova escola não possuiria ingerência política em sua organização. Contudo, tal assertiva não se sustentou, em virtude das ligações que o governo de Borges também passou a estabelecer com a EMCPA.

Inicialmente, a Santa Casa de Porto Alegre não permitiu que os estudos práticos dessa escola fossem feitos nas suas enfermarias, que eram utilizados pelos membros da FMPA. Protasio Alves, então secretário do Interior e Exterior, interveio junto ao Provedor do hospital (dirigente máximo da instituição), através de correspondência, para lograr tal permissão, o que foi concedido a partir de 1916. A escola possuía ainda uma policlínica que funcionava no atendimento aos pobres, cujos ambulatórios seriam de clínica médica, pediatria, ginecologia, sifilografia oftamológica, cirurgia e odontologia. A EMCPA não teria subvenção pública, mas a policlínica sim, em quantias que variavam de 2 a 10 contos de réis, remetidas pelo governo estadual e intendência de Porto Alegre, entre 1917-1922.<sup>213</sup>

Percebe-se que a mesma mecânica estabelecida anteriormente entre o governo estadual e a FMPA, de prover de subsídios a uma escola médica quando esta oferecia contrapartidas em serviços públicos de saúde, é novamente posta em prática (caso da policlínica de atendimento gratuito). E se pode imaginar que assim como a FMPA recebeu um variado apoio moral e material, o PRR agiria de maneira semelhante em relação à EMCPA, um empreendimento que, como visto, o empolgava. Outra ocasião em que isso é visualizado é na própria ação decisiva de Protasio Alves para que ela tivesse espaço de atividades na Santa Casa de Misericórdia, pois se tratava de um hospital privado e, teoricamente, livre de qualquer ingerência dos homens públicos.

---

<sup>211</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 99.

<sup>212</sup> Escola Médico-Cirúrgica. *Máskara -Magazine Mensal*: numero especial comemorativo do centenário da independência do Brasil. Porto Alegre, 1922, p. 23.

<sup>213</sup> *Ibid.*, p. 24.

O desenrolar dos acontecimentos na FMPA deve ter “semeado” em Borges descontentamento em relação à instituição por certo período. Assim, durante o primeiro ano de funcionamento da EMCPA (1915), ela contou com subvenções para a sua policlínica, enquanto em relação à Faculdade as doações das intendências municipais e do governo estadual foram suspensas. Desse modo, acredito que a esfera administrativa pública regional deve ter preferido na ocasião apoiar materialmente apenas a nova escola de medicina gaúcha.

Contudo, apesar das desavenças ocorridas, não se deve marcar uma ruptura definitiva do governo estadual (e especificamente, de Borges de Medeiros) com a FMPA em virtude do ocorrido. Como já citado, a partir de janeiro de 1908, o estado foi governado por Carlos Barbosa Gonçalves, em um momento que a Faculdade teve um desenvolvimento estrutural significativo. Além disso, a indicação dele para a eleição foi decisão de Borges e este provavelmente não desaprovava as parcerias estabelecidas pelo novo governante regional e a FMPA. Do contrário, conflitos entre eles teriam surgido, com conseqüências nos rumos políticos do estado.

De outra forma, houve uma reaproximação visível entre Borges e a FMPA. Obviamente para a sobrevivência dela necessitava-se de verbas, algo que a instituição estava acostumada a receber das esferas governamentais. Desse modo, a congregação provavelmente acreditava que a salvaguarda do governo estadual, antigo “parceiro” da escola, seria fundamental. Assim, ela passou a promover várias “gentilezas” em relação ao presidente do estado. Quando ele se afastou temporariamente do cargo em 1916, em virtude de sua saúde frágil, a diretoria da FMPA passou a visitá-lo em sua fazenda, assim como o recebeu no seu regresso à capital.<sup>214</sup> No ano seguinte, em que ele autorizou o empréstimo para a construção do prédio da Faculdade, moções de congratulações em seu nome foram registradas em uma sessão dos docentes, além de ter recebido pessoalmente a mensagem em uma audiência especial.<sup>215</sup> O próprio Protasio Alves teria convencido Borges a conceder o empréstimo à congregação, reforçando que ele, mesmo após sua saída da FMPA, também não guardava “ódio” à instituição.<sup>216</sup> Posteriormente, uma publicação oficial da escola estampou o retrato de Borges para homenageá-lo, em seção usualmente dedicada apenas a imagens de grandes médicos do

---

<sup>214</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1916*. Op. cit., p. 19.

<sup>215</sup> *Relatório (...) ano de 1917*. Op. cit., p. 16-17.

<sup>216</sup> *Relatório (...) ano de 1919*. Op. cit., p. 42.

país.<sup>217</sup> Em 1928, ele recebeu uma jóia de ouro da congregação.<sup>218</sup> Todas estas ações, aprovadas com unanimidade pelos professores, exaltavam os supostos esforços valiosos que o chefe do PRR teria despendido em relação à entidade. Esse, por sua vez, além dos apoios materiais substanciais para a FMFA, nessa troca de “gentilezas” passou a nomear médicos da Faculdade para recepcionarem cientistas que aportavam na capital, assim como convidar a congregação para cerimônias cívicas.<sup>219</sup>

Outro fator que pode ter pesado para essa reaproximação de Borges e a FMFA foram as diversas dificuldades pelas quais a EMCPA passou ao longo de seu período de funcionamento. As fontes a respeito da instituição, bem como trabalhos acadêmicos que fazem menção a escola, são raros.<sup>220</sup> Sabe-se que, apesar desse apoio governamental, a EMCPA sofria diversas restrições da “classe” médica da capital e dos alunos da FMFA, que diversas vezes promoveram campanhas para desestruturar a instituição, a qual acabou fechando e reabrindo algumas vezes, até sua extinção definitiva em 1943. Em 1925, a direção da EMCPA moveu um processo contra o Centro Acadêmico da FMFA por calúnia. Os alunos foram acusados de imprimir folhetos nos quais afirmavam que a instituição era “desqualificada e um indecoroso e indecente valhacouto de ignorantes.”<sup>221</sup> A escola teve sua situação agravada, pois, seguindo as normas do decreto 20.179 do mesmo ano, requereu sua equiparação aos institutos oficiais, sendo o pedido negado nesse momento e também no ano seguinte.<sup>222</sup> A instituição teria oficializado um novo reconhecimento junto ao Ministério da Educação em 1938, sendo a proposta novamente recusada, em virtude de vários problemas apontados pelo órgão, como a suposta falta de local para os estudos práticos. Sofrendo ainda a pressão dos estudantes da FMFA, que se mobilizaram para promover uma campanha pelo fechamento dela ao longo dos anos 1930, denunciando suas possíveis irregularidades à Secretaria de Saúde e Educação federais, bem como à Assembléia Legislativa do Rio

---

<sup>217</sup> *Relatório (...) ano de 1920*. Op. cit., p. 24.

<sup>218</sup> *Relatório (...) ano de 1928*. Op. cit., p. 42-43.

<sup>219</sup> Alguns exemplos são o convite ao corpo docente para participação na “Festa da Bandeira”, bem como na cerimônia de recepção do professor George Dumas, que iria promover um encontro científico na capital gaúcha, eventos estes ocorridos em 1917. Ver: *Relatório da Faculdade de Medicina de Porto Alegre referente ao ano de 1917*. Op. cit., p. 18.

<sup>220</sup> Entre eles podemos destacar os trabalhos de Beatriz Weber e Felipe Vieira, que tratam de aspectos ligados a EMCPA, além da Revista *Maskara*, todas obras já aqui citadas.

<sup>221</sup> Um processo contra acadêmicos, a queixa-crime apresentada pela Escola Médico-Cirúrgica. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 20/ago/1925, p. 4. Citado em: WEBER, Beatriz Teixeira. Op. Cit., p. 112.

<sup>222</sup> *Ibid.*, p. 114.

Grande do Sul, a instituição encerrou suas atividades através do decreto presidencial 12.570, que proibiu o seu funcionamento.<sup>223</sup>

Sobre os membros da congregação da EMCPA, de um total de 18 lentes que consta na reportagem da *Revista Maskara*, identifiquei apenas 6 formados em instituições de ensino médico mais “tradicionais”, como as faculdades de medicina da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os outros provavelmente eram “práticos”, ou formados em cursos homeopáticos, o que reforçaria as críticas da FMPA em relação ao instituto.<sup>224</sup> Para a congregação, a homeopatia era caracterizada como “charlatanismo”, afastada da verdadeira “medicina científica”, que seria a alopática.<sup>225</sup> E como consta no periódico, ao ressaltar que a instituição foi concebida por indivíduos “genuinamente” republicanos, certamente o texto referia-se a pessoas ligadas ao PRR (independente ou não da veracidade da afirmação, assim os redatores da revista consideravam esses médicos), embora eu não tenha identificado nenhum dos professores ligados a cargos político-partidários pela agremiação.

De outro modo, penso que Escola Médico-Cirúrgica enfrentou a oposição dos médicos ligados à FMPA pela própria concorrência “profissional” que passaria a se estabelecer com mais uma escola de medicina na cidade. Por fim, percebe-se que entre os lentes da EMCPA não consta nenhum dos renunciantes de 1907, o que seria uma possibilidade, em virtude da nova escola contar com o apoio do PRR e os médicos já terem experiência na docência de um curso de medicina. Assim, reforça-se a afirmação anterior de que os integrantes do grupo renunciante de 1907 almejavam redirecionar suas “carreiras”, envolvendo-se de forma mais intensa na esfera política.

---

<sup>223</sup> BRASIL. Decreto 12.570 de 15 de junho de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12570-15-junho-1943-461223-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 16/07/2010.

<sup>224</sup> A lista de professores completa consta em *Mascara, Magazine-Mensal* (...) Op. cit., p. 26.

<sup>225</sup> A alopatia é um conceito comumente associado ao princípio básico da medicina moderna e institucionalizada inspirado na expressão do “*Contraria Contrariis*” ou seja, os sintomas de uma moléstia são tratados diretamente com medidas contrárias a ela. Incluem aí os mais diversos tratamentos e drogas destinados a erradicar alguma doença, antibióticos para erradicar uma infecção causada por bactérias, por exemplo. WEBER, Beatriz. Op. cit., p. 114. Já a Homeopatia é um termo criado por Christian Friedrich Samuel Hahnemann (1755-1843) para designar uma terapia curativa que se baseia no princípio *similia similibus curantur* (os semelhantes curam-se pelos semelhantes). Nesse sentido, a doença seria uma “perturbação no organismo” e para ele entrar novamente em “equilíbrio” (o que significaria, na prática, a restituição da saúde do indivíduo), deveriam ser aplicadas no corpo do paciente substâncias semelhantes à doença (no caso, doses extremamente diluídas de compostos vinculados a própria moléstia), o que levaria o corpo a reagir, fortalecendo novamente suas defesas naturais e restituindo a sua energia vital (em outros termos, o indivíduo obteria a “cura” plena). Resumo histórico da homeopatia no Rio Grande do Sul In: *Anais do Primeiro Congresso Sul Americano de Homeopatia (1944)*. Porto Alegre: Livraria Continente, 1945. p. 49.

Talvez para apaziguar os ânimos dos médicos da FMPA e promover certa trégua de seus ataques à EMCPA, Borges tenha concordado em voltar a ter boas relações com a Faculdade (embora tais agressões nunca tenham cessado). Ou tenha julgado que a Escola Médico-Cirúrgica, devido a todas essas críticas, vinculadas aos pedidos de equiparação recusados pelo governo federal ao longo da década de 1920, era um projeto com poucas chances de sucesso. Lembrando que exatamente nessa década Borges estava bastante enfraquecido em seu reduto político, bem como o PRR nacionalmente.<sup>226</sup> Assim, provavelmente havia pouco espaço para embates políticos referentes às idéias do partido acerca das instituições de ensino superior. Desse modo, por todas essas dificuldades, o PRR pode ter preferido novamente prover de maior apoio apenas a FMPA, que já possuía certa tradição na área educacional.

A partir do que foi estabelecido ao longo dessa sub-unidade, compreende-se que os contatos e laços políticos dos membros da congregação da FMPA, além de serem importantes para que a instituição obtivesse certos apoios morais e materiais, realizando assim os “anseios” do corpo docente, poderiam gerar sérias divergências internas, levando inclusive a mudanças radicais em seu interior. O momento principal é a saída de um grande número de lentes em 1907. Especificamente em relação ao PRR, compreende-se que o partido esperava certo apoio às suas posições na esfera educacional, manifestada na voz de membros do partido entre os quais se incluíam alguns professores, mesmo que em diversos momentos isso implicasse em uma postura de combate às decisões da União na área. Quando certa parcela do grupo docente decidiu aceitar as resoluções do governo federal, especificamente no caso Barcellos, houve crise e afastamento entre a Faculdade e governo regional. Fosse pelas constantes sujeições da congregação às decisões da União ou o desejo de dedicar-se ao PRR e às oportunidades que ele ofereceria, (provavelmente foram importantes esses fatores somados) determinados lentes optaram por desvincularem-se da FMPA.

As pressões do governo rio-grandense existiram, fosse na retirada de apoio político institucional ou de aportes financeiros que antes eram estabelecidos. Apesar de ocorrer uma ruptura entre Borges e a Faculdade, que suspendeu diversas verbas estaduais para a instituição, houve uma reaproximação definitiva.

Assim, percebe-se que lutas políticas também se reproduziam no seio da instituição, trazendo conflitos entre os professores e ocasionando grandes mudanças na

---

<sup>226</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 143.

estrutura organizacional da entidade. O que mostra que o ensino médico era muito mais do que apenas um discussão “técnica”, de dimensões acadêmicas, acerca do que deveria ser estabelecido na área.

\* \* \*

Observou-se nesse primeiro capítulo a forte relação estabelecida entre a *medicina e a política*. Procurei analisar os debates acerca da configuração do ensino superior estabelecidos para as escolas médicas, em fins do Império e durante a I<sup>a</sup> República.

Um dos principais pontos dizia respeito aos diversos regulamentos e decretos instaurados. A FMPA queria se desenvolver através de modificações em termos estruturais, nas suas feições didático-administrativas. Isso incluía a defesa de um currículo que, em suas palavras, seria mais afeito à ciência médica. Tal ideário incluía principalmente as novas técnicas e equipamentos voltados às experiências laboratoriais e à pesquisa aplicada. Passava também por um leque mais variado de disciplinas, assim como uma quantidade maior de avaliações, principalmente no tocante a cadeiras de especialidades clínicas, geralmente tidas como apenas de frequência. Na defesa desse corpus administrativo-pedagógico, a escola colocou-se contra as diretrizes educacionais do ensino médico estabelecido, através de estratégias com base naquilo que entendiam serem os mais altos ideais científico-escolares. Contudo, nesses termos, sua voz, isolada, não se fazia ouvir. A instituição então era enquadrada pelo governo federal, através de seus órgãos técnicos, julgando que, ao contrário, a Faculdade não atingiria tais graus de excelência.

O contato mais aprofundado com o mundo da política proporcionou à Faculdade obter suporte em diversos momentos. Primeiro, pelo apoio moral e material, incluindo recursos e equipamentos, logo a partir de sua fundação em 1898, por parte do PRR. Posteriormente, o partido impôs suas teses partidárias em nível nacional, através de seus correligionários políticos que ocupavam postos-chaves na área da educação. A agremiação promovia a defesa do “ensino livre”, incluindo a autonomia didático-administrativa das instituições, agradando o grupo dirigente da escola médica rio-grandense, que assim poderia organizá-la como bem quisesse. Sobre a questão da independência financeira da instituição, também colocada como princípio doutrinário do PRR, isso não era levado a fundo. Assim, na prática, a escola recebeu e muito apreciava os recursos que lhe eram aportados do governo estadual. Geralmente tais somas eram

colocadas em virtude de certas contrapartidas em serviços de saúde pública que a Faculdade ofereceria, principalmente através de seus institutos anexos que patrocinavam ações na área laboratorial. Mas houve diversas ocasiões, sob a justificativa de melhoramentos estruturais importantes para a FMIPA, que o dinheiro foi simplesmente doado por parte do Estado, demonstrando que não houve maior rigidez nos preceitos políticos específicos dessa questão pregados pelo PRR. Nesse processo, também foi importante os contatos políticos de certos professores com a agremiação, que facilitava o estabelecimento dessas boas relações com as esferas governamentais.

E igualmente as conexões dos professores com dirigentes políticos de nível federal tiveram papel importante na trajetória da FMIPA. Quando ela tornou-se federalizada, foi alçada um nível institucional diferenciado, nunca antes obtido. Os lentes consideraram esse desfecho positivo. Pois, a Faculdade passou a ser oficialmente sustentada pela União, não correndo mais riscos de instabilidade financeira. Além disso, embora a Faculdade continuasse a submeter-se a certos marcos regulatórios do Conselho Nacional de Ensino, o fato de ter se transformado em entidade mantida pela União proporcionou-lhe a autonomia pedagógica e curricular que sempre almejou. Em 1932, com maior autoridade da sua congregação junto aos órgãos técnicos federais para elaborar políticas educacionais específicas acerca do ensino médico, ela colocou-se no mesmo patamar institucional das suas “co-irmãs” da Bahia e do Rio de Janeiro.

Todavia, tais vínculos políticos criaram conflitos na escola. Os membros do PRR irritavam-se com as constantes interferências da União, como no caso dos processos de equiparação da Faculdade, em que ela era forçada a aceitar as diretrizes estatais para permanecer com idoneidade institucional. Se nos episódios anteriores, em 1900 e 1901, respectivamente 1º e 2º processos de equiparação, instalou-se um clima hostil por parte dos lentes do partido em relação às ações federais, 1907 foi o ápice desses desentendimentos. Com a União invalidando a decisão da congregação de suspender todos os estudantes devido a sua possível participação em um movimento de “ataque” ao corpo docente, bem como a concordância de parte dos professores com tal interferência federal, os lentes do partido julgaram-se desmoralizados e desrespeitados. Somando-se à lista de episódios de desentendimentos anteriores, bem como a provável intenção de investirem com mais intensidade em suas carreiras políticas, os correligionários do PRR decidiram se retirar da FMIPA. Houve assim um período de turbulência entre governo estadual e Faculdade, sendo que o Estado decidiu apoiar novas iniciativas no ensino médico local em detrimento dela. Contudo, como foi visto,

novamente boas relações foram estabelecidas entre a esfera administrativa pública regional e a mais antiga escola médica rio-grandense.

Esse tipo de ação, reflexo da luta entre os indivíduos, é próprio da dinâmica que se estabelece em diversos espaços sociais. Portanto, percebe-se que a esfera médica não estava livre de outras interferências muito fortes em sua configuração ao longo do período estudado, em especial as conexões com o mundo político, assim como dos diversos desfechos que tal ligação acarretava.

## CAPÍTULO II

### Perfis dos docentes da Faculdade de Medicina de Porto Alegre

Neste capítulo, construí uma “biografia coletiva” centrada nos 69 docentes da Faculdade, utilizando para tal um método em pesquisa histórica conhecido como prosopografia. Segundo uma definição já praticamente “canônica” de Lawrence Stone, trata-se da “investigação das características comuns do passado, de um grupo de atores na história, através do estudo coletivo de suas vidas”.<sup>227</sup> Uma ferramenta que busca revelar as características comuns de certo grupo, em um dado período histórico, auxiliando a elaborar um perfil social compartilhado por esses indivíduos.<sup>228</sup>

Sobre o uso do método, segundo Charle, as pesquisas se intensificaram, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 1960, interessando-se pela questão das elites (por exemplo, grupos políticos vinculados às câmaras e parlamentos locais), introduzida pela sociologia, especialmente a americana, onde as teses de Pareto e Mosca obtiveram receptividade. Já a sociologia da educação francesa, a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu, esteve na origem de numerosas prosopografias de intelectuais.<sup>229</sup>

Tal ferramenta é útil de várias formas. Miceli aponta seu uso para compreender processos básicos de formação do poder, exemplificando, na temática medieval, casos de reservas de caça em favor de herdeiros e protegidos, vagas asseguradas aos filhos e parentes dos membros das corporações, postos políticos adquiridos em troca de serviços prestados. Nesse sentido, o grau de “sucesso” de um determinado círculo familiar é tanto mais elevado na medida em que seus interesses passam a se “confundir” com os próprios objetivos das instituições em que tais indivíduos atuam.<sup>230</sup> No trabalho de Peter Burke, sobre as elites de Amsterdã e Veneza no período de 1580-1720, compreende-se quais os elementos e de que forma articulam-se para legitimar determinados grupos como a “classe” dirigente dessas cidades comerciais de destaque do Velho Continente durante séculos.<sup>231</sup> Bulst, em seus estudos sobre as universidades medievais, demonstra

---

<sup>227</sup> STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*. v. 100, n. 1, 1971, p. 46.

<sup>228</sup> HEINZ, Flávio. Op. cit., p. 9.

<sup>229</sup> CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. Op. cit., p. 43.

<sup>230</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 353.

<sup>231</sup> BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

que além de proporcionarem uma formação escolar propriamente dita, elas eram ambientes de encontro entre renomados membros de famílias locais, mecanismo de sociabilidade essencial para a construção das carreiras políticas desses personagens.<sup>232</sup>

Segundo Heinz, dois autores consagrados no meio acadêmico brasileiro incorporaram em grau variado a perspectiva da construção biográfica coletiva. José Murilo de Carvalho, a partir de suas pesquisas sobre a elite política do Império Brasileiro, e João Luis Fragoso, ao analisar o comércio e seus representantes no Rio de Janeiro em fins do séc. XVIII e na primeira parte do séc. XIX.<sup>233</sup> Ressalto ainda a obra de Sergio Miceli, sobre os intelectuais brasileiros modernistas e pré-modernistas.<sup>234</sup> Da análise desses autores as biografias são inexoravelmente ligadas a dinâmicas sociais, políticas e culturais, possibilitando compreensão da formação de estratégias de atuação dos atores envolvidos nesses processos.

Como afirma Bulst, as problemáticas que permeiam a pesquisa histórica podem (e devem) ser analisadas a partir “do conhecimento prévio das pessoas” que participaram de tais processos.<sup>235</sup> No caso específico desse trabalho, busquei mapear certas características que eram compartilhadas por grande parte dos professores da FMPA. Todavia, não se trata simplesmente de descrevê-las, mas como elas contribuem para a compreensão da forma que a medicina institucionalizava-se no estado rio-grandense, com foco na dimensão do seu ensino. Basicamente, preoquei-me em entender se determinados elementos dessas trajetórias asseguravam (ou direcionavam) o percurso dos indivíduos para o curso de medicina e, posteriormente, como docentes da Faculdade. E, em caso positivo, de que forma isso ocorria.

Sobre a escolha dessas categorias para serem incluídas na análise, uma consideração. Algumas foram escolhidas já de antemão e, como já ressaltado anteriormente, são bastante comuns nas pesquisas prosopográficas, como locais de nascimento, origens sociais e escolarização. Mas igualmente incluí na proposta outras características que, ao longo da pesquisa, ao recolher informações individuais dos médicos, percebi que eram compartilhadas por um número expressivo deles e assim julguei importante entendê-las.

---

<sup>232</sup> BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: história e sociedade*. v. 5, n. 1, 2005, p. 48.

<sup>233</sup> HEINZ, Flavio. Op. cit., p. 11.

<sup>234</sup> MICELI, Sérgio. Op. cit.

<sup>235</sup> BULST, Neithard. Op. cit., p. 58.

A “população” que enquadrei para ser estudada foi tanto os primeiros professores da FMPA como outros esculápios que se agregaram ao seu corpo docente durante o período estudado. Para fins metodológicos, dividi a congregação em grupos menores, denominados 1ª, 2ª e 3ª faixas. A primeira delas corresponde ao período de 1898- 1907, incluindo tanto “os fundadores”, ou seja, aqueles que estiveram presentes (ou solicitaram que algum indivíduo os representasse) na sessão que deliberou sobre a criação da FMPA, além de médicos que foram integrando-se ao corpo docente até a data final citada. Procedi dessa forma por alguns motivos. Primeiro, pelo processo de composição inicial da congregação ter demorado mais de um ano, até que praticamente todas as disciplinas vagas tivessem a regência preenchida. Portanto, não me pareceu razoável excluir determinados indivíduos de uma faixa de professores iniciais simplesmente pelo fato deles não terem sido integrados “exatamente” no dia em que se registrou em ata o nascimento da instituição, lembrando que o curso só iniciou em 1899.<sup>236</sup> Segundo, pelo fato de ter ocorrido a já comentada exoneração simultânea de vários professores em 1907. Julguei relevante, então, passar a análise de uma segunda faixa de docentes a partir desse ano, no qual novos professores ingressaram para preencher esses cargos vagos. Estava curioso, inclusive, para verificar se havia ocorrido mudança de perfil social dos médicos a partir dessa modificação significativa na composição da congregação.<sup>237</sup>

Como esse primeiro período estudado foi de 9 anos (1898-1907), decidi estabelecer para o segundo núcleo de docentes o período 1908-1917, também transcorrido o mesmo intervalo de tempo. Na última faixa, seguindo esta lógica, eu deveria fixar o período 1918-1927, mas como meu marco temporal de estudo finalizou

---

<sup>236</sup>As deliberações da Congregação seriam tomadas pelo numero de votos absolutos dos membros presentes a favor de determinada proposta. Se o assunto interessasse particularmente a algum dos lentes, a votação se faria por escrutínio secreto, prevalecendo, na hipótese de empate, a opinião favorável ao interessado. Este poderia tomar parte na discussão, mas não votar, nem assistir a votação O escrutínio seria iniciado sempre pelo substituto em exercício mais moderno e terminaria pelo catedrático mais antigo, seguindo-se o diretor. Essa informação consta no Regulamento da Faculdade de Medicina de 1904, transcrito em: Ata n. 43 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 28/12/1904.

<sup>237</sup>As informações que foram obtidas para a elaboração das tabelas sobre abaixo constam em: HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Fogos de bengala nos céus de Porto Alegre: a Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998, (lista de formandos); *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943, p. 477-582. *Livros de Termos de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1900-1970, vols. 7-10; *Histórico Escolar dos Formandos em Medicina da FMPA*. Porto Alegre, 1904-1936; *Panteão Médico Riograndense: síntese histórica e cultural*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943, p. 477-582; SOUZA, Blau (org.). *Médicos (Pr)escrevem 7: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE; AMIRGS; Simers, 2001. *Relatórios da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1900-1943, 44 vols.

em 1932, decidi ultrapassar esses 9 anos, estabelecendo para a terceira faixa o intervalo entre 1918-1932.

A análise dos perfis desses médicos também passa, primordialmente, por entender a força dos vínculos sociais entre esses indivíduos, verdadeiras redes de relações personificadas, incluindo laços de parentesco, “amizade” e as constantes trocas de favores e apoios, a partir de contatos estabelecidos nos diferentes ambientes em que esses indivíduos circulavam (as escolas secundárias, faculdades, hospitais, entre outros). Essas conexões serviam como os “princípios básicos que fornecem os critérios de recrutamento” para a congregação da Faculdade.<sup>238</sup> Portanto, esse tipo de relação é entendido como um dos elementos de coesão do núcleo de docentes da FMPA e representa o principal critério de ingresso, permanência e ascensão nesse grupo.

Essa divisão das faixas de professores também acaba trazendo questionamentos mais específicos que são ligados a esses núcleos. Para a 1ª faixa de lentes, foi igualmente uma preocupação, por exemplo, entender as motivações que os levaram a “fundar” uma faculdade de medicina no estado, para além dos fatores que já apresentei anteriormente. Mas essa pergunta, logicamente, seria fora de propósito para uma determinada faixa de médicos que nela ingressaram em um período bem posterior, como a 3ª. Assim, entre as discussões apresentadas, novas problemáticas sobre o ensino médico, bem como a tentativa de trazer respostas a elas, foram surgindo à medida que a análise avançava.

## 2.1 Origens sociais

Como não foi possível encontrar dados completos sobre as origens sociais dos docentes da escola médica rio-grandense, a forma escolhida para inferir algo a respeito foi prestar atenção aos locais de nascimento deles (cidades e estados, segundo suas características sócio-econômicas gerais) e também a profissão paterna. Ou seja, na falta de informações mais acuradas sobre essas origens, tais elementos são o que melhor pode permitir uma visão de quais elas poderiam ser.

---

<sup>238</sup> Essa perspectiva foi pensada a partir, principalmente, dos estudos de Coradini a respeito das “elites médicas”, nacional e regional: CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 1996b. Idem. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a crise da medicina no Rio Grande do Sul. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul-out 1997, p. 265-285.

Quanto a 1ª faixa de professores acerca de sua província e cidade de nascimento, obteve-se os seguintes dados:

<b>Província ou Estado de Nascimento</b>	<b>Número</b>
RS	21
BA	3
RJ	1
Total	25

<b>Cidade Natal</b>	<b>Número</b>
Porto Alegre (RS)	15
Rio Pardo (RS)	3
Cachoeira (RS)	2
São Leopoldo (RS)	1
Salvador (BA)	2
Valença (BA)	1
Rio de Janeiro (Cap.Federal)	1
Total	25

Percebe-se que maioria nasceu no estado sulino, ressaltando-se assim o caráter rio-grandense do empreendimento de fundação da Faculdade. De um universo de 25 indivíduos, 21 deles nasceram no Rio Grande do Sul (80% do total), 3 na Bahia (12% do total), 1 nos Estados Unidos (4% do total) e 1 no Rio de Janeiro (4% do total). Ressalta-se que no caso de Carlos Wallau, seu núcleo familiar era pertencente a São Leopoldo e ele acabou nascendo em solo americano por certa casualidade. Seus pais já estariam, à época, preparando-se para voltar à localidade de origem, então incluí suas estatísticas entre os rio-grandenses desse grupo.<sup>239</sup>

---

<sup>239</sup> *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural. Op. cit., p. 56.*

Entre as cidades natais, a que mais se destaca é Porto Alegre, com 15 lá nascidos (60%), compondo ainda 3 naturais de Rio Pardo (12%), 2 de Cachoeira (8%), 1 de São Leopoldo (4%), 2 de Salvador (8%), 1 do Rio de Janeiro (4%), e 1 de Valença (4%).

Segundo Macedo, Porto Alegre inicia, na década de 1850, um processo de urbanização, ainda que lentamente, na zona próxima ao porto que recebeu os seus primeiros povoadores: construção de diversas edificações (incluindo aí prédios públicos e “imponentes” sobrados), alargamento e calçamento de ruas, aterramento de áreas alagadiças, ajardinamento de espaços públicos para a constituição de praças, entre outras medidas. A burocracia estatal cresce, atuando nos mais diversos serviços públicos, como higiene, educação, obras, comunicação (telégrafos). Também há a fundação de diversas instituições que são uma novidade na cidade. Em 1858, o Teatro São Pedro é inaugurado festivamente, e um ano depois, o Banco da Província. Em 1867, começa a operar a Usina do Gasômetro, responsável pela iluminação pública movida a gás. Dezesesseis anos depois, os bondes da Cia. Carris de Ferro Porto-Alegrense, utilizando tração animal, iniciam suas atividades, impulsionando um deslocamento mais rápido pelas vias. Eles saem da Praça da Alfândega em direção aos vários “arraiais” (bairros incipientes), que começam a se formar em zonas limítrofes da urbe: Menino Deus, Partenon, Azenha.<sup>240</sup>

De outra forma, na capital do estado, desde os seus primórdios, desenvolve-se intensa atividade comercial, cuja localização é privilegiada pela profundidade das águas e por estar situada em uma confluência de redes fluviais. Através de seu porto, promovem-se importações e exportações com outras regiões do país e nações estrangeiras. Os principais produtos eram ferro, aço, carvão, maquinário industrial, madeira e grãos. Porto Alegre também se constituiu num foco de atração para a comercialização dos produtos coloniais agrícolas, principalmente os advindos de zonas alemãs (Vale do Sinos). A principal rua comercial é a dos Andradas, que representa o centro do “mundo elegante”. Nela estão as lojas de móveis, vestuário, artigos de luxo para as residências, casas de câmbio, relojarias, confeitarias, cafés, livrarias e os mais refinados hotéis e restaurantes. Na Rua 7 de Setembro, bem próximas ao porto, se encontram principalmente lojas de miudezas e vendas por atacado, além de armazéns de secos e molhados.<sup>241</sup>

---

<sup>240</sup> MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 56.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 42.

Os estabelecimentos industriais de maior importância como estaleiros, fábricas de máquinas, serrarias a vapor e fábricas de móveis se fazem presentes, na Rua Voluntários da Pátria, também chamada de “Caminho Novo”. Nos arraiais, geralmente mais afastados dessa zona central, moinhos, matadouros e também lavadeiras, doceiras e negros alforriados se dedicavam a toda sorte de pequenos serviços urbanos. Ao se proclamar a República, Porto Alegre constituiu-se, indubitavelmente, no principal centro administrativo, comercial e industrial do estado.<sup>242</sup>

A questão do comércio citadino e da prestação de serviços e cargos burocráticos em geral é fundamental para entendermos as origens sociais dos médicos uma vez que, relacionando essas origens a “profissão” paterna, percebe-se que seus pais são exatamente os representantes dessa faixa de atividades. Assim, com dados sobre a profissão dos pais de 42 indivíduos, chegou-se aos seguintes resultados: 21 comerciantes/negociantes dos mais diversos ramos; 11 funcionários públicos, divididos em 2 fiscais da Receita Municipal, 1 agente da Alfândega, 1 inspetor da Instrução Pública, 2 auxiliares da Secretaria de Obras Públicas, 2 funcionários da Secretaria da Fazenda, 2 funcionários do Banco da Província 1 agente da rede telegráfica; ainda constam 2 agentes de viagens, 1 despachante e juramentista, 1 marceneiro/carpinteiro, 2 oficiais militares, 2 médicos e 1 fazendeiro.<sup>243</sup>

Pode-se pensar igualmente que a formação médica dos filhos fosse uma novidade para o núcleo familiar, vinculada ao fato dessas ocupações paternas não necessitarem de escolaridade em nível superior, conclusão essa reforçada pelos depoimentos de alguns médicos. Carlos Penafiel, filho de um dono de casa de móveis na Rua da Praia e no Caminho Novo, afirma que “bancando a duras penas minha diferenciada e inovadora formação, pude concluir os estudos médicos, *uma grande novidade na família*”. Manoel Gonçalves Carneiro, filho de um negociante de artigos de luxo (louças e tecidos) relembra: “meus pais, assim como eu, almejavam o *grau em medicina*, nível de estudos nunca antes alcançado na família, e não mediam esforços econômicos, mesmo que custosos, para eu concluir esse sonho”. Diogo Ferraz afirmou que seu pai era dono de um armazém de secos e molhados, obtendo bons rendimentos que possibilitaram seus estudos. E “da família, incluindo meus tios e avós, sócios no empreendimento de meu pai, era grande a expectativa que eu, o primeiro dos Ferraz, me formasse”. Raimundo Gonçalves Viana, cujo pai era agente de telégrafo, relata que

---

<sup>242</sup> PETERSEN, Germano. *Porto Alegre: história e urbanização*. Porto Alegre: La Salle, 1984. p. 77.

<sup>243</sup> Dados obtidos a partir das mesmas referências utilizadas para a elaboração das tabelas.

“meu genitor não possuía grandes estudos, mas preparou-me para a faculdade em bons colégios”.<sup>244</sup>

A partir desses indícios, as famílias dos esculápios, em sua maioria, se inseriam no que comumente é denominado de “setores médios” ou “camadas médias” da população. Não eram formadas por grandes comerciantes, industriários ou homens que possuíam altos cargos na burocracia estatal, mas esses exerciam uma atividade que lhes permitia obter rendimentos para o sustento do núcleo familiar e investir o excedente na educação dos filhos, ainda que com possíveis dificuldades de ordem econômica. Edmundo Coelho, analisando as condições sociais dos cursos de medicina durante o séc. XIX, chama a atenção para as despesas que os candidatos às carreiras profissionais deviam satisfazer, como livros, vestuário, transporte, alimentação e moradia por vezes fora do seu núcleo citadino. Assim, para determinadas famílias, “formar um doutor” constituiria considerável sacrifício e muitas simplesmente abandonariam o projeto, fosse pelos custos e também porque o investimento não garantiria “retorno”.<sup>245</sup>

Mas por que o investimento em diplomas? E que retorno seria esse? Segundo Teodoro, Porto Alegre, em fins do séc. XIX, possuía certa densidade populacional e “pululava” de jovens, alguns com razoável nível de educação, que ferozmente tentavam obter cargos na burocracia estatal, estabelecendo relações de apadrinhamento com os políticos locais ou se apresentando como detentores do saber de determinada atividade profissional. Para garantir então empregos para os filhos das “melhores famílias”, um certo acordo tácito, entre as elites, acabou por ocorrer. Mesmo sem a exigência legal do diploma no Rio Grande do Sul para exercer determinada profissão, ainda segundo o autor, o fato é que principalmente nos altos cargos da burocracia estatal a preferência da escolha passou a ser de jovens com o curso superior, contemplando assim os filhos de certa parcela da população, os detentores desses títulos. Dessa forma, em um processo identificado com mais força a partir das últimas três décadas do Império, as oportunidades de ascensão e distinção social, além de ganhos econômicos, em locais de progressiva urbanização, como Porto Alegre, cada vez mais estariam ligados ao porte do diploma escolar, mesmo sem a exigência legal dos títulos para exercer algum ofício ou profissão, como ratificado na constituição rio-grandense.<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> Relatos contidos em uma sessão denominada “Memória Médica” dos *Arquivos Riograndenses de Medicina* onde diversos médicos depuseram acerca de suas trajetórias. *Memória Médica. Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 6, fev. 1929, p. 2-15.

<sup>245</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. cit., 98.

<sup>246</sup> *Ibid.*, p. 102.

Mas por que a escolha dos indivíduos em questão pela medicina e não por outros cursos? No caso, entram em cena certos condicionantes sociais que direcionam as carreiras desses indivíduos. Coloco em foco o curso de direito, cuja institucionalização do Rio Grande do Sul é detalhadamente estudada por Grijó.

É necessário, primeiro, uma digressão sobre alguns aspectos sócio-culturais da região. Segundo o autor, havia a imagem do estado como um território povoado por “fazendeiros-guerreiros”, cristalizada na figura do “gaúcho”. Assim, o sucesso de um pleiteante à liderança político-partidária, desde o início do séc. XIX, dependia das suas habilidades como mobilizador de tropas e chefe de guerra. E, não raro, contendas políticas implicavam em sangrentas lutas armadas. A posição de mando dos estancieiros em questão era reconhecida pelo grupo social e também pelo Estado e, a partir desse reconhecimento, eles dominariam o aparelho estatal. O estancieiro era o chefe no seu grupo social e também dominava a política do distrito e do município.

Contudo, cada vez mais as elites locais passaram a valorizar os recursos propriamente culturais na luta política, e assim a educação formal de seus líderes progressivamente é vista como algo a ser cultivado, mesmo que certos valores associados ao passado belicoso ainda se manifestassem. Dessa forma, em um processo iniciado com mais vigor em meados do séc. XIX, o sucesso de um pleiteante à liderança político-partidária não se devia mais unicamente a suas habilidades como um chefe guerreiro. Não que recursos como o ser o centro de uma rede clientelística e contar com extensas relações de parentesco e amizade deixassem de ser valiosos e mesmo fundamentais. Mas essas práticas do mundo da “estância” não garantiriam, isoladamente, a ascensão às posições mais elevadas. Desse modo, o título escolar e recursos culturais paulatinamente foram vistos como importantes em uma nova configuração de “homem público”.<sup>247</sup>

Assim, ainda segundo o autor, entende-se a importância da implantação de academias de direito no país. Duas delas foram instaladas em São Paulo e Olinda, já no ano de 1828. A criação dos cursos jurídicos era vista como fundamental para a própria estruturação do Estado, já que a partir deles supriria-se a carência de servidores públicos

---

<sup>247</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 127. Segundo o autor, os fatores que pautam essas modificações na configuração das posições de poder, no caso rio-grandense, vão “desde questões que passam por uma gama mais ampla de recursos incluindo aí o oferecimento de habilidades “técnicas” para suprir as necessidades de uma clientela que, também se fazia presente, com o passar do tempo, em localidades mais urbanizadas, como dar conta da obtenção de postos e posições variados em uma estrutura estatal mais complexa.” Ibid., p. 135.

mais qualificados cultural e escolarmente, além de propiciar aos grupos socialmente dominantes, que deveriam ser os frequentadores desses cursos, qualificar e ratificar as posições de “poder” que seus antigos clãs familiares possuíam. No caso, existiam preocupações relativas à falta de pessoal habilitado a assumir posições na estrutura estatal, em altos postos do executivo, judiciário e legislativo (ministros, juízes, parlamentares, diplomatas, entre outros).<sup>248</sup>

Como aponta Grijó, no Rio Grande do Sul, segundo a concepção de seus fundadores, os objetivos da Faculdade de Direito, fundada em 1907, eram "formar magistrados, advogados e homens públicos do Rio Grande do Sul", sendo assim semelhantes aos propostos acerca da estruturação dos cursos jurídicos no Brasil já apresentados anteriormente. No caso, fornecer quadros ao Estado. De outra forma, ao pretender-se que a Faculdade de Direito provesse de uma "formação jurídica à mocidade conformada aos princípios republicanos", aponta-se que um dos objetivos de sua fundação era o de formar e capacitar uma elite dentre aqueles que já seriam de antemão "republicanos", no caso, os partidários ou simpatizantes do PRR, que obteriam uma formação para permanecerem legitimados nas posições de poder obtidas. E tanto para o caso das primeiras academias de direito do país, como no caso da congênere rio-grandense, mais do que a capacitação “técnica” que o curso jurídico poderia prover ao indivíduo para o alcance desses postos, o mais importante era o papel da instituição na consolidação de um ethos que incluía certa “cultura jurídica” (baseada na verdade em uma *bricolage* de textos filosóficos, literários, técnico-jurídicos e políticos, incluindo os "clássicos" da Antiguidade e os "modernos" europeus), roupas adequadas, a frequência em bares, cafés, casas de jogos, clubes elegantes e outros espaços de sociabilidade e lazer. Além disso, as referências intelectuais (muitas vezes baseadas apenas em algum conhecimento em poesia, história, literatura, política, filosofia), e a “sede de notoriedade”, que incluía a participação apaixonada e incessante em debates políticos, sociais e culturais, em visões amplas sobre o “mundo” e como “agir” nele. Assim, a Faculdade de Direito serviria como um espaço próprio que reunia os jovens de famílias abastadas, advindos de várias partes do Rio Grande do Sul, em especial das regiões estancieiras, que viabilizavam o tal desejo de intervir em "tudo". Ou seja, a confirmação da posição deles como indivíduos “privilegiados” e “esclarecidos” que deveriam conduzir o “destino” da sociedade. Era a ratificação de posições herdadas destes jovens

---

<sup>248</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p.123.

oriundos dos grupos familiares mais bem situados econômica e socialmente desde períodos anteriores, antes garantidas através da força de seus grupos armados.<sup>249</sup>

Embora esses mecanismos certamente não se constituíssem em regras “inquebráveis”, e provavelmente houvesse casos de indivíduos de diferentes camadas sociais que se tornaram bacharéis na área jurídica, o curso de direito, tendencialmente, era uma espécie de “mundo fechado”, já destinado para as elites. Assim, novas opções de cursos superiores, visando sempre à ascensão e consagração social, deveriam ser buscadas por outros indivíduos.

E creio que aí se insere a medicina. Para a “camada média” em destaque esse era um caminho possível para tais fins, destacando escolar e culturalmente os médicos do resto da população. E se o diploma médico não garantia, durante o período em estudo, que esses indivíduos alcançassem os postos estatais de maior visibilidade social, política, e econômica - nos ministérios, na magistratura e na diplomacia, como no caso dos bacharéis em direito, que com frequência ligavam-se à esfera política - garantia o acesso a certa parcela de cargos burocráticos, aqueles vinculados à área da saúde.

Mas o alcance desses postos também não era subordinado à conjuntura política em curso? A obtenção de tais cargos dependia, majoritariamente, da indicação direta do governo ou através de lideranças partidárias, e as pessoas em foco provavelmente se utilizaram da “patronagem política”, incluindo laços de amizade e parentesco ou mesmo das “trocas de favores”, para a obtenção dessas posições. Certamente é o caso daqueles médicos ligados ao partido republicano local que se exoneraram da Faculdade em 1907 e que ao longo de suas trajetórias ingressaram no mundo político. Por outro lado, creio que o diploma em medicina validava em certa medida um conhecimento mais específico que reservaria obrigatoriamente a presença de um médico nesses cargos na área da saúde ao invés de outro profissional qualquer. Ou seja, eram postos que demandavam saberes mais técnicos, principalmente na área da saúde pública, para tratar de questões que não poderiam ser resolvidas por um leigo. Desse modo, creio que o diploma em medicina, em virtude do conhecimento que ele ratificava, acabava substanciando-se em critério com alguma importância para o alcance de determinados cargos públicos.

Assim, pelo que pude averiguar, a partir das três últimas décadas do séc. XIX, diversos postos relacionados à burocracia estatal da área da saúde foram ocupados por diplomados em medicina do Rio Grande do Sul, funções também mais ou menos

---

<sup>249</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 139-152.

estabelecidas para o período republicano. Havia a Diretoria de Higiene do Estado (que contava em seus cargos mais altos com a presença de um diretor, um ajudante e um secretário, todos médicos) e também as suas diversas seções: Higiene Escolar, Higiene Hospitalar, Profilaxia das Doenças Epidêmicas e Transmissíveis, Estatística Demográfica e Sanitária, Higiene do Trabalho, Higiene Alimentar, Saneamento de Localidades e Habitações, Fiscalização do Exercício de Higiene e Farmácia, Serviço de Assistência Pública. Esses espaços deveriam ser dirigidos por ao menos um médico, além de um ajudante, preferencialmente um estudante do curso de medicina. Houve igualmente o ingresso de esculápios na direção de instituições públicas da área como o Leprosário Itapuã, o Hospital Psiquiátrico São Pedro, o Hospital Militar, o Pronto-Socorro Municipal, o Laboratório Bacteriológico, o Instituto Médico Legal e a Comissão de Fiscalização do Código de Posturas Municipais e Higiene.<sup>250</sup>

De outra forma, há relatos que a atividade médica, nos caminhos da clínica, também poderia prover razoáveis rendimentos econômicos, assim como notabilidade social. O Dr. Olinto de Oliveira, formado em 1887, em seu livro de memórias afirmou que

Passei a clinicar logo depois de formado. Meus clientes logo se constituíram pelas boas famílias porto-alegrenses que me recomendavam a outras. Acabei construindo um ótimo patrimônio, podendo inclusive auxiliar meus parentes menos afortunados Não me arrependo de forma alguma de ter trilhado o caminho da medicina.<sup>251</sup>

O Dr. Ricardo Pereira Machado, formado em 1898, em um debate transcrito a respeito da “profissão médica”, no jornal *Gazeta*, questiona seu interlocutor:

Mas aqueles a quem presto serviços são diferenciados, tanto em meu consultório ou a quem atendo (sic) em seus palacetes da Rua da Praia. Minha remuneração é digna com a qualidade de meus préstimos. Minha placa de “doutor” em medicina na porta do consultório reflete o *saber*. Sem falsa modéstia, sou conhecido em todo o centro da cidade. Meu pranteado pai, se visse a posição em que me encontro agora, certamente explodiria em orgulho e satisfação.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> Os dados completos a respeito da estrutura sanitária, constam nos diversos relatórios provinciais apresentados pelo Presidente do Estado em exercício, como em: Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros Gonçalves. 1913. p. 11. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u793/000001.html>, acesso em 27/02/2009. Houve casos em que médicos assumiram funções não necessariamente ligadas a sua área de atuação, como postos na Inspeção Escolar ou da Instrução Pública, e um membro do Conselho Nacional de Educação. Mas de qualquer forma, para ocupar a maioria das funções obtidas o fato é que o título de medicina, importante para assumi-las, mostrando conexão direta com o posto em questão.

<sup>251</sup> OLIVEIRA, Olympio Olinto de. *O médico em movimento*. Porto Alegre: Globo, 1931. p. 48.

<sup>252</sup> Debates Médicos. *A Gazeta*, Porto Alegre, 27/07/1910, p. 4.

Já o dr. Modesto José de Souza, em seu livro de memórias, explica que

três anos após a minha formatura, eu possuía um consultório conjugado com o Freitas, na Rua Senhor do Passos.<sup>253</sup> (...) minha atuação médica nos primórdios de formado ia sempre crescendo. Eu e o Freitas formávamos uma dupla imbatível. Eu atendia meus pacientes e, caso fosse necessário prescrever algum medicamento, eu os encaminhava para meu colega, sempre com a maior presteza e honestidade. Nossos diplomas eras importantes sim para o nosso reconhecimento perante a comunidade, sendo que muitos pacientes comentavam que isso era o que fazia a diferença entre a escolha pelos nossos serviços.<sup>254</sup>

Assim, apesar da medicina durante o Império, e também na Iª República, sofrer inúmeros problemas de legitimação como uma “profissão” - incluindo aí a sua falta de autonomia frente a ditames políticos na configuração do ensino médico, a incapacidade de legitimar-se frente à população como a única alternativa válida nessas atividades curativas, bem como a de promover a exclusão dos não-diplomados nesse campo de atuação – creio que ela abria possibilidades para a visibilidade social e a ascensão econômica, o que motivou o ingresso dos jovens em estudo para a obtenção do diploma médico. Assim, em termos gerais, se essas famílias não eram a elite sócio-política e cultural da época, também não ocupavam a escala mais baixa e mal remunerada da escala de trabalho. Possuíam meios para investirem nos filhos almejando que esses completassem os estudos de nível superior e posteriormente buscassem tal incremento econômico e social.

Igualmente, entre as profissões dos pais, encontra-se a presença de dois médicos. Tratam-se de Eduardo Sarmiento Leite e Serapião Mariante, professores e pais de Thomaz Laranjeira Mariante e Eduardo Sarmiento Leite, sendo que esses também tornaram-se docentes da FMPA, na 3ª faixa.

Segundo Coradini, esse tipo de vinculação entre medicina exercida por pai e filho, no contexto regional, não é preponderante na Iª República, mas será cada vez mais freqüente em momentos posteriores (embora isso não implique, necessariamente, que o pai e/ou o filho tenham se tornado docentes do curso de medicina). Como afirma o autor, a partir da década de 1940, percebe-se que alguns dos novos professores que integram a congregação da FMPA são filhos de médicos, cerca de 20%, (embora não

---

<sup>253</sup> Trata-se do farmacêutico Carvalho de Freitas, professor da FMPA, que é citado em outros momentos do relato.

<sup>254</sup> SOUZA, Modesto de. *Memórias de um sonhador*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas da Livraria do Comércio, 1913. p. 54.

signifique que seus pais tenham sido lentes da área) e que, por sua vez, também projetarão o curso como escolha profissional para seus descendentes, formando assim “clãs médicos”.<sup>255</sup> Certamente, seria necessário analisar com maiores detalhes como se deram essas trajetórias “profissionais” em cada núcleo familiar, mas acredito que esse novo cenário se explica, em parte, pela medicina naquele momento já possuir mecanismos de institucionalização mais consolidados. Medidas que passaram pela regulamentação da “profissão de médico e profissões afins”, a partir do decreto 20.931 de 1932, que exigia o registro do diploma em medicina no Ministério da Saúde, bem como a sua obrigatoriedade para exercer a atividade médica em todo o território nacional. Contudo, como apontam alguns autores, o mais importante nessa questão foi a exigência dos esculápios pelo rígido cumprimento do decreto por parte do poder público, evitando assim a atuação dos não-diplomados na área, processo conflituoso no país ao longo de toda a década de 1930.<sup>256</sup> De qualquer modo, se para as gerações anteriores, formadas no séc. XIX, ela ainda era uma “profissão” arriscada, em termos de ganhos sociais e financeiros, a medicina, creio, ao longo do novo século, incrementa o seu prestígio, bem como assegura possibilidades de atuação e ascensão para os diplomados, tornando-se uma carreira cada vez mais atrativa. Nesse cenário, como aponta Sá, também é importante levar em conta uma maior eficácia das terapias empregadas aos pacientes, devido em grande parte a uma progressiva melhora da organização didático-pedagógica das faculdades médicas do país, implicando assim em médicos melhor instrumentalizados.<sup>257</sup>

Por fim, há a presença de docentes nascidos no Rio de Janeiro e Salvador como professores da 1ª faixa da FMPA (1898-1907). Para compreender o seu ingresso na instituição, um dos elementos está em perceber que tais cidades são justamente aquelas nas quais existiam, nesse momento, as outras academias médicas do país, o que aumentaria a possibilidade de que médicos formados nessas localidades tenham saído de lá para atuarem no Rio Grande do Sul. Inclusive, para evitar a possível “concorrência” lá encontrada, tanto na atividade clínica como educacional, lembrando

---

<sup>255</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 1997, p. 288.

<sup>256</sup> VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 120.

<sup>257</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Unesco, 2006. p. 45.

que, nesse período, tais escolas formavam diplomados em medicina há mais de 60 anos.<sup>258</sup>

Para a 2ª faixa de docentes há os seguintes dados:

<b>Província ou Estado de Nascimento</b>	<b>Número</b>
RS	11
MT	1
RJ	1
Total	13

<b>Cidade Natal</b>	<b>Número</b>
Porto Alegre (RS)	6
Cachoeira (RS)	1
Bagé (RS)	1
Uruguaiana (RS)	1
São Leopoldo (RS)	1
Cruz Alta (RS)	1
Cuiabá (MT)	1
Rio de Janeiro (RJ)	1
Total	13

Nesse grupo, de um total de 14 médicos para os quais há informações para 13, há um número de 84,6% nascidos no RS, enquanto os outros estados, MT e RJ, somam apenas 7,6% cada um. Ainda, há 46,1% de porto-alegrenses, enquanto cada uma das outras cidades possui um percentual de 7,7%.

A identificação como rio-grandense e porto-alegrense permanece para a maioria dos professores da 2ª faixa. Embora haja uma diversificação maior dos locais de

---

<sup>258</sup> Ressaltando ainda que o Dr. Victor de Britto, nascido em Valença, logo se mudou para iniciar seus estudos primários e secundários na capital baiana. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. p. 50.

nascimento desses lentes, nenhum se destacou com um número significativo, bem como nos dados referentes a 3ª faixa, logo abaixo:

<b>Província ou Estado de Nascimento</b>	<b>Número</b>
RS	26
SP	1
Uruguai	1
BA	1
Total	29

<b>Cidade Natal</b>	<b>Número</b>
Porto Alegre (RS)	13
Santa Maria (RS)	2
Uruguaiana	2
Pelotas	2
Alegrete	1
Quaraí	1
Caxias do Sul	1
São Leopoldo	1
Itaqui	1
Salvador	1
Esp. Santo do Pinhal	1
Montevideú	1
Total	27

Para o 3º grupo, com informações de 29 dos 30 docentes listados para a questão provincial, e 27 para a informação sobre a cidade natal, permanece a tendência anterior. Ou seja, a alta porcentagem do Rio Grande do Sul e sua capital (com proporções de 89,6% e 48,1%, respectivamente), sendo que as próximas localidades gaúchas somam apenas 7,4% cada.

## **2.2 Ambientes de estudos**

Também busquei dados sobre a formação escolar desses indivíduos antes de ingressarem no curso superior, principalmente com o intuito de perceber se havia

determinadas instituições de ensino que concentravam a preferência desses médicos e, em caso positivo, o motivo de tal escolha. Para a 1ª faixa, as informações foram as seguintes:

<b>Estudos Pré Superiores</b>	<b>Número</b>
Colégio Gomes	19
Ginásio São Pedro	2
Colégio Pedro II	1
<b>Total</b>	<b>22</b>

Percebe-se que a instituição mais procurada foi o Colégio Gomes, com 19 indivíduos, (aprox. 90,4%), 2 para o Ginásio São Pedro (aprox. 9,5%) e 1 para o Colégio Pedro II (aprox. 4,6%).<sup>259</sup> Chama a atenção tratarem-se de escolas particulares, tendência que foi constante ao longo dos três grupos, com exceção do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Ou seja, nenhuma escola pública secundária foi freqüentada por esses médicos. Por quê?

No séc. XIX, para se ingressar em algum curso superior no Brasil, era necessário realizar determinadas provas obrigatórias chamadas de exames preparatórios ou simplesmente “preparatórios”. No geral, as disciplinas requeridas nesses exames eram as línguas portuguesa, latim, francês, inglês, além de matemática, história, geografia e filosofia. As provas eram escritas e orais. Ao final dos exames, por meio de voto secreto considerava-se o aluno aprovado com louvor, aprovado plenamente, aprovado simplesmente ou reprovado. Em caso de reprovação, o aluno era obrigado a realizar novamente os testes. Não havia necessidade do indivíduo possuir uma escolaridade prévia (ensino primário e/ou secundário completos) para realizá-los, dependendo para a sua aprovação, portanto, o seu desempenho exclusivamente nesses testes. Assim, o ensino secundário acabava formatando-se como essencialmente “propedêutico”, uma forma de preparação objetiva, e se possível, “rápida”, para superar essas provas.<sup>260</sup>

Até 1851, os exames preparatórios eram realizados nas escolas superiores nas quais os estudantes desejavam ingressar, tendo validade apenas no ano e na instituição

---

<sup>259</sup> Para 4 médicos provenientes da Bahia não se obteve informações mais detalhadas a seu respeito.

<sup>260</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit., p.105.

onde foram prestados.<sup>261</sup> Desse momento até 1873, as provas também poderiam ser feitas perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária do Rio de Janeiro. Nesse caso, a aprovação garantia ao candidato a matrícula em qualquer escola superior do Império.<sup>262</sup>

No Rio Grande do Sul, os regulamentos estabelecidos pelas autoridades políticas concebiam um ensino “seriado, longo e metódico, com uma grade curricular que contemplasse várias áreas do saber, que proveriam os estudantes da “mais completa instrução moral e intelectual”.<sup>263</sup> Contudo, tais planos trouxeram problemas das mais diversas ordens, visualizados através da primeira instituição escolar secundária do estado, o Liceu Dom Afonso, inaugurado em Porto Alegre em 1851. O local, que tinha por objetivo ser o pioneiro de capacitação dos estudos para a “mocidade”, segundo Arriada possuía diversos aspectos considerados negativos. O primeiro deles era a sua não-gratuidade. Mesmo tratando-se de uma instituição pública, os alunos eram obrigados a contribuir com uma parte das despesas, e assim se excluía parte da população que não via sentido em arcar com esses custos, ou não possuía condições para tal. A instituição também não oferecia a modalidade de internato, o que afastava de maneira significativa a presença de alunos de outras localidades, uma vez que provavelmente acumulariam mais gastos ao arranjar um espaço para residirem na capital. Outro ponto considerado problemático foi sua grade curricular de 6 anos, que “atrasaria” os alunos para ingressarem nas escolas superiores, além de incluir diversas matérias que não era exigidas nos exames preparatórios, como desenho, música e astronomia. Assim, se criaria desinteresse entre a maioria dos estudantes, que, no máximo, almejavam concluir as disciplinas exigidas para ingresso nas faculdades. E, mesmo após estudar esse tempo e realizar exames no próprio Liceu, os certificados que obtinham não lhes davam garantia esperada para o ingresso nas academias e escolas superiores, devendo então os alunos realizarem novas provas nas duas cidades brasileiras que possuíam essa prerrogativa naquele momento, Rio de Janeiro e Salvador, até ao menos 1873.<sup>264</sup>

---

<sup>261</sup> Nesse momento, além da Faculdade Medicina do Rio de Janeiro, as principais instituições eram a Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola de Minas de Ouro Preto e as faculdades de Direito de São Paulo e Recife.

<sup>262</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit., p. 114.

<sup>263</sup> Ibid., p. 120.

<sup>264</sup> ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Tese (Doutorado em Educação). PPG em Educação, PUCRS. Porto Alegre, 2007. p. 109-150. Para ingressar no Liceu, algumas normas tinham que ser respeitadas. Primeiro, ser menor de 16 anos; segundo, saber doutrina cristã, ler e escrever corretamente, terceiro, dominar as

Mesmo que a conclusão desse curso secundário não habilitasse os jovens automaticamente às escolas superiores, provavelmente o fato de lá estudarem, ainda mais cumprindo todas as etapas do programa de ensino, os instrumentalizaria em algum grau para os exames preparatórios. Mas isso não bastaria, pois os interessados desejariam uma “utilidade mais rápida e imediata” dos seus estudos.<sup>265</sup> Conseqüentemente, o programa curricular não era cumprido pela falta de matriculados em certas disciplinas e as aulas ministradas passaram a ser apenas aquelas requeridas para os citados exames. E mesmo no caso daqueles inscritos apenas em certas disciplinas, segundo relatos, a evasão escolar foi constante. Por fim, para alguns professores, os poucos alunos que chegavam a realizar testes no Dom Afonso eram “desinteressados e de fraco desempenho”, e assim não estariam aptos para obter bons resultados nos preparatórios.<sup>266</sup>

Contudo, é consenso entre pesquisadores da área que a maioria dos liceus estaduais eram mal aparelhados e administrados, faltando espaço físico adequado, material escolar básico e condições plenas de higiene. Os professores, aprovados em concurso público, possuíam baixa remuneração e na maioria dos casos ministravam aulas particulares e/ou nas escolas privadas em paralelo à docência pública. Muitos solicitavam longas licenças por diversos motivos sem que houvesse um substituto prévio, deixando disciplinas vagas, inclusive não retornando no prazo estabelecido. Em 1908, por exemplo, um instrutor educacional do estado queixava-se por não saber se realizava novo concurso para contratar um professor ou ainda esperava pelo retorno do lente anterior, que havia “desaparecido” após a licença.<sup>267</sup>

Assim, percebe-se o cenário totalmente caótico dos primeiros anos do ensino público secundário gaúcho. Desde questões pedagógicas e curriculares, passando pelas opções escolares dos alunos, o aparelhamento dos colégios e a remuneração dos

---

quatro operações e noções elementares de gramática nacional. Embora não estivesse descrito em regulamentos ou mesmo em anúncios de jornais, os colégios eram destinados majoritariamente ao sexo masculino. Caso fosse uma escola destinada a meninas, ao contrário, isso era sempre especificado, pois não era o padrão. Além disso, destinavam-se a proporcionar uma formação “do lar” para as meninas em tarefas que incluíam música, costura e dança e cozer. Algumas dessas escolas ofereciam ainda a modalidade de internato. Uma instituição que se encaixa na descrição apresentada é o colégio Harmonia, afirmando em um anúncio de jornal a preocupação com desenvolvimento progressivo de suas jovens educandas. Ainda, embora não constasse nos regulamentos dos cursos superiores que mulheres não pudessem cursá-los, ficava claro que elas eram escolarmente instrumentalizadas para assumirem tarefas domésticas e de cuidados com a família, julgadas adequadas do ethos feminino. Assim, tornavam-se totalmente alheias a preparação educacional adequada para ingressar no ensino superior. *Ibid.*, p. 112-220.

<sup>265</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>266</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.*, p. 111.

<sup>267</sup> *Ibid.*, p. 56.

profissionais, tudo conspirava contra a iniciativa. Os parlamentares regionais estavam cientes das grandes dificuldades que o tema enfrentava e discutiam novas ações na área. Por vezes, criticaram asperamente o liceu porto-alegrense. Em uma das sessões da câmara, o deputado João de Miranda e Castro teria afirmado que não mandaria seus filhos para a escola, preferindo o “sacrifício de pagar a mestres que os instruem, aquilo é uma vergonha para a Província”.<sup>268</sup>

Devido a todos estes problemas, o Liceu Dom Afonso foi fechado em 1870 e no ano seguinte foi criado um novo estabelecimento de ensino público, o Ateneu Rio-Grandense. Embora com uma nova configuração, visando atrair mais alunos, a escola esbarrou em vários dos problemas de seu antecessor e acabou se extinguindo em 1873. Assim, quem acabava “abocanhando” a demanda pelo ensino secundário eram as instituições particulares, sendo inconteste a procura delas por parte dos alunos em todo o país. Elas se adequariam às exigências dos estudantes e suas famílias: ministrar um programa mais “enxuto” e intensivo que capacitasse os jovens o mais rápido possível para os exames preparatórios. Em sua maioria o programa completo durava 4 anos, mas na maioria dos liceus era possível matricular-se e pagar por disciplinas e não pela série anual inteira. As taxas superavam as da escola pública, mas creio que havia possibilidade de amortizar esses custos. Pois, não era necessário prestar todas as matérias dos preparatórios no mesmo ano. E o aluno poderia pagar o estudo de certo número de matérias para uma prova anual, e, no ano seguinte, para outras. Por fim, como já ressaltado, era viável matricular-se apenas nas disciplinas que se quisesse.<sup>269</sup>

Via de regra, segundo pesquisadores da área, a qualidade do ensino ministrado nos colégios particulares era melhor que nas escolas públicas. Ainda, diversos colégios particulares adotavam uma política “agressiva” na busca de alunos. Além de arrolarem informações como o programa (primário e secundário), custos e condições de funcionamento, listavam seus supostos índices de aprovação nos preparatórios, métodos de ensino e enalteciam as qualidades dos professores que ali estavam. Por fim, muitos dos colégios possuíam a modalidade do internato, o que “facilitava”, no caso rio-grandense, o ingresso de alunos não residentes na capital.<sup>270</sup>

Certamente as escolas privadas não eram acessíveis a todos, ou seja, apenas a certos grupos que poderiam investir em tal educação para seus filhos, que

---

<sup>268</sup> O caso do Liceu. *A Tribuna Rio-Grandense*, Porto Alegre, 31/10/1853, p. 8. Citado em: ARRIADA, Eduardo. Op. cit., p. 70.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 67-73.

<sup>270</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit., p. 45.

posteriormente ingressavam no ensino superior, principalmente nos cursos jurídicos, médicos e academias militares.<sup>271</sup> Conseqüentemente, reforça-se a hipótese anterior em relação às origens sociais dos médicos. Suas famílias possuíam recursos financeiros para investirem nessas instituições de ensino particulares, já planejando um determinado “futuro profissional” para seus descendentes.

A mais procurada dessas instituições para os jovens da 1ª faixa foi o Colégio Gomes. Fundado em 1853, era dirigido pelo professor Fernando Gomes, primo dos também “mestres” Apolinário e Apeles Gomes Porto-Alegre, sendo os três considerados figuras proeminentes da área educacional gaúcha.<sup>272</sup> De acordo com Guimarães, foi o primeiro educandário do Rio Grande do Sul a ter um curso completo de preparatórios. Ainda segundo o autor, chegou a abrigar 95 pensionistas, um recorde até o fim do séc. XIX. Oferecendo ensino primário e secundário, o colégio foi caracterizado como um dos mais conhecidos e renomados da capital, atraindo a atenção por seus altos índices de aprovação nos preparatórios. Em 1876, um dos anos em que há mapas publicados pela secretaria da instrução estadual acerca de índices escolares, ele contava com o maior número de alunos entre instituições públicas e privadas. Por lá passaram indivíduos que posteriormente tornaram-se dirigentes políticos republicanos importantes, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Joaquim Assis Brasil, José Pinheiro Machado e Carlos Maximiliano. O fato de terem estudado lá sujeitos considerados “ilustres” certamente servia como propaganda positiva para instituição.<sup>273</sup>

Já o Ginásio São Pedro era dirigido por José Vicente Thibaut, conceituado geógrafo e historiador que produzia cartilhas dessas áreas, utilizadas em seu colégio e nas diversas escolas públicas do estado. A instituição contava com bom número de alunos matriculados e recebia elogios por sua “organização e presteza” por parte da secretaria de instrução pública estadual, ao enviar dados de ensino “completos” para os relatórios administrativos do mesmo órgão.<sup>274</sup>

---

<sup>271</sup> MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1823-1853). 1º vol. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. p. 315. Mas a questão percebida por um deputado federal seria que maior parte dos pais “quer que seus filhos estudem, não para ficarem sabendo, mas para entrarem nos Cursos de Direito, nas Escolas de Medicina, nas Academias Militares, de Marinha, ou de Comércio. Saber, para que? Basta que sejam aprovados”. Ibid., p. 310.

<sup>272</sup> Fernando Ferreira Gomes nasceu em Porto Alegre em três de maio de 1830, falecendo em 28 de dezembro de 1894. Professor em Vassouras, Rio de Janeiro entre 1849 e 1852, e após esse período retornou para lecionar na capital gaúcha. PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 19.

<sup>273</sup> GUIMARÃES, Bernardo. *O Seminarista*. 27. ed. São Paulo: Objetiva, 1999. p. 31-38.

<sup>274</sup> ARRIADA, Eduardo. Op. cit., p. 200.

Por fim, o Colégio Pedro II, no localizado Rio de Janeiro, era uma opção “diferenciada” por ser uma entidade pública entre as escolhidas. Existente desde 1837, voltado exclusivamente ao ensino secundário e administrado pelo governo central, a formação que proporcionava era considerada adequada para que seus ex-alunos se matriculassem em qualquer curso superior do Império. Assim, o estudante que concluísse lá seu estudo, incluindo diversos testes durante o curso secundário de 4 anos, era julgado apto pelas autoridades para ingressar nas faculdades, sem a necessidade dos exames preparatórios. O colégio, devido a tal flexibilidade, passou a funcionar em tese como uma via mais fácil para esse fim, embora as escolas secundárias particulares, não só no Rio de Janeiro, mas em outras localidades, continuassem sendo as mais procuradas.<sup>275</sup>

Para a 2ª faixa, obtidas informações para todos os 14 indivíduos, há os seguintes dados:

<b>Estudos Pré-Superiores</b>	<b>Número</b>
Instituto Júlio de Castilhos	4
Ginásio São Pedro	3
Colégio Anchieta/Ginásio Nossa Senhora da Conceição	5
Colégio Gomes	1
Colégio Pedro II	1
<b>Total</b>	14

Além do já conhecido Ginásio São Pedro, com 21,4% do total, chama a atenção a queda acentuada de estudantes que frequentam o Colégio Gomes. É importante lembrar que por motivo de seu fechamento, certamente outras opções escolares foram buscadas pelos médicos da 2ª faixa, mais “jovens” que seus antecessores do corpo docente.

O Instituto Júlio de Castilhos (IJC), líder das preferências com 28,5%, teve sua origem em um curso preparatório que funcionou na Escola de Engenharia de Porto Alegre (EEPA) desde 1897. Três anos depois, por iniciativa do engenheiro João Pereira Parobé, diretor da EEPA, o curso foi transformado em “instituição laica de ensino

<sup>275</sup> Embora não houvesse o pagamento de mensalidades, havia taxas a serem pagas pelos estudantes como matrícula e impressão de certificados e boletins. CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit., p. 34.

secundário” e passou a ser mantido pelo governo estadual.<sup>276</sup> Parobé comenta que o objetivo do instituto era preparar os alunos para os cursos técnicos da escola e “formar candidatos à matrícula nas faculdades.”<sup>277</sup>

Esse último ponto mostra uma nova possibilidade surgida em relação à formatação do ensino médio e superior. Em 1890, através de um novo regulamento para a área, definiu-se que colégios públicos poderiam requerer equiparação ao Colégio Pedro II (desde que tivessem a mesma organização curricular) e, no final de seus cursos, passando pelos chamados exames de “madureza” (modificando-se, portanto, a nomenclatura anterior, além desses novos testes serem produzidos de acordo com o curso pretendido), os estudantes estavam prontos a ingressar em qualquer escola da União, assim como era concedido ao colégio carioca.

No caso do IJC, possuindo o ensino secundário com duração de 3 anos, (que atraía candidatos por não ser demasiadamente longo), proporcionando um programa curricular já direcionado aos exames de madureza e com ênfase ao ensino da matemática, matéria em que os estudantes em geral possuíam maiores dificuldades, a instituição também se tornou referência em “excelência escolar” no estado para a formação dos filhos das famílias rio-grandenses e seu conseqüente ingresso no ensino superior.<sup>278</sup>

As instituições particulares, para não perderem espaço, também passaram a reivindicar a possibilidade da equiparação, o que através de novos dispositivos legais foi executado.<sup>279</sup> Assim, certamente não por acaso, além do instituto supracitado, passam a figurar em importância no estado escolas privadas que logo obtiveram sua oficialização junto ao governo federal, o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, e o Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Esses institutos foram criados por jesuítas alemães, beneficiando-se com a vinda de religiosos expulsos da Alemanha em 1872. O primeiro foi fundado em 1869, como internato, na principal cidade de colonização germânica do

---

<sup>276</sup> A escola permaneceu sob direção e administração da EEPA até meados da década de 1930. Os nomes dela, ao longo dos anos, foram: Ginásio do Rio Grande do Sul (1897); Instituto Ginásial Júlio de Castilhos (1908), colocado como homenagem ao líder do PRR, Instituto Júlio de Castilhos (1916) e finalmente Colégio Estadual Júlio de Castilhos (1942). Ver: LEDUR, Paulo Flávio, LIMA, Otavio Rojas. (Orgs.). *Julinho: 100 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2000. p. 6-9. Optei por usar o nome Instituto Júlio de Castilhos, por ser a referência mais comum na bibliografia que trata da entidade durante o período estudado.

<sup>277</sup> Possuía cursos técnicos de nível primário e secundário nas áreas agrícola, mecânica, industrial, artes e ofícios, química industrial, um ginásio e uma escola para mocas de “educação doméstica e rural”. Ver: SOARES, Mozart Pereira, SILVA; Pery Pinto Diniz da. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 1934-1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 29

<sup>278</sup> ARRIADA, Eduardo. Op. cit., p. 87.

<sup>279</sup> CUNHA, Luis Antônio. Op. cit., p. 45.

estado. O “Anchieta”, aberto em 1890, funcionou como estabelecimento filial do Ginásio até 1908, quando se tornou uma escola independente. Já o Ginásio Conceição funcionou nos moldes iniciais até 1913, quando se tornou um seminário, voltando-se exclusivamente a candidatos ao sacerdócio. Ao alcançarem a matrícula de 418 alunos, foram equiparados pelo governo federal ao Colégio Pedro II em 1903, possuindo assim a prerrogativa de habilitarem o ingresso dos alunos nos cursos superiores após a conclusão do ensino secundário.<sup>280</sup> Por essa explícita ligação institucional entre as duas escolas, gerenciadas pelo mesmo grupo religioso, o Anchieta é considerado, segundo alguns autores, como o “sucessor” do primeiro.<sup>281</sup> Partindo dessa premissa, decidi contabilizar o número de médicos que estudaram nas duas escolas de forma conjunta.

Para a 3ª faixa, com um total de 29 médicos com informações disponíveis, de um universo de 30, há as seguintes informações:

<b>Estudos Pré-Superiores</b>	<b>Número</b>
Instituto Júlio de Castilhos	13
Colégio Anchieta/ Ginásio Nossa Senhora da Conceição	10
Colégio Pedro II	2
Ginásio Gonzaga	2
Ginásio São Pedro	1
Colégio Gomes	1
<b>Total</b>	<b>29</b>

Percebe-se assim a manutenção dos índices do Ginásio Rio Grande do Sul (44%), e o crescimento do Colégio Anchieta (27,5%), em Porto Alegre, que também passa a ser preferência considerável dos futuros médicos.

Começam a surgir escolas em outros grandes núcleos urbanos no estado. É o caso do Ginásio Gonzaga, em Pelotas, primeira instituição católica de ensino primário da localidade, organizada pelos padres jesuítas Anselmo de Souza e Gustavo Locher, cuja ordem chegou lá em 1888. De acordo com Arriada, o número de alunos que ingressavam no Gonzaga aumentou progressivamente: em 1895, 62 alunos e em 1925 (último ano para os quais o autor possui informações), 508 alunos. O corpo docente, inicialmente composto por três padres, foi sendo completado anualmente por outros

<sup>280</sup> GUIMARÃES, Bernardo. Op. cit., p. 69-71

<sup>281</sup> Ibid., p. 74.

mestres religiosos, até a entrada de leigos em 1920. Ainda segundo o autor, o bom desempenho nos exames de madureza realizados acabaram por elegê-la como a escola mais procurada pelas famílias pelotenses para vencer as provas já citadas.<sup>282</sup> O fato deles escolherem o ginásio para estudos secundários, além da sua suposta qualidade educacional, certamente se deve ao fato de existirem interessados na localidade, ou em regiões próximas, que nele ingressavam ao invés de se deslocarem para Porto Alegre ou outra cidade. Dessa forma, os médicos da FMPA que passaram pelo Ginásio Gonzaga são, sem nenhuma surpresa, nascidos em Pelotas.

Resumindo, qual é o padrão dessas trajetórias? Estudantes porto-alegrenses, pertencentes a famílias que provavelmente residiam na capital e detentoras de recursos econômicos, advindos principalmente da atividade comercial ou do funcionalismo público, para arcar com os custos de vida de permanência em um grande centro urbano do estado. E, principalmente, que tinham condições de financiar o estudo dos rapazes em colégios particulares prestigiados, já visando o seu ingresso nas instituições de ensino superior. Esses colégios, cuja escolha apresenta certa homogeneidade por parte daqueles que seriam os futuros médicos da FMPA, possuíam um sistema de preparação direcionado para os estudantes superarem os exames preparatórios/madureza, ao contrário das escolas públicas, com exceção do Colégio Dom Pedro II, que sofriam problemas das mais diversas ordens. Tais grupos julgavam que os diplomas em nível superior seriam importantes para a ascendência dos filhos, em termos de oportunidades de trabalho e visibilidade social. Se não se pode afirmar que esses futuros médicos, no período em estudo, faziam parte de famílias que ocupavam o “topo” da hierarquia social, por outro lado, certamente, eram núcleos familiares privilegiados social, cultural e economicamente em relação à maioria da população do estado, que vivia em condições precárias.

Mais do que a questão da referida qualidade do ensino para enfrentar os exames preparatórios, creio também ser importante perceber o tipo de relação que se estabelece em tais ambientes. Nesse sentido, observa-se que alguns médicos conheciam-se durante o ensino secundário e tornaram-se amigos. Diogo Ferraz, que na década de 1870, no Colégio Gomes, havia sido colega de Manoel Carneiro, relata a respeito de sua amizade com o futuro colega de congregação:

---

<sup>282</sup> ARRIADA, Eduardo. Op. cit., p. 32-33.

freqüentávamos juntos a escola e já fazíamos planos para uma futura aventura no Rio de Janeiro, o que acabou ocorrendo. Éramos grandes companheiros. Estudávamos juntos em várias oportunidades, nossas famílias passaram a se conhecer<sup>283</sup>

No Instituto Júlio de Castilhos, Rodolpho Masson afirma que “entre todos os grandes colegas que tive, um que recorde com grande prazer é Manoel Velho Py, que posteriormente encontrei na escola médica do Rio de Janeiro”. Já o Dr. Mario Bernd, que ingressou no corpo docente na última faixa em 1931 e que freqüentou o Colégio Anchieta, recorda que por lá

passaram vários futuros médicos da Faculdade de Medicina e um grande companheiro, que posteriormente seria meu colega de Congregação, foi Jacy Carneiro Monteiro. Chegamos a ter algumas disciplinas no colégio e no Rio reencontramos uma turma de amigos os quais já conhecíamos em Porto Alegre, e que vieram estudar medicina, farmácia, engenharia e direito na Corte.<sup>284</sup>

Nesse momento, tais relatos não traduzem de forma contundente a importância dos laços sociais entre esses indivíduos para a futura estruturação da FMPA. Todavia, cada vez mais se visualizará o valor dos contatos estabelecidos entre esses futuros médicos e professores da Faculdade no processo de implantação do ensino superior no estado.

### 2.3 A Corte se apresenta aos rio-grandenses

Após esses dados sobre a formação secundária dos médicos, busquei aqueles relacionados ao seu local de diplomação. Para a 1ª faixa as informações são as seguintes:

Local de Diplomação	Número
Fac. de Medicina do Rio de Janeiro	20
Fac. de Medicina da Bahia	5
<b>Total</b>	25

<sup>283</sup> FERRAZ, Diego. *O caminho do peregrino (minha luta)*. Porto Alegre: Globo, 1926. p. 21.

<sup>284</sup> MASSON, Rodolpho. *Histórias e histórias*. Rio Grande: Editora da Província, 1943. p. 46.

Sobre o local de diplomação da 1ª faixa, ela se deu na escola médica carioca, com 21 indivíduos (80% do total), em finais do séc. XIX, lembrando que até 1898, ano de fundação da FMPA, existia apenas mais uma faculdade de medicina no país, localizada em Salvador, que contou com 5 lá formados (20% do total).

Segundo Ávila, o estudo na Corte se deu pela menor distancia geográfica entre Porto Alegre e o Rio de Janeiro, em comparação com a congênere baiana, o que teria acarretado menores custos para a manutenção dessa formação. Além disso, os médicos prefeririam tal escola pelos professores consagrados que ali estariam, melhor infraestrutura institucional e as múltiplas atividades de lazer e culturais (bares, teatros, cafés, livrarias, etc) que o principal núcleo urbano do Império proporcionaria.<sup>285</sup> Corroborando com tais afirmações, segundo o Prof. Diogo Ferraz

Além de mais próxima das terras riograndenses (sic) na Corte existia mais cultura, urbanização, progresso e desenvolvimento que no solo baiano. E embora a Faculdade da Bahia tivesse os seus luminares, sem dúvida professores de alto nível no país, os principais nomes da medicina naquele momento estavam no Rio, como Nuno Ferreira de Andrade, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo e Vicente Cândido Figueira de Sabóia. A comparação entre Rio e a Bahia para o curso de medicina, portanto, era desleal.<sup>286</sup>

Os dados do segundo grupo seguem abaixo:

Local de Diplomação	Número
Fac. de Medicina do Rio de Janeiro	11
Fac. de Medicina de Porto Alegre	3
<b>Total</b>	14

Para essa faixa há os seguintes locais de diplomação: 11 indivíduos graduados na instituição carioca (80%) e 3 na FMPA (20%), aparecendo assim os primeiros professores que foram diplomados pela escola gaúcha, tendência que se solidifica para a 3ª faixa de docentes:

<sup>285</sup> ÁVILA, César. *Revelações de um médico*. 2 ed. Florianópolis. Editora da UFSC, 1988. p. 45.

<sup>286</sup> FERRAZ, Diogo. Op. cit., p. 21.

<b>Local de Diplomação</b>	<b>Número</b>
Fac. Medicina de Porto Alegre	27
Fac. de Medicina do Rio de Janeiro	3
<b>Total</b>	30

Para o último grupo, portanto, com informações para todos os 30 indivíduos, há um total de 90% de diplomados na FMPA e 3 médicos (10%) formados no Rio de Janeiro.

A partir da fundação da FMPA, os gaúchos interessados no diploma médico passaram a ingressar no respectivo curso em Porto Alegre. Isso certamente implicou na redução dos custos para a manutenção desse estudo. Nesse sentido, Mario Totta afirmou que “o Rio ficava muito longe, os materiais de transporte escassos e tardos; as viagens dispendiosas. Ademais, a aflitiva preocupação dos pais, com o filho distante e em terras onde a febre amarela campeava”.<sup>287</sup>

De outro modo, progressivamente haveria uma oferta bem maior de médicos em Porto Alegre, e formados por essa instituição, para concorrer às próprias vagas do seu corpo docente. Posteriormente, discutirei com mais detalhes sobre esses critérios de seleção.

Com foco novamente na 1ª faixa de docentes da FMPA, majoritariamente formados na Corte, lembro que as faculdades de medicina foram temas de intensos debates em finais do séc. XIX. A partir de um movimento liderado pelos professores do curso médico carioca, reivindicava-se com mais força a autonomia administrativa e pedagógica nas escolas da área, sem a interferência maciça do Estado nessas questões, julgada nociva.

Nesse sentido, eles também almejavam a possibilidade de organizar novas academias de medicina no país. Esses princípios eram transmitidos aos estudantes da escola médica do Rio de Janeiro no período supracitado, aos quais se incluíam os estudantes rio-grandenses. Segundo o dr. Serapião Mariante,

nossas aulas na Faculdade da Corte não eram apenas sobre conhecimentos médicos. Sim, ficávamos impressionados com as novidades da medicina prática e experimental, mas igualmente debatíamos sobre política, filosofia, religião e demais humanidades.

<sup>287</sup> TOTTA, Mario. Um bocado de história: os primeiros passos dentro da Faculdade. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, jul.-set. 1938. p. 34.

Pela nossa cultura geral e preparo profissional, os mestres insistiam com frequência que éramos *os representantes de uma nova fase da medicina brasileira, e, ao voltarmos para nossas terras natais, possuíamos o dever de fortalecer o “espírito” da nossa profissão*. No cuidado dos pacientes, na instrução da população para preveni-la de enfermidades e na *organização de novos centros de educação para formarmos discípulos cheios de energia e habilidades em nossa atividade*.<sup>288</sup>

Na revista *Progresso Médico* de 1881, consta a transcrição de um debate a respeito do “estado da arte” do ensino médico no Brasil. Além da discussão a respeito das supostas más condições estruturais das faculdades do Rio e da Bahia, bem como da “sofrível” organização dos currículos, o professor Manuel Maria Moraes afirma a seu colega, Domingos José Freire Junior, que

outro grande problema é que ainda somos poucos e assim seguramente não há médicos disponíveis para quem precisa e *nem para sermos respeitados*. Não se pode esperar que recorram apenas às duas escolas oficiais os jovens de toda a nação que pretendem cursar a medicina. Obviamente não deve existir um curso médico em cada rua. Não se pode banalizar a nossa nobre atividade, mas outros locais de estudo se fazem necessários em grandes cidades do Brasil Para isso conto a iniciativa dos jovens que saem daqui diplomados.<sup>289</sup>

Portanto, havia a crença de um novo momento para a medicina no país, pautado não apenas pelo debate em torno da produção de um conhecimento científico genuíno, como já ressaltado no discurso médico anterior, mas pela necessidade de um número maior de esculápios no Brasil, tarefa que seria obtida a partir da estruturação de novas escolas de medicina pelo território. Reforçava-se a idéia de que em nossas terras os doutores não se constituíam em um grupo numeroso e isso deveria ser modificado. Nesse sentido, segundo Coelho, durante o séc. XIX a criação de escolas provinciais era motivo de constante apelo de médicos importantes da Corte, como o Dr. Jobim, professor da Faculdade de Medicina local e diretor dela por vários anos, além de médico oficial do Paço Imperial, que alegava serem as Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia incapazes de suprir a carência de médicos.<sup>290</sup>

Mas voltando aos trechos citados de Manuel Moraes, “estar a serviço da medicina” não se pautaria apenas em um número maior de médicos para atender uma população enferma. Certas expressões nos depoimentos, como a necessidade de

---

<sup>288</sup> MARIANTE, Serapião. *Meus caminhos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921. p. 15.

<sup>289</sup> Os caminhos da medicina. *Revista Progresso Médico*. Rio de Janeiro, v. 6, jun. 1881, p. 81.

<sup>290</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. cit., p. 148.

“fortalecer o espírito da profissão” e “se fazer respeitar” remetem ao diagnóstico da necessidade de “*mais médicos para se adquirir maior prestígio profissional*”. Ou seja, seria necessário um número significativo deles para estarem presentes não apenas nos hospitais tratando os doentes, mas ocupando outros espaços. Isso implicava certamente em participar de comissões sanitárias governamentais, estruturar novas escolas de medicina, organizar sociedades científicas e órgãos de defesa dos interesses da “classe” (sindicatos), entre outros meios para os esculápios tornarem-se mais atuantes na comunidade. Nessa linha de pensamento, devido a essa visibilidade, suas ações e reivindicações passariam a ser cada vez mais balizadas socialmente.

Neste sentido, o que exatamente os doutores almejavam? Melhores condições estruturais de trabalho? Contratação de novos médicos para atuar na saúde pública? Aumento de sua remuneração? Execução de planos sanitários concebidos por eles? Autonomia administrativo-pedagógica nas escolas de medicina? Provavelmente todos esses desejos. O ponto central é, creio, entender que a meta de formar novos graduados em medicina fazia parte de uma estratégia mais ampla dos esculápios para se constituírem em voz autorizada e respeitada por seu trabalho perante o corpo social e político. Esse corolário foi transmitido para os estudantes da Faculdade da Corte, impulsionando os médicos gaúchos que regressavam à sua terra para criarem a FMPA e assim “fortalecerem” a esfera médica.

Esse reconhecimento profissional igualmente passaria pela crença desses indivíduos na sua solidificação como figuras de destaque no discurso histórico da atividade:

A idéia de estruturar uma escola médica em solo gaúcho tomou forma entre os estudantes rio-grandenses no Rio de Janeiro. No começo parecia algo fantasioso e absurdo, algo além das capacidades (sic). Mas depois, pensou-se: por que não? Talvez escrevêssemos nossos nomes na história médica do Rio Grande do Sul, era o que pensávamos.<sup>291</sup>

Essa idéia de contato entre os estudantes gaúchos na Corte é igualmente importante para a compreensão de que a fundação da escola médica rio-grandense passa, igualmente, pelos fortes vínculos sociais estabelecidos entre esses médicos. Assim, voltando à questão da estruturação da FMPA, creio que laços sociais estabelecidos entre os idealizadores da faculdade foram fundamentais para a estruturação da instituição, para além de objetivos “profissionais” em comum.

---

<sup>291</sup> MARIANTE, Serapião. Op. cit., p. 65.

O farmacêutico Daudt Filho relembra que por ocasião de sua estada em Porto Alegre para concluir os preparatórios necessários à Faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro, foi companheiro de quarto de Carlos Wallau, o qual já havia sido seu colega de estudos no Colégio Nossa Senhora da Conceição.<sup>292</sup> Protasio Alves e Francisco de Paula Dias Castro descobriram através de conversas no Rio de Janeiro que eram “de famílias rio-pardenses e, após esse contato, os seus parentes trocavam informações a respeito da estada dos garotos na capital do Império”.<sup>293</sup> O dr. Oliveira Torres parece resumir o espírito da “turma”, ao afirmar que

Em uma terra estranha, movimentada e barulhenta, embora agradável como o Rio de Janeiro, os riograndenses (sic) uniam-se para enfrentar as dificuldades. Tínhamos saudade de casa, medo de sermos enganados por algum “espertalhão” da cidade, de não conseguirmos superar os exames. Dessa forma, quando algum estudante do Rio Grande lá chegava era sempre acolhido pelos mais velhos. Com o tempo nos acostumávamos e gozávamos também dos bons prazeres da cidade, nos teatros, cafés, passeios em parques.<sup>294</sup>

E na Corte, Daudt fundou uma república estudantil na qual participaram, além de Wallau, Dioclécio Pereira da Silva e Serapião Mariante sendo que “todos se davam bem, como companheiros, dividíamos as despesas e estudávamos juntos, às vezes tomávamos um trem e viajávamos para a serra, para nos divertirmos um pouco. Era um clima amistoso, fraternal”.<sup>295</sup>

Lembro ainda que entre os organizadores do Curso de Partos da Santa Casa, havia uma diferença de apenas 6 anos entre o primeiro formado (Protasio, 1882) e o último (Leão, 1888). Já Olinto de Oliveira e Eduardo Sarmiento Leite, graduados respectivamente em 1884 e 1887, seriam amigos “inseparáveis”.<sup>296</sup> Sertório Pereira e Wallau doutoraram-se no mesmo ano e Mariante apenas um ano depois. Portanto, é razoável pensar que esses indivíduos “cruzavam-se” nos corredores da escola, salas de

---

<sup>292</sup> Regressando a Santa Maria, o farmacêutico convidou Dioclécio para trabalhar na cidade. O esculápio aceitou a proposta, possivelmente em torno de 1889. Mariante também chegou a Santa Maria, na década de 1890, e esses médicos atendiam pacientes em gabinetes conjugados a esse a farmácia de Daudt prática comum na época. Posteriormente, Daudt foi sócio do farmacêutico Alfredo Leal em drogarias e laboratórios em Porto Alegre. DAUDT FILHO, João. *Memórias de João Daudt Filho*. 3 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949. Ainda, os drs. Protásio Alves, Dioclécio Pereira, Carlos Nabuco e Sebastião Leão fundaram o curso de partos em 1897, nas dependências da Santa Casa, iniciativa que já indica certa afinidade entre eles.

<sup>293</sup> CAMPOS, Maria do Carmo; D'AZEVEDO, Martha Geraldo Alves. Op. cit., p. 117.

<sup>294</sup> OLIVEIRA TORRES, Tristão. Quartel-General de estudantes. *Revista Brazil Médico*. Rio de Janeiro, v. 15, jun. 1902, p. 56.

<sup>295</sup> DAUDT FILHO, João. Op. cit., p. 61.

<sup>296</sup> VIANA, Gonçalves. *Olinto de Oliveira*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945. p. 57.

aulas e laboratórios, frequentavam as mesmas rodas sociais e espaços de lazer, construindo assim redes de contatos durante a sua estada na Corte.

Assim, conclui-se que os estudantes gaúchos formados no final do século XIX socializavam-se e suas cabeças fervilhavam das idéias de “cultura médica” que lhes foram transmitidas no Rio de Janeiro, baseadas na projeção de novos centros de ensino de medicina pelo país. Os esculápios julgavam estar promovendo uma tarefa importante para sua área de atuação e que seriam reconhecidos por tal empreitada, algo que igualmente os motivava. Eles articularam-se e acabaram por criar a FMPA.

A análise sobre a formação dos médicos no Rio de Janeiro é importante para entender que a Sociedade de Medicina de Porto Alegre e o Curso de Partos da Santa Casa, fundados respectivamente em 1892 e 1897, tidos como espaços de gênese das discussões acerca da criação da FMPA, não foram os únicos locais em que esses médicos passam a conviver depois de formados no Rio de Janeiro. Muitos deles, como visto, já se conheciam anteriormente, e receberam a influência das idéias da Corte para a implantação de uma escola médica aqui no estado. De outra forma, mais do que a união por um projeto “profissional” comum, as relações personificadas que estabeleceram foram importantes para promover certa coesão ao grupo em torno do objetivo.

Obviamente, seria irreal pensar que todos os indivíduos que participaram da criação da FMPA eram extremamente “íntimos um dos outros” e unidos a tal ponto para encarar o empreendimento como uma tarefa quase “messiânica”, uma “meta” da qual não poderiam se desviar. Cada um desses médicos certamente tinha idéias próprias a respeito de como iriam gerenciar seus estudos e as oportunidades profissionais que se apresentavam. Em meio a atividade clínica que provavelmente já exerciam na capital, após voltarem da Corte, em finais do séc. XIX, esses indivíduos possivelmente arquitetavam que a estruturação da FMPA fosse mais uma opção de ascensão em suas carreiras.

De outro modo, a influência desses laços sociais para o estabelecimento da FMPA permaneceu no trânsito de professores na instituição. Eles se fizeram presentes, de maneira intensa, apesar da existência de critérios formais para a admissão na congregação.

## 2.4 Critérios de recrutamento e organização docente da Faculdade

Voltando a trajetória da Faculdade, os docentes fundadores eram em número limitado para ocupar a regência de todas as disciplinas do curso e cargos diretivos (13 professores para cerca de 30 postos), além de vários deles terem se afastado da escola ao longo da trajetória dela. Em contrapartida, com o passar do tempo, outros foram aceitos na congregação. Decidi, então, averiguar como se dava essa circulação dos professores na entidade. Mais do que apresentar os diversos cargos que os professores ocupavam nela, minha intenção nessa seção foi analisar os mecanismos envolvidos na constituição do corpo docente.

Como já comentado, o dia 25 de julho de 1898 é a data oficial de criação da FMPA, que abrigaria os cursos de medicina, farmácia e odontologia. Na ocasião estavam presentes membros da Escola de Farmácia de Porto Alegre (que seria “extinta” com a criação da nova entidade), do Curso de Partos da Santa Casa e indivíduos convidados, entre médicos e farmacêuticos.

Nessa reunião, procedeu-se a eleição de determinados cargos: Protasio Alves como diretor, Alfredo Leal para o posto de vice e Carvalho de Freitas tornou-se secretário. Por fim, criou-se a congregação, que seria responsável por gerir os três cursos, representada em maior número pelos médicos, em seguida os farmacêuticos e por fim cirurgiões-dentistas, que ministrariam aulas nas três habilitações, de acordo com a necessidade dos programas curriculares estabelecidos.<sup>297</sup>

Nas sessões seguintes, passou-se a definição da regência das disciplinas, sendo os professores presentes considerados já de antemão como catedráticos.<sup>298</sup> Passado o preenchimento desses cargos, foram escolhidos os substitutos, cuja tarefa basicamente era tomar o lugar dos titulares da respectiva seção no caso dos seus impedimentos.<sup>299</sup> As

---

<sup>297</sup> Embora nessa primeira eleição para os cargos diretivos houvesse a presença de dois farmacêuticos, Alfredo Leal e Francisco Carvalho de Freitas, além do fato que lentes antigos da EFPA tenham se incorporado a FMPA, o que poderia dar ao curso de farmácia certo “peso institucional”, percebe-se pelas atas e relatórios da entidade ao longo do período estudado a inegável primazia das discussões acerca do curso de medicina. Um dos motivos para tal, provavelmente, é o elevado número de médicos em comparação aos outros profissionais, que acabam por certo direcionando as discussões para a sua área de atuação. As duas outras habilitações (farmácia e odontologia), concludo, são secundárias em importância para os membros da entidade. O primeiro estatuto da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, manuscrito, encontra em uma das atas da congregação: Ata n. 5 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/12/1898.

<sup>298</sup> As reuniões funcionariam desde que se reunissem metade dos membros mais um, em exercício, incluindo o diretor e/ou seu substituto. Ata n. 43 das Sessões da Congregação da FMPA. Op. cit.

<sup>299</sup> *Estatutos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre* – 1911. Porto Alegre: Oficinas tipográficas da Livraria do Comércio, 1911. p. 19. Além disso, os substitutos possuíam atribuições como participar de

seções em 1899 eram as seguintes: química, medicina, cirurgia, anatomia e fisiologia, ciências acessórias. Assim, não havia um substituto para cada disciplina, mas para um conjunto delas, reunidas por “semelhança”, cabendo ao lente assumir a regência de qualquer uma das disciplinas correspondentes àquele grupo caso fosse necessário<sup>300</sup>

Para o cargo de substitutos e os novos catedráticos que porventura fossem admitidos, os estatutos iniciais regulamentaram o ingresso através de concurso público. O primeiro item exigia uma “produção impressa de valor” a ser distribuída individualmente pelo candidato a todos os lentes, contendo cada uma das matérias da seção correspondente ao cargo desejado. Esses trabalhos possuíam caráter eliminatório, julgados por uma comissão responsável por gerir o processo. Após essa avaliação, partia-se para a prova prática, basicamente a arguição de 20 pontos escolhidos pela comissão, devendo ser explanados no mesmo dia pelo candidato, de “improviso”, como consta no regimento. Posteriormente se daria a prova escrita, contendo uma problemática para a qual os candidatos teriam 4 horas para dissertar a respeito. Por fim, a prova oral, cujo assunto seria sorteado com 24 horas de antecedência em relação ao dia do teste e sobre ele o candidato deveria ministrar uma aula, com duração de 1 hora. Após essas etapas a congregação reunia-se para decidir o aprovado por maioria absoluta de votos, embora só pudessem participar do escrutínio os lentes que tivessem assistido (e avaliado) os testes prático, escrito e oral. Caso houvesse empate entre candidatos, o voto do diretor era qualificado para a escolha final.<sup>301</sup>

Contudo, a indicação de um nome para ser apreciado pela congregação, sem a prática do concurso, era uma ação corrente. Em 1899, Sarmiento Leite propôs Nogueira Flores para assumir a cadeira de histologia, bem como ser o substituto da seção correspondente. Em 1902, para o cargo de substituto da 3ª Seção, foi escolhido Ramiro Barcellos, após indicação de Protasio Alves. Octavio Lisboa também é aceito sem voto contrário como representante da 2ª seção em 1903. Essas sugestões eram promovidas geralmente por um dos primeiros catedráticos, ocasião em que ele apontava a suposta

---

cursos complementares, teóricos ou práticos, sobre as matérias que a congregação designasse, conforme indicação do respectivo lente; auxiliar os professores nos trabalhos de laboratório e nas incursões científicas dos alunos, ou dirigi-las se fossem para isso nomeados. *Ibid.*, p. 19.

<sup>300</sup> Os cargos docentes eram vitalícios, sendo o indivíduo retirado da congregação apenas após passar por processo administrativo-penal ou abandonar do cargo. Era autorizado ao catedrático reger mais de uma cadeira, bem como a permuta delas entre os seus titulares, levando em conta a “vantagem e conveniência da troca para o ensino”. *Ibid.*, p. 27.

<sup>301</sup> A congregação, através de voto, poderia propor modificações nos tópicos da prova prática escolhidos pela comissão. O trabalho científico, assim como a prova escrita, eram julgados exclusivamente pela comissão. *Estatutos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre – 1911*. Op. cit., p. 24.

“capacidade técnica e intelectual” do candidato para realizar um trabalho qualificado na escola. A congregação, salvo raras exceções, aceitava a proposta de forma unânime.<sup>302</sup>

Demonstra-se assim que os critérios de admissão de um médico eram *informais e pessoalizados*, baseando-se na recomendação de alguém, sem entrevistas, análises detalhadas de currículo ou por um concurso público. Outra norma que atesta a flexibilidade desse ingresso era o fato dos diretores<sup>303</sup> possuírem a prerrogativa de nomear lentes para reger interinamente uma cadeira em caso da falta de substitutos, regra da qual se valeram, como no caso do professor Francisco de Paula Dias Castro, nomeado em 1902.<sup>304</sup>

Partindo do pressuposto que o indicado possuiria o mais alto “caráter” e nível técnico, além de travar uma relação de “proximidade” com aquele que o indicava, colocar-se contra essa recomendação poderia significar não apenas o impedimento do ingresso de mais um membro, mas atingir “moralmente” aquele que o sugeriu.<sup>305</sup> Assim, creio, para evitar ferir suscetibilidades, essas aprovações era promovidas sem restrições.

Apenas a partir de 1905, pelo que consta nas fontes, um processo de seleção formal foi tentado, pois o lente Deoclécio Pereira afirmou que promoveu duas chamadas de candidatos para o concurso de substituto da 3a seção. Contudo, complementa que não houve interessados e então propôs o nome de Carlos Penafiel para a vaga, o que acabou sendo aprovado pela congregação.<sup>306</sup> Outro elemento que certamente contribuía para uma maior “informalidade” era o fato de que o cargo de catedrático, em caso de afastamento definitivo do titular, seria preferencialmente provido pelo substituto da

---

<sup>302</sup> As nomeações acima constam respectivamente em: Ata n. 7 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/04/1899; Ata n. 10 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 04/06/1902; Ata n. 13 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 21/08/1903.

<sup>303</sup> Além do cargo de diretor, as outras principais atribuições eram a de vice-diretor (responsável por substituir o primeiro em suas funções em caso de impedimento) e de secretário. Este último, nomeado pelo diretor (podendo ser um lente médico ou farmacêutico que fosse integrante do corpo docente do curso medicina) possuía as seguintes funções: redigir e fazer a correspondência do diretor; lavrar as atas da congregação; assinar as inscrições para as matrículas e para os exames; rubricar todos os papéis, livros e demais documentos; cumprir e fazer cumprir todas as ordens transmitidas pelo diretor e pela congregação; assinar cópia de toda a correspondência expedida pela Faculdade. Havia ainda a figura do sub-secretário, o qual competia auxiliar o secretário em todo o serviço da secretaria, cumprindo as ordens que lhe fossem transmitidas (não se especifica-se na documentação o modo de admissão para este cargo). Ata n. 5 das Sessões da Congregação da FMPA. Op. cit.

<sup>304</sup> Não há informações sobre a cadeira que esse lente iria reger. A nomeação feita pelo então diretor Protásio Alves consta em: Ata n. 11 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 23/04/1902.

<sup>305</sup> Afrenta que seria considerada extremamente grave para esses indivíduos, que na passagem do séc. XIX para o XX cultuavam a honra como um valor indispensável, e quando julgassem que ela fora atacada não raro partiam para “duelos” e outras resoluções violentas. GRZYNSZPAN, Mário. Op. cit., p. 75.

<sup>306</sup> Ata n. 31 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 23/04/1905.

seção respectiva, e apenas na falta deste através de concurso.<sup>307</sup> Por fim, havia a possibilidade do substituto da seção requerer transferência para uma cadeira, tornando-se catedrático, caso a disciplina se tornasse vaga em virtude do titular ter requerido mudança para outra, o que mais uma vez acabaria por dispensar maiores disputas pelo cargo, salvo alguma concorrência interna.<sup>308</sup>

O tom “não-rígido” desses processos de seleção é percebido até mesmo no caso de nomeações que eram recusadas. Em março de 1905, o prof. Carvalho de Freitas propôs que Octavio de Souza fosse nomeado catedrático de clínica propedêutica, cadeira a qual teria regido por 2 anos de modo “lisonjeiro”, devido ao impedimento de Diogo Fortuna, que havia se prolongado além do período permitido nos estatutos da FMFA. Já Rodolpho Masson foi indicado para catedrático de uma cadeira que estava anteriormente sob os cuidados de Modesto de Souza, que se desligou da faculdade sem qualquer justificativa, tornando assim a disciplina vaga. Contudo, nas duas situações, mesmo havendo amparo no regulamento da FMFA,<sup>309</sup> o diretor Protasio Alves recusou as propostas (não há informações se ele possuía o poder para tal decisão individualmente ou a congregação foi ouvida na questão). Afirmo que geralmente não havia recusa de qualquer nomeação para que não houvesse “desagrados pessoais”, mas creio que aí tal variável estava colocada, embora de forma mais complexa: caso a proposta fosse concretizada, afastaria-se definitivamente dois catedráticos, com “mais tempo de casa” que os substitutos (fatores que os colocavam hierarquicamente acima dos nomes sugeridos), e que provavelmente mantinham certo respaldo profissional e pessoal entre vários membros da congregação. Assim, os lentes devem ter preferido manter a primazia dos antigos regentes por um certo período, até que definitivamente se tomasse conhecimento que os professores ausentes não participariam mais da instituição, evitando assim possíveis “constrangimentos” de maior dimensão.

Em paralelo, a instituição vai adquirindo uma maior complexidade em sua estrutura organizacional ao longo do tempo. Na formatação de seus novos estatutos, em abril de 1907, aumentaram-se o número de seções, que passaram ao número de 14. Criaram-se cargos novos: os internos de clínica, alunos responsáveis por comparecer

---

<sup>307</sup> Excepcionalmente, poderia ser admitido para uma vaga de catedrático ou substituto um candidato de “notória competência e que tenha publicado obras reveladoras de suficiente preparo nas matérias da seção ou da cadeira que pretender”. *Estatutos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre – 1907*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas da Livraria do Comércio. p. 17.

<sup>308</sup> *Ibid.*, p. 14

<sup>309</sup> Segundo os Estatutos de 1907, o prazo máximo das licenças seria de dois anos. Para além desse período ficaria o cargo do lente em disponibilidade. *Ibid.*, p. 4.

nas enfermarias e executar a vigília dos pacientes, e os ajudantes de preparadores, também estudantes, para auxiliar na organização dos materiais de laboratórios e salas de aula. Ainda, reformou-se a estrutura da biblioteca e foi criado um periódico acadêmico.<sup>310</sup>

Em 1911, aponta-se nos novos estatutos que além de catedráticos (já em número de 39) e substitutos, o corpo docente seria constituído de professores contratados em regime de urgência e os docentes-livres. Os últimos eram médicos autorizados a promoverem cursos na faculdade, mas que não poderiam concorrer com matérias ministradas nela.<sup>311</sup> Porém, os primeiros lentes dessa modalidade só começam surgir a partir de 1925. Essa função não deixava de ser uma oportunidade para médicos iniciarem uma experiência docente mesmo que não fossem professores permanentes. E nada impediria que eles tentassem se tornar membros efetivos após promoverem esses cursos, o que ocorreu em diversas ocasiões. Inclusive, a partir de 1931 a livre-docência passou a ser uma exigência para concorrer ao cargo de catedrático (ou então ter concluído o curso médico há pelo menos seis anos).<sup>312</sup> Caso fosse aprovado, permaneceria na cátedra por um período de dez anos e, findo este período, passaria por um novo concurso, apenas de títulos. Se fosse reconduzido ao cargo, gozaria de garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, sendo apenas privado da sua função por abandono ou decisão judicial.<sup>313</sup>

Mesmo através dessa maior elaboração nos mecanismos de recrutamento da faculdade, bem como dos cargos envolvidos, não creio que se possa afirmar que critérios eminentemente técnicos ou meritocráticos passaram a possuir grande peso na questão do recrutamento, “superando” assim os laços sociais, por vários motivos.

---

<sup>310</sup> Os internos de clínica seriam em número de 2 por cadeira, matriculados regularmente no curso de medicina. *Estatutos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre – 1907*. Op. cit., p. 7.

<sup>311</sup> Os professores contratados deveriam ser buscados para a regência de disciplinas por tempo determinado (não superior a 5 anos), pela falta da presença de docentes em concursos, ou a insuficiência destes para serem aprovados a serem escolhidos pelo diretor. Antes de findar o prazo de contrato, seria aberto um novo concurso, para evitar a vacância da disciplina. Já a duração do curso livre seria de no máximo um ano, podendo ser renovada. Nenhum membro do corpo docente poderia ter curso livre de matéria já obrigatória no currículo da FMPA, mas poderia ministrar outra. *Estatutos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre – 1911*. Op. cit., p. 31

<sup>312</sup> As exigências da inscrição eram: ser diplomado em medicina, brasileiro nato ou naturalizado, apresentar “provas de sanidade e de idoneidade moral” e apresentar documentação da atividade profissional que tivesse exercido e que se relacionava com a disciplina ou concurso. O processo também contava com prova prática, teórica e de títulos. Porém, ser livre-docente continha certas restrições. Pois, apenas um entre eles poderia ser o representante da categoria na composição da congregação daquele momento, ao contrário dos catedráticos e substitutos em exercício, que possuíam voto individual nas sessões. *Relatório da FMPA referente ao ano de 1931*. Op. cit., p. 36.

<sup>313</sup> Decisão conjugada com parecer de destituição do voto de 2/3 dos professores da congregação. Ata n. 72 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 02/11/1914.

Primeiro, porque na prática os concursos ainda vão demorar alguns anos para ocorrer, apenas a partir de 1917, sendo que antes desse momento outros professores continuaram ingressando na FMPA através de indicação de outros membros, como no caso de Luiz José Guedes e Alvaro Fróes da Fonseca, em 1914, e Manoel José Pereira Filho, em 1915. Segundo, porque em algumas dessas novas seleções os concursos ocorrem com candidatos únicos. Em 1917, tornaram-se professores Ulysses Nonohay como substituto da 4ª seção, e Álvaro Fróes da Fonseca, nomeado catedrático de anatomia descritiva, sem nenhuma concorrência. Em 1919 José Guedes efetivou-se para a 7ª seção (clínica neurológica e clínica psiquiátrica) sem outro candidato na disputa, mesmo ano em que Raul Moreira, para a disciplina de Clínica Toxicológica, é aprovado sem outros candidatos no processo.<sup>314</sup>

Em 1918, Guerra Blessmann tornou-se substituto da 16ª seção batendo a concorrência de dois candidatos, os drs. Braz Lima e Carlos Gonçalves, formados na escola médica carioca. Ainda, Martim Gomes tornou-se catedrático de clínica ginecológica ao concorrer com Guilherme Castro e Manoel Pereira Silva, sendo o segundo diplomado pela faculdade médica do Rio de Janeiro e o terceiro formado na Bahia. Por fim, Walter Hugo Castilho derrotou Luís Osório Sodré e Marcelino de Andrade Souza (ambos da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte), tornando-se catedrático de clínica médica (1ª parte).<sup>315</sup> Nesses casos, mesmo existindo concorrência entre determinados médicos, não creio que etapas avaliativas do concurso foram significativas como forma de escolher os candidatos “vencedores”. Por quê?

No intuito de responder a pergunta acima, é importante retomar que a 3ª faixa de professores (aqueles que ingressaram a partir de 1918), que se agrupa à medida que outros vão se afastando e porque foi necessário aumentar o número de lentes para a regência das matérias, era majoritariamente formada por aqueles que estudaram na FMPA. Acredito que essa tendência possa ser explicada partindo da assertiva que as relações pessoais que foram importantes na iniciativa de fundar a escola, bem como para as primeiras indicações de docentes, permaneceram para o recrutamento desses novos membros. Contudo, dessa vez a prática se deu pelas boas relações não entre “pares” que se formaram no Rio de Janeiro, mas entre um professor e um estudante

---

<sup>314</sup> Sobre essas diversas nomeações, ver a relação completa que consta em: Ata Especial das Sessões da Congregação da FMPA – Relação de Concursos e Nomeações. Porto Alegre, 1917-1942. O documento é específico a respeito dos diversos concursos e posses de cargos na FMPA, sendo reescrito periodicamente.

<sup>315</sup> Ibid.

formado na instituição gaúcha. Assim, julgo que os médicos habilitados pela FMPA gozavam de maior prestígio “profissional” e pessoal que os “de fora” em relação à congregação que os selecionava. E nesse sentido, é importante perceber a existência de relações que poderiam ser determinadas como as de “mestre-discípulo” como fator determinante para esses resultados. Um contato próximo entre determinado professor e aluno, como se o segundo devesse suceder o primeiro como docente da faculdade em um período posterior. Segundo o dr. Mariante, refletindo sobre o papel dos lentes em medicina

Os professores são mestres na melhor acepção da palavra, e assim, preparam *academicamente* mas também *moralmente* aqueles discípulos, que já, previamente, por sua inteligência e também integridade, merecem, naturalmente, suceder no futuro seus antigos tutores. Nessa relação se partilha idéias e conhecimentos sobre medicina, mas também ensinamentos sobre a vida, em uma relação quase filial.<sup>316</sup>

Assim, existia entre certos docentes e alunos uma ligação que certamente envolvia um trabalho acadêmico partilhado de forma intensa entre os dois, mas também uma forte relação pessoal, em que o professor prepara técnica e moralmente o médico mais novo. Um laço social construído no interior da FMPA.

A conjugação desses termos é apontada em outros relatos da época. Na *Revista dos Cursos* de 1917, há um trecho mencionando o concurso docente ocorrido naquele mesmo ano no qual consta “os parabéns ao dr Alvaro Fróes da Fonseca, que estava seguindo os passos de seu antigo mestre Carlos Wallau”.<sup>317</sup> Em uma ata da congregação de 1918, onde se relata que três ex-alunos da FMPA derrotaram seus concorrentes, o prof. Aurélio de Lima Py aponta que estava satisfeito com o ingresso de novos lentes na escola por serem “a mais fina e valiosa expressão dos *discípulos* que com amor à determinada matéria e o respeito cultuado à figura dos professores *que os havia preparado*, sucediam de forma justa aos seus mestres”.<sup>318</sup> No aniversário de Basyl Sefton, também lente e formado na escola médica rio-grandense, em 1929, há uma mensagem de parabéns destacando-o como o “antigo discípulo do mestre Dr. Luiz

---

<sup>316</sup> MARIANTE, Serapião. Op. cit., p. 21.

<sup>317</sup> *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, v.3, n. 2, 1917, p. 7.

<sup>318</sup> *Revista dos Cursos (...)*. Porto Alegre, v.4, n. 5, 1918, p. 2.

Osório Nogueira Flores, aprendendo com esse baluarte da medicina as artes da bacteriologia, mas também o *caminho correto da vida*.”<sup>319</sup>

Entendo esses discursos não como mera figura retórica, mas sim como expressão dos critérios de recrutamento da FMPA, baseados com extrema intensidade nas relações pessoais entre professores e alunos da escola médica rio-grandense. Assim, o fato do estudante ter convivido com determinado professor, estabelecendo com ele uma espécie de “patronato”, é o trunfo principal na disputa do cargo desse mesmo lente, caso estivesse em vias de vacância.

Há outros elementos que reforcem tal argumentação. Nos textos acima em que se identificou determinado médico como discípulo e outro como mestre, caso de Alvaro Fróes da Fonseca e o prof. Carlos Wallau, além de Basyl-Sefton e o lente Nogueira Flores, os ex-estudantes sucederam os professores exatamente na disciplina que esses lentes ministraram. Ainda, nos casos dos concursos citados, independente do número de candidatos, os vencedores foram ex-alunos da FMPA, derrotando esculápios de outras escolas médicas do país, nos casos em que ocorreram disputas.

Esses indícios reforçam um direcionamento muito forte no processo de recrutamento da escola médica rio-grandense. Esperava-se, portanto, que um determinado candidato, ex aluno da FMPA, entrasse no corpo docente em detrimento de outros médicos formados pelo país, e, de forma mais específica ainda, substituísse um determinado professor, através de uma espécie de compadrio. Como já pairava no ambiente a idéia que certo concorrente deveria ocupar aquele posto, outros médicos talvez até preferissem não se “dar ao trabalho” de participar dessa seleção, situação expressa nos casos de concurso com um único pleiteante à vaga.

Os candidatos escolhidos geralmente possuíam uma ficha acadêmica exemplar, com bons conceitos nas disciplinas dos cursos, participações como assistentes e preparadores das seções da Faculdade e títulos escolares. Em 1915, institui-se a láurea acadêmica, conferida ao aluno que tivesse aprovação com distinção em mais de dois terços das matérias do curso médico e não houvesse sofrido nenhuma pena disciplinar. Dos 17 médicos que ingressaram como lentes da FMPA entre 1915-1932, receberam-na 9 deles. Oscar Bernardo Pereira, por sua vez, recebeu o prêmio Oswaldo Cruz em 1924, destinado a um trabalho de valor sobre higiene ou microbiologia e os ramos associados. Mario Bernd recebeu em 1931 o prêmio Miguel Couto, conferido à melhor tese

---

<sup>319</sup> *Revista dos Cursos* (...). Porto Alegre, v. 5, n. 7, 1929, p. 10.

inaugural sobre Clínica Médica. Chega-se ao resultado que 11 professores, desse universo de 17 (ou seja, 64%), receberam alguma distinção acadêmica anterior ao seu ingresso como docente na faculdade.<sup>320</sup>

Acredito que esses itens são importantes para considerar que candidatos da FMPA possuíam qualidade acadêmica balizada pelo porte de títulos escolares e o seu desempenho ao longo do curso. Contudo, também creio serem elementos que não superaram, no contexto, a força das relações pessoais já afirmadas. Pois, quanto ao caso de candidatos diplomados em outras escolas médicas que participavam do concurso docente (sem falar nos inúmeros casos que não havia nenhuma disputa), será que seu desempenho nos testes, bem como os títulos que porventura ostentavam, era sempre inferior aos formados no Rio Grande do Sul, levando-os quase sempre à “derrota” nessas seleções? Provavelmente, não. Havia algo que funcionava como um trunfo diferenciado para os concorrentes da escola médica rio-grandense, certamente esse forte contato já previamente estabelecido com os docentes, que participavam das comissões avaliadoras desses concursos, nos moldes já afirmados. Assim, o elemento primordial para se entender os critérios de recrutamento na instituição eram as conexões sociais firmadas entre esses indivíduos, professores e alunos, ao longo de suas trajetórias na FMPA.

## **2.5 Um espaço de atuação privilegiado: A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**

Durante a pesquisa, um dado que chamou a atenção, principalmente nos textos biográficos dos professores, foi a referência ao seu trabalho na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMCPA). Assim, tendo como fontes principais a documentação administrativa do hospital, procurei compreender se o trânsito dos médicos nesse ambiente conectava-se com suas atividades na escola gaúcha e, em caso positivo, de que forma isso ocorria e por quais motivos.

Como já afirmado pelos esculápios anteriormente, o projeto da estruturação da Faculdade de Medicina contava com a existência da SCMCPA, uma vez que era

---

<sup>320</sup> A lista dos professores agraciados com algum título escolar consta em: HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Op. cit., 1998, p. 120. Todos esses prêmios foram idealizados pela congregação da FMPA e provavelmente destinavam-se apenas a estudantes da instituição.

considerada um rico campo de pesquisa para professores e estudantes, principalmente pela variabilidade de casos clínicos que lá poderiam ser observados.<sup>321</sup> Como exemplo dessas considerações, o Instituto Anatômico da escola médica, construído sob suas expensas, foi erguido na própria Santa Casa, que inclusive disponibilizava cadáveres para estudos. Relembrando também que o Curso de Partos, que esteve na gênese da Faculdade, possuía sede no hospital em questão.

A autorização para a criação da SCMPA foi dada pelo príncipe regente Dom João em 14 de maio de 1803, e em outubro desse ano a câmara local formalizou a sua criação, sendo escolhido em seguida como Provedor o governador da região, Paulo José da Silva Gama, recomendado pelas autoridades imperiais. O hospital, contudo, após vários problemas em arrecadar fundos para a construção das edificações, é aberto oficialmente apenas em 1826, com as primeiras enfermarias, ainda muito precárias, divididas por sexo. Ao longo do séc. XIX, elas foram tornando-se mais específicas, levando em conta igualmente a questão da enfermidade que acometia o paciente para a internação.<sup>322</sup> Segundo Beatriz Weber, em 1895 a instituição possuía 180 leitos e uma média diária de 258 enfermos internados. Em 1914, construiu-se o bloco cirúrgico. Ao longo da década de 1920, ela recebia uma média diária de 400 a 450 pacientes, crescendo gradativamente. Em 1930, há uma grande ampliação estrutural da instituição, com a construção de um novo hospital, o São Francisco, para ser “um braço rentável” da entidade, através do atendimento pago de pacientes, uma vez que a Santa Casa destinava-se primordialmente à assistência gratuita aos pobres. Havia ainda o ambulatório para atendimento de urgência, conhecido tradicionalmente como “sala do banco”, que foi dirigido por lentes da Faculdade: os drs. Modesto José de Souza (1903-1907), João Dias Campos (1910-1920) e João Marques Pereira (1923-1936).<sup>323</sup>

Os principais cargos administrativos do hospital se dividiam entre o Provedor, o Vice-Provedor e os Mordomos, responsáveis pelo gerenciamento de setores específicos.<sup>324</sup> O primeiro posto, no período, foi ocupado pelos professores Victor de Britto, Ramiro Barcellos, Aurélio Py, Protasio Alves e Guerra Blesmann. Já Octavio de Souza foi Vice-Provedor, entre 1925 e 1927. Os drs. Thomaz Mariante, Sebastião Afonso de Leão, Serapião Mariante, Oscar Noronha, Fernando de Paula Esteves e o

---

<sup>321</sup> A afirmação é do farmacêutico Alfredo Leal, membro do grupo de fundadores da FMPA, em: *Incríveis Abusos. A Federação*, 25/07/1898, p. 5.

<sup>322</sup> HASSER, Maria de Nazareth Agra. Op. cit., 1998, p. 59.

<sup>323</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 71.

<sup>324</sup> Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1986). Porto Alegre, 1886, p. 3.

próprio Blessmann exerceram a função de Mordomo do Hospital (posteriormente chamado de Chefe do Serviço Sanitário), responsável pelo gerenciamento das enfermarias e pelas “demandas internas” da Santa Casa.<sup>325</sup> Ainda, Mario Totta foi Mordomo dos Expostos, encarregado das crianças abandonadas na entidade, no período de 1915-1917. Por fim Cristiano Fischer, farmacêutico, foi Mordomo da Farmácia por diversas gestões (entre 1922-1924 e 1928-1930).

Esse ambiente hospitalar, o maior e mais tradicional da capital rio-grandense, abrigava todas as enfermarias de clínica da FMPA, o que se manteve de forma majoritária até construção do Hospital de Clínicas, na década de 1970. Com a pretensão de mapear a presença dos professores nesses espaços, busquei dados sobre a atuação do grupo na Santa Casa no período em estudo (1898-1932). No quadro visualiza-se a existência de 13 enfermarias, mais o serviço de puericultura, inaugurado a partir de 1920, com os seguintes resultados:<sup>326</sup>

Santa Casa - Enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica ( <b>Protasio Alves</b> )	
<b>Protasio Alves</b>	<b>1898- 1905, Diretor; Catedrático de Clínica Obstétrica I</b>
<b>Carlos Nabuco</b>	Adjunto
<b>Ricardo Machado</b>	<b>1905-1914, Adjunto; 1915-1921, Chefe de Clínica, 1921-1932, Diretor; Catedrático de Clínica Obstétrica I</b>
<b>Luis Francisco Guerra Blessmann</b>	Adjunto
José Nogueira	Adjunto

<sup>325</sup> As tarefas do Mordomo do Hospital eram: comparecer ao hospital diariamente, levando ao conhecimento da administração e do serviço sanitário, e em último caso ao Provedor, qualquer irregularidade que observasse; zelar pelo asseio, limpeza e conservação do edifício, dos móveis e demais objetos, bem como pela qualidade de alimentação servida aos enfermos; sempre que fosse solicitado pela administração, comunicar a qualquer empregado do hospital, ou doente, as advertências necessárias, encaminhando outras providências que o caso exigisse e levando a situação ao conhecimento do Provedor; relacionar os pedidos de gêneros ou materiais para o hospital. Mordomo da Farmácia: zelar pelas condições de asseio e ordem da farmácia, vistoriando os pedidos de drogas feitas antes de serem entregues a administração; vistoriar a folha de pagamento do pessoal que lá trabalhasse; cuidar do destino das drogas e materiais não mais utilizados, propondo soluções ao Provedor; em concordância com o Diretor Sanitário, entender-se sobre o fornecimento de medicamentos ao hospital. Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1931). Porto Alegre, 1931, p. 16-17.

<sup>326</sup> Os dados da tabela não indicam que esses diretores iniciaram seu trabalho no hospital exatamente em 1898 e sim que estavam trabalhando no local nesse momento, o ano de fundação da FMPA.

<b>Santa Casa - Enfermaria Clínica Médica de Homens (Luiz Masson)</b>	
<b>Sebastião Leão</b>	<b>1898- 1903, Diretor; Catedrático de Fisiologia</b>
<b>Luiz Nicolau Masson</b>	<b>1898-1903; Chefe de Clínica, 1903-1920, Diretor, Catedrático de Fisiologia</b>
<b>Alberto de Souza</b>	<b>Adjunto, 1898-1918; 1918-1920 ,Chefe de Clínica, 1921-1932, Diretor, Catedrático de Fisiologia</b>
Carlos Guimarães Pereira	Adjunto, 1918-1920

<b>Santa Casa - Enfermaria Clínica Pediátrica (Olinto de Oliveira)</b>	
<b>Olinto de Oliveira</b>	<b>Diretor 1898-1917, Catedrático de Pediatria</b>
<b>Manoel Gonçalves Carneiro</b>	<b>Chefe de Clínica 1898-1917, Diretor 1917-1931, Catedrático de Pediatria</b>
Amando Castro e Neves	Adjunto
Fernando de Mathias Clark	Adjunto
<b>Mario Bernd</b>	<b>Adjunto 1898-1917, Chefe de Clínica, Diretor</b>

<b>Santa Casa- Enfermaria Clínica Oftamológica (Victor de Britto)</b>	
<b>Victor de Britto</b>	<b>Diretor, Catedrático de Clínica Oftamológica e Doenças Respiratórias</b>
<b>Manoel Velho Py</b>	Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor
Marco Antônio Badaró	Adjunto
<b>Alvaro Fróes da Fonseca</b>	<b>Adjunto, , Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Clínica Oftamológica e Doenças Respiratórias</b>
João Carlos Porto	Adjunto

Santa Casa - Enfermaria 1ª Clínica Cirúrgica de Homens ( <b>Carlos Wallau</b> )	
<b>José Licério Primo de Seixas</b>	<b>Diretor, 1898- Catedrático de Clínica Cirúrgica II</b>
<b>Carlos Augusto Wallau</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Clínica Cirúrgica II</b>
André Del Roja	Adjunto
Marcos Sérpio Almeida	Adjunto
<b>Raul Franco di Primio</b>	Adjunto

Santa Casa - Enfermaria 1ª Clínica Ginecológica e Obstétrica ( <b>Serapião Mariante</b> )	
<b>Serapião Mariante</b>	<b>Diretor, Catedrático de Anatomia</b>
José Maria de Freitas	Adjunto
<b>Heitor Annes Dias</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Anatomia</b>
<b>Thomaz Laranjeira Mariante</b>	Adjunto
<b>Oscar Bernardo Pereira</b>	Adjunto
Hugo Martins Souza e Silva	Assistente

Santa Casa - Clínica de Homens Doenças Venéreas ( <b>Octavio de Souza</b> )	
<b>Antonio Carlos Penafiel</b>	<b>Diretor, Catedrático de Doenças Venéreas</b>
<b>Octavio de Souza</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Doenças Venéreas</b>
Marcilio Dias de Oliveira	Adjunto
Diego Bernardo Cruz	<b>Adjunto</b>
<b>Oddone Eugenio Frederico Marsiaj</b>	<b>Adjunto</b>

Santa Casa - Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens ( <b>Sarmiento Leite</b> )	
<b>Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca</b>	<b>Diretor, 1898-1927, Catedrático de Clínica Cirúrgica</b>
<b>Fabio Nascimento Barros</b>	<b>Adjunto, 1898-1912, 1912-1927 Chefe de Clínica, 1927-1932 Diretor, Catedrático de Clínica Cirúrgica</b>
Índio Almeida Ricardo	1898, 1913, Adjunto
<b>Florencio Ygartua</b>	1898-1921, Adjunto
Prado Carlos Antunes	1898-1917,

Santa Casa - Enfermaria 3ª Clínica Médica de Homens (15ª Seção)	
<b>Aurélio de Lima Py</b>	<b>Diretor, Catedrático de Propedêutica</b>
Henrique Schausmann	Adjunto
Mércio Pacheco Oliveira	Assistente
<b>Ramiro Fortes de Barcellos</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Propedêutica</b>

Santa Casa - Enfermaria 1ª Clínica Médica de Doenças Tropicais	
<b>Dioclécio Pereira</b>	<b>Diretor, Catedrático de Doenças Tropicais</b>
<b>João Dias Campos</b>	Adjunto
Ernesto Osorio Conceição	Adjunto
<b>Eduardo Sarmiento Leite Filho</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Doenças Tropicais</b>
Hugo Valente Ribeiro	Adjunto
<b>Elyseu Paglioli</b>	Adjunto

Santa Casa - 2ª Clínica Médica de Homens – Tuberculosos	
<b>Diogo Fortuna</b>	<b>Diretor, Catedrático de Microbiologia</b>
<b>Ulisses Pereira Nonohay</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Microbiologia</b>
<b>Rodolfo Machado Masson</b>	Adjunto
Octacílio Flecha Pimenta	Adjunto
<b>Bruno Attilio Marsiaj</b>	<b>Adjunto</b>

Santa Casa - Clínica Médica e Cirúrgica de Homens (12ª Seção) – Pensionistas de 2ª Classe	
<b>Jacinto Luiz Gomes</b>	<b>Diretor, Catedrático de Farmacologia</b>
Francisco Viega Cabral	Adjunto
<b>Fernando de Paula Esteves</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Farmacologia</b>
<b>Felicissimo Difini</b>	Adjunto

Santa Casa - Serviços de Puericultura	
<b>Mario Totta</b>	<b>Diretor, Catedrático de Clínica Obstétrica</b>
<b>Elyseu Paglioli</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica</b>
Jesus Inocêncio Almeida	Adjunto
<b>Heitor Annes Dias</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Catedrático de Clínica Obstétrica</b>

Enfermaria Clínica Médica de Homens e Isolamentos	
<b>Tristão de Oliveira Torres</b>	<b>Diretor, Catedrático de Química Experimental</b>
<b>Moysés Alves de Menezes</b>	<b>Adjunto, Chefe de Clínica, Diretor, Catedrático de Química Experimental</b>
Carlos Antunes Moreira e Silva	Adjunto,
<b>Raul Pinto Ribeiro</b>	<b>Adjunto</b>
Amadeo Silvério Matteo	Adjunto

O paciente, ao ingressar Santa Casa, passava por uma triagem com médicos plantonistas para avaliar o tipo de atendimento necessário, incluindo a possibilidade de internação nas enfermarias. A estrutura delas contava basicamente com os leitos, variando de 30 a 40 unidades, que não raro eram insuficientes para atender a demanda dos enfermos, além de um banheiro para a higiene dos mesmos. Os médicos dividiam-se em turnos para o acompanhamento do estado clínico dos pacientes e a elaboração dos diagnósticos (a chamada “ronda”), com exceção do diretor, que possuía horário livre. As enfermeiras eram responsáveis pela assistência diária aos doentes, em tarefas como alimentação, asseio e fornecimento de medicamentos a eles.<sup>327</sup>

Percebe-se que os médicos percorriam um caminho progressivo nesses ambientes. Ou seja, o padrão é observar a continuidade dos “doutores” em tais espaços, especializando-se em certa área. Pelo que consta, em uma ordem hierárquica, trabalhavam o diretor, o chefe de clínica, os médicos adjuntos e eventualmente um acadêmico de medicina (denominado como interno ou doutorando).<sup>328</sup> Um ponto importante: quando me refiro a esses cargos, falo de posições “fixas de trabalho”, e não da atividade, certamente bem mais numerosa, dos diversos estudantes que freqüentavam

<sup>327</sup> Detalhes sobre a estrutura da enfermaria constam em alguns relatórios institucionais da Santa Casa, como em: Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre-1925. Porto Alegre, 1926, p. 41-45. O ano que consta no título é aquele correspondente ao ano de gestão e a publicação geralmente ocorria no início do ano seguinte.

<sup>328</sup> Isso pode ser comprovado a partir da listagem de integrantes das enfermarias descrita nos relatórios institucionais do hospital. Ex: Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre -1915. Porto Alegre, 1916, p. 39. Nesse documento, consta o médico Mario Totta como diretor da enfermaria de gineco-obstetrícia.

as dependências do hospital obrigatoriamente durante a graduação, de acordo com a disciplina que cursavam.

De outra forma, percebe-se que não havia numerosa oferta de vagas nessas repartições. Como seriam escolhidos aqueles que lá trabalhariam? Em destaque (negrito) são os indivíduos ligados à FMPA, que se formaram nela e/ou eram seus professores. Percebe-se, de forma inequívoca, que elas eram dirigidas por docentes da Faculdade, que ministravam, em geral, matérias vinculadas àquela área específica. Assim como os médicos que os sucediam nesses locais eram, com frequência, os novos lentes que assumiam disciplinas na escola médica. Nesse sentido, exemplifica-se os casos dos drs. Deoclécio Pereira, Victor de Britto, Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca e Antonio Penafiel, diretores das enfermarias e catedráticos de doenças tropicais, clínica oftamológica, clínica cirúrgica, clínica de doenças venéreas, respectivamente, e seus “sucessores” nas duas funções, os drs. Eduardo Sarmiento Leite Filho, Alvaro Fróes da Fonseca, Fabio Nascimento Barros e Octavio de Souza.<sup>329</sup>

De outro modo, a maioria das vagas de adjuntos, em cada uma das repartições, foi ocupada por outros professores ou mesmos formados na escola médica rio-grandense. Em relação aos outros ocupantes dos cargos, não encontrei registros desses indivíduos entre os diplomados na FMPA, e certamente esses eram formados em outras faculdades de medicina do país. De qualquer modo, como já afirmado, percebe-se que eles nunca alcançavam a direção da repartição. Ou seja, há uma ligação evidente entre os médicos que atuavam na Santa Casa e na faculdade rio-grandense, embora nada formalmente estivesse estabelecido para tal. Ainda, observa-se que essa atividade “dupla” era em geral duradoura, prolongando-se por vários anos, ou mesmo décadas, reforçando a idéia de um processo de cargos acumulados com grande estabilidade. Por fim, visualiza-se que um entre os médicos adjuntos se tornava o chefe de clínica, e posteriormente, o sucessor do antigo diretor da enfermaria, materializando-se assim um “caminho” relativamente linear de atuação no hospital.

Segundo o dr. Ávila, que estudou na FMPA e passou pelos “corredores” da Santa Casa, as enfermarias eram “espaços fechados entre si” que determinados médicos “herdavam” dos seus diretores, semelhante a uma relação hereditária, inclusive sem

---

<sup>329</sup> Tal relação pode ser encontrada em: Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Anos Diversos. (1898-1932). Ata Especial das Sessões da Congregação da FMPA – Relação de Concursos e Nomeações. Porto Alegre, 1917-1942.

maior ingerência do Provedor”.<sup>330</sup> Em argumentação semelhante, o dr. Carlos Andrade, no jornal *A Gazeta* afirmou que “tanto na Santa Casa como na Beneficência Portuguesa o *compadrio* se estabelece para o trabalho médico pelas enfermarias, a partir daqueles que lá já estão, tornando difícil o trabalho dos médicos que não possuem algum *benfeitor*”.<sup>331</sup>

Assim, segundo os depoimentos, essas repartições eram dirigidas de forma quase “privada” pelos diretores, e as indicações para os cargos passavam incondicionalmente pela vontade deles, que a partir de um determinado momento repassavam o controle delas a seus “afilhados”. Certos médicos, provavelmente mais novos, com quem travavam boas relações.

A outra instituição citada nos trechos acima se trata do Hospital da Beneficência Portuguesa, entidade de auto-ajuda entre membros de origem lusitana que estruturou esse local de atendimento para assistir de forma específica seus patrícios na capital rio-grandense, embora, posteriormente, abriu-se a possibilidade de qualquer um ser lá tratado.<sup>332</sup> A pedra fundamental foi lançada em 29 de junho de 1867 e graças a diversas doações e a realização de leilões, recitais e outros eventos para arrecadação de recursos, as obras seguiram até sua inauguração, em junho de 1870, que ocorreu em meio a grandes festejos do grupo português em Porto Alegre.<sup>333</sup> Infelizmente não foi possível executar um mapeamento completo sobre a participação dos médicos nessa instituição, em virtude da documentação precária e exígua que consta nas dependências do hospital. Contudo, acerca de atividade do corpo docente da FMPA nesse ambiente, participaram seguramente os drs. Bruno Marsiaj (como médico cirurgião), Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca (diretor do hospital entre 1895-1899) e Manoel José Pereira Filho (diretor do Serviço Sanitário a partir de 1926). E, como consta nos excertos apresentados, as mesmas práticas do recrutamento baseadas no “apadrinhamento” ou “compadrio” das enfermarias da Santa Casa seriam observadas na “Beneficência”, como o local era usualmente chamado.

Um episódio ocorrido na Santa Casa também contribui para a compreensão da forma como esses médicos se relacionavam com as enfermarias. Em 1924, consta uma crise que teria ocorrido no hospital e que foi noticiada na *A Federação*, em decorrência

---

<sup>330</sup> ÁVILA, César. *Revelações de um médico*. 2 ed. Florianópolis. Editora da UFSC, 1988. p. 45.

<sup>331</sup> Sessão Livre. *A Gazeta*, Porto Alegre, 04/05/1912, p. 3.

<sup>332</sup> Respeitados alguns critérios gerais como “boa moral e idoneidade”, “condições de contribuir financeiramente com a entidade”. Ver: SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Gráfica Santa Teresinha, 1954. p. 81.

<sup>333</sup> *Ibid.*, p. 64.

da ocupação do cargo diretivo de uma dessas repartições, em virtude do falecimento do dr. Victor de Britto, ocorrido nesse ano.

A administração do hospital nomeou para a função o médico José Mariano Antunes, sem ligação “profissional” com a Faculdade ou a Santa Casa, o que gerou protestos de Alvaro Fróes, que era catedrático da FMPA e chefe de clínica na enfermaria do professor Victor de Britto. Em nota publicada no jornal, ele afirmava ser o “*legítimo sucessor* do dr. Victor, com o qual tive uma convivência de fraternal amizade, inestimável aprendizado *de vida e medicina* e anos de serviços prestados, como seu pupilo, desde os tempos de adjunto”.<sup>334</sup>

O dr. Fróes não teve a sua reivindicação atendida pela direção da Santa Casa e acabou por se demitir do hospital junto a três esculápios, os drs. Martim Gomes, Raul Moreira e Octacílio Rosa, adjuntos de outras enfermarias, que se exoneraram em “solidariedade” ao colega e em protesto “contra certas deliberações dos dirigentes, diversas vezes autoritários em suas decisões, não respeitando os *direitos adquiridos dos médicos*, nessas e outras ocasiões”.<sup>335</sup>

Em 1924, estava em andamento na entidade a gestão do Provedor Antônio Amorim, coronel do exército, momento em que os doutores podem ter se sentido mais a vontade para criticar os diretores da instituição em virtude do dirigente máximo não ser um dos seus “pares”, somando-se a outras possíveis resoluções às quais não haviam concordado. De qualquer forma, o caso demonstra que existia entre os médicos da Santa Casa um acordo tácito a respeito da “sucessão” nos cargos nas enfermarias, que provavelmente incluíam que o chefe de clínica ascendesse de forma praticamente “automática” à direção da repartição, inclusive porque seria a vontade do diretor anterior. Nesse sentido, os termos relacionados a “companheirismo”, “amizade”, o “aprendizado sobre medicina”, e os “ensinamentos sobre a vida”, demonstram uma ligação pessoal forte entre os médicos, elementos esses que pautariam as regras “legítimas” para eles gerirem os seus espaços de trabalho. São as atividades médicas conjuntas, somadas ao convívio e o bom relacionamento entre esses indivíduos, que deveriam, em suas visões, regular as relações “profissionais”, incluindo a decisão sobre quem ocuparia os cargos nas enfermarias, por exemplo. Isso significaria os “diretos adquiridos” pelos médicos: o poder de mando para fazer valer resoluções a partir de códigos estabelecidos por eles.

---

<sup>334</sup> FRÓES, Álvaro. A Santa Casa: relato preocupante. *A Federação*, Porto Alegre, 04/09/1924, p. 7.

<sup>335</sup> *Ibid.*, p. 8.

No Regulamento Sanitário de 1919 do hospital (o único que encontrei no período em estudo), consta que as enfermarias seriam regidas, no mínimo, “por um diretor, nomeado pela administração da Santa Casa, um médico adjunto e os estudantes auxiliares”.<sup>336</sup> Havia, portanto, regras institucionais para o recrutamento dos médicos nessas repartições, mas pelos casos apresentados, elas não eram respeitadas pelos esculápios, ao ponto que quando se buscou fazer uso delas por parte da administração, os doutores, apelando para os “costumes”, não concordaram com tal decisão e desencadearam conflitos internos. O que estava em disputa não era somente um cargo, mas um sistema de princípios de “trabalho” baseados primordialmente nos laços pessoais entre os lentes da FMPA, o qual eles julgavam ser o mais legítimo.

Algumas das enfermarias inclusive passaram a ter o nome de seus diretores, pela intenção da Santa Casa de homenageá-los. Creio que assim se reforçava um sentimento de “pertença” dos médicos ao seu ambiente de trabalho, como se eles fossem, de fato, os “donos” do lugar. Essa prática iniciou, pela minha pesquisa nos relatórios institucionais do hospital, a partir do falecimento dos lentes Luiz Masson e Carlos Wallau, que morreram respectivamente em 1917 e 1918. Nesse último ano, as enfermarias pelas quais eles eram os responsáveis passaram a levar seus nomes.<sup>337</sup> Mas na maioria dos casos essa homenagem foi feita com os médicos ainda em vida, fato ocorrido com os drs. Serapião Mariante e João Dias Campos, em 1920, e Eduardo Sarmiento Leite, em 1921.

Alguns médicos relatam momentos de convivência no hospital que serviam para reforço de seus laços sociais. Segundo o lente Raymundo Viana

Na Santa Casa haviam duas salas onde os doutorandos, chefes de clínica, diretores e demais médicos descansavam nos intervalos das rondas. Jogava-se carta, conversava-se sobre a vida alheia, fazia-se refeições conjuntas. Era necessário que pudéssemos conviver harmoniosamente em meio aos rigorosos horários de trabalho estabelecidos que varavam as madrugadas. Discutíamos novidades da medicina, política, cultura em geral. Um médico por vezes substituíria um colega em seu turno, depois ocorria o inverso. Eram muitas vezes nessas ocasiões que se discutia questões que envolviam a Santa Casa. Traçavam-se diretrizes, a montagem de equipes de serviços, os médicos mais aptos para atuarem nos setores hospitalares. Devido a

---

<sup>336</sup> *Regulamento Sanitário do Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre* (1919). Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Comércio, 1919. p. 56.

<sup>337</sup> A indicação dos médicos falecidos homenageados consta em: Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1917. Porto Alegre, 1918, p. 37. E para os médicos agraciados em vida, a informação está em: Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1921. Porto Alegre, 1922, p. 23-24.

esse ambiente constituído, desenvolvia-se um espírito de grupo entre nós, verdadeiros colegas, com os quais se poderia contar.<sup>338</sup>

Esses ocasiões, portanto, contribuíam para o estabelecimento e consolidação das relações pessoais entre os médicos. A partir desses contatos, poderia-se obter a indicação para um determinado cargo na Santa Casa ou outro posto na área médica.

Por outro lado, não pretendo afirmar que essas conexões levaram à criação de um “grupo coeso” de médicos, sempre “harmonioso” nas suas relações no hospital. Na ocupação dos cargos nas enfermarias, é possível que houvesse disputas internas entre os doutores, mesmo que já houvesse um acordo informal entre eles a respeito dos processos sucessórios. Ou seja, esse cenário não era “estanque”, e os esculápios, certamente, possuíam suas ambições pessoais, que poderiam levar a conflitos internos. De qualquer modo, esses fatores reforçam a idéia de que outros elementos, pautados principalmente pelos vínculos sociais, são fundamentais para o funcionamento dos espaços de trabalho na Santa Casa. Portanto, mesmo que a nomeação de diretores e outros médicos nas enfermarias fosse atribuição exclusiva da alta administração da Santa Casa, as regras estabelecidas pelos doutores, segundo a visão do grupo, deveriam ser respeitadas.

Por outro lado, é importante ressaltar que não entendo o hospital a partir da ótica de luta entre os médicos, “defensores dos costumes”, contra supostos “burocratas” da Santa Casa (os indivíduos ligados aos cargos administrativos sem formação médica), que defenderiam as “regras formais”. Percebe-se ao longo do tempo que vários lentes da FMPA ocuparam outros cargos da SCMPA, como chefes de ambulatório, Mordomos e Provedores, e, possivelmente, também se utilizaram da troca de favores, do “patronato” e tantas outras formas de ascensão nesse espaço. Partindo dessa assertiva, como já mencionado, no caso de indivíduos em “litígio”, valeria certamente como estratégia principal a força dos “contatos” estabelecidos por cada um na “disputa” em andamento.

Portanto, a partir das afirmações trazidas pelos médicos, e também da organização dos dados obtidos, concluo que as relações pessoais que eram importantes no modo de organização da FMPA também são encontradas na Santa Casa. Como conseqüência, são as boas relações entre esses médicos que levavam ao ingresso no hospital, para além de recursos técnicos que esses indivíduos poderiam portar, bem como às possibilidades de ascensão em cargos. No caso das enfermarias, percebe-se a

---

<sup>338</sup> OLIVEIRA, Olympio Olinto de. *O médico em movimento*. Op cit., p. 57.

existência de um binômio que pode ser caracterizado como de “mestre e discípulo”, mencionado anteriormente sobre o modo de funcionamento da escola médica: um determinado médico possui uma espécie de “tutor”, um professor da FMPA, e também diretor de uma das enfermarias da Santa Casa, que lhe prepararia para a atuação no hospital (e possivelmente esse contato entre os dois tenha ocorrido na própria escola médica, quando um deles era ainda estudante). Nesse processo, era importante que além da técnica, de certa forma o “aprendiz” transparecesse para os outros as “qualidades morais” de seu “mestre”, que o levariam a ser respeitado e reconhecido como uma espécie de sucessor “natural” dele.

A utilização desses laços sociais, inclusive, deve ter sido uma ação progressivamente mais freqüente e difusa. Pois, a partir de um número cada vez maior de diplomados da FMPA circulando na capital rio-grandense, a concorrência por uma vaga nas enfermarias da Santa Casa, assim como em outros cargos na entidade, deve ter aumentado. Então, valeria a capacidade dos indivíduos de articular estratégias e “redes” de contatos nos espaços da escola médica e do hospital de misericórdia, visando sua ascensão nesses mesmos ambientes.

Assim, pode-se concluir acerca de aspectos relacionados à importância da conexão da Santa Casa com a FMPA. Como já mencionado, o hospital era um centro de aperfeiçoamento técnico a serviço dos professores da Faculdade, uma vez que os provia de contato com as diversas clínicas especializadas que constavam nas enfermarias. Os catedráticos da primeira faixa, presumivelmente, em geral já atuavam no hospital antes da fundação da escola médica. Sendo ela estruturada, os estudantes também passaram a ingressar nesse espaço e estiveram integrados ao ideário da medicina “prática” que os esculápios daquele momento preconizavam. Modelo esse que defendia um indivíduo que não restringisse a sua formação a horas de estudo em salas de aula e bibliotecas, mas que, igualmente, estivesse em contato diário com seus pacientes, observando os mais diversos casos de moléstias nas enfermarias, formulando diagnósticos. Na sequência, alguns deles, depois de formados, acabavam sendo contratados pelo hospital, obtendo assim determinado posto, principalmente nas enfermarias, onde poderiam ascender nos cargos diretivos dessas repartições.

A questão principal é perceber que, para se realizar todas essas ações, eram fundamentais os fortes laços pessoais estabelecidos entre esses indivíduos. E tais ligações começavam, possivelmente, nos tempos de estudante. Os professores das cátedras da FMPA articulavam esses laços com os alunos, e ali se estabelecia uma

relação pessoal e profissional, de “mestre-discípulo”, que, provavelmente, era concomitantemente articulada na Santa Casa de Misericórdia. Posteriormente, o médico que substituíra o professor na cátedra da faculdade era o que ascendia na direção da enfermaria da Santa Casa. Assim, existia um tipo de conexão estabelecida por determinados médicos nesses espaços, escola e hospital, que diferenciavam um esculápio de outro. Uma espécie de “trunfo” que fazia com que um doutor tivesse oportunidades, alcançando assim determinados cargos nesses dois espaços, e outro não. Certamente, poderia haver conflitos, não eram relações estanques. Mas o fundamental é perceber o tipo de lógica que se estabelece nesses ambientes. Uma lógica de trabalho e ascensão na carreira que é, na verdade, *balizada por relações altamente pessoalizadas*. Se deveria formar e consolidar os elos possíveis, trocar favores. Eram os acordos não-formais que acabavam se tornando as regras válidas e permitidas, que permeavam o espaço hospitalar no qual circulavam esses médicos e que moldavam o funcionamento dele.

\* \* \*

Como a própria metodologia da prosopografia se apresenta, ela promove uma biografia coletiva dos indivíduos em questão. Frequentemente substancia-se na confecção de perfis sociais desses atores em foco e acaba-se por estabelecer algum tipo de padrão entre eles.

Contudo, esses perfis não podem e não devem servir apenas para perceber, no contexto, que os médicos possuíam determinados traços em comum. O importante é como eles podem auxiliar na resolução da problemática de pesquisa, a institucionalização do ensino médico no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, preocupe-me em entender o que faz um determinado grupo de indivíduos optar pelo caminho da medicina, graduar-se no curso e, na sequência, fundar uma escola de medicina no estado. E posteriormente, como se dava o ingresso nesse meio por parte de outros doutores, o trânsito dos docentes nessa instituição.

Sempre tendo em mente que está se falando de um padrão, ou seja, dos dados estatisticamente mais frequentes, sobre as origens desses professores compreendeu-se que eram porto-alegrenses e seus núcleos familiares provavelmente residiam na cidade, envolvendo-se em atividades comerciais e no funcionalismo público. Tais famílias matriculavam seus descendentes em colégios de certo prestígio na capital para superar

os exames preparatórios necessários para o ingresso na faculdade, e conseqüentemente, obter um diploma em nível superior. Mas não se tratava de qualquer diploma. De acordo com os indícios apresentados, creio que o título em medicina era um meio para esses jovens distinguirem-se social e financeiramente, mesmo sendo a medicina uma atividade que sofria diversos problemas por não estar institucionalizada.

Com o nascimento da FMPA, compreende-se que para a sua estruturação, longe dos membros fundadores valerem-se de processos e critérios de recrutamento baseados na técnica, na impessoalidade, pautavam-se exatamente pelo contrário. Aí se tornam mais claros os laços sociais estabelecidos por esses médicos. Alguns deles já se conheciam antes do ingresso na escola médica carioca, como nas instituições de ensino secundário de Porto Alegre. Posteriormente, no Rio de Janeiro, estabelecem-se novas conexões pessoais, que os aproxima para o projeto de fundação da FMPA.

À medida que a Faculdade vai formando suas turmas, são os diplomados da própria escola que começam a ocupar os postos na instituição. Trata-se de um processo endógeno, ou seja, a FMPA passa a recrutar em seus próprios quadros aqueles que vão ocupar os seus cargos. E por mais que esses novos professores tivessem qualidade acadêmica atestada por seu desempenho em diversos títulos escolares, certamente foi fundamental para obtenção de postos na Faculdade os contatos lá estabelecidos. Uma relação intensa entre um aluno e determinado professor fazendo que o estudante fosse “preparado” para suceder esse lente. Os concursos e outros processos eram, assim, quase traços de formalidade a serem cumpridos. Resulta-se, como denomina Coradini, uma espécie de “efeito clube”, ou seja, um espaço onde os critérios de recrutamento e permanência são baseados nas relações pessoais entre os indivíduos.<sup>339</sup>

Posteriormente, na Santa Casa, essa mecânica permanece. O hospital era considerado uma parte importante para a formação dos estudantes. Os médicos formados na FMPA ocupavam espaços no hospital em todas as suas estruturas e o mesmo tipo de relação que se estabeleceu na escola médica rio-grandense reflete-se lá. São os jovens doutores bem relacionados com determinados professores que tomam esses espaços, ascendem nas enfermarias e nos cargos relacionados, sem que os recursos técnicos e escolares, portanto, se constituíssem nos critérios principais para tais ações. Desse modo, forma-se um espaço privilegiado de atuação desses médicos, conjugando

---

<sup>339</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 2005, p. 7.

uma atividade em dois ambientes, Faculdade e Santa Casa, que poderia contribuir para o incremento de suas carreiras, a partir de sua afirmação, segundo a avaliação da comunidade e de outros doutores, como notáveis professores e clínicos.

Como já mencionado na introdução desse trabalho, minha concepção é que a medicina, no seu processo de institucionalização no estado, através da FMPA, é marcada fortemente por sua não-autonomia, sofrendo interferência das mais diversas forças. Percebe-se assim que os esculápios contribuem para o estabelecimento de tal configuração da esfera médica, através da perpetuação de práticas “não- profissionais” em sua área de atuação.

Na sequência, visualiza-se que a medicina, nos conteúdos que marcavam o seu ensino, bem como a sua forma de transmissão, também comportava essa dimensão que extrapolava os aspectos vinculados a uma atividade “profissional.”

## CAPÍTULO III

### Os caminhos da consagração: uma identidade para os médicos e para a medicina

Nesse capítulo procurei compreender os caminhos que levavam os médicos do Rio Grande do Sul a se consagrarem em sua área de atuação. Ou seja, o que estava em jogo para que eles pudessem alcançar o sucesso “profissional.”

Alguns autores já trabalharam com essa temática. Coradini, ao analisar uma obra auto-celebrativa da história da medicina rio-grandense, desde a ação dos primeiros diplomados no séc. XVIII (formados em Coimbra), até o final da década de 1930, ressalta que os critérios de consagração dos doutores passaram pela atuação deles nas “organizações de representação corporativa da classe, da condição de professor da faculdade de medicina, a participação em instituições culturais ou benemerentes e o reconhecimento alcançado no exercício da clínica”, citando os principais pontos.<sup>340</sup> E acaba concluindo pela existência de uma concepção “profissional/social” e os critérios de avaliação decorrentes baseados em um certo “aristocratismo”, calcado na “extraordinariedade” de algumas atividades e dos indivíduos que as representavam, em oposição à “contingência” ou aos “limites da profissão”.<sup>341</sup>

Contudo, o autor fundamenta-se para tais conclusões apenas em alguns discursos biográficos de certos médicos sobre seus pares que seriam exemplos dessa notabilidade na área, solidificados na figura do “clínico”, “benemérito”, “intelectual”, professor”.<sup>342</sup> Partindo do pressuposto que os lentes da escola, durante o período que delimitei, são, grosso modo, considerados em bibliografia acadêmica e extra-acadêmica, como figuras importantes da medicina rio-grandense, tive a preocupação em avaliar, de forma mais detalhada, que mecanismos estavam presentes na trajetória desses doutores para que alcançassem sucesso na medicina. Assim, novamente a análise prosopográfica se fez presente, tendo como foco os 69 professores da Faculdade, para verificar quais

---

<sup>340</sup>CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit, 1997, p. 190.

<sup>341</sup> Ibid., p. 273.

<sup>342</sup> Ibid., p. 280.

elementos rumo à consagração no meio médico eram apropriados pelos doutores, e de que forma.

Nesse percurso, percebi a existência de um amplo conjunto de definições estabelecido por eles a respeito do “ser médico” e da “medicina” que deveria ser apropriado por todos os doutores caso almejassem alcançar notabilidade. De outro modo, existindo um arsenal de visões e ações que deveriam ser seguidas como um modelo por esses indivíduos, pretendia-se criar uma “identidade” comum a eles. Pois, a partir do momento em que há o objetivo de sacramentar traços que seriam comuns dos esculápios, materializados em uma espécie de estilo de vida a ser seguido por eles, acabaria-se por criar laços de pertencimento e reconhecimento entre os mesmos, *uma identidade médica*.

Essa noção identitária significa, segundo Pollak

sentido da imagem de si, para si e para os outros, isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.<sup>343</sup>

Apropriando-me do conceito do autor, entendo a formação dessa identidade médica englobando um conjunto de estratégias dos doutores na construção de uma imagem que ao longo de suas trajetórias deveria ser explicitada, confirmada, reconhecida, para si e para os outros, incluindo aí os esculápios e a comunidade em geral. Ainda, essa identidade foi elaborada por uma reunião de elementos que os médicos julgavam necessários envolvendo “ciência”, “moralidade” e “refinamento cultural” que extrapolavam, assim, critérios diretamente relacionados à “profissão”. Esse caráter, portanto, “multifacetado”, tanto da esfera médica quanto dos indivíduos que nela operavam, foi explicitada ao longo do texto. Reforço que tais definições envolvendo essa identidade são elaboradas e afirmadas pelos próprios atores sociais e não pelo presente pesquisador que, de outro modo, tem a pretensão de analisar a constituição desses mesmos elementos e o modo como operavam nesse espaço da medicina.

Igualmente é importante para a análise o conceito de sociabilidade: Esse elemento é entendido como a “vinculação entre os agentes sociais, a partir de um espaço

---

<sup>343</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 5.

partilhado, em um determinado tempo. Um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam”.<sup>344</sup> Assim, através dos diferentes ambientes sociais, como “palco” das relações diretas entre os indivíduos, se difundem as representações e práticas que unificam os grupos. Ou seja, entendo que a convivência e os laços sociais estabelecidos em determinados espaços que os médicos frequentavam possibilitariam reforçar tal conjunto de práticas e “visões de mundo” ligados a essa identidade médica.

A pesquisa sobre o discurso dos médicos acerca de sua identidade foi tratada por André Pereira Neto, em sua obra *Ser médico no Brasil*, publicada em 2001. Nela, o autor aborda essa problemática a partir dos debates ocorridos durante o “Congresso Nacional dos Práticos” de 1922, ocorrido no Rio de Janeiro. Pereira Neto procura demonstrar as diferentes concepções sobre o “ser médico”, seus atributos e os perfis de carreiras que estavam em disputa naquele momento no país. Para o autor, o debate no congresso em questão teria se dado em torno das concepções de três perfis de práticas médicas, “generalista”, “especialista” e “higienista”, que procuravam estabelecer seu domínio. Dessa forma, ele constata que os grupos profissionais também são marcados pelos embates entre conteúdos e definições distintas, e, no caso específico, pelos conflitos acerca da hegemonia sobre as características válidas nessa identidade médica.<sup>345</sup> Ainda segundo o autor, ao traçar um desses “modelos”, aponta-se a presença do chamado “médico generalista”, que era o “tipo” de “doutor” preponderante na época. Esse seria um indivíduo que “valorizava mais a arte e a subjetividade em detrimento da racionalidade técnica (...). Os generalistas, em geral, enfatizavam o *lado artístico e altruísta* da prática profissional.” Pereira Neto, contudo, apesar de mencionar um modelo de médico mais ligado às “artes” e à “caridade”, não vai além da menção a tais questões, mais preocupado em traçar as características técnicas (ligadas à atividade clínica) desse mesmo perfil generalista.<sup>346</sup>

Também compreendo a formatação dessa identidade a partir de sua *dimensão pedagógica*. Ou seja, entendo tratar-se de um “ato de ensino” promovido pelos médicos, em especial os lentes da Faculdade, que tem a pretensão de inculcar todo esse conjunto de ações e valores a respeito da atividade médica para os estudantes, as próximas “gerações” de esculápios. Isso ocorria através de ocasiões festivas e/ou solenes, como abertura de anos letivos, formaturas anuais das turmas e aulas magnas, entre outros

---

<sup>344</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 232.

<sup>345</sup> Essa temática é tratada ao longo de toda a obra. Ver: PEREIRA NETO, André de Faria. Op. Cit.

<sup>346</sup> *Ibid.*, p. 196.

eventos ocorridos na escola médica, além de uma vasta produção escrita que incluía livros de memórias, biografias, textos publicados na imprensa local, revistas especializadas e livros institucionais celebrativos, geralmente publicados durante o período aqui estudado. Portanto, creio que tais elementos compunham uma forma de “ensinar” princípios sobre a medicina e o “ser médico” que não se restringia a uma ação formal de sala de aula. Ainda, à medida que os professores vão preparando “discípulos” para substituí-los na docência, pode-se afirmar a continuidade desses discursos, em um ato de formação permanente.<sup>347</sup>

De outro modo, o conceito de identidade de Pollak possui uma dimensão explicativa importante para a presente discussão, ao ressaltar que

se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o *outro*. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.<sup>348</sup>

Portanto, esses indivíduos construía sua definição a respeito do “médico” levando em conta a diferenciação em relação a um “outro”. Isso acabava por estabelecer uma dinâmica em que a medicina e aqueles que nela atuavam eram distinguidos, e assim valorizados, em relação a esses “diferentes”, que devido a essa condição, eram negativados e até mesmo vistos como grandes “inimigos”. Desse modo, a definição de si em função do outro levava ao estabelecimento de clivagens que marcavam fronteiras grupais, e que por vezes não passavam por uma negociação pacífica, mas sim através do “conflito”.

---

<sup>347</sup> Nesse sentido, pode-se afirmar esse binômio “mestre-discípulo” nos seguintes casos, respectivamente: Jacinto Gomes e Aurélio de Lima PY. Sebastião Leão e Fabio de Barros; Mario Totta e Heitor Annes Dias; Serapião Mariante e Thomaz Mariante, Olinto de Oliveira - Raimundo Gonçalves Viana e Raul Pilla; Fernando Paula Estevez e Luiz Nicolau Masson; Luiz Sarmento Barata e Guerra Blesmann, Esse tipo de relação é citada nas biografias desses médicos descritas em: *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit.

<sup>348</sup> POLLAK, Michael. Op. cit., p. 5.

### 3. 1 Ciência e cultura

As descobertas sobre como se manifestavam certas enfermidades e a realização de determinados diagnósticos, que utilizavam a “tecnologia” de laboratório, teriam contribuído com grandes avanços na área médica no séc. XIX, em um espaço relativamente curto de tempo, ao contrário de outros momentos que tais progressos eram mais “graduais”, segundo trabalhos da área. Nesse sentido, podem-se citar os avanços na patologia proporcionados por Virchow, que afirmou serem as doenças ligadas a modificações nas células dos seres humanos, além de seus trabalhos iniciais sobre a leucemia e a trombose venosa e arterial; a consolidação da teoria microbiana por Koch, que reforçava serem os microorganismos responsáveis pela maioria das doenças, tendo inclusive o pesquisador identificado o bacilo da tuberculose; o desenvolvimento da vacina anti-rábica de Pasteur; o incentivo de assepsia por Lister, com a utilização de ácidos para a esterilização de instrumentos cirúrgicos e salas hospitalares, visando eliminar microorganismos causadores de infecções.<sup>349</sup>

Essas grandes modificações, entre outras que estavam ocorrendo no cenário médico daquele momento, teria proporcionado segurança para os esculápios “proclamarem” em seus discursos a confiabilidade e o grande valor do conhecimento que propagavam. Assim, como já citado, a medicina, ao entrar no séc. XX, era considerada uma atividade *científica* pelos seus praticantes, pois enunciaria os mecanismos verdadeiros a respeito do funcionamento do corpo, do modo como as moléstias atingiam o ser humano e da melhor terapêutica para o seu tratamento. Também se estabelecia a idéia de progresso contínuo: ela estaria sempre “evoluindo”, preenchendo as lacunas de seus “saberes”, aumentando seu raio de ação em relação às formas de combater as doenças e restituir a saúde do homem<sup>350</sup>.

Nesse sentido, o prof. Fábio Barros, da escola médica gaúcha, afirmou

a medicina baseia-se na *experimentação*, na *ciência prática*, *empiricamente comprovada*, o que a livra de embroglis e discussões de “doidivasas” que, por carência de limites bem fundamentados, são permitidas em outras áreas e que podem levar ao falseamento do conhecimento.<sup>351</sup>

---

<sup>349</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. Op. cit., p. 71-75.

<sup>350</sup> Ibid., p. 179.

<sup>351</sup> Discurso do professor Fabio Barros na abertura do ano letivo da FMPA em 1920. *Relatório da FMPA referente ao ano de 1920*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1921. p. 3.

O lente aponta que a comprovação científica daria a medicina um tom diferenciado, ao contrário de outras áreas de atuação onde haveria liberdade total para se expor pontos de vista, que por sua vez proporcionariam a relatividade entre os posicionamentos. No caso delas, não havendo um “árbitro maior” para mediar o debate, correria-se o risco de permitir “absurdos”, idéias infundadas, e, dessa forma, a construção de um conhecimento impreciso. Barros afirma, por outro lado, que a área médica, por ter como alicerce técnicas apuradas, construídas através da comprovação empírica, enunciaria saberes bem sedimentados (só refutados ou completados, obviamente, mediante novos e mais completos estudos “científicos” na área). Trata-se de uma fala inclusive afinada com a de outros professores da FMPA, que defendiam o curso médico rio-grandense como de alta qualidade pelo fato de sua formação ser baseada fortemente nos princípios da “ciência”, como visto anteriormente.

Essa premissa de cientificidade era, inclusive, o que diferenciaria a medicina de outras atividades mesmo da área da saúde, que seriam “autômatas”, e, por isso, mais “vulgares”.

As Faculdades de Medicina, disse Oscar Freire, hã-de-ser, antes de tudo, escolas profissionais, visando preparar bons técnicos, forrados, é claro, de uma sólida e vasta cultura científica, que lhes alargue o horizonte intelectual. Sem tal cultura não teremos médicos, mas, quando muito, hábeis *enfermeiros*.<sup>352</sup>

Assim, a enfermagem, em comparação com a medicina, era vista pelos esculápios como secundária, uma atividade da área da saúde “incompleta”. Certamente o que contribuía de forma decisiva para tais definições é o fato delas serem reforçadas pelas próprias precursoras da área. Florence Nightingale, considerada uma das pioneiras da enfermagem moderna por fontes que tratam do tema, como Lunardi, preconizava que os enfermeiros deveriam estar submetidos a uma forte organização disciplinar, cuja finalidade exclusiva era capacitá-los para a execução “inteligente” das tarefas ordenadas pelos médicos. Assim, a assistência ao doente a qual se incumbiam deveria se resumir em “ministrar o remédio no horário correto, cuidar da higiene pessoal, alimentá-lo, fazer-lhe companhia, dar destino aos seus dejetos e zelar pela locomoção deles pelo

---

<sup>352</sup> MARIANTE, Serapião. Op. cit., p. 18.

hospital”.<sup>353</sup> Os esculápios, inclusive, eram os responsáveis por formular os manuais de procedimentos da enfermagem.

No Brasil, esse modelo foi estabelecido em 1923, com a fundação da Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro. Nas décadas de 1930 e 1940, outros centros foram criados, como as escolas de enfermagem no Rio de Janeiro (Raquel Lobo), Minas Gerais (Carlos Chagas), e também em Salvador, São Paulo e Rio Grande do Sul.<sup>354</sup>

Lunardi ainda aponta que a enfermagem sofria restrições decorrentes do fato de ser considerada uma ocupação feminina, envolvendo assim representações sociais inerentes às características da mulher em um ideário misógino, tais como: submissão, abnegação, disciplina, pureza, humildade e domesticidade, preconizadas, mais uma vez, pelas próprias enfermeiras precursoras. No Brasil, praticamente apenas o sexo feminino participava dos cursos, tendência apenas levemente modificada para o cenário atual.<sup>355</sup>

Portanto, estabelecia-se que os praticantes da enfermagem deveriam ser submissos na prática cotidiana aos esculápios, seguindo seu planejamento e ordens, uma vez que esses se consideravam a máxima autoridade nos ambientes de trabalho correspondentes. Assim, em concordância com a fala do dr. Barros, os médicos entendiam que a atuação dos enfermeiros até poderia ser considerada de qualidade, mas era limitada à utilização de determinadas técnicas “manuais” e, por isso, desvalorizada em relação a uma ação mais “refinada” dos doutores. E por ser uma atividade quase exclusivamente destinada às mulheres, por todos os condicionantes sociais que ela envolvia, talvez houvesse aí mais uma razão para eles considerarem-na como algo “inferior”. Já aos médicos, segundo suas visões, caberia a “alta cultura científica”, o dever de produzir novas técnicas e tratamentos, novos *saberes*, alargando os horizontes da ciência e contribuindo de forma cada vez mais efetiva para a erradicação dos “males” do homem.

Todavia, no Brasil, como já discutido, partindo do pressuposto que a medicina estava em um processo ainda muito incipiente de institucionalização, em fins do período imperial e na Iª República, a estruturação de um campo médico-científico no país, dotado de indivíduos e instituições que valorizassem e tivessem força para impulsioná-

---

<sup>353</sup> LUNARDI, Marcelo. A profissionalização da enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Niterói, v. 4, n. 14, jun.-set. 2010, p. 56.

<sup>354</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>355</sup> LUNARDI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 72. Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) em estudo realizado em 2009, a maioria dos profissionais de enfermagem é do sexo feminino, os quais correspondem a 87,24% dos profissionais brasileiros, já os do sexo masculino correspondem a 12,76% do total. No período das primeiras escolas de enfermagem, a partir dos anos 20 e 30 do séc. XX, e provável que essa disparidade fosse ainda maior. *Ibid.*, p. 70.

lo, ainda era um objetivo distante. Havia entidades como o Instituto Oswaldo Cruz, fundado em 1908 e que, segundo Benchimol, representou uma frente importante para se produzir “ciência biomédica” no Brasil, uma vez que não se trataria apenas de uma instituição “consumidora” de ideias e conhecimentos médicos europeus que eram então “copiados”, mas sim uma produtora de “saberes originais” na área das ciências.<sup>356</sup> Inclusive contou com a presença de cientistas estrangeiros que teriam sido atraídos para conhecer as pesquisas ali desenvolvidas, particularmente nas áreas da anatomia patológica, entomologia, micologia, helmintologia e bacteriologia.<sup>357</sup> Por outro lado, como afirma Weltman, o instituto “era um oásis no meio do deserto brasileiro”.<sup>358</sup> Nada indica que houvesse outros centros renomados de pesquisa médica no país, e aqueles mais ou menos definidos como tais, em algumas capitais, desenvolviam apenas a aplicação de estudos já conhecidos na Europa há alguns anos.<sup>359</sup> Nesse sentido, creio que se enquadrariam em tal avaliação os institutos ligados à FMPA na 2ª década do séc. XX já mencionados anteriormente (Oswaldo Cruz e Pasteur), que somente atuavam no diagnóstico de doenças infecciosas, através de técnicas, reações e soros já desenvolvidos no cenário europeu desde o século anterior.

Nas escolas médicas, por sua vez, embora desde fins do séc. XIX houvesse a reivindicação de que tais entidades se pautassem por modelo prático e experimental (com foco nos diversos ramos da clínica médica e atividades laboratoriais), incluindo a possibilidade de pesquisa, na prática isso não se traduziu, majoritariamente, na produção de estudos que contribuíssem de fato para “avanços científicos”.<sup>360</sup> Devido a fatores já vistos, como a interferência de forças políticas que penetravam nos seios das instituições, a falta de consenso entre os doutores a respeito de um currículo estruturado e uniforme que pudessem defender com força a sua implantação, entre outros elementos, acredito que não se consolidou um campo médico (e por conseqüência, de “ciência médica”) no Brasil durante a Iª República.

Mas decidi aprofundar essas questões com foco nos médicos rio-grandenses e, mais especificamente, naqueles ligados à escola médica local. Partindo do pressuposto que os estudos científicos são “publicizados”, uma vez que sua forma de legitimação se

---

<sup>356</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990. p. 76.

<sup>357</sup> *Ibid.*, p. 80.

<sup>358</sup> WELTMAN, Wanda Latmann. A produção científica publicada pelo Instituto Oswaldo Cruz no período 1900 a 1917: um estudo exploratório. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan.-abr. 2002, p. 160.

<sup>359</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>360</sup> *Ibid.*, p. 174.

dá através de dados e conteúdos que são avaliados pelos pares (no caso, outros médicos), busquei investigar se os lentes da FMPA costumavam construir e disponibilizar tais estudos nos periódicos que se auto-intitulavam como divulgadores de temas médico-científicos existentes no país.

Através da busca direta nessas publicações e também seguindo indicações que constavam nas biografias dos doutores, percebi que eles participavam de determinadas revistas no Rio Grande do Sul, em especial os *Arquivos Riograndenses de Medicina*, a *Revista dos Cursos da FMPA* e os *Anais da Academia Nacional de Medicina*. O primeiro, gerido pela Sociedade de Medicina de Porto Alegre, era considerado o principal veículo sobre medicina do Rio Grande do Sul no período, levando em conta quesitos como “tiragem, número de artigos por edição e prestígio dos participantes, tidos como nomes importantes da medicina gaúcha naquele momento, tanto os do corpo editorial como aqueles que contribuíam com artigos”.<sup>361</sup> Esses escritos tratavam, principalmente, sobre ações terapêuticas realizadas junto a pacientes, experiências laboratoriais, palestras e debates realizados em instituições médicas.<sup>362</sup>

A *Revista dos Cursos*, como já comentado, tratava-se de uma publicação anual da própria faculdade, para a qual professores enviavam materiais, das mais diversas especialidades. De forma progressiva, principalmente a partir dos anos 1920, muitos desses artigos continham em anexo fotografias e reproduções de raios-x dos casos clínicos apresentados por eles, além de ilustrações, que segundo os médicos, proporcionavam uma importante visualização para o público dos temas discutidos nos artigos.<sup>363</sup> Em 1938, ela foi substituída pelos *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*, criado pelo decreto lei n. 3691, sob o governo de Getúlio Vargas, e seu caráter passou a ser trimestral.<sup>364</sup> As características gerais da publicação anterior, contudo, permaneceram para esse novo periódico.

Por fim, os *Anais da Academia Nacional de Medicina* reuniam principalmente atas das reuniões da instituição e transcrições de palestras e congressos médicos. Fundada sob o governo do imperador D. Pedro I, em 30 de junho de 1829, os objetivos

---

<sup>361</sup> CASTRO, Juremir. O retrato dos periódicos médicos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, nov. 2000, p. 426.

<sup>362</sup> *Ibid.*, p. 430. As duas primeiras publicações citadas já tiveram suas referências aqui disponibilizadas, faltando apenas a dos *Anais da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro, [s.n]. Números diversos.

<sup>363</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 218-238. Os *Anais da Academia Nacional de Medicina* reuniam atas, notícias dos Acadêmicos, trabalhos e divulgação de estudos realizados nos encontros de Acadêmicos e médicos convidados da ANM desde o ano de 1848. *Ibid.*, p. 207.

<sup>364</sup> *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, [s.n]. Números diversos.

da entidade, segundo seus estatutos, eram contribuir para o estudo, a discussão e o desenvolvimento das práticas da medicina, cirurgia, saúde pública e ciências afins, e servir como órgão de consulta do governo brasileiro sobre questões de saúde e educação médica.<sup>365</sup> A academia também promovia congressos nacionais e distribuía prêmios para médicos e pesquisadores da medicina em geral. Seu modo de funcionamento incluía a reunião semanal de membros para discutir temas da área, em sessões abertas ao público.<sup>366</sup>

Paralelo a esse processo, percebi que progressivamente aumentou o número de professores que possuía alguma publicação ao longo de sua carreira. A tabela abaixo apresenta esse crescimento, concebida através da divisão de faixas de docentes que consta no II capítulo:

<b>Razão entre o número de professores com publicações científicas e o total de professores da respectiva faixa</b>		
1ª Faixa de Docentes	2ª Faixa de Docentes	3ª Faixa de Docentes
9/25	8/14	21/30

Contudo, há vários pontos para questionar e/ou matizar a participação dos lentes no fortalecimento de um espaço de produção e divulgação dos “saberes médico-científicos”, mesmo levando em conta a divulgação de seus estudos nesses periódicos especializados. Em primeiro lugar, houve uma média de três artigos escritos por professor, não se tratando, portanto, de uma produção profílica, bem como se percebe que um certo número de docentes acabou por não publicar absolutamente nada ao longo de sua carreira. Segundo, é preciso levar em conta os critérios para a avaliação da qualidade dessas obras. A *Revista dos Cursos*, por exemplo, era formada por um corpo editorial dos próprios professores, e se um lente almejasse publicar um artigo, provavelmente não teria maiores dificuldades para tal, independente do “valor” de seu material, em virtude dos mecanismos em grande medida informais na escola sobre os quais já se discorreu anteriormente: aquela dinâmica que primava pela manutenção das boas relações entre os “mestres”, evitando-se discussões que provavelmente seriam entendidas como uma ofensa pessoal e acabariam por quebrar a “harmonia” do corpo

<sup>365</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 2005, p. 17.

<sup>366</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 240. Mas a sua produção era totalmente irregular, ficando sujeita a grandes congressos que ocorriam na entidade, sem uma periodicidade marcada, e que então possuíam seus relatos publicados. Assim a bibliografia considera efetivamente o periódico mais “antigo” do país a *Gazeta Médica da Bahia*. Ibid., p. 255.

docente, a qual eles afirmavam desejar preservar. Igualmente, as duas revistas gaúchas (*Revista do Cursos e Arquivos Riograndenses*) não possuíam qualquer intercâmbio formal com outros periódicos europeus, norte-americanos ou mesmo brasileiros, que poderiam lhe proporcionar potencialidade de crescimento e credibilidade editorial. Os *Arquivos* possuíam uma estrutura mais desenvolvida que a revista da FMPA, e inclusive contavam com publicações de alguns professores do Rio de Janeiro, que lhe enviavam artigos, contribuindo, creio, para uma maior abertura ao diálogo na área. Contudo, tais ocasiões eram raras e, segundo Juremir Castro, mesmo que a revista possuísse alguma expressão como um periódico de medicina, “não conseguia superar seu caráter provinciano, não atingindo os maiores centros brasileiros como Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, que desconheciam os estudos e escritos dos médicos gaúchos, em sua maioria”.<sup>367</sup>

Leva-se em conta ainda o fato dessas revistas incluírem, de forma significativa, materiais “auto-celebrativos” da área médica, como memórias institucionais, homenagens e biografias acerca de determinados esculápios, inclusive em virtude de seu falecimento. Em 1918, afirma-se a respeito de Carlos Wallau: “teu amor ao dever, teu grande valor moral e profissional, tua retidão de consciência, a constância no teu aperfeiçoamento técnico, constitui em ti, em uma palavra, um homem de caráter.”<sup>368</sup> Na *Revista de Cursos*, em 1924, Victor de Britto é lembrado como “um batalhador vitorioso na clínica e altruísta pelos benefícios da ciência que espalhaste na prática do bem e da caridade, sendo assim impossível não render-lhe uma homenagem de respeito, veneração e amizade”.<sup>369</sup> Em 1923, com a morte de Arthur Franco de Souza, afirma-se sobre ele que “na Faculdade de Medicina, com tua luminosa inteligência, palmilhaste o caminho, nem sempre de rosas, mas tiveste tenacidade e perseverança em tua atuação renovadora”.<sup>370</sup>

Há correspondência desse tipo de produção e os *Anais da Academia Nacional de Medicina*: Coradini aponta que seu conteúdo tratava-se em igual medida tanto de textos “acadêmicos” como “laudatórios”, acerca de determinados médicos e instituições relacionadas.<sup>371</sup> Nesse sentido, sobre Hilário Soares de Gouvêa, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1910-1911, por ocasião de sua morte em 1923, foi

---

<sup>367</sup> CASTRO, Juremir. O retrato dos periódicos médicos. Op. cit, p. 429.

<sup>368</sup> *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 16, 1918, p. 3.

<sup>369</sup> *Revista dos Cursos da Faculdade (...)*. Porto Alegre, n. 20, 1924, p. 4.

<sup>370</sup> *Revista dos Cursos da Faculdade (...)*. Porto Alegre, n. 17, 1923, p. 6.

<sup>371</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 2005, p. 45.

dito que reunia “todos os atributos necessários ao clínico e ao mestre: erudição extensa e profunda, espírito avizado (sic) e alma caridosa, caráter reto e inflexível e uma aura que sublimava a todos os outros, um grande amor à humanidade”.<sup>372</sup> Ressaltando que esses textos, geralmente escritos por algum lente muito próximo aos falecidos, não se tratavam de uma ou outra nota na revista, mas escritos de duas a três páginas que apareciam na abertura de periódico, possuindo assim destaque como conteúdo. E eram materiais que passavam longe dos estudos formais de medicina, não contribuindo, portanto, para reforçar sua dimensão acadêmica.

Por fim, os médicos escreviam sobre medicina, *mas não apenas sobre ela*. Nesse sentido, chama à atenção a temática diversificada de seus textos publicados, que abrangiam questões político-partidárias, a cultura ou as artes, principalmente. E não se tratava de algo residual na trajetória dos professores e sim um material produzido em igual número àqueles relacionados à área médica.

Alguns doutores servem como exemplos claros de como eles acabavam por escrever sobre temáticas variadas. Sebastião Leão apresentou artigos sobre neurologia, especificamente sobre o funcionamento do cérebro e da medula, além de estudos craniológicos, típicos da antropologia criminal iniciada na Europa no séc. XIX. Mas produziu uma obra denominada “Memórias Científicas”, que trazia biografias dos que considerava “grandes nomes” da medicina do Rio Grande Sul, incluindo os primeiros médicos do estado, formados no Rio de Janeiro e Coimbra. Igualmente discorreu sobre a história de Porto Alegre e do estado, através de crônicas e efemérides desses locais. Também foi colunista no *Correio do Povo* entre 1897-1903, periódico no qual escrevia poesias e também comentava os principais eventos literários que estavam ocorrendo na capital rio-grandense naquele momento.<sup>373</sup>

Victor de Britto escreveu textos sobre oftamologia e casos clínicos de tuberculose e tumores faciais, mas igualmente se aventurou a produzir reflexões na área política, traçando paralelos sobre os atos de governo de dois líderes político-partidários proeminentes no Rio Grande do Sul (Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins).

---

<sup>372</sup> *Anais da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro, v. 89, n. 4, nov. 1921, p. 52-55.

<sup>373</sup> Um desses estudos médicos: LEÃO, Sebastião. *Estudos craniológicos*. Rio Grande: Marmodeus, 1905. \_\_\_\_\_. *Memórias Científicas*: Porto Alegre: Casa do Livro, 1902. No *Correio do Povo*, o médico utilizava o pseudônimo de “Coruja Filho”. Uma desses textos sobre temáticas culturais consta em: A nobre arte teatral em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/04/1902, p. 11.

Também apresentou biografias de autores da literatura brasileira como Olavo Bilac e Machado de Assis.<sup>374</sup>

O dr. Fabio Barros, por sua vez, também atuava como jornalista, e ao longo de sua trajetória escreveu dois livros de crônicas, “Palavras Ocas” e “Colheitas”, além de “Recuerdos”, uma obra de poesia sobre a sua infância em Porto Alegre.<sup>375</sup>

Como forma de visibilidade dessas atividades literárias, diversos médicos pertenceram a alguma entidade regional dedicada a sua consagração. Essa relação é observada em mais 1/3 dos professores da FMIPA ao longo do tempo (25 lentes, de um total de 69), não se tratando, portanto, de algo acidental ao se observar o número total de indivíduos.

Sobre essas instituições, a principal é a Academia Rio-Grandense de Letras, fundada em 1901. Em seus estatutos, constam os seguintes objetivos:

proceder ao estudo e levantamento vocabular do idioma português falado no Rio Grande do Sul; difundir pesquisas e medidas que assegurem o fortalecimento e a expansão da cultura; cultuar e promover a memória, a vida e a obra dos escritores rio-grandenses vinculados à Academia Rio-Grandense de Letras; estimular as belas letras, mediante concursos e troféus; colaborar com o Poder Público em tudo quanto condiga com o desenvolvimento cultural do estado.<sup>376</sup>

A entidade funcionava na Rua Senhor dos Passos, com reuniões semanais ou quinzenais, e a entrada nela se dava através da indicação de alguém do grupo, mediante aprovação dos outros. Alguns médicos que dela participavam foram Mario Totta, Olinto de Oliveira, Fabio Barros, João Adolpho Josetti e Raul Bittencourt. Já a Sociedade Literária José de Alencar, que funcionou na Rua Riachuelo entre 1903-1920, segundo José Graciano pautava-se basicamente pelos mesmos objetivos de sua congênere. Foi estruturada por escritores da cidade que entraram em conflito com os integrantes da academia supracitada e decidiram fundar uma nova agremiação, homenageando em seu título aquele que consideravam “o mais proeminente escritor do Brasil”. Suas reuniões eram sempre aos sábados e possuíam um salão no qual ocorriam exposições de arte,

---

<sup>374</sup> Sobre os trabalhos de oftamologia, alguns deles são: BRITTO, Victor. Higiene Ocular. *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 2, fev. 1916. p. 2-12. \_\_\_\_\_. Tratamento Aplicado de Infecções Bacterianas. *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 4, mar. 1929, p. 4-17. Sobre política: \_\_\_\_\_. *Estudos Políticos Riograndenses*. Rio Grande: Marmodeus, 1908. Sobre literatura: \_\_\_\_\_. *Literatura em Flor*. Porto Alegre: Globo, 1923.

<sup>375</sup> BARROS, Fábio. *Palavras Ocas*. Porto Alegre: Globo, 1921. \_\_\_\_\_. *Colheitas*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1937. \_\_\_\_\_. *Recuerdos*. Porto Alegre: Globo, 1930.

<sup>376</sup> Site Oficial da Academia Rio-Grandense de Letras. Disponível em: <http://www.arl.org.br/>, acesso em 14/07/2009.

saraus literários e lançamento de obras dos membros associados. Alguns nomes que participaram da instituição foram os lentes Diogo Ferraz, Manoel Gonçalves Carneiro e Manoel Velho Py.<sup>377</sup>

O Centro Literário Porto Alegre funcionou na Rua da Praia, entre 1910-1924, e contava entre seus integrantes, além de professores da FMPA, jornalistas, escritores e professores das escolas secundárias em geral. Seus objetivos, além dos mais comuns que já foram observados em outras entidades, seriam “debater formas de ensino mais eficazes e produtivas para enriquecer a mente dos jovens estudantes, através da literatura”.<sup>378</sup> Alguns membros da Faculdade que participaram do Centro Literário foram Thomaz Laranjeira Mariante, Ney Cabral e Jacy Carneiro Monteiro.<sup>379</sup>

O dr. Olinto de Oliveira é um exemplo significativo das múltiplas possibilidades de um indivíduo na área cultural. Além de médico e professor, é caracterizado, em textos biográficos, como “crítico de arte, escritor e musicista”.<sup>380</sup> Além do seu envolvimento na criação da já citada Academia Rio-Grandense de Letras, Olinto, junto a um grupo de escritores e artistas, fundou o Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul, do qual foi presidente até 1930. A entidade foi inaugurada em 22 de abril de 1908 e contava com a aprovação do governo estadual, que proveu a entidade de certos aportes financeiros, embora sem periodicidade estabelecida.<sup>381</sup> Em julho de 1909 foi ali inaugurado um conservatório de música, com os cursos de "teoria da musica, composição de música vocal e instrumental", no qual ministrava aulas o próprio médico. Em 10 de fevereiro de 1910 foi agregada à instituição a Escola de Artes, que contava com as disciplinas de Desenho Geométrico, Perspectiva e Sombras, Desenho de Anatomia Artística, Desenho Figurado, Modelo Vivo e Pintura. A partir de 1915, o Instituto passou a contar com uma dotação orçamentária fixa proporcionada pelo governo estadual, e de maior valor que dos anos anteriores, o que teria permitido uma melhoria das condições gerais de funcionamento da entidade.<sup>382</sup>

Em 1896, junto a Severiano Carneiro do Rego e Aquiles Porto Alegre, escritores considerados de renome na capital rio-grandense, entre outros “intelectuais”, Olinto organizou o clube Haydn, uma associação musical que seria frequentada pela “alta

---

<sup>377</sup> CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2006. p., 56 -78.

<sup>378</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 32.

<sup>379</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>380</sup> VIANA, Gonçalves. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>381</sup> SIMON, Círio. *Origens do Instituto de Artes da UFRGS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 39.

<sup>382</sup> VIANA, Gonçalves. *Op. cit.*, p. 80-84.

sociedade” porto-alegrense. Sua estrutura incluía uma orquestra própria e segundo o jornal *A Gazeta*, seu primeiro concerto, realizado em 2 de abril de 1897, foi um “estrondoso sucesso, com obras de Joseph Haydn, Carlos Gomes e outros artistas”.<sup>383</sup> Olinto organizou inclusive algumas apresentações na própria FMPA, que ocorreram no seu Salão Nobre, por ocasião de datas festivas, como os aniversários anuais da Faculdade, entre 1915-1920, além de apresentações natalinas. Em várias dessas ocasiões houve a presença do presidente do estado, Borges de Medeiros, Protasio Alves (vice-presidente), entre outras autoridades políticas da época.<sup>384</sup> Entre 1905-1907, Olinto organizou saraus líricos na escola médica que teriam atraído bom público, tanto entre os acadêmicos como os professores em geral, que compareciam em tais eventos com seus familiares. O clima foi caracterizado como de “celebração da boa música, reservada àqueles que distinguem, apreciam e valorizam os grandes artistas de nossa terra”.<sup>385</sup> Em um desses eventos, apresentou-se a cantora lírica Isabela Candiani, que segundo *A Gazeta*, tratava-se de “um dos proeminentes talentos nossa terra. Sua bela e altiva voz na ópera Torquato, de Donizeti, foi agraciada com ruidosos aplausos e chuvas de pétalas”.<sup>386</sup>

Por que o envolvimento dos médicos na esfera cultural, incluindo aí o culto à música, à arte e às letras em geral, publicando obras de temáticas diversas? Segundo Cássia Silveira, que estudou a Sociedade Parthenon Literário, instituição existente durante o séc. XIX dedicada à valorização da literatura como as anteriormente citadas, era comum aos indivíduos que participavam dessas associações dominarem um conjunto de códigos culturais muito valorizado na época: conheciam vários idiomas; sabiam se portar com elegância; falavam com eloquência; discutiam temas das ciências naturais e humanas e citavam autores renomados dessas áreas; apreciavam música clássica, patrocinavam exposições de arte. O domínio desses códigos, por um lado, criaria um abismo que os afastava da maior parte da população brasileira, em geral analfabeta; por outro lado, solidificava relações entre estes indivíduos, e entre eles e as elites, com quem compartilhavam de uma cultura erudita.<sup>387</sup> A autora ainda afirma que esses espaços de produção e apreciação cultural (incluindo aí a música, as artes e as

---

<sup>383</sup> Inauguração do Clube Haydn. *A Gazeta*, Porto Alegre, 12/10/1897, p. 9.

<sup>384</sup> *Relatórios da FMPA*. Anos diversos (1915-1920).

<sup>385</sup> Ata n. 48 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 13/03/1906.

<sup>386</sup> Sarau Lírico na Faculdade. *A Gazeta*, Porto Alegre, 02/03/1905, p. 3.

<sup>387</sup> SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá*. O Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação. (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2008. p. 165. Lembrando que durante o séc. XIX boa parte da população rio-grandense era analfabeta, cerca de 76%. *Ibid.*, p. 39.

letras), serviam como mais um elemento que justificava pretensas diferenças desses indivíduos em relação ao “povo”, a quem faltaria a “civilização” e o “decoro”.<sup>388</sup>

Creio ser possível apontar essas reflexões para o caso dos médicos da FMPA, levando em conta sua participação nessas instituições de divulgação e fomento artístico. Essas entidades criavam uma forma de distinção para si e para todos aqueles que frequentavam esse meio considerado de “alta cultura”. E especificamente sobre a atividade escrita desses professores, creio estabelecer-se que mais importante do que apresentar alguma obra sobre medicina era o ato de “publicar algo”. Tentar mostrar-se para os outros médicos e membros da comunidade como uma espécie de “erudito”, que compreenderia a “ciência-médica”, mas também temas próprios da área da cultura.

Assim, tais atividades de representação e ação “intelectual” eram mais uma entre tantas coisas que esses médicos faziam e eram concebidas como algo socialmente “superior”. O esculápio acabaria por ser reconhecido e considerado por seus pares e outros segmentos sociais como um “sábio”. Também portaria um saber vindo do cultivo lento e apurado das habilidades e sensibilidades artísticas, derivado de tempo investido em estudos e vivências em teatros, saraus e concertos, ao lado de outros “civilizados”, que não pertenceria aos leigos. Criava-se, portanto, uma distinção entre aquele que possuía este saber e aquele que não o possuía.

O dr. Gonçalves Viana afirmou, em relação ao Dr. Olinto de Oliveira

A literatura e a poesia em outras línguas não lhe eram estranhas, nas mais elevadas expressões mentais que as tem universalizado na memória das gerações que vão se sucedendo no culto de uma admiração imperecível, em face das obras que dignificaram e enobreceram imortais.

Da música era grande apreciador e mestre de sua teoria para os interessados.

Conhecia perfeitamente as línguas francesa e italiana, inglesa e alemã. O francês e o alemão sei eu que ele escrevia e falava correta e fluentemente.<sup>389</sup>

Assim, no caso dos médicos, as participações na imprensa periódica, a produção literária própria, que incluía textos sobre medicina, mas também sobre outras temáticas; o domínio de uma cultura variada - que agregava o conhecimento de outros idiomas, de obras clássicas das ciências humanas e naturais e das artes; o “dom da palavra” nas conversações e a circulação em ambientes relacionados, como peças de teatro, saraus

---

<sup>388</sup> SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Op. cit., p. 47.

<sup>389</sup> VIANA, Gonçalves. Op. cit., p. 103.

literários e concertos, além do incentivo pela realização de tais eventos, cristalizava-se a imagem desses indivíduos como homens cultos, *refinados* e, assim, dotados de prestígio entre os pares e a “alta sociedade”.

Essa “aceitação” perante as elites poderia ser importante, primeiro, para cancelar outras possibilidades de carreiras que os médicos estivessem almejando construir, como escritores, músicos e artistas, além de possíveis apoios em tais atividades, como o financiamento de obras literárias, boas resenhas dos críticos sobre seu trabalho, etc. E também, creio, seria um investimento rentável para suas carreiras “profissionais”. Pois, para constituir “clínica” entre pacientes mais exigentes e disputados, certamente os doutores necessitavam amearhar recursos culturais e sociais também mais sofisticados.

Esse trânsito cultural que proporcionaria contato com as elites é defendido pelos médicos. O dr. Velho Py, referindo-se aos doutores, afirma que

Há aqueles dotados de inteligência, mas lhe faltam as “matérias do mundo”. A vivência nas rodas sociais, os bons e *valerosos laços estabelecidos nos ambientes de alto refinamento e cultura*, a importância de demonstrar a personalidade ativa e dominante, a grande erudição, o carisma de um grande vencedor, para mostrar-se ao mundo, para ser requisitado, admirado, e assim, necessário nos seus préstimos médicos e para obter novas possibilidades na carreira. Se o médico não trilhar esse caminho, não conseguirá ser um grande entre os seus.<sup>390</sup>

O texto traz a afirmação principal que para obter sucesso na medicina seria necessário mais do que uma formação educacional de qualidade. Mesmo para aqueles detentores de tal predicado, igualmente se fazia importante para o esculápio o sucesso nas “matérias do mundo”. Isso se traduziria na questão do médico ser “carismático”, adquirir e demonstrar “erudição”, ter boa inserção nos altos círculos das elites e, desse modo, acabar por conquistar as “classes altas”. Aqueles indivíduos que seriam a “nata” de sua clientela, provendo-lhe de prestígio social, e, certamente, bons rendimentos monetários.

Outro fator comumente apontado em biografias como “prova” de maior aperfeiçoamento técnico dos médicos, levando-os a serem apontados como “homens de ciência”, são determinados títulos escolares, em especial cursos de pós-graduação.

---

<sup>390</sup> Discurso do prof Manuel Velho Py no jantar comemorativo de ingresso dos calouros na FMPA em 1923. *Relatório da FMPA referente ao ano de 1923*. Op. cit., p. 7.

Nesse sentido, foi observado em cerca de 2/3 dos docentes da congregação (47 indivíduos) a conclusão de especializações médicas. Trata-se majoritariamente da realização de estudos fora do Rio Grande do Sul, em centros de aperfeiçoamento maiores e mais destacados que Porto Alegre, como cidades da Europa e Estados Unidos, em período posterior ao ingresso docente deles na FMPA.

Geralmente os lentes requeriam licenças para “viagens científicas” por dois anos, o prazo comum dessas especializações, cuja solicitação, pelo que pude observar, sempre era atendida. Um substituto então tomava seu lugar temporariamente na regência das disciplinas.<sup>391</sup>

Contudo, entendo essas especializações mais como uma *marca de requinte cultural* desses médicos, um título novo para adquirirem prestígio entre os demais, e certamente, perante a comunidade, do que propriamente um acréscimo de recursos técnicos em suas trajetórias (embora, por outro lado, eu não queira apontar que esse pólo da questão esteja necessariamente excluído). Tal afirmação pode ser balizada a partir do relato dos indivíduos que concluíam tais cursos, freqüentemente apresentados nas sessões da congregação. Posteriormente, esses encontros eram transcritos nos relatórios institucionais da FMPA.

O dr. Alvaro Fróes da Fonseca foi estudar clínica cirúrgico-pediátrica na Áustria (Viena), entre 1910-1912 e afirma que foi recebido pelo “acatado cirurgião Passow, que ostenta sua grande perícia em cirurgias nos pequenos”, sendo o curso ministrado por vários professores que eram ao mesmo tempo chefes de serviço nos hospitais. Ainda segundo Fonseca, foi importante o acompanhamento desses estudos para, em um futuro próximo, “alcançar técnicas cirúrgicas que minimizem o impacto nos pequenos, com cortes mais precisos e menos profundos, diminuindo o tempo de recuperação e o risco de infecções”.<sup>392</sup> O que chama a atenção no relato é que o lente também não se furta a tecer comentários sobre a Áustria e os médicos do país em geral:

O solo austríaco, acolhedor, inspira arte, cultura e espíritos refinados, que se traduzem na formação de mentes pensantes e evoluídas que praticam a medicina, tornando-se um centro de referência importante para os esculápios do país, esforçados e inteligentíssimos.<sup>393</sup>

---

<sup>391</sup> Sobre a especialização do dr. Fróes da Fonseca, a avaliação do pedido de licença, bem como a sua autorização pela congregação, consta em: Ata n. 98 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 24/05/1910.

<sup>392</sup> O relato da viagem consta em: *Relatório da FMPA referente ao período 1910-1914*. Op. cit., p. 19-24.

<sup>393</sup> *Ibid.*, p. 24.

O dr. Alberto de Souza, professor catedrático de clínica otorrinolaringológica, regressou ao país em 1918, após uma especialização em Paris vinculada à disciplina. Em sessão do ano seguinte, ele agradece à “nobre congregação da Faculdade e ao ilustre e infatigável diretor” a “bondade” que manifestaram concedendo-lhe sem dificuldade a licença para estudar no exterior. Relata que chegou na França e procurou o detentor da cadeira de otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina de Paris, “um notável professor e cirurgião, um homem de espírito em todas as formas, Sebillaux, que me acolheu com fidalguia e gentileza, que honrou-me com a sua amizade e me ofereceu um lugar na sua clínica do Hospital Lariboisiere.”. Lá, Alberto trabalhou por seis meses. Ele critica os métodos de ensino da matéria entre os franceses afirmando que logo teriam que refundar seus métodos, pois os alunos teriam uma ação limitada no serviço hospitalar. Com o intuito de “não magoar” os pacientes, algumas técnicas como a laringetocmonia e a broncoscopia não seriam realizadas com frequência. Assim os “alunos não conseguiriam acompanhar com total proveito as lições dos seus sábios e eruditos mestres, há muito tempo experimentados naquelas técnicas”. Por conseguinte, “acabariam por possuir apenas ligeiros conhecimentos teóricos e seriam obrigados, caso desejassem fruir noções mais substanciais sobre o assunto, freqüentar aulas particulares pagas de outros clínicos notáveis”. Finaliza sua exposição afirmando que “Paris é um centro de cultura universal, onde irradiam pensamentos, ideias, reflexões, médicos e cientistas do mundo todo. E estar ao lado de personalidades tão distintas é como assistir a um *espetáculo de alta classe*”.<sup>394</sup>

Já o dr. Frederico Falk, que foi catedrático de clínica cirúrgica na FMPA, a partir de 1917, após especialização na área de neurocirurgia em Berlim entre 1922-1924, afirma que o ensino de sua matéria na Alemanha era “mais qualificado que em vários países da Europa, uma vez que os “estudantes teriam acesso a aulas teóricas ilustradas com projeções luminosas de casos interessantes escolhidos pelos assistentes de clínica”. Além disso os estudantes “teriam vários momentos para análise clínica dos doentes e pequenas operações da especialidade”. Esses estudos, realizados no Hospital Charité, localizado na cidade alemã, eram coordenados pelo professor Killian, que segundo Falk era um “homem superior, de nobres e finas maneiras, um *gentleman* na verdadeira acepção da palavra e que tive a honra de conhecer pessoalmente”.<sup>395</sup> Completando suas impressões de viagem, o lente arremata:

---

<sup>394</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1919*. Op. cit., p. 12-14.

<sup>395</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1925*. Op. cit., p. 9.

os disciplinados cérebros da Alemanha, que concentram a disciplina e a vontade de estudo sem cansar, tornam Berlim uma pérola, uma jóia reluzente da medicina em solo europeu. Ela reflete a personalidade incansável e inquebrantável de seu povo, que por vezes o leva a resoluções muito severas na luta por seus direitos, como os conflitos bélicos. Mas nesses casos, é essa mesma cultura que a faz reconstruir e progredir o país, de maneira irresoluta.<sup>396</sup>

A partir desses relatos, apreende-se que os médicos acompanhavam e trabalhavam em diversos centros europeus de medicina, incluindo o trânsito nos hospitais e o contato com médicos e pesquisadores da região, como seria o esperado em um curso da área médica. Por outro lado, chama a atenção nesses relatos a ênfase que os professores da FMPA promovem em relação às “personalidades médicas” conhecidas nesses locais, em tom altamente elogioso, bem como em relação à cidade e ao país que estiveram.

Por esses discursos, interpreto que era essencialmente importante nessas viagens o seu *caráter social*: um intercâmbio para se estudar medicina que provavelmente incluiria o aperfeiçoamento técnico, mas que possuía como valor essencial “conhecer pessoas” e “respirar novos ares”, em especial os europeus, que pelos depoimentos pareciam trazer “fascinação” aos médicos brasileiros, uma vez que tais locais emanariam “alta cultura”, “ciência”, “intelectualidade”. Ou seja, era fundamental nessas especializações o fato que a partir delas haveria contato com médicos da Europa assim como o trânsito nos cursos e atividades dos ambientes de medicina respectivos. Desse modo, proveria-se uma “marca de refinamento” a esses lentes, e conseqüentemente, reconhecimento e prestígio a eles na volta ao Brasil.

A partir de um texto de Mario Totta em homenagem ao seu “colega” Luiz Guerra Blessmann, creio reforçar-se que esse tipo de atividade não possuía um caráter de “especialização” no sentido atual do termo:

Estudioso como poucos e com uma inteligência das mais vivazes, a sua cultura é sólida; assenta em alicerce maciço. Adquirida aqui, num curso acadêmico brilhante, cimentada ao [sic] depois no professorado e na clínica, essa cultura recebeu agora os últimos retoques na Europa e veio de lá magnífica - *made in Germany*.<sup>397</sup>

---

<sup>396</sup> Relatório da FMPA referente ao ano de 1925. Op. cit., p. 14.

<sup>397</sup> TOTTA, Mario. Cortes... na pele. Prof. Guerra Blessmann. *Revista dos Cursos da Faculdade de Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 12, 1929, p. 7.

Como se pode observar novamente, os estudos fora do país parecem significar mais um elemento de requinte cultural e social do que um aperfeiçoamento “técnico”. A especialização é apresentada como os “últimos retoques de cultura” que o médico recebeu. Embora, certamente, esses doutores entendessem que estavam praticando e investindo na “ciência médica”, entendo tais ações como um título que esses doutores ostentavam, uma espécie de marca de “procedência”. É um elemento que indica a disponibilidade de importantes recursos de natureza econômica, social e cultural, como o domínio da língua e dos códigos sociais.

Além disso, os médicos costumavam informar esse tipo de “credencial” nos anúncios que publicavam. Abaixo, há um desses exemplos, publicado na *A Federação*:

Dr. Manoel G. Carneiro

Médico de volta de sua viagem à Europa, onde, por mais de dois anos, estudou e praticou nos principais hospitais e Policlinicas de Berlim, Paris e Viena, acaba de abrir o seu consultório médico cirúrgico.

À disposição de seus clientes, do meio dia às 2 horas da tarde, em seu consultório (...) Consultas à Santa Casa das 8 as 10 da manhã.<sup>398</sup>

Portanto, creio que esses títulos mais legitimavam “elevação social” e “refinamento” de costumes por parte do médico do que um verdadeiro incremento a sua capacidade técnica. Novamente, não quero afirmar que esse fator estivesse necessariamente excluído, mas a questão é que ele não pode ser exatamente *medido*.

Inclusive essas questões voltadas ao âmbito técnico, das terapias empregadas, pareciam pouco contribuir, por exemplo, para o julgamento positivo a respeito de um esculápio por parte da “clientela” que os selecionava. Segundo Coelho, em relação aos médicos da Corte, durante o séc. XIX, os critérios que distribuían “renda e poder” eram todos de natureza extraprofissional: hábitos culturais, extração social da clientela, relações pessoais e outros assemelhados. Isso quer dizer que o prestígio deste ou daquele médico não provinha estritamente dos resultados práticos de suas terapias ou de uma exclusiva avaliação de competência “profissional”, mas de um conjunto de outros fatores: domínio de uma língua estrangeira (principalmente o francês), conhecimento das teorias médicas mais em voga na Europa, adequada proveniência social, uma certa

---

<sup>398</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 04/09/1910, p. 2.

cultura humanística, apropriadas referências sociais (de outros clientes do alto estrato social) e posse de um diploma em medicina.<sup>399</sup>

Na Iª República, ao que tudo indica, esse cenário permanece, sendo possível, então, corroborar com as afirmações de Coelho, conectando-as com os professores da FMPA. Assim, embora esses médicos se colocassem como “homens da ciência”, através de seus estudos, publicações e títulos escolares, compreendo que tais ações serviam mais para expressar uma marca de refinamento cultural desses doutores do que a manifestação de um verdadeiro incremento à sua capacidade técnica que ratificaria, em algum nível, suas ambições na ciência. De outra forma, os próprios esculápios julgavam importante participarem das atividades de representação cultural propriamente ditas, em todas as suas manifestações descritas anteriormente, porque também acreditavam que elas eram importantes para o seu sucesso “profissional”, o que efetivamente ocorria. Assim, são os fatores extra-profissionais que majoritariamente solidificam e impulsionam carreiras, em um cenário de práticas e visões que extrapolam o âmbito de definições comumente ligadas à medicina e à figura do médico, que são aceitos e difundidos tanto pelos próprios doutores como para a comunidade que os enxergava.

Todavia, além desse ideário do médico ligado à “alta cultura”, há outros fatores que poderiam levá-lo à consagração, descritos a seguir.

### **3.2 Moralidade e benemerência**

Etimologicamente os sentidos atribuídos ao termo “moral” são o de designar princípios íntimos de equidade que pautem uma conduta íntegra. Nesse contexto, a “moral” permitiria aos indivíduos não apenas discernir “bem” e “mal”, mas igualmente escolher sempre o que seria melhor para os “interesses da coletividade”, contribuindo para o seu desenvolvimento e bem-estar.<sup>400</sup>

Para os médicos, possuir uma conduta baseada na “moralidade”, consciente de estarem a serviço da sociedade, se traduziria de uma maneira diferenciada. Pois, restituir

---

<sup>399</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. cit., p. 89-90.

<sup>400</sup> BERND, Mario. A universalidade da consciência moral. *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 4, fev. 1925, p. 2.

a saúde do doente implicaria, segundo suas palavras, em “salvar ou não uma “vida””.<sup>401</sup> Assim, eles consideravam que sua atividade constituía-se em uma “missão social”, a mais “especial” que um homem poderia envolver-se. Como aponta o dr. Bernd,

Com os conhecimentos que adquirimos na Faculdade, estamos prontos para ir além de qualquer uma das carreiras mais mundanas... tratamos com *a vida e a morte*, as forças que são movimentadas apenas pelo Criador.....e por isso nossa tarefa *é a que possui o mais alto valor social...*<sup>402</sup>

Assim, entende-se que por lidarem com a “vida e a morte”, os médicos acreditavam que outros ramos profissionais seriam menos importantes porque não possuiriam essa vinculação “transcendente” que a medicina estaria imbuída, ligada a forças espirituais, “divinas”, que chancelariam o seu valor “supremo”.

Mas “salvar vidas” não se resumiria em valorizar o sucesso de técnicas terapêuticas em relação aos pacientes. Havia a construção de definições por parte dos esculápios que expressavam a sua imagem como de sacerdotes, semelhante à descrição da vida dos “homens santos” da tradição religiosa cristã:

Bem poucos recebem em paga o merecido quinhão a que o médico faz jus pelo seu devotamento sem par, pela sua sempre pronta generosidade do seu coração, e pela sua bondosa caridade (...) aquele que passou a maior parte da sua vida dedicada ao estudo esfalfante e à abnegação no trato de seus inúmeros doentes, exigindo tudo dele para o alívio das suas dores. O sacrificio do médico é inimitável. Esquece-se por vezes de tudo para só se dedicar naquele momento à salvação do doente, que perecerá se não o for atender.<sup>403</sup>

Em argumentação semelhante, o dr. Guedes novamente opina que os médicos estão “sempre em intimo contato com o povo, conhecendo os seus sofrimentos, ouvindo as suas queixas, sabendo confortá-los cristianamente”.<sup>404</sup> Assim, compreende-se que o médico era representado como um homem generoso, caridoso, responsável por curar o “corpo e mente” dos pacientes, irresolutamente. E se eles eram considerados quase “santos”, a medicina era considerada o credo que “professavam”.

---

<sup>401</sup> BERND, Mario. Op. cit, p. 23.

<sup>402</sup> GUEDES, Luiz. Discurso do paraninfo durante a colação de grau dos formandos em medicina de 1927. In: *Relatório da FMPA referente ao ano de 1927*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1928. p. 3.

<sup>403</sup> BERND, Mario. Op. cit., p. 15-16.

<sup>404</sup> GUEDES, Luiz. Op. cit., p. 4.

Houve ações promovidas pelos docentes da FMPA que buscavam ressaltar e reforçar esse suposto espírito de “moralidade” de seus professores e estudantes, acompanhadas na sequência.

Entre 1906-1912, houve campanhas de doações de alimentos para a Santa Casa e o Hospital da Beneficência Portuguesa, cujas despensas estariam praticamente vazias nessas ocasiões. Já em 1910, foi feita uma pausa nesse auxílio aos hospitais para se atender o Asilo Padre Cacique, organização voltada ao abrigo de indigentes e idosos, fundada em 1898 pelo padre baiano Joaquim Cacique de Barros. Cerca de 100 kg de alimentos teriam sido arrecadados em cada uma dessas campanhas, cujo transporte foi pago pela Faculdade até os locais citados.<sup>405</sup>

Próximo a datas natalinas, entre 1911-1918, uma comissão de lentes organizava um movimento de doação de brinquedos que seriam entregues para crianças em orfanatos e hospitais, incluindo a Santa Casa e a Beneficência Portuguesa. Em uma dessas ocasiões o pai do acadêmico Ney Cabral, inclusive, teria confeccionado brinquedos para serem presenteados aos “pequenos”.<sup>406</sup>

Em diversos surtos de moléstias em Porto Alegre, como os de tifo, varíola e gripe, entre 1915-1920, os médicos da cidade eram conclamados pelo poder público, através de comunicações na imprensa, para atuar nos hospitais, de forma gratuita, na tentativa de minimizar esses impactos.<sup>407</sup> Seriam eles os responsáveis por controlar a execução de várias medidas profiláticas, como o isolamento dos pacientes, a esterilização das suas roupas, a remoção dos seus dejetos em vasos desinfetantes, o consumo de água fervida, o asseio dos objetos, o combate às moscas, a aplicação de vacinas (no caso do tifo e da varíola, que já eram ministradas nesse momento), a administração de remédios (principalmente antifebris e antidisentéricos) e a notificação de casos à Diretoria de Higiene do Estado. Posteriormente, nas sessões da congregação da Faculdade, geralmente um lente propunha votos de “louvor e congratulação” aos que eram considerados “abnegados estudantes e professores que atuavam nessas frentes de combate às doenças”, e seus nomes, inclusive, passavam a constar nas atas da FMPA.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> Ata n. 45 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 07/12/1912. Nessa ata constam as doações que teriam sido efetuadas desde 1906.

<sup>406</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1918*. Op. cit., p. 12-16. Nas páginas indicadas constam as doações efetuadas desde 1911.

<sup>407</sup> *Relatórios da FMPA*. Anos diversos (1915-1920). Op. cit.

<sup>408</sup> Como consta em: Ata n. 125 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/06/1915. Ata n. 137 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/02/1917. Entre 1915-1920 consta tal registro em diversas sessões da Congregação.

Posteriormente, essa homenagem era publicada na *Revista dos Cursos* e na *A Federação*. Consta abaixo um exemplo desses textos elogiosos:

O verdadeiro médico possui uma abnegação sem par e estende a mão a todos aqueles que precisam, sem distinção. Os mais altos e dignos cumprimentos e o fraterno abraço da Congregação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre a todos os seus acadêmicos e professores que participaram da frente de combate ao tifo que assolou a nossa cidade.<sup>409</sup>

Apesar de nesses casos estar presente uma ação propriamente técnica dos médicos no combate a tais moléstias, enalteciam-se, de outra forma, as supostas qualidades morais dos esculápios que teriam auxiliado o poder público, de forma gratuita, no combate às doenças citadas, agindo assim, segundo interpreta-se nos excertos, com “altruísmo” e “fraternidade”.

Há exemplos utilizados pelos médicos para reforçar que essa formulação de grande “caráter” individual não seria um ideal inatingível. Assim, alguns lentes da FMPA serviram de “modelo” do que se considerava a “verdadeira” medicina, pois suas vidas teriam sido inteiramente dedicadas a esse suposto “sacerdócio”. Um deles é o diretor da FMPA, Eduardo Sarmiento Leite, que foi chamado de “exemplo vivo de abnegação”.<sup>410</sup> Ele esteve ininterruptamente à frente da FMPA entre 1915-1935 e foi vice-diretor em dois períodos, de 1907 a 1909 e de 1910 a 1911. Textos sobre sua figura ressaltam a dedicação que teria empenhado pelos “interesses” do grupo médico, “sacrificando satisfações pessoais e parte de sua vida familiar em prol da instituição”. Devido a sua assiduidade nas reuniões da congregação, na regência das disciplinas e interesse geral pelos assuntos da FMPA, até anedotas foram construídas a seu respeito. Dizia-se entre os estudantes que “mesmo a corda do relógio era ele quem dava”.<sup>411</sup>

De fato, percebe-se nas atas e relatórios institucionais do período em estudo que o médico nunca se ausentava nas reuniões da congregação e expunha suas idéias com frequência, esmiuçando regulamentos didáticos e leis.<sup>412</sup> Foi o diretor com maior tempo

---

<sup>409</sup> Tais homenagens constam em diversas edições do jornal entre 1915-1920, como por exemplo: *A Federação*, Porto Alegre, 30/11/1915, p. 2.

<sup>410</sup> Um exemplo desses textos consta em: *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, v.4, n. 9, 1930, p. 8.

<sup>411</sup> *Ibid.*, p. 9-10.

<sup>412</sup> Alguns exemplos de discussões foram: critérios de apresentação do corpo docente nos materiais publicados pela instituição; a permissão ou não de voto a determinados lentes que haviam se ausentado durante períodos de exercício da Congregação; abertura de editais para concursos a serem realizados. Tais pautas constam, respectivamente, em: Ata n. 51 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 15/12/1906. Ata n. 30 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 08/03/1901. Ata n. 39 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 30/11/1903.

de permanência à frente da escola médica, atravessando inclusive períodos turbulentos de negociação com o governo estadual e federal acerca dos interesses dela, incluindo a luta por definições curriculares e administrativas, mostradas na primeira parte deste trabalho. Antes mesmo de ocupar cargos diretivos, Sarmiento Leite havia integrado diversas comissões para redação de documentos e projetos da Faculdade, como a da reforma do edifício e a construção do anfiteatro, em 1904, e o memorial para ser levado à Assembléia dos Representantes em 1900, reivindicando a autonomia e inviolabilidade dos estatutos da FMPA<sup>413</sup>. Além disso, já como diretor, percebe-se seu incentivo, através de comunicados dirigidos a estudantes e professores que eram publicados na *Revista dos Cursos*, bem como “cartas pessoais” a eles, para a participação nos mutirões de saúde e de doações que foram descritos anteriormente. Em alguns desses eventos, como a doação de mantimentos e brinquedos, vários desses materiais foram comprados através de verbas da escola, cuja sugestão foi feita pelo médico em sessões da congregação.<sup>414</sup> Certamente essa atividade intensa frente à instituição contribuiu para que Sarmiento, na visão dos médicos, fosse lembrado em livros e discursos acerca da medicina como um “exemplo” de dedicação à “causa médica”, e à “coletividade”.

Outro caso é o de Mario Ribeiro Totta. Paralelamente ao estudo da medicina, acabou engajando-se na imprensa, publicando no *Correio do Povo* colunas sobre a vida cultural porto-alegrense, além de poemas e crônicas. Após doutorar-se na primeira turma da FMPA, em 1904, passa a incluir como temática no jornal “a ciência médica para o povo”.<sup>415</sup> Assim, inicia a escrita de textos com recomendações de medidas terapêuticas simples que poderiam ser feitas por qualquer um no caso de determinadas moléstias, bem como a prevenção delas, principalmente no que dizia respeito a cuidados básicos de higiene para a saúde da família. A popularidade da coluna teria sido tamanha que muitos passam a enviar cartas relatando as suas enfermidades e solicitando ao médico a indicação de algum tratamento, além de enaltecerem seus préstimos. Totta passou a ser denominado por setores da comunidade e pela imprensa como o “médico da caridade”, o “médico dos pobres”. Ele também apoiou campanhas beneméritas pelos

---

<sup>413</sup> Os projetos constam respectivamente em: Ata n. 43 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/06/1904. Ata n. 08 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/02/1900.

<sup>414</sup> Um dessas cartas, sobre os “mutirões de saúde”, consta em: *Relatório da FMPA referente ao ano de 1916*. Op. cit., p. 32.

<sup>415</sup> As palavras são do dr. Achutti, médico formado pela FMPA na década de 1970, que produz um relato sobre Mario Totta. ACHUTTI, Aloysio. *Cem anos de formação médica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998. p. 71. Contudo, nesses casos, Mario Totta recomendava que estes doentes se dirigissem a um “profissional”, uma vez que em hipótese nenhuma sua intenção seria promover consultas médicas “à distância” através do jornal. Ibid., p. 73.

desvalidos. Em uma carta datada de 17 de dezembro de 1910, destinada ao diretor do jornal, Caldas Junior, ele solicita a ajuda do *Correio do Povo* para concretizar sua idéia de em datas natalinas presentear as crianças pobres e doentes. De fato, no ano seguinte, o primeiro “Natal da Criança Pobre” foi realizado, tornando-se uma tradição que continuou por muitos anos após a morte do mentor. Em outras ocasiões, solicita ajuda para obter cobertores aos desabrigados e doação de alimentos para famílias.<sup>416</sup>

Essas ações remetem a possibilidades de atuação em uma instituição sobre a qual já foram apresentados certos aspectos, o mais antigo ambiente hospitalar em funcionamento da capital. Trata-se da participação dos docentes na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (ISCOMPA), órgão mantenedor do hospital, baseado no modelo das associações portuguesas fundadas a partir do séc. XV, sendo mais comumente conhecida a de Lisboa, concebida em 1498. Por sua vez, essas entidades possuem suas raízes na tradição medieval das confrarias leigas voltadas à prática da caridade e assistência, através do socorro a seus membros e aos cristãos pobres e enfermos em geral. Acabaram por se tornar o principal instrumento de exercício de “solidariedade” no império português.<sup>417</sup> Para atender a tais objetivos, muitas delas passaram a dirigir “hospitais de caridade”, ou “santas casas” (aqui o termo é usado sem distinção), embora, como aponta Russel Wood, este último item não fosse necessariamente uma obrigação.<sup>418</sup> De qualquer forma, no Brasil, tem-se a fundação desses espaços já no início do povoamento e da conquista: em 1540 edificou-se a Santa Casa de Olinda, em Pernambuco; em 1551, a de Santos, na Capitania de São Vicente. Bahia e Rio de Janeiro também logo passaram a contar com tais estabelecimentos, respectivamente em 1529 e 1582, citando as localidades brasileiras de maior proeminência sócio-econômica no séc. XVI.

---

<sup>416</sup> ACHUTTI, Aloysio. Op. cit., p. 80-89.

<sup>417</sup> MELO, Mariana Ferreira de. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. (Org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2009. p. 93-118.

<sup>418</sup> Segundo o autor, seria falso nesse contexto da formação das misericórdias a suposição de que a estruturação de um hospital permite inferir a existência obrigatória de uma confraria de caridade junto a ele: em Goa, Cochim e Cannanore (localidades do império português) existiriam hospitais desde os primeiros momentos da colonização portuguesa, muito antes da fundação das filiais das respectivas irmandades. Ele também recorda que embora o compromisso dessas entidades se ocupasse do cuidado aos doentes e assistência aos pobres, não continha disposições específicas sobre a administração de um hospital. Quando essa responsabilidade era a elas dada ou imposta, a irmandade em geral entrava em negociações com o governo português para que não lhe coubessem perdas financeiras decorrentes do exercício dessa obrigação. RUSSEL-WOOD, John. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981. p. 64.

A autorização para a criação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi dada pelo príncipe regente Dom João em 14 de maio de 1803, e em outubro desse mesmo ano a câmara local formalizou a sua criação, sendo escolhido em seguida como Provedor o governador da região, Paulo José da Silva Gama, recomendado pelas autoridades imperiais. Em 1815, igualmente cumprindo determinações superiores, o órgão legislativo local ratificou a eleição da primeira Mesa Administrativa da ISCMPA, que contava com diversos militares de prestígio residentes na província rio-grandense.<sup>419</sup> Nesse conselho de administração, composto em geral de 13 membros (o número variou através de algumas gestões), incluía-se o Provedor e seu vice.

Voltando novamente ao mapeamento da presença dos professores da FMPA na Santa Casa, podemos afirmar que os ingressos no serviço clínico do hospital, nas enfermarias e nos cargos mais técnicos da administração (como as mordomias e a direção sanitária) acabaram por participar, quase de forma unânime, da Irmandade, sendo constante essa relação ao longo de todo o período em estudo. De um total de 69 professores, 58 atuaram no hospital, sendo que 50 também se tornaram membros da Irmandade (aprox. 72%). E alguns dos médicos que não aparecem nessa relação (5 deles, aprox. 7% ) são aqueles que se dedicaram ao serviço clínico na Beneficência Portuguesa e, da mesma forma, como na Santa Casa, participavam de uma associação de “socorro mútuo” que dirigia um ambiente hospitalar, permanecendo a conexão entre médicos e uma agremiação que afirmava se pautar por ideais beneficentes e caritativos.<sup>420</sup>

Constam no *Compromisso da Irmandade da Santa Casa de 1886* (o mais antigo que encontrei disponível para pesquisa no centro de documentação do hospital) os seus objetivos:

O seu principal fim e verdadeira missão é o estabelecimento de um hospital de caridade para nele se exercer e praticar as obras de misericórdia, de preferência com aqueles de nossos próximos (sic),

---

<sup>419</sup> FRANCO, Sergio da Costa. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003. p. 18-23. Segundo Witter, ao pesquisarmos a saúde pública no Rio Grande do Sul durante o séc. XIX, devemos obrigatoriamente conectar a ela “a atuação dos representantes do governo imperial” e as “relações estabelecidas por estes com a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre”, lembrando igualmente que a “história e existência” desse hospital estiveram “estritamente ligadas às conjunturas políticas e sociais da província”. WITTER, Nikelen Acosta. Beneficência e proteção da humanidade enferma: o papel político da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: SCHWARTSMANN, Leonor Baptista, SERRES, Juliane C. Primon. (Orgs.). *História da medicina: Instituições e Práticas de Saúde no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p.109.

<sup>420</sup> A lista dos professores da FMPA que teriam trabalhado na Beneficência durante o período em estudo consta nos “Anexos”.

que por suas enfermidades curáveis, e por sua reconhecida pobreza, carecerem dos socorros e auxílios alheios, para não perecerem no abandono e miséria em que a sorte os houver colocado.<sup>421</sup>

Poderiam tornar-se irmãos tanto brasileiros como estrangeiros, desde que professassem a religião católica e tivessem “bons costumes, moralidade e tempo” para se dedicarem às atividades no estabelecimento. Caso fossem solteiros, deveriam ser maiores de 21 anos.<sup>422</sup> A admissão envolvia o pagamento de uma jóia, embora em diversas ocasiões tenha deixado de ser efetuada pelo indivíduo ter prestado serviços considerados relevantes à entidade. Essa foi uma tendência no caso de médicos, pois através do seu contínuo trabalho no hospital majoritariamente foram homenageados com um ingresso gratuito na irmandade. O número de membros era ilimitado. Posteriormente, a partir de 1891, passaram a ser incluídos indivíduos não-católicos, sob a denominação de Irmãos Protetores, embora os demais critérios de admissão fossem mantidos.<sup>423</sup>

A Mesa Administrativa era constituída por irmãos escolhidos por voto direto em uma assembléia trienal na qual estariam presentes todos os participantes da irmandade que pudessem comparecer. Só poderiam ser eleitos para ela aqueles que residissem em Porto Alegre (lembrando que a ISCMPA também contava com indivíduos de outras localidades do Rio Grande do Sul). As decisões da Mesa eram formalizadas pela maioria absoluta dos votos dos mesários presentes, que incluía membros extras: o Provedor, que possuía o voto de “qualidade” em caso de empate nas decisões, o Vice-Provedor e os Mordomos.<sup>424</sup>

Ressalto que esses irmãos gradualmente passavam a ostentar outros títulos, como Irmão Zelador, Bemfeitor e Benemérito, em uma ordem de hierarquia, de acordo com o valor de seus serviços prestados à Santa Casa, incluindo o fato de terem

---

<sup>421</sup> Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886). Porto Alegre, 1886, p. 3. Sobre os compromissos institucionais da Santa Casa, aqueles que encontrei durante o período da minha pesquisa foram os de 1886, 1898, e 1931, não sendo possível afirmar se existem versões de outros anos.

<sup>422</sup> Ibid., p. 4.

<sup>423</sup> Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1898). Porto Alegre, 1898, p. 35.

<sup>424</sup> O voto seria exclusivo dos “varões”, excluindo-se assim as mulheres da administração superior do hospital. Ibid., p. 26. Elas participavam da Irmandade, mas durante o período em estudo sempre se constituíram em menor número que os homens na entidade. Comumente eram freiras que trabalhavam nas dependências da SCMPA como enfermeiras, ou senhoras pertencentes a “alta” sociedade porto-alegrense e que contribuam financeiramente para a mesma, cujos nomes eram relacionadas nos relatórios institucionais do hospital. Ibid., p. 6.

conseguido obter rendas para a manutenção da instituição.<sup>425</sup> Algumas das obrigações deles eram: obedecer ao Provedor e a Mesa Administrativa; comparecer nos atos em que a irmandade tivesse que se reunir, e obrigatoriamente nos atos solenes, tais quais: festividade de aniversário da abertura do hospital; 1º de janeiro, Procissão do Nosso Senhor dos Passos, cuja imagem era depositada na catedral da capital; celebrar a alma dos irmãos benfeitores já falecidos em determinados dias santos.<sup>426</sup>

Pode-se questionar porque os médicos, e em especial os lentes da FMPA, acabavam por ingressar na Irmandade. Talvez pelo fato de alguns professores se intitulem cristãos praticantes e ressaltarem a importância da religião na atividade do médico, a participação em ambientes para tratamento de saúde com tal caracterização religiosa seria uma ação frequentemente buscada, fosse no cuidado e assistência direta dos doentes que se encontrassem lá alojados, fosse na administração desses espaços, incluindo a participação na Irmandade. Entre os que afirmavam compartilhar o credo católico estavam os drs. Heitor Annes Dias, Mario Bernd, Raul Moreira, Raul Pilla, Aurélio de Lima Py, Guerra Blessmann, Mario Totta, Luiz Sarmiento Barata e Thomaz Mariante, que seus discursos e outras obras publicadas demonstravam de forma clara essa opção.<sup>427</sup>

Mas creio que isso é apenas uma parte da resposta. Nesse sentido, é importante argumentar que, apesar das obrigações, tais irmãos possuíam certos privilégios: aquele que por qualquer eventualidade se encontrasse em estado de indigência, seria recolhido à Santa Casa, onde receberia alimentação diária, cama e vestuário, enquanto não era providenciada ocupação na qual pudesse ser empregado no hospital ou outro local. Uma vez considerado idoso e sem condições de saúde para trabalhar, seria mantido pela entidade até a sua morte. Se ele, sua esposa ou filhos adoecessem, seriam tratados em enfermarias de 1ª Classe, de melhores acomodações e atendimento. Ainda, em caso de falecimento, irmãos e familiares teriam direito a honras fúnebres e assento no cemitério mantido pela Santa Casa.<sup>428</sup> Estes são alguns exemplos das prerrogativas que se estabeleciam.

Houve casos em que o socorro por parte da irmandade em relação a algum de seus membros se fez valer, demonstrando que o órgão, de fato, poderia assisti-los

---

<sup>425</sup> Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1898). Op. cit., p. 9-10.

<sup>426</sup> As categorias de irmãos constam em: Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1931). Porto Alegre, 1931, p. 21.

<sup>427</sup> Tal indicação pode ser observada nas biografias contidas em: *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit.

<sup>428</sup> Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1898). Op. cit., p. 11.

quando se encontrassem em dificuldades. Consta que o dr. Raimundo Ribeiro, estabelecido em Porto Alegre e membro da Irmandade, em virtude das apostas no turfe e no “circo de touros” da capital, arruinou seu patrimônio, sendo recolhido em 1905 pela Santa Casa, e, já adoentado, morreu de sífilis. Ele lá permaneceu, segundo registros do hospital, em “boas acomodações” até a sua morte, três anos depois.<sup>429</sup> Já o dr. Bento Simão e sua família contraíram varíola e estabeleceram-se em dependências isoladas do hospital, mas segundo consta com “toda a assistência higiênica e de alimentação possível”, até que passasse o período de manifestação do vírus e pudessem voltar a sua rotina diária”.<sup>430</sup>

Mas o mais importante, acredito, é que a participação desses médicos na ISCMPA era importante porque lhes proviam de *visibilidade social*. Como aponta Boschi, a inscrição numa dessas instituições “não era mera formalidade, era compromisso, envolvimento, participação ativa”.<sup>431</sup> Dessa forma, fortaleciam-se as qualidades morais dos indivíduos que resguardavam as ações assistenciais da instituição.<sup>432</sup> Os médicos, perante a “alta” sociedade de Porto Alegre e as “classes baixas”, adquiririam “fama” por seu suposto altruísmo e abnegação, havendo assim a cristalização de sua imagem como “bons homens” da sociedade, verdadeiros benfeitores sociais, contribuindo assim para o incremento de seu prestígio pessoal.

Segundo depoimento de um professor da FMPA, essa face “humanitária” que os médicos deveriam mostrar, através de suas ações, era quase uma premissa para obterem aceitação em relação aos seus pacientes. O lente Modesto de Souza aponta que os enfermos deveriam perceber a sensibilidade do médico em relação ao seu padecimento. Caso contrário, não confiariam nele:

Há vários estabelecimentos, inclusive nessa capital, que se pode exercer a caridade cristã (...). E minha fala, de mais a mais, é certamente óbvia, pois afinal, se os pacientes, em sua maioria, em nossa boa sociedade, sejam ricos ou pobres, também contam com a fé para a sua cura, como confiarão em um médico que a despreza? Este não será *bem visto* por ninguém, e com razão.<sup>433</sup>

---

<sup>429</sup> Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – 1905. Porto Alegre, 1906, p. 30.

<sup>430</sup> Ibid., p. 23.

<sup>431</sup> BOSCHI, Caio César apud WITTER, Nikelen Acosta. Op. cit., 2009, p. 120.

<sup>432</sup> Ainda, como afirma Witter, o auxílio à Santa Casa se revestia de um caráter político amplo e de suma importância para o prestígio e a popularidade dos homens e das famílias de poder na província. Segundo a autora, era exceção o estancieiro, charqueador, comerciante ou político de renome no Rio Grande do Sul no séc. XIX que não fosse irmão ou provesse regularmente de donativos o hospital. Ibid., p. 121.

<sup>433</sup> SOUZA, Modesto de. *Memórias de um sonhador*. Op. cit., p. 51.

Segundo Boltanski, entre os pacientes a competência técnica, com frequência, não é a qualidade mais valorizada por eles em um médico. Através de uma pesquisa com base em dados cruzados de vários hospitais da França nos anos 1930 e 1940, incluindo relatos de pacientes e acompanhamento de boletins médicos para a melhora do estado clínico, o autor conclui que, apesar da “racionalidade” e dos avanços da “medicina científica”, não teria diminuído a “irracionalidade” da demanda médica, como atestam os resultados obtidos apenas com “efeito placebo” ou as avaliações de adesão ao tratamento.<sup>434</sup> Assim, critérios subjetivos seriam utilizados pelos pacientes nas avaliações que estes faziam de seus médicos, interferindo nisto os mais variados mecanismos.

Alguns desses elementos não-objetivos que podem ser colocados em pauta, no caso dos esculápios rio-grandenses, incluem a sua afirmação com portadores de qualidades como “caridade”, “abnegação” e “altruísmo”. E pela fala do Dr. Guedes reforça-se a importância dos médicos atuarem em ambientes assistencialistas como a Santa Casa, para assim solidificarem tal imagem benemerente, fosse na Irmandade, dirigindo o hospital, ou no trato direto com os pacientes.

Há outros exemplos que reforçam a tese a qual se o médico não conseguisse estabelecer-se como uma figura “caridosa” entre os pacientes, poderia ter dificuldades em sua carreira. Assim, o dr. Arthur Simeão da Motta, formado na primeira turma de 1904, reclamava através de ofício encaminhado à Faculdade que teve a sua clientela diminuída devido a certos “boatos caluniosos” que teriam sido espalhados após uma cirurgia realizada no hospital da Santa Casa, nos quais afirma-se que ele teria sido “pouco atencioso em confortar determinado paciente, não lhe incentivando a ter forças para vencer aquele sofrimento, ou mesmo aplacando-o através de conselhos, como um bom cristão”.<sup>435</sup> Assim, foi caracterizado como “frio e bruto, distante dos verdadeiros médicos”.<sup>436</sup> Não existem mais detalhes sobre a questão, e a Faculdade, julgando “não ser o órgão apto para resolver o assunto”, aponta-o como encerrado.<sup>437</sup> Em outro exemplo, em um aparte no *Jornal do Comércio*, o dr. Afonso de Figueiredo, “capacitado pela inabalável Faculdade de Medicina de Porto Alegre”, exigia retratações de uma família cujo parente enfermo teria sido tratado “com dignidade, presteza

---

<sup>434</sup> BOLTANSKI, Luc. *O corpo fala*. São Paulo: Graal, 1991. p. 45.

<sup>435</sup> *Relatório da FMPA referente ao ano de 1924*. Op. cit., p. 43.

<sup>436</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>437</sup> Ata n. 156 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 05/06/1924.

*carinho e compaixão* durante meses” e assim não aceitava as “afrontas” que estavam sendo promovidas “injustamente, nos bons círculos de patrícios da capital”, a respeito da suas qualidades.<sup>438</sup> Nesse caso, a referência à FMPA serve como um prévio atestado de competência do esculápio, assim como suas ações terapêuticas realizadas.

Nota-se que nos dois casos não se coloca em pauta o sucesso prático dos tratamentos terapêuticos dos médicos, mas sim outras premissas incluídas nessa relação médico- paciente, e que teriam sido negligenciadas, segundo a fala das famílias. Elas, através de seus supostos boatos, não reclamaram da eficácia das técnicas dos doutores, mas a sua suposta falta de *humanismo*. E os esculápios promovem sua defesa discorrendo nos mesmos termos, afirmando que foram “solidários”, “altruístas” e estiveram ao lado do paciente para aplacar seus sofrimentos. Ou seja, é importante para eles reforçarem que possuíam essas qualidades humanitárias. Nota-se, portanto, mais uma vez, que predicados extraprofissionais têm o poder de influenciar decisivamente no conceito que o médico estabelecia perante a comunidade e, conseqüentemente, sua capacidade de obter maior ou menor sucesso na carreira.

Dessa forma, é visível que mesmo para os não-religiosos, era importante ligarem-se de algum modo a essas manifestações caritativo-cristãs, demonstrar essa “face altruísta”, o que poderia ser feito em ambientes como a Santa Casa ou o Hospital da Beneficência Portuguesa. Nem que constituísse em uma estratégia profissional por si só, pois, como visto, tais ações seriam valiosas para eles serem bem aceitos pela comunidade, por outros médicos e assim alcançarem notoriedade.

Um trecho do dr. Totta é esclarecedor a respeito da importância da “moralidade” na formação dos esculápios:

A ética em medicina não é propriamente decorrência do exercício da profissão, mas sim a resultante necessária da formação moral dos que a praticam. Aí está porque não basta o conhecimento científico ou técnico para que se suponha alguém apto a exercer a nobre ciência de Hipócrates. Ser doutor é menos, sem dúvida, do que ser médico na verdadeira acepção da palavra. Se significa o primeiro título e vitória intelectual no terreno científico, deveria o segundo expressar o equilíbrio da ciência adquirida, com a moral herdada, ou formada nos bancos colegiais.<sup>439</sup>

---

<sup>438</sup> FIGUEIREDO, Afonso de. Contra a injúria. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 15/04/1915, p. 2.

<sup>439</sup> TOTTA, Mario. Os valores do Médico In: TOTTA, Mario. *Obras*. Porto Alegre: Selbach, 1952. p. 67. O trecho é retirado de um discurso proferido pelo médico como paraninfo da turma de formandos em 1924.

No caso da citação acima, a diferenciação se dava através dos termos “doutor”, que remeteria apenas ao diploma, e “médico na verdadeira acepção da palavra”, ou seja, aquele que conseguiria aliar “ciência” e “moral”. Como se percebe, era esse segundo aspecto, mais do que o primeiro, que serviria como uma “marca de fundamental” de valorização do indivíduo na atividade médica.

Mas se havia a imagem do médico como “sacerdote da profissão”, buscando “aliviar os que sofrem”, eles estabeleceram o seu oposto, que insistiria em “macular” as chamadas “nobres artes de curar”. Aquele que os médicos almejavam “destruir”. Inclusive em tal “batalha” contra esse “outro”, o médico poderia mais uma vez obter reconhecimento como um notável da “profissão”. Tratava-se da luta dos doutores contra o charlatão, que consideravam o seu principal “inimigo.”

### **3.3 O charlatanismo**

Como já colocado, na constituição rio-grandense de 1891, o Estado negava-se a interferir nas “liberdades individuais”. Dessa forma, especificamente no âmbito da saúde, atuavam os mais diversos indivíduos, cada qual com seu método e tratamentos de cura. Tais medidas, durante as três décadas seguintes, não foram alteradas pelo governo local, majoritariamente sob controle dos partidários do PRR. Contudo, vale ressaltar que o governo estadual não proibia nem era contrário aos diplomas acadêmicos, só não admitia o privilégio deles no exercício das profissões.

No caso da medicina, em um regime de liberdade profissional, como se distinguiria aquele realmente capacitado para curar, ao contrário de outro, que pela sua falta de conhecimento ou perícia, poderia causar danos aos pacientes? Segundo os governistas, a população daria a melhor resposta a tais questões em termos do único critério válido: a eficácia terapêutica das várias “medicinas” concorrentes. Pesaria ainda, de qualquer forma, o “gosto” dos pacientes ao escolher os serviços médicos, que através de sua “liberdade individual”, selecionariam aquele versado “nas artes de curar” que mais lhe aproovesse, fosse ele um bacharel em medicina ou não.<sup>440</sup>

Segundo os positivistas, a medicina não era uma arte perfeitamente “racionalizada:” havia uma anarquia mental entre os médicos, cada um com suas teorias

---

<sup>440</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 39.

e práticas. Seguindo esse raciocínio, um alopata, por exemplo, não hesitaria em acusar de conhecimento falso tudo o que se afastasse de sua formação, como a prática homeopática. Por isso, o governo do PRR acreditava que todos deveriam estar oficialmente autorizados a curar.<sup>441</sup>

Como já afirmado, esta foi uma prática legalmente ratificada apenas no Rio Grande do Sul. No resto do Brasil, a questão da regulamentação da profissão de médico remetia ainda ao período imperial, através do Regulamento da Junta Central de Higiene de 1881, que garantia o privilégio deles frente aos “curandeiros”. Contudo, é consenso entre os pesquisadores que em todo o país a atuação dos não-diplomados fazia-se presente, sobretudo nas localidades mais afastadas dos centros urbanos, uma vez que tais regiões contavam com número menor ainda de diplomados em medicina. Sampaio aponta que no Rio de Janeiro, no decorrer de todo o Império, um grupo de médicos lutou para conseguir maior prestígio junto às autoridades, tentando estruturar e fortalecer o exercício dos diplomados, visando torná-los como os únicos legítimos no exercício da “arte de curar”. Eram médicos majoritariamente formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, professores da instituição e sócios da sociedade de medicina local. Um dos assuntos discutidos por eles era a necessidade de reformas e melhorias no interior da própria área e também a crítica às práticas de cura diferentes das suas – algumas muito antigas, bastante arraigadas no cotidiano de diferentes grupos sociais e que representavam uma séria concorrência aos esculápios, bem mais recentes no país.<sup>442</sup> Portanto, é razoável imaginar que, em todo o Brasil, pela falta de ação dos órgãos fiscalizadores do exercício legal da medicina, carência de institutos de ensino superior para a formação de médicos, além da própria confiança da população nos “curandeiros”, a presença dos mais diversos praticantes de cura fosse algo extremamente comum, como já comentado anteriormente.<sup>443</sup>

Contudo, tal panorama desagradava os médicos, inclusive aqueles ligados à FMPA. De maneira semelhante ao Rio de Janeiro, eram os formados na escola médica

---

<sup>441</sup> Todavia, não se pode se afirmar que todos os partidários do governo concordavam com esse preceito da liberdade de atuação profissional. Sabe-se que Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado, por exemplo, não foi atraído por tais princípios comteanos, julgando serem “nocivos” seus efeitos para a sociedade, sendo então sensível aos apelos dos médicos gaúchos, além dos diversos grupos que almejavam a regulamentação de sua atividade, para o fim de tais mecanismos legais WEBER, Beatriz Teixeira. *Ibid.*, p. 44-46.

<sup>442</sup> SAMPAIO, Gabriela. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>443</sup> Além dos trabalhos de Beatriz Weber e Gabriela Sampaio, já citados, insere-se o de EDLER, Flavio. *Op. cit.*

rio-grandense, muitos deles ligados a ela como seus professores, que estabeleceram como “inimigos” esses outros agentes de cura, a quem denominavam de charlatães.

No Rio Grande do Sul, os médicos, em concordância com o processo de luta contra o que consideravam charlatanismo já promovido nacionalmente desde o séc. XIX, arquitetaram estratégias para combatê-lo. Assim, alguns professores da FMPA, através da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, tentaram organizar algumas iniciativas para discutir o tema da liberdade profissional e promover “uma frente de combate” aos charlatães.

Alguns eventos são importantes para se visualizar as iniciativas mais marcantes da discussão do tema. Em 1916, a Sociedade teria tentado organizar o primeiro congresso médico do estado. Segundo Lizete Kummer, entre os temas a serem discutidos estava “a liberdade profissional”, solicitando-se ao dr. Francisco Simões Lopes a elaboração de um trabalho a respeito do assunto. No entanto, o governo do estado, pressionando para que tal matéria não fosse debatida, teria proibido a participação de médicos que ocupassem cargos públicos na atividade, inviabilizando a sua realização.<sup>444</sup>

Posteriormente, a Sociedade conseguiu organizar um novo evento para reunir os médicos rio-grandenses. Por proposta de colegas do centro do país, o projeto tornou-se nacional. Assim, Porto Alegre sediou, em 1926, o XI Congresso Médico Brasileiro. A inauguração, realizada no Teatro São Pedro, teve a presença do governador Borges de Medeiros e a saudação de abertura proferida por Protasio Alves, sinalizando o apoio oficial conferido a atividade.

Na sessão de “Medicina Social”, foi inscrita uma apresentação do dr. Simões Lopes a respeito da “liberdade profissional”, o mesmo trabalho elaborado por ele em 1916. No texto em questão, o autor argumentou que, examinando diversas legislações, o princípio da “liberdade profissional” sem a exigência de diplomas contrariava a constituição federal de 1891 e não era adotado em nenhum outro estado ou país. Segundo o médico, as outras unidades federais brasileiras, com exceção do Rio Grande do Sul, mantiveram a “harmonia constitucional com o disposto na Carta Federal”. Por fim, insistia na exigência de habilitação para o exercício da medicina, criticando a posição do governo estadual em manter a “liberdade profissional”, que combinada com

---

<sup>444</sup> KUMMER, Lizete Oliveira. Op. cit., p. 75.

a “ignorância popular”, era “explorada por elementos sem princípios éticos, resultando na falta de prestígio dos médicos diplomados entre a população”.<sup>445</sup>

Como informa a *Arquivos*, a sessão em que a comunicação se realizou foi “agitada” e acabou de forma polêmica, resultando em uma cisão entre os médicos presentes na ocasião. Conforme diferentes versões, o conflito foi tal que houve a presença de “capangas armados do governo” para impedir a discussão do tema. Ainda segundo o periódico, depois da leitura da tese houve uma forte discussão em torno da moção apresentada pelo dr. Simões Lopes, na qual em nome do congresso solicitava “ao governo do Rio Grande do Sul a sua interferência no sentido de ser adotada, nesse estado, a exigência da prova de habilitação para o exercício da medicina”. O texto acabou por ser modificado e votado, ficando a questão da regulamentação da medicina para ser discutida posteriormente pelas associações médicas do país, evitando-se uma decisão imediata.<sup>446</sup>

Tal determinação gerou descontentamento entre os que apoiavam a tese de Simões Lopes: 42 médicos apresentaram um abaixo-assinado e retiraram-se do evento. Entre eles, estavam alguns professores da FMPA. Depois do congresso, o presidente da sessão, dr. Fernando Magalhães, do Rio de Janeiro, relatou que fora informado ao chegar à cidade de um “compromisso” por parte dos organizadores em não discutir o tema da “liberdade profissional” em troca da verba concedida pelo governo. Além disso, um grupo de médicos, entre eles Protasio Alves e Carlos Penafiel, teria lhe procurado antes da sessão para pedir que a tese polêmica fosse desconsiderada. Vale lembrar que Alves e Penafiel faziam parte do grupo de professores da Faculdade que se retirou em 1907, em virtude do caso “Eduardo Barcellos”, exatamente por serem vinculados fortemente ao PRR.<sup>447</sup> Ou seja, percebe-se que anos após a sua saída da FMPA eles continuavam mantendo fidelidade partidária à agremiação, apoiando-a em suas teses relacionadas ao exercício das profissões.

Esse episódio, apesar das diferentes versões, demonstra o clima de tensão a respeito do tema, principalmente entre membros do governo e os médicos ligados a Sociedade de Medicina. Em reação ao ocorrido no congresso, a entidade médica dedicou, em 1927, um número de sua revista especialmente para tratar da “liberdade

---

<sup>445</sup> LOPES, Francisco Simões. Liberdade profissional no Rio Grande do Sul. *Annaes do XI Congresso Médico Brasileiro*. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1926, v. 3, p. 207-245.

<sup>446</sup> Todo o relato sobre a polêmica em torno da tese de Simões Lopes está nessa edição: *Arquivos Rio-grandenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 4, abr/1927, p. 6-27.

<sup>447</sup> *Ibid.*, p. 22.

profissional”. Além da tese polêmica e do relato a respeito do Congresso Médico, foram publicados artigos de Raul Pilla e Argemiro Galvão, que estavam entre aqueles que se retiraram em protesto. Nos escritos, publicados na *Arquivos*, os autores vinculam o sucesso da medicina à regulamentação do exercício da profissão, afirmando ser inaceitável o princípio da “liberdade profissional”.<sup>448</sup>

Todavia, devido a essa conjuntura política regional desfavorável para obter tal demanda, onde se reafirma principalmente a inamovível posição do PRR sobre o exercício profissional, essas ações tiveram pouco resultado prático até 1931, quando se fundou o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SMRGS). Mesmo não atacando de forma “virulenta” o papel do governo gaúcho na questão, alguns lentes da FMPA, a partir das ações dessa nova instituição, passaram a pressioná-lo com mais força para a modificação dos dispositivos legais que aqui permitiam a liberdade para atuar na área médica. Assim, a frente de combate aos charlatães teria se acirrado.

Felipe Vieira, que pesquisou o funcionamento do Sindicato entre 1931-1938, aponta a visível relação entre ele e os lentes da Faculdade. Através dos dados obtidos, percebeu que boa parte dos professores da última faixa, que adentraram no início da década de 1930 na escola médica, participaram do Sindicato, relação que se manteve constante nos anos seguintes.<sup>449</sup> Segundo o autor, no dia 20 de Maio de 1931, mais de uma centena de médicos atuantes no estado atenderam ao convite publicado “nos principais jornais da capital”, reunindo-se no “salão nobre” da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, a fim de fundarem “uma associação para defender os interesses morais e materiais da classe, com o nome de Sindicato Médico do Rio Grande do Sul”. A convocação havia partido de uma “comissão organizadora”, presidida por Moysés Menezes e composta ainda por Gabino Prates da Fonseca, Waldemar da Silva Job e Nino Marsiaj, sendo que todos esses, com exceção de Gabino, eram professores da FMPA.<sup>450</sup>

Onze dias depois de ser formada, a comissão presidida por Moysés Menezes enviou um telegrama ao dr. Belisário Penna – diretor geral de Saúde Pública do Governo Provisório de Getúlio Dornelles Vargas – pedindo providências em relação à

---

<sup>448</sup> *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 5, p. 6-10, fev. 1928.

<sup>449</sup> VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 65-82.

<sup>450</sup> *Ibid.*, p. 32.

regulamentação da medicina no país, medida essa que extinguiria, nas palavras da comissão, “a vergonhosa liberdade profissional existente no Rio Grande”.<sup>451</sup>

O decreto do Governo Provisório de número 20.931, de 11 de janeiro de 1932, regulamentou “o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeiro.” O texto definia as exigências para o exercício profissional, as formas de fiscalização e a punição para os infratores. A segunda parte regulava especificamente as atividades médicas, estabelecendo deveres e proibições aos seus praticantes.<sup>452</sup>

Contudo, somente no final da década de 1930, quando a repartição estadual responsável pela saúde pública foi reorganizada e a fiscalização do exercício profissional e a aplicação do decreto federal passam a ser mais rigorosas, projeta-se, segundo Vieira, a afirmação da “vitória” desses médicos que pleiteavam a regulamentação profissional, entre os quais estavam os dirigentes sindicais rio-grandenses.<sup>453</sup>

Mas afinal, quem eram os charlatães para esses médicos? Tal conceito englobava uma ampla categorização, incluindo aqueles que não possuíam o diploma de medicina, como práticos, benzedeiros, espíritas, parteiras (as que não possuíam formação específica), entre outros agentes de cura.<sup>454</sup> Segundo Vieira, que tomou como fonte principal os boletins do sindicato (periódico oficial da agremiação), em primeiro lugar, considerava-se a origem desses indivíduos como sendo desqualificada, pois eram “das camadas mais reles”, nas palavras de Mario Totta. Em outras oportunidades também foram referidos como uma “classe ínfima”, um “bando” ou “malta.”<sup>455</sup>

Ainda segundo os membros sindicais, por não possuírem o preparo institucional adequado, os charlatães seriam imperitos e capazes de erros grosseiros no cuidado dos seus pacientes. Os curadores espíritas, por exemplo, eram tidos como “praticantes de bruxarias e pagelanças ineficazes”, simplesmente para “lubridiar” o enfermo. No caso de curandeiros que receitavam chás e preparados à base de plantas e ervas, comentava-

---

<sup>451</sup> VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 56.

<sup>452</sup> BRASIL. Decreto n. 20931 de 11 de janeiro de 1932. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109767/decreto-20910-32>, acesso em 23/03/2010.

<sup>453</sup> VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 90.

<sup>454</sup> Sobre as parteiras, também conhecidas como *aparadeiras*, as que sofriam críticas eram aquelas que não possuíam conhecimentos formais para executarem partos. Já as que participavam de cursos promovidos pelos médicos na incipiente área da obstetrícia do período eram reconhecidas por seu trabalho segundo depoimento de certos doutores. Ver: MARIANTE, Serapião. Op. cit., p. 78.

<sup>455</sup> TOTTA, Mario. apud VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 131.

se que tais infusões continham substâncias que efetivamente eram utilizadas na fabricação de determinadas drogas, mas sem o mínimo critério da quantidade e do modo de preparo desses materiais por parte desses indivíduos, sua utilização se trataria de um “ato ignorante, inútil e criminoso”. Sobre as parteiras, aquelas sem formação especializada realizariam com frequência “abortos clandestinos, não raro criando grandes complicações para a saúde da mulher, quando ela ou a criança não sofriam danos devido a partos feito com imperícia”.<sup>456</sup>

Contudo, esse ataque dos médicos contra os considerados charlatães também direcionavam-se àqueles que possuíam títulos de medicina: havia classificações negativas dedicadas a alguns diplomados estrangeiros radicados no Rio Grande do Sul, sobre os quais afirmava-se serem provenientes “de qualquer lugar do planeta” e que eram “atraídos” para o estado. Eram muitas vezes denominados de “aventureiros”, alguém que só buscaria “fama e fortuna”, “sem raízes” ou “pátria”, e nesse contexto, sem o compromisso social ao se atuar como médico, baseado na abnegação e o altruísmo para salvar vidas, segundo o discurso dos “bons esculápios” visto anteriormente. Também se valeriam da sua condição de imigrante para se estabelecerem principalmente no “meio colonial”, conseguindo assim executar suas práticas “ilícitas” pela confiança estabelecida com a população, e pelo fato dela ser composta, majoritariamente, de “ignorantes e ingênuos”. Por fim, possuiriam “títulos de universidades e escolas européias desconhecidas ou de pouca credibilidade”.<sup>457</sup>

Igualmente, havia a questão da divisão entre as “correntes” médicas pelas quais se pautavam os médicos, divididas, grosso modo, entre alopatas e homeopatas. No caso desses últimos, sendo estrangeiro ou brasileiro, formado em instituição européia ou nacional, certamente o detentor de um título de escola homeopática seria desprezado de qualquer forma, e classificado como charlatão, como foi o caso dos egressos da Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, tão combatida pelos professores e estudantes da FMPA, defensores da tradição alopática.<sup>458</sup> Assim, percebe-se que mesmo entre os próprios diplomados, alguns deles eram considerados como possuidores de um comportamento “condenável” por outros doutores, e assim deveriam retirar-se da atividade, sendo chamados de “charlatães diplomados”.<sup>459</sup>

---

<sup>456</sup> *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 2, jan/mar 1932, p. 5-7.

<sup>457</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>458</sup> *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 3, abr/jun 1932, p. 11.

<sup>459</sup> *Boletim do Sindicato (...)*, n. 7, abr/jun 1933, p. 14.

Mesmo que certos médicos (raros) aventassem a possibilidade de alguns desses curadores charlatães terem boa intenção em assistir os enfermos, chegando mesmo a obter certos sucessos a partir de tratamentos “naturais” que remetiam às antigas práticas populares, a esmagadora maioria afirmava que eles cometiam erros grosseiros, e além de sua preparação “falha”, não havia nada de “ingenuidade” ou “boa vontade” em seus atos. Como já colocado, segundo os médicos do Sindicato, eles realizariam suas atividades exclusivamente pela busca de ganhos monetários que delas adviriam e assim enriqueceriam ilicitamente através de um povo inculto que os procuraria. Seus atos, portanto, seriam moralmente inaceitáveis.<sup>460</sup> Sem dúvida, esses termos denotam desprezo dos médicos sindicalizados pela condição desse grupo que teria sido beneficiado pela “liberdade profissional” vigente no estado.

Não pretendo aqui esmiuçar todo o leque de ações legais do Sindicato ao longo da sua trajetória na busca na regulamentação da profissão médica (o que excederia os limites do presente trabalho) e também por julgar que tal objetivo não é o mais importante para o contexto aqui traçado. O fundamental, creio, é entender o que norteava as suas práticas. Certamente, os médicos aspiravam por uma “regulação estatal” da medicina, como demonstravam as estratégias empregadas e a linguagem adotada. O Estado, pela sua autoridade, era fundamental para a regulamentação profissional. Além de pressionar pelo fim da “liberdade profissional”, o Sindicato poderia reivindicar como função fiscalizar o exercício da medicina, disciplinar os associados e assim atestar quais eram os profissionais “habilitados”, auxiliando o Estado em suas tarefas. A entidade deveria ser a instância superior do grupo médico, tanto para resolver conflitos como para normatizar a atividade.

Segundo Pécaut, frente a essa realidade do “espetáculo de um povo ignorante”, os intelectuais, assim como os políticos, apresentavam-se como portadores de um “conhecimento privilegiado” que os permitia reivindicar o status de “elite dirigente” e a missão de “organizar” a nação. Assim, aderem a uma visão hierárquica da ordem social, segundo a qual não haveria outro caminho para o progresso senão “agir de cima” e “dar forma à sociedade”.<sup>461</sup>

Os médicos do SMRGS, do mesmo modo, tomavam para si a tarefa da “melhoria da sociedade” como um dever “profissional” e cívico. Guerra Blessmann, ao

---

<sup>460</sup> VIEIRA, Felipe Almeida. Op. cit., p. 166.

<sup>461</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 56.

tomar posse como presidente do Sindicato em 1933, conclamava seus colegas para lutar “pelo bem da classe, no interesse da sociedade e pelo progresso da Pátria.”<sup>462</sup> Segundo esse dirigente, e possivelmente aqueles que o elegeram concordavam com ele, caberia ao médico “representar importante e insubstituível papel na organização da sociedade moderna”. Assim, expressando um ideário semelhante ao de outros “intelectuais” de seu tempo, imputava o atraso social à “ignorância” do povo e à omissão do Estado. Também reivindicava um status de “classe dirigente”, acreditando que por sua formação ocupava uma posição privilegiada para analisar e intervir sobre a “realidade”.<sup>463</sup>

Dessa forma, pode-se pensar que a participação desses médicos em tais associações sindicais de classe também poderia proporcionar aos doutores essa visibilidade social almejada, por supostamente estarem promovendo um “dever cívico.” Nesse sentido, sua atividade estaria acima de interesses humanos pessoais e/ou “mesquinhos”, inclusive associada a um ideal de moralidade, baseada na proteção da sociedade contra os atos tidos como nocivos dos charlatães.

Como visto, o Sindicato Médico foi criado sob o motivo de defender os “interesses da classe médica”, principalmente o de promover a regulamentação da medicina, extinguindo a “liberdade profissional”, e fez disso sua “missão”, investindo suas forças nessa direção. Igualmente, a atuação da instituição, sua luta pela regulamentação da medicina, seu combate às práticas consideradas ilegais dos charlatães, serviam como exemplos que os médicos deveriam seguir. Desse modo, estabelecia-se uma oposição entre os esculápios de “alto valor”, os que apoiavam o Sindicato, e os “outros”, que eram totalmente desqualificados pelos primeiros. É necessário observar esses preceitos formulados pelos dirigentes sindicais eram partilhados, em maior ou menor grau, por um número considerável de médicos que atuavam no estado. Mais do que a extensão, importa saber que esse grupo ocupava posições de influência e cargos de maior destaque em relação a outros profissionais na área. O que se aplica, principalmente, aos professores da Faculdade que tinham a atribuição de formar as novas gerações, nos moldes aqui apresentados.

Portanto, os atributos descritos e a caracterização que se elaborava a respeito do charlatanismo serviam de princípios para a identificação dos quais seriam os “inimigos” dos médicos, referentes a certos curadores e diplomados que não eram considerados dignos de participar da área médica. Com isso, reforçavam-se os laços de pertencimento

---

<sup>462</sup> *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 5/6. Op. cit., p. 33.

<sup>463</sup> *Boletim do Sindicato (...)*, n. 7, abr/jun 1934, p. 8.

dos doutores que defendiam a proposta de regulamentação da “profissão” (embora, como visto, para esses mesmos doutores a medicina constituía-se em mais do que uma atividade “profissional”, como visto ao longo do capítulo) ao mesmo tempo em que se demarcava uma fronteira em relação ao considerado charlatão.

\*\*\*

Ao longo desse capítulo procurei compreender como os médicos poderiam obter sucesso em sua área de atuação. Pelo que foi apresentado, percebe-se que ao longo desse caminho rumo à notoriedade, existiam certos elementos, cristalizados em visões de mundo e práticas a respeito da forma como se constituiria a medicina e a figura do médico com os quais os doutores se identificavam e que pautaria o percurso rumo à consagração na área. Assim, acabava-se por estabelecer uma “identidade” que eles próprios reforçavam e difundiam. A “imagem” que as pessoas possuíam a respeito de si próprias, que acreditavam e almejavam que fosse percebida pelos outros, como afirma Pollak.<sup>464</sup>

Os indivíduos que formatavam tal identidade eram, em grande parte, os professores da FMPA, que “ensinariam” esses preceitos para as futuras gerações. E à medida que alguns desses jovens sucedessem os lentes na escola médica, havia a intenção que esse ideário fosse continuamente transmitido.

Os espaços institucionais que esses médicos ocupavam, incluindo, além da Faculdade, sociedades culturais (Clube Haydn, Academia Rio-Grandense de Letras, Centro Literário Porto Alegre, Centro Literário José de Alencar), instituições hospitalares (Santa Casa e Beneficência Portuguesa) e associações de classe (SMRGS e Sociedade de Medicina de Porto Alegre), constituíam-se em canais qualificados que possibilitavam a esses médicos disseminarem suas idéias, socializando-se com outros doutores e membros da comunidade e assim reforçando e difundindo os valores e práticas dessa “identidade”.

Através do trânsito no que julgavam ser uma área “científica”, com produção de estudos e obtenção de títulos escolares (embora, no caso, tenha-se compreendido que tais ações operavam muito mais no sentido de constituir “requisito cultural” do que instrumentalizar tecnicamente o indivíduo), participação em atividades culturais

---

<sup>464</sup> POLLAK, Michael. Op. cit., p. 5.

propriamente ditas (saraus literários, exposições de arte, produção de livros), ações assistencialistas na área da saúde ou benemerentes em geral (campanhas de doações de alimentos e mantimentos, atendimento gratuito aos desvalidos, mutirões de saúde), reivindicação pela regulamentação da atividade médica (que incluísse controle e ações de fiscalização sobre quem atuaria na área), construía-se o valor desses indivíduos como notáveis na medicina, ao mesmo tempo que servia de exemplo para outros médicos, mais jovens, como um modelo a ser seguido. Nesse sentido, a Faculdade, inclusive, era palco de algumas dessas ações nas mais diversas áreas, reforçando a importância do esculápio integrar-se em uma multiplicidade de atividades que não eram, necessariamente, ligadas ao âmbito médico-acadêmico.

A formulação dessa identidade não era mera “retórica”. Pelo contrário, era mantida e legitimada pelas relações sociais no contexto em estudo, no modo como esses indivíduos se relacionavam entre si e com a comunidade. Vale frisar que tais estratégias na trajetória desses médicos era extremamente variável. Se em alguns casos, o percurso e ascensão na área estão baseados em apenas um ou dois “modos” de atuação social, em outros elas estão assentadas na combinação de uma variedade deles. De qualquer forma, eles serviam como princípios gerais de orientação e era importante para o indivíduo “seguir” alguns deles para poder se destacar no meio médico.

Mas no que era pautada essa identidade? Ela reunia elementos que significavam para os doutores, no contexto, uma ligação da medicina com a “ciência”, a “moralidade” e a “alta cultura”. Assim, em primeiro lugar, os esculápios acreditavam que a sua atividade comportaria um “ideal científico”, traduzindo-se assim em um conhecimento exato, só contestado por pesquisas e avanços da área que eles produziriam através de novos estudos. Tal ligação com a ciência poderia ser importante para destacar a medicina em relação a outras atividades, principalmente aquelas da área da saúde.

Contudo, como já mencionado, entendo esses mesmos trabalhos, bem como os títulos escolares obtidos pelos doutores, mais como uma “distinção em si”, ou seja, uma marca de “requisito” cultural e social para ser ostentada pelo indivíduo do que a sua materialização como um efetivo acréscimo na capacidade técnica dos médicos. De outra forma, os próprios esculápios afirmavam e reforçavam, através de seus discursos, que a medicina seria *mais* do que uma “atividade científica”. Assim, os doutores escreviam sobre ela em seus mais diversos aspectos (incluindo aqueles menos técnicos, ligados a sua dimensão histórica e auto-celebrativa), além de adentrarem na área cultural, participando de atividades como saraus, concertos e exposições de arte. Tais ações,

creio, reforçavam sua imagem como intelectuais, homens dotados de uma vasta cultura, materializando-se no reconhecimento positivo desses médicos perante a comunidade, principalmente em relação a uma clientela teoricamente mais sofisticada, assim como possibilitando o redirecionamento de suas carreiras em outras atividades nesse mesmo âmbito cultural.

A medicina igualmente era ligada a “moralidade”, constituindo-se assim em uma “missão social”, e, nesse sentido, considerada pelos esculápios o mais importante ato que o homem poderia realizar a serviço da sociedade: “salvar vidas”. Assim, ela possuiria uma dimensão transcendente, ligada a forças divinas, acima das “profissões” mais “mundanas”. Nessa dimensão moral estava presente a idéia que o médico deveria, no caso dos seus pacientes, além de aplicar terapias visando restituir a sua saúde, estabelecer laços afetivos com eles, exercendo assim a “solidariedade”, a “caridade”, confortando o enfermo em seu padecimento, de forma semelhante aos religiosos, bem como assistindo os pobres e desvalidos através das práticas de benemerência em geral aqui descritas.

Nas associações de classe, suas ações se pautariam principalmente por defender mudanças na legislação pela regulamentação e o controle do exercício da medicina. Assim, novamente tais médicos seriam vistos como indivíduos de “moral elevada”, com ideais “cívicos”, pois defenderiam a sociedade dos charlatães e suas práticas vistas como “nefastas”. Esses seriam indivíduos sem o preparo adequado para atuar nas atividades curativas e “ceifariam” vidas, fosse por ignorância, ou, como era afirmado de maneira geral, por má-fé. De qualquer modo, seriam inescrupulosos, pois teriam como intuito principal lucrar através de seus tratamentos realizados junto a uma população que acreditaria, ingenuamente, em seus serviços. Assim, os doutores rio-grandenses poderiam alcançar destaque na área por sua disposição em reivindicar um rígido controle do exercício profissional, que de modo geral, deveria excluir os não-diplomados do espaço de cura, bem como aqueles estrangeiros ou com títulos de instituições do exterior que acabavam por não se encaixar nas características, portanto, que o “verdadeiro médico” deveria portar. Contudo, mais importante do que avaliar se as ações desses praticantes de cura efetivamente traziam malefícios aos seus pacientes, é compreender que os médicos acabam transformando essas lutas específicas relacionadas à regulamentação e o controle da “profissão” como uma suposta demanda pública, um “clamor” da sociedade, para possuírem maior legitimidade em suas reivindicações. Por outro lado, provavelmente estavam entre seus objetivos, quando defendiam a

regulamentação da “profissão médica”, criar uma espécie de “reserva de mercado” para os diplomados, incrementado as possibilidades de atuação desses esculápios e afastando parte da concorrência dos charlatães, os quais, vale ressaltar, possuíam grande aceitação entre a população.<sup>465</sup>

Através de todos esses elementos, reforçava-se que a medicina não era uma atividade “qualquer”. Para tornar-se um “grande esculápio”, obter notoriedade como tal, o indivíduo deveria reunir a “técnica”, mas também a “erudição”, o “humanismo”, a “moralidade”, valores que seriam adquiridos ou reforçados através das diversas possibilidades aqui mostradas. Assim, a junção desses elementos encontrava uma conexão coerente para os médicos, no arsenal de “representações” que promoviam acerca da área médica.

Em contrapartida, ao não se associar a esse ideal “científico”, “moral” e “cultural”, a medicina seria apenas uma profissão “mercantil”, um meio de subsistência como qualquer outro. Então, o “doutor” não representaria mais a figura do *médico*, caracterizada nos termos aqui apresentados. Estaria inclusive aproximando-se e sendo confundido com seu oposto, o *charlatão*, que era apenas um “aventureiro”, considerado das “camadas mais reles”, nas palavras citadas de Mario Totta.

De maneira semelhante aos *exempla* antigos e medievais<sup>466</sup>, histórias que serviam como um modelo para as concepções e atitudes supostamente corretas pelas quais os indivíduos deveriam pautar sua conduta no meio social, cumprindo assim uma função educativa, os ideais e comportamentos defendidos pelos médicos acabavam por se constituir em uma ação pedagógica importante. No caso, uma forma de ensinar preceitos sobre a medicina, mesmo que não se tratasse exclusivamente dos conteúdos formais de sala de aula. Assim, a conjugação dessa identidade médica significava uma série de valores e práticas que esses doutores possuíam e cultivavam, e que deveriam ser disseminados, instruindo as próximas gerações sobre o que era necessário para se tornar um “nobre” na medicina. Isso garantiria o seu sucesso “profissional”. A possibilidade de obter maior visibilidade social, ganhos econômicos, bem como novas alternativas de ingresso em cargos relacionados à área médica ou até mesmo em esferas de atuação diversas que os médicos almejavam.

---

<sup>465</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit., p. 147.

<sup>466</sup> Essas histórias eram transmitidas oralmente, geração após geração, ou através de uma produção escrita e geralmente possuíam em seu enredo homens considerados “notáveis”, que através de sua trajetória supostamente “heróica” serviam como um modelo para os indivíduos de determinada sociedade. CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e Política na Roma Antiga*. São Paulo: Atual, 2001. p. 54-56.

A medicina, assim, era colocada como uma atividade “extraordinária”, destinada a indivíduos “especiais”, que supostamente portavam a inteligência, a cultura e os predicados morais para atuarem em benefício da sociedade. E, não menos importante, tais definições expressavam uma visão ampla da área médica, formada por elementos que iam além dos aspectos mais técnicos que caracterizariam uma “profissão.” Em sua forma de transmissão, no modo como era ensinada, a medicina era multidimensional, baseada, portanto, em diversas lógicas de operação, conectadas a múltiplas esferas de atuação social.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação se insere nos trabalhos relacionados ao processo de institucionalização da medicina no cenário brasileiro, a partir de uma perspectiva que valoriza os atores sociais envolvidos nesse processo. De forma mais específica, procurei destacar as ações dos médicos e outros indivíduos que levaram ao estabelecimento do ensino médico do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, julguei particularmente importante me apropriar do arsenal teórico de Pierre Bourdieu.<sup>467</sup> O autor tem uma visão ao tratar o mundo social que é pertinente para o trabalho aqui desenvolvido. Sem cair na questão da submissão do sujeito às estruturas, ou ao contrário, trata-se de entender a inter-relação que se estabelece entre os indivíduos e seu entorno social.

Desse modo, um dos pressupostos básicos é entender como os atores sociais em foco se “movimentavam”, como articulavam práticas e visões que acabavam por estruturar a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, instituição de ensino superior fundada em 1898, que instrumentalizaria estudantes para a “profissão médica.”

Contudo, no Rio Grande do Sul, e certamente no contexto brasileiro mais amplo daquele momento, as fronteiras que demarcariam as formas de atuação “profissional” são totalmente fluidas. No caso da medicina, percebeu-se que ela sofria a interferência de outras forças sociais que impediam a formatação de um espaço relativamente “fechado” da atividade. Assim, no período em estudo, desde finais do séc. XIX até o fim da Iª República, não é possível considerar a medicina como uma “profissão” tal qual é definida por Machado, além de autores da sociologia, em que o exercício da prática profissional no mercado de trabalho desenvolve-se com ampla autonomia.<sup>468</sup> Uma autonomia que permitiria ao “profissional” ter liberdade de atuação em sua esfera exclusiva de competência e invalidar o serviço do leigo, além de participar efetivamente no controle e admissão na “profissão.”

Com foco nos professores da FMPA, que são por excelência os responsáveis pela implantação do ensino médico no estado, eles proclamavam, em seus discursos, a concepção de um curso de medicina com o intuito de legitimar essa primazia dos diplomados nas “artes de curar”. Isso seria ratificado, segundo os lentes, através de um

---

<sup>467</sup> Tais reflexões do autor constam, por exemplo, em: BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1996, p. 156.

<sup>468</sup> MACHADO, Roberto et al. Op. cit., p. 142.; ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. Op. cit., p. 38.

currículo pautado pelos mais avançados pressupostos científicos da época, baseado em disciplinas voltadas à prática experimental e à pesquisa, utilizando principalmente as tecnologias de laboratório, bem como uma intensa atividade clínica, proporcionando um contato mais profundo com os pacientes. Essas ações balizariam a construção de uma “ciência médica” ampla, universal, que progrediria e contribuiria de maneira cada vez mais efetiva para a erradicação dos males do homem, e assim, garantiria a importância dos médicos no meio social.

Contudo, esses mesmos doutores propagavam a visão que a medicina seria mais do que uma ciência, ligada, portanto, a outras dinâmicas de ação. De fato, os próprios esculápios acabavam por se valer de outros princípios e práticas que em nada se relacionavam a valores “científicos.” Dessa forma, a medicina constituía-se como um espaço multidimensional, com fronteiras extremamente flexíveis a respeito do que era válido nessa área de atuação.

Partindo dessa premissa, no primeiro capítulo foi mostrada a forte relação da Faculdade com as esferas governamentais, em seus mais diversos níveis. No âmbito federal, através dos órgãos de ensino competentes, estabeleciam-se diretrizes administrativas e pedagógicas para regular as instituições de nível superior e, no caso, as escolas de medicina. Contudo, tal relação entre a congregação da escola rio-grandense e a União não foi nem um pouco pacífica. Desde o séc. XIX, em um processo que se estende na Iª República, estavam em pauta os princípios do que constituiria a “medicina oficial” e assim os doutores discutiam com o poder público as formas de estruturação das escolas médicas no país. Nesse sentido, a FMPA, desde a sua fundação, contestava e reelaborava algumas diretrizes desses mesmos órgãos de ensino, julgando-as equivocadas, tentando estabelecer o que entendia ser o mais correto em termos didático-administrativos para o modo do seu funcionamento. Todavia, nessas ocasiões, nas quais estava em jogo a própria regulamentação da Faculdade como um centro de ensino superior, sob pena de não obter essa idoneidade, a congregação aceitava, em última instância, as decisões governamentais, não sem considerá-las, majoritariamente, autoritárias ou privadas de senso.

Porém, a FMPA conseguiu em determinados momentos alcançar as metas relativas à sua configuração institucional. E o fundamental é perceber que ela não logrou esses objetivos organizacionais por fatores que garantissem a sua afirmação, junto aos órgãos de ensino competentes, como um centro de excelência acadêmica, mas devido a outros elementos.

Nesse contexto, é fundamental compreender o papel do Partido Republicano Riograndense, que governou o estado por praticante toda a Iª República. O PRR almejava que a FMPA, assim como outros institutos de ensino superior do Rio Grande do Sul, fossem um projeto “vitorioso”, contribuindo para formar uma elite cultural e tecnicamente instrumentalizada para atuar nos mais diversos serviços e postos necessários ao “progresso” rio-grandense. Desse modo, foi importante o contato dos lentes com os membros do PRR, quando alguns dos próprios professores não o eram, para a obtenção de certos benefícios para a escola, relação estabelecida desde a criação da Faculdade. Ao longo do tempo, ela recebeu aportes financeiros advindos do governo estadual, através de “doações”, além de parcerias que foram criadas para a escola gerir institutos públicos de saúde e laboratórios cujo financiamento era custeado por ele. Além de oferecer serviços de saúde pública, tais estruturas serviam para atender às demandas internas da FMPA.

O PRR encarava a questão do ensino superior a partir da livre expressão das doutrinas, assim as instituições da área deveriam ser geridas por particulares, sem qualquer interferência estatal. Pois, a partir do momento que o poder público regulasse o tema, os membros do partido acreditavam que inevitavelmente o Estado acabaria por favorecer determinadas filosofias pedagógicas em detrimento de outras, e tal ato eliminaria o desenvolvimento pleno dos saberes. Por isso, julgavam que a sua não-intromissão na área seria um ato progressista e responsável. Em 1911, em um período que culmina na ascensão do PRR em nível nacional, tais teses partidárias foram legalmente estabelecidas e uma reforma educacional foi realizada, com o mote do “ensino livre”. Os professores da FMPA julgaram-na benéfica, pois poderiam organizar sua escola em termos administrativos e pedagógicos do modo que melhor julgassem atender às necessidades de uma formação médica de qualidade. Nesse sentido, também foi importante o permanente contato entre membros da congregação e os correligionários do partido, que trocavam idéias e pressionavam para que tais dispositivos legais fossem ratificados.

O PRR, nesse mote do “ensino livre”, expressava que assim como as escolas de ensino superior deveriam ser estruturadas de forma privada, o financiamento de tais institutos, conseqüentemente, não se constituiria em responsabilidade do Estado. Contudo, diversos aportes econômicos advindos das instâncias governamentais foram frequentemente destinados à FMPA, fosse em virtude de serviços de saúde pública que a instituição deveria oferecer, ou simplesmente através de doações, o que “matiza”, na

prática, o discurso do Partido Republicano. A Faculdade de nenhum modo julgava problemático esses apoios materiais que recebia, pois dependia, como visto, de tais ações para o seu sustento. Assim, pode-se dizer que os lentes defendiam, no tocante ao ensino livre, apenas pontos específicos da proposta que julgavam ser diretamente benéficos à escola, como o auto-gerenciamento pedagógico das instituições de ensino.

Mais de duas décadas depois, entre 1931-1932, após novas mudanças na legislação educacional e do cenário político nas suas mais diversas esferas (regional e nacional), novamente a Faculdade intensificou contatos com a esfera estatal, dessa vez para tornar-se uma escola federal. Assim, passaria a ser subsidiada pela União e possuiria maior facilidade para se organizar institucionalmente. Novamente foram importantes os laços pessoais e políticos entre membros da congregação e figuras de destaque na política nacional daquele momento, articulados em torno do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, bem como a conexão desses lentes com o PRL, partido que serviria de sustentação política do regime então estabelecido. Desse modo, a FMPA teve canais de comunicação para externar a pretensão de modificar o seu caráter institucional, almejando adquirir as vantagens administrativas e pedagógicas que ocorreriam a partir da federalização, concluída naquele momento.

Contudo, apesar do apoio “moral e material” que a Faculdade obteve a partir do contato com essas forças políticas, sua forte presença na instituição ocasionou conflitos. Em diversos momentos ao longo da trajetória da FMPA, alguns de seus professores, correligionários políticos, almejavam que a escola não se “vergasse” aos considerados abusos dos regimes governamentais em curso, que legislariam de maneira autoritária a respeito da estruturação do ensino superior no Brasil. Alguns momentos de tensão ocorreram em virtude dos primeiros processos de oficialização da escola, em 1898 e 1900. Basicamente, a Faculdade desejava que os órgãos de ensino aceitassem sua organização didático-administrativa, incluindo o currículo do curso médico, o regimento administrativo, as formas de ingresso de alunos e docentes, entre outros pontos que formatara. Sistemáticamente tais ambições eram rechaçadas e ela foi obrigada a seguir os moldes que o órgão de ensino competente ditava, criando frustração entre os membros da congregação. Para os professores ligados ao PRR esse descontentamento certamente era ainda maior, por defenderem uma posição política no campo educacional totalmente diversa ao que se apresentava naquele momento, ainda pautada pelo ensino “oficial.” Tais tensões culminaram com os eventos entre 1906-1907, no qual um ato presidencial acabou por reverter toda uma já discutida e debatida decisão da

congregação a respeito da punição de estudantes. Fosse pelo fato de almejar retirarem-se da instituição para investirem de forma efetiva em uma carreira político-partidária, fosse por estarem desgastados com os enfrentamentos ocorridos pela busca de legitimação da Faculdade, boa parte desse grupo de lentes exonerou-se da congregação. Por outro lado, apesar de um momento de distanciamento, em virtude desses desentendimentos, novamente o governo estadual auxiliou a faculdade em termos “morais e materiais”, através de ações significativas como os aportes necessários para a construção da nova sede da escola, que foi majoritariamente financiada pelo poder público e finalizada em 1924.

Assim, entende-se a grande interferência das forças políticas e das relações pessoalizadas na FMPA, através dos membros do PRR que faziam parte da congregação ou pelos contatos que os professores estabeleciam no meio político com esse partido ou outros, em âmbito regional e nacional, agindo assim através de outras lógicas, não exclusivas das discussões técnicas sobre a configuração do ensino superior. Certamente, a Faculdade estava atrelada à legislação educacional estabelecida e discutia em termos formais a respeito de como deveria se organizar. Contudo, nessas ocasiões, majoritariamente não conseguia obter sucesso em suas reivindicações. Para lograr metas institucionais, como a legitimidade nos seus termos organizacionais e recursos para cobrir os custos da manutenção de sua estrutura, foi fundamental a relação com mundo político-partidário propriamente dito, através dos contatos entre professores e políticos envolvidos nesse processo, bem como o valor dos laços pessoais que existiam entre eles. Todavia, a presença de tais forças na entidade fomentava disputas e crises que, longe de apenas manifestarem-se por motivos acadêmicos, eram a reprodução de conflitos políticos externos à escola médica.

Assim, se mostram os primeiros elementos que traduzem a assertiva da área médica estar em um percurso de institucionalização extremamente incipiente, sofrendo as mais diversas interferências em seu movimento contínuo, traduzido no modo de como o ensino médico organizava-se no Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo, centrei-me em compreender as “características” dos homens da medicina, através de um método em pesquisa histórica chamado prosopografia. Tal análise pretendeu captar elementos do funcionamento de um espaço, no caso, o médico-acadêmico, que de outra forma não poderiam ser observados. Parti do princípio que os indivíduos que participavam do meio médico reuniam um certo número de traços em comum que proporcionavam a eles entrarem no curso de medicina,

formarem-se e depois tornarem-se docentes da faculdade. A partir da análise dos perfis sociais dos médicos, portanto, acaba-se por compreender outras dinâmicas nesse espaço de atuação que só são possíveis com o olhar centrado nos esculápios.

Um desses pontos é a busca pelo diploma em medicina. O que ele significava? Concluí que seria um modo de ascensão social para integrantes das camadas médias em um cenário no qual a posse de títulos escolares cada vez mais era importante para tais fins. Determinadas famílias passaram a investir na educação formal de seus filhos visando atingir degraus mais altos na escala social. O diploma em medicina seria uma alternativa para tal ascensão, possibilitando a obtenção de certa parcela dos cargos da burocracia estatal para esses médicos, que juntamente às atividades clínicas de forma privada ou nos hospitais, poderiam obter recursos financeiros e visibilidade perante a comunidade.

De outro modo, analisando o percurso dos professores, é importante perceber que são os fortes laços pessoais estabelecidos entre eles, através dos espaços que frequentavam, em especial as escolas secundárias, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de Janeiro e a Sociedade de Medicina de Porto Alegre, que acabam por promover a estruturação da FMPA, bem como a formação inicial do corpo docente e as formas posteriores de ingresso e ascensão na congregação. Nesse processo, também articulou-se uma relação que poderia ser classificada como de “mestre e discípulo”. É através do bom relacionamento entre certos professores e alunos, principalmente na Faculdade de Medicina rio-grandense e no Hospital da Santa Casa, onde se realizava a maioria das atividades clínicas relacionadas a diversas cátedras da escola médica, que se ratificava uma mecânica de recrutamento em que determinados estudantes acabavam por suceder os lentes os quais travavam esse forte contato, através de uma espécie de “patronato”. Assim, essas relações pessoalizadas foram importantes para a indicação em algum cargo na FMPA e no próprio hospital de misericórdia. Havia critérios formais acerca do recrutamento na escola, que incluíam o concurso, a disputa acadêmica por excelência, na qual qualquer candidato, por critérios eminentemente meritocráticos, deveria ser o professor selecionado. Contudo, através de práticas que passavam simplesmente pela indicação de médicos para os postos da escola, a raridade do concurso, sendo que, no caso de sua efetiva realização, os processos contavam com candidatos únicos, ou ainda a existência de disputas nas quais existia uma clara “preferência” sobre os ex-alunos da FMPA, tais processos de seleção não se constituíam com os critérios técnicos necessários. Pois, o ponto principal é compreender que os

elementos importantes para ascender nesse meio médico-acadêmico passavam, eminentemente, pelas fortes conexões pessoais estabelecidas entre os indivíduos, não pelos recursos escolares.

No terceiro capítulo, procurei compreender as formas de consagração na medicina. Ou seja, como um médico conseguiria ser um notável em sua área de atuação.

Novamente a análise prosopográfica se fez presente. Pois, partindo da premissa que os professores da FMPA, durante o período em estudo, foram considerados personagens proeminentes da medicina do Rio Grande do Sul, por certa bibliografia acadêmica e extra-acadêmica, quis entender os mecanismos que estavam presentes nas trajetórias dos médicos que teriam proporcionado a eles alcançar tal “sucesso profissional”.

Nesse percurso, percebi a existência de um conjunto de definições estabelecido por esses doutores a respeito do “ser médico” e da “medicina” que deveria ser incorporado por todos os esculápios caso almejassem alcançar a notabilidade na área médica. De outro modo, passei a entender que através dessa gama de ações e comportamentos que formavam um modelo a ser seguido por eles, pretendia-se criar uma “identidade” entre os médicos. Pois, uma vez que havia o objetivo de sacramentar traços que seriam comuns dos doutores, materializados em uma espécie de estilo de vida partilhado, acabaria-se por criar laços de inter-reconhecimento entre os mesmos, uma identidade médica.

Nesse sentido, igualmente foi importante para a análise o conceito de sociabilidade, compreendido como a vinculação entre os atores sociais, em um ambiente determinado, em que as conexões pessoais se reforçam e se difundem as representações e ações que unificam os grupos.<sup>469</sup> Assim, entendo que a convivência e os laços sociais estabelecidos em certos espaços que os médicos frequentavam, incluindo, além da Faculdade, ambientes de representação cultural, entidades hospitalares e associações de classe, possibilitariam reforçar e difundir tal conjunto de práticas e “visões de mundo” ligados a essa identidade médica.

Por fim, compreendi essa formação identitária a partir de uma proposta de ensino, embora diferente de uma atividade acadêmica, na qual esse conjunto de práticas e valores era articulado e transmitido pelos professores da FMPA, possuindo assim um caráter pedagógico. Ainda, à medida que os lentes iam preparando seus sucessores para

---

<sup>469</sup> SIRINELLI, Jean-François. Op. cit., p. 232.

substituí-los na docência, pode-se afirmar a continuidade desses discursos, em um ato de formação permanente.

Mas quais eram os ideais e as ações importantes (e essenciais) na formatação dessa identidade médica? Em primeiro lugar, os doutores acreditavam que a sua atividade comportaria um “ideal científico”, traduzindo-se assim em um conhecimento “exato”, só contestado pelos estudos e avanços da área que eles produziram através de novas pesquisas. Tal ligação com a ciência poderia ser importante para destacar a medicina em relação a outras atividades, principalmente àquelas da área da saúde. Contudo, entendo esses trabalhos produzidos pelos esculápios, bem como seus títulos escolares, mais como uma tentativa de obter refinamento e distinção cultural para si do que a materialização de um acréscimo técnico em sua formação. Inclusive, os doutores escreviam e produziam em boa medida materiais sobre a medicina acerca de seus aspectos auto-celebrativos, não ligados, portanto, ao mundo acadêmico. De outro modo, igualmente ingressavam de forma mais intensa no âmbito cultural, participando de atividades variadas da música, literatura e artes. Essas ações de representação cultural eram caracterizadas como refinadas e, portanto, de caráter socialmente superior. A participação nesses ambientes, bem como as atividades a eles relacionadas, creio, reforçavam a imagem desses doutores como intelectuais, homens dotados de uma vasta cultura que incluiria o conhecimento e a apreciação sobre matérias diversas.

A medicina igualmente era considerada por eles uma “missão social”, pois os médicos, ao atuarem no contato direto com seus pacientes, estariam promovendo o bem-estar da coletividade e desse modo seus praticantes estariam imbuídos dos mais altos princípios morais e éticos. Vinculada a essa definição, a atividade médica, por lidar com a cura dos enfermos, “salvando vidas”, possuiria uma dimensão sobre-humana, sendo ligada a forças “maiores”, espirituais, que controlariam a existência dos indivíduos. Por isso, seria mais nobre que as outras. Nessa dimensão moral o médico se tornaria também uma espécie de “sacerdote”, devendo exercer a “solidariedade” e a “caridade”, fosse no contato direto com seus enfermos, fosse em ações gerais de benemerência, tal qual os religiosos cristãos, tidos como modelos.

Nas associações de classe, as ações dos doutores se pautariam principalmente por defender mudanças na legislação pela regulamentação e o controle do exercício da medicina. Assim, os médicos pretendiam ser vistos como indivíduos de “moral elevada”, que agiam “civicamente” na defesa dos interesses sociais contra os denominados charlatães e suas supostas práticas “condenáveis.” Segundo o discurso dos

esculápios, os charlatões seriam indivíduos despreparados para atuar na medicina, fosse por sua ignorância ou, como era usualmente afirmado, por sua ganância e irresponsabilidade. Pois, teriam como objetivo principal apenas obter lucro através de tratamentos ineficientes e perigosos para a saúde do doente. Assim, os doutores rio-grandenses poderiam obter destaque na área por sua disposição em reivindicar o controle do exercício da medicina, que em termos gerais, deveria excluir os não-diplomados do espaço médico, bem como aqueles considerados “forasteiros” – os não-brasileiros ou com títulos de instituições do exterior consideradas de pouca credibilidade, que acabariam por não se enquadrar, portanto, nas características que o “verdadeiro médico” deveria possuir. O charlatão, assim, seria aquele que vislumbrava a medicina como algo “mercantilizado”, promovendo embustes para enganar a população e, desse modo, deveria-se suprimir suas atividades que grandes prejuízos trariam para a sociedade.

Todas essas práticas e valores cultivados e reforçados pelos esculápios proporcionariam a eles a possibilidade de reconhecimento na área médica e perante a comunidade em geral, o que poderia materializar-se em ganhos financeiros, incluindo serviços mais bem remunerados devido a uma clientela de estrato social mais elevado, além da ascensão a cargos diversos na área da saúde (embora, certamente, os médicos considerassem tais ganhos monetários justos, pela excelência dos serviços que julgavam oferecer, não se confundindo, nesse raciocínio, com a figura “ambiciosa” do charlatão), ou mesmo um redirecionamento em suas carreiras a partir do investimento em novas atividades.

Por todos esses fatores, como aponta Coradini, a medicina possuía um certo caráter “aristocrático”, que passaria por sua ligação, bem como a de seus integrantes, a uma suposta “inteligência e cultura sem par, ética e caráter “imaculado”.<sup>470</sup> Dessa forma, compreende-se que a “excelência” ou “notabilidade” na área médica vinculava-se a algo de “transcendente”, incluindo tanto componentes externos a “profissão” como aqueles de cunho mais técnico, sendo esses inclusive, creio, de menor importância no contexto analisado. Desse modo, o ensino médico no Rio Grande do Sul não era apenas a preparação de indivíduos visando a sua instrumentalização técnica para se tornarem referências da “ciência médica”, mas também a sua ligação a valores e práticas diversas, baseadas nos elementos da “cultura” e da “moralidade”, que solidificavam a idéia da

---

<sup>470</sup> CORADINI, Odaci Luiz. Op. cit., 1997, p. 274.

medicina com uma atividade “única”, levando igualmente à associação que seus praticantes eram indivíduos “especiais.”

Ao longo de todo esse percurso, portanto, observa-se que no caso da área médica, os valores e critérios próprios de uma “profissão” possuem peso mínimo nas definições desse espaço, visto que ela não dispõe de autonomia em relação a outras esferas sociais. Assim, os respectivos recursos válidos nesse ambiente são extremamente amplos e multidimensionais.

Desse modo, entendo que o ensino da medicina, o seu processo de institucionalização no estado, a partir da análise da FMPA, foi mais do que a trajetória da estruturação de uma instituição de nível superior que transmitiria conteúdos formais em sala de aula visando preparar “profissionais” da área. Era uma *formação* através de princípios e práticas que levavam a atividade médica a constituir-se em um ambiente multifacetado, sujeito a diversas lógicas de atuação por parte dos indivíduos que integravam esse espaço, os esculápios.

## **FONTES**

### **Arquivo da Faculdade de Medicina da UFRGS**

*Ata da Fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1948. p. 3-4.

Atas das Sessões da Congregação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. 1898-1932. Porto Alegre.

FONSECA, Eduardo Sarmiento Leite da. Faculdade de Medicina: dados históricos. *Revista dos Cursos da Faculdade de Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 1, p. 3-7, 1915.

Histórico Escolar dos Formandos em Medicina da FMPA. Porto Alegre, 1904-1936.

Regulamento da Faculdade de Medicina de 1904, transcrito em: Ata n. 43 das Sessões da Congregação da FMPA. Porto Alegre, 28/12/1904.

*Relatório da Faculdade de Medicina de Porto Alegre referente ao período 1910-1914*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas da Livraria do Comércio, 1915.

*Relatório da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Anos Diversos. Porto Alegre: 1916-1932.

### **Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFRGS**

*Anais do Primeiro Congresso Sul Americano de Homeopatia (1944)*. Porto Alegre: Livraria Continente, 1945.

BERND, Mario. A universalidade da consciência moral. *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 4, p. 2, fev. 1925.

BOTTINI, Antônio. No cinquentenário da Faculdade de Medicina de Porto Alegre: um pouco de história. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*.

BRITTO, Victor. *Estudos Políticos Riograndenses*. Rio Grande: Marmodeus, 1908.

\_\_\_\_\_. Higiene Ocular. *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 2, fev. 1916. p. 2-12.

\_\_\_\_\_. *Literatura em Flor*. Porto Alegre: Globo, 1923.

\_\_\_\_\_. Tratamento Aplicado de Infecções Bacterianas. *Revista dos Cursos da Faculdade de Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 4, mar. 1929, p. 4-17.

FREITAS E CASTRO, Fernando de. O Problema da Raiva no Rio Grande do Sul. *Archivos Rio Grandenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 3, mar. 1927.

GUERRA BLESSMANN, Luiz Francisco. Sociedade de Medicina. *Archivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 1, p. 41, jan. 1920.

\_\_\_\_\_. Ensino Médico. *Arquivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, n. 1, p. 1-9, fev. 1921.

TOTTA, Mario. Cortes... na pele. Prof. Guerra Blessmann. *Revista dos Cursos da Faculdade de Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 12, p. 7, 1929.

\_\_\_\_\_. Um bocado de história: os primeiros passos dentro da Faculdade. *Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre, p. 24-35, jul.-set. 1938.

\_\_\_\_\_. Os valores do Médico In: TOTTA, Mario. *Obras*. Porto Alegre: Selbach, 1952.

## **Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul**

*Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 2, jan/mar 1932; n. 5/6, jan/jul 1933.

Escola Médico-Cirúrgica. *Mascara -Magazine Mensal*: numero especial comemorativo do centenário da independência do Brasil. Porto Alegre, 1922.

*Panteão Médico Rio-Grandense*: síntese histórica e cultural. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

## **Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa**

*A Federação*, Porto Alegre, 19/07/1898, p. 4; 27/07/1898, p. 2; 04/09/1910, p. 2.

*A Gazeta*, Porto Alegre, 12/10/1897, p. 9. ; 27/07/1910, p. 6.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/04/1902.

*Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 15/04/1915, p. 2.

## **Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**

Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. (Anos Diversos – 1886-1898-1931). Porto Alegre.

*Estatutos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre* – 1911. Porto Alegre: Oficinas tipográficas da Livraria do Comércio, 1911.

Livros de Termos de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porto Alegre, 1900-1970, vols. 7-10.

Relatório da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre- (Anos Diversos – 1910-1932). Porto Alegre.

### **Outras Fontes Consultadas**

*Anais da Academia Nacional de Medicina*. Rio de Janeiro. [s.n]. Coleção 1898-1910.

ÁVILA, César. *Revelações de um médico*. 2 ed. Florianópolis. Editora da UFSC, 1988.

BARROS, Fábio. *Palavras Ocas*. Porto Alegre: Globo, 1921.

\_\_\_\_\_. *Recuerdos*. Porto Alegre: Globo, 1930.

\_\_\_\_\_. *Colheitas*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1937.

BRASIL. Decreto n. 1270 de 10 de janeiro de 1891. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=48401>, acesso em

BRASIL. Decreto n. 3758 de 1 de setembro de 1900. *Notas e Informações da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Comércio, 1922.

BRASIL. Decreto n° 3890 de 01 de Janeiro de 1901. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=44702>, acesso em

BRASIL. Decreto n. 3603 de 11 de dezembro de 1918. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=44996>, acesso em

BRASIL. Decreto 19851 de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24824>, acesso em

BRASIL. Decreto n. 20931 de 11 de janeiro de 1932. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109767/decreto-20910-32>, acesso em

BRASIL. Decreto 21.306 de 19 de abril de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21306-19-abril-1932-501572-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em

BRASIL. Decreto 12.570 de 15 de junho de 1943. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12570-15-junho-1943-461223-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em

CAMPOS, Maria do Carmo; D'AZEVEDO, Martha Geraldo Alves. *Protasio Alves e o seu tempo (1859-1933)*. Porto Alegre: Já Editores, 2006.

*Catálogo de Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1985)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

DAUDT FILHO, João. *Memórias de João Daudt Filho*. 3 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>, acesso em 14/05/2010.

FERRAZ, Diego. *O caminho do peregrino (minha luta)*. Porto Alegre: Globo, 1926.

LEÃO, Sebastião. *Memórias Científicas*: Porto Alegre Casa do Livro, 1902.

\_\_\_\_\_. *Estudos craniológicos*. Rio Grande: Marmodeus, 1905.

LOPES, Francisco Simões. Liberdade profissional no Rio Grande do Sul. *Annaes do XI Congresso Médico Brasileiro*. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1926, v. 3. p. 207-245.

Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio. Borges de Medeiros. 1907. p. 14-19. Disponível em: [http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul), acesso em

Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Carlos Barbosa Gonçalves. 1912. p. 11-17. Disponível em: [http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul), acesso em

Mensagem Enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. 1913. p. 13-18. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u793/000001.html>, acesso em

MARIANTE, Serapião. *Meus caminhos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921.

MASSON, Rodolpho. *Histórias e histórias*. Rio Grande: Editora da Província, 1943.

MOSES, Arthur. *Técnica e modificações da reação de Wassermann*. 1913. p. 78. Disponível em: [http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo05/tomo05%28f1%29\\_78-97.pdf](http://memorias.ioc.fiocruz.br/pdf/Tomo05/tomo05%28f1%29_78-97.pdf), acesso em

OLIVEIRA, Olympio Olinto de. *O médico em movimento*. Porto Alegre: Globo, 1931.

OLIVEIRA TORRES, Tristão. Quartel-General de estudantes. *Revista Brazil Médico*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 55-67, jun. 1902.

Os caminhos da medicina. *Revista Progresso Médico*, Rio de Janeiro, v. 6, jun. 1881, p. 78-97.

Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul. In: CARNEIRO, Paulo (Org). *Idéias políticas de Júlio de Castilhos*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1982.

PY, Manuel Velho. *Memórias do aprendiz*. Porto Alegre: Globo, 1948.

Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://sabix.ufrgs.br>, acesso em 24/07/2010.

SOUZA, Blau, et al. (Org.). *Médicos prescrevem: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE, 2001.

Teses Doutorais de Titulados da Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1828. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador: n. 74, Jan.-Jun, 2004. p. 9-101.

VIANA, Gonçalves. *Olinto de Oliveira*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a Hespanhola em Porto Alegre*, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ACHUTTI, Aloysio. *Cem anos de formação médica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru: EDUSC, 2001.

ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Tese (Doutorado em Educação). PPG em Educação, PUCRS. Porto Alegre, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOLTANSKI, Luc. *O corpo fala*. São Paulo: Graal, 1991.

BONAMIGO, Telmo Pedro, OLIVEIRA, Miriam da Costa (Orgs.). *Memórias da criação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre*. Porto Alegre: [s.n.], 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Homo Academicus*. Tradução de Ariel Dillon. Buenos Aires. Siglo XXI Editores, 2008.

*Ata da Fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1948.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: história e sociedade*, v. 5, n. 1, 2005, p. 47-67.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CASTRO, Juremir. *O retrato dos periódicos médicos. Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, nov. 2000, p. 35-62.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2006.

CHALOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: UNICAMP, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. p. 41-53. HEINZ, Flavio. O historiador e as elites – a guisa de introdução. p. 7-15. In: HEINZ, Flavio. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARLES, Christophe, VERGER, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo: UNESP, 1996.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para a sua aprendizagem e utilização. *Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, jun. 1996, p. 207-220.

\_\_\_\_\_. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, nov. 1996, p. 425-466.

\_\_\_\_\_. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a “crise da medicina” no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul.-out 1997, p. 265-286.

\_\_\_\_\_. A Formação da Elite Médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como Centro de Importação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 35, jan.-jul. 2005, p. 3-22.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e Política na Roma Antiga*. São Paulo: Atual, 2001.

CORSO, Heloisa Velhinho. *Faculdade de Farmácia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1895-1987)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias Médicas e Gestão Urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2004, p. 57-74.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. Civilização Brasileira, 1980.

EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854 -1884)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, USP. São Paulo, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FRANCISCO, Fabiano Celli et al. História da Radiologia no Brasil. Disponível em: <http://www.imaginologia.com.br/dow/upload%20historia/A-Hist%C3%B3ria-da-Radiologia-Brasileira.pdf>, acesso em acesso em 29/10/2009.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. *A UFRGS em sua gênese e as ingerências do Estado: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (1896-1930)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

FRANCO, Sergio da Costa. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciência*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre: (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFF. Niterói, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, [S.I], out. 1990. p. 73-90.

GOMES, Marleide da Mota, et al. *A Faculdade de Medicina Primaz do Rio Janeiro: em dois dos cinco séculos de História do Brasil*. São Paulo: Atheneu, 2001.

GOMES, Tatiana Pereira. *Entre a prática e a ciência: o parto através da trajetória do médico Mario Totta*. Monografia. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Departamento de História, UFRGS. Porto Alegre, 2009.

GUIMARÃES, Bernardo. *O Seminarista*. 27. ed. São Paulo: Objetiva, 1999.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra, FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. *Escola de Engenharia/UFRGS – um século*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. *Fogos de bengala no céu de Porto Alegre: a Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na primeira república*. Dissertação (Mestrado em História). PPG de História, UFRGS. Porto Alegre, 2002.

LANA, Vanessa. *Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”*: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História das Ciências da Saúde, FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

LEITNER, et al. Historia del tratamiento de la sífilis. *Revista argentina de dermatologia*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 88, n., 1, 2007, p. 6-19.

LETTI, Nicanor. O perfil político de Sarmiento Leite. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/07/1978, p. 34-37.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2006. p.167-182.

LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964. v. 2.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEDUR, Paulo Flávio, LIMA, Otavio Rojas. (Orgs.). *Julinho: 100 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2000.

LUNARDI, Marcelo. A profissionalização da enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Niterói, v. 4, n. 14, jun.-set. 2010, p. 67-90.

LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem na política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGALHÃES, Fernando de. *O centenário da Faculdade de Medicina do RJ, 1832-1932*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*: Porto Alegre: UFRGS, 1978.

MELO, Mariana Ferreira de. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. (Org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2009. p. 93-118.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil – 1823-1853). 1º vol. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

PEREIRA, Antônio Pacífico. *Memória sobre a medicina na Bahia*. Bahia: Imp. Oficial do Estado, 1923.

PEREIRA NETO, André de Faria. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

PETERSEN, Germano. *Porto Alegre: história e urbanização*. Porto Alegre: La Salle, 1984.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS. [19--].

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Mara Cristina Matos. *A institucionalização do curso superior em história: o curso de Geografia e História da UFRGS – 1943 a 1950*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2002.

RUSSEL-WOOD, John. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Unesco, 2006.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Unicamp, 2001.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1991. v. 2.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá*. O Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação. (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Éder. *A Cura da Raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul - rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, PUCRS. Porto Alegre, 2002.

SIMON, Círio. *Origens do Instituto de Artes da UFRGS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 231-269.

SOARES, Mozart Pereira, SILVA, Pery Pinto Diniz da. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 1934-1964*. Porto Alegre, UFRGS, 1992.

SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Gráfica Santa Teresinha, 1954.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*. v. 100, n. 1, 1971, p. 46-79.

TEIXEIRA, Luiz Antonio et al. Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro v. 4, n. 2, jul.-out. 1997, p. 751-766.

VIEIRA, Felipe Almeida. “Fazer a Classe”: identidade, representação e memória na luta do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2010.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: UFSM, 1999.

WELTMAN, Latmann Wanda. A produção científica publicada pelo Instituto Oswaldo Cruz no período 1900 a 1917: um estudo exploratório. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan.-abr. 2002, p. 159-186.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. Beneficência e proteção da humanidade enferma: o papel político da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: SCHWARTSMANN, Leonor Baptista, SERRES, Juliane C. Primon. (Orgs.). *História da medicina: Instituições e Práticas de Saúde no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 105-126.

ANEXO I – PROFESSORES DA FMPA – LOCAL E DATA DA CONCLUSÃO DO CURSO DE MEDICINA<sup>471</sup>

	Nome	Instituição de Ensino	Ano de Conclusão
1	Antonio Carlos Penafiel	Fac. Med. RJ	1904
2	Alberto de Souza	Fac. Med. RJ	1910
3	Alvaro Fróes da Fonseca	Fac. Med. RJ	1914
4	Argymiro Chaves Galvao	FMPA	1912
5	Arthur Benigno de Castilho	Fac. Med. BA	1883
6	Arthur Franco de Souza	Fac. Med. RJ	1887
7	Aurélio de Lima Py Filho	Fac. de Med. RJ	1900
8	Ayres Maciel	Fac. de Med. RJ	1915
9	Basil Sefton	FMPA	1909
10	Bruno Attilio Marsiaj	FMPA	1927
11	Carlos Augusto Wallau	FMPA	1885
12	Carlos Frederico Nabuco	Fac. Med. BA	1883
13	Coradino Lupi Duarte	Fac. Med. RJ	1884
14	Dioclécio Sertório Pereira	Fac. Med. RJ	1885
15	Diogo Alvares Fortuna	Fac. Med. RJ	1873
16	Diogo Martins Ferraz	Fac. Med. RJ	1898
17	Eduardo Sarmiento Leite	Fac. Med. RJ	1884
18	Eduardo Sarmiento Leite Filho	Fac. Med. RJ	1916
19	Elyseu Paglioli	FMPA	1923
20	Ervino Carlos Presser	FMPA	1913
21	Fabio Nascimento Barros	Fac. Med. RJ	1906
22	Felicíssimo Difini	FMPA	1921
23	Fernando de Freitas e Castro	FMPA	1910

<sup>471</sup> Bibliografia consultada: LOBO, Francisco Bruno. *O Ensino da medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964. v. 2. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: [www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br](http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br), acesso em 04/10/2009. *Catálogo de Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (1832-1985). Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit., 1943, p. 477-582. SOUZA, Blau, et al. (Org.). *Médicos prescrevem*: Op. cit., 2001. Teses Doutorais de Titulados da Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1828. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, n. 74, jan.-jun. 2004, p. 9-101.

24	Florêncio Ygartua	FMPA	1923
25	Francisco Dias de Castro	Fac. Med. RJ	1873
26	Francisco Freire de Figueiredo	Fac. Med. RJ	1892
27	Frederico Guilherme Falk	Fac. Med. RJ	1900
28	Heitor Annes Dias	FMPA	1905
29	Ivo Corrêa Meyer	Fac. Med. RJ	1923
30	Jacinto Luiz Gomes	Fac. Med. BA	1890
31	João Adolfo Josetti (Filho)	Fac. Med. RJ	1885
32	João Marques Pereira	Fac. Med. RJ	1904
33	João Dias Campos	Fac. Med. RJ	1888
34	José Carlos Ferreira	Fac. Med. RJ	1895
35	José Luiz Guedes	Fac. Med. RJ	1904
36	José Primo de Seixas	Fac. Med. BA	1883
37	Luiz Guerra Blessmann	FMPA	1911
38	Luiz Nicolau Masson	Fac. Med. RJ	1903
39	Luiz Nogueira Flores	Fac. Med. RJ	1895
40	Manoel Gonçalves Carneiro	Fac. Med. RJ	1894
41	Manoel José Pereira Filho	FMPA	1910
42	Manuel Velho Py	Fac. Med. RJ	1904
43	Mario Bernd	FMPA	1926
44	Mario de Castro Bittencourt	Fac. Med. RJ	1904
45	Mario Ribeiro Totta	FMPA	1904
46	Martim Gomes	FMPA	1908
47	Modesto José de Souza	Fac. Med. RJ	1895
48	Moysés Alves de Menezes	Fac. Med. RJ	1903
49	Ney Costa Cabral	FMPA	1917
50	Octavio Lisboa de Souza	Fac. Med. RJ	1900
51	Oddone Frederico Marsiaj	FMPA	1926
52	Olympio Olinto de Oliveira	Fac. Med. RJ	1887
53	Oscar Bernardo Pereira	FMPA	1924
54	Paulo Arlei Lompa	FMPA	1926
55	Protasio Antonio Alves	Fac. Med. RJ	1882
56	Raimundo Gonçalves Viana	Fac. Med. RJ	1907
57	Ramiro Fortes de Barcellos	Fac. Med. RJ	1873
58	Raul Bittencourt	FMPA	1923
59	Raul Franco di Primio	FMPA	1919
60	Raul Zenari Pilla	FMPA	1916
61	Ricardo Pereira Machado	Fac. Med. RJ	1898

62	Rodolpho Machado Masson	Fac. Med. RJ	1903
63	Sebastião Affonso de Leão	Fac. Med. RJ	1888
64	Serapião Henrique Mariante	Fac. Med. RJ	1886
65	Thomaz Laranjeira Mariante	FMPA	1915
66	Ulysses Pereira Nonohay	FMPA	1906
67	Tristão de Oliveira Torres	Fac. Med. RJ	1878
68	Victor de Britto	Fac. Med. BA	1878
69	Walter Hugo Castilho	FMPA	1911

ANEXO II - PROFESSORES DA FMPA – DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO<sup>472</sup>

	Nome	Data de Nascimento	Cidade Natal	Província ou Estado de Nascimento
1	Antonio Carlos Penafiel	1883	Porto Alegre	RS
2	Alberto de Souza	1888	Espírito Santo do Pinhal	SP
3	Alvaro Frões da Fonseca	1890	Porto Alegre	RS
4	Argymiro Chaves Galvao	-----	-----	RS
5	Arthur Benigno de Castilho	-----	-----	BA
6	Arthur Franco de Souza	1874	Cachoeira	RS
7	Aurélio de Lima Py Filho	1882	Bagé	RS
8	Ayres Maciel	-----	-----	-----
9	Basil Sefton	1884	Salvador	BA
10	Bruno Attilio Marsiaj	1905	Santa Maria	RS
11	Carlos Augusto Wallau	1860	Nova York	EUA
12	Carlos Frederico Nabuco	1860	Salvador	BA
13	Coradino Lupi Duarte	-----	-----	RS
14	Dioclécio Sertório Pereira	-----	Cachoeira	RS
15	Diogo Alvares Fortuna	1849	Rio de Janeiro	RJ
16	Diogo Martins Ferraz	1869	Porto Alegre	RS
17	Eduardo Sarmiento Leite	1868	Porto Alegre	RS
18	Eduardo Sarmiento Leite Filho		Porto Alegre	RS
19	Elyseu Paglioli	1898	Caxias do Sul	RS
20	Ervino Carlos Presser	1887	São Leopoldo	RS
21	Fabio Nascimento Barros	1881	Uruguaiana	RS
22	Felicíssimo Difini	1900	Porto Alegre	RS
23	Fernando de Freitas e Castro	1887	Porto Alegre	RS
24	Florêncio Ygartua	1892	Montevidéu	Uruguai
25	Francisco Dias de Castro	-----	-----	RS
26	Francisco Freire de Figueiredo	-----	-----	RS
27	Frederico Guilherme Falk	1871	São Leopoldo	RS
28	Heitor Annes Dias	1884	Cruz Alta	RS

<sup>472</sup> *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit., 1943, p. 477-582. SOUZA, Blau, et al. (Org.). *Médicos prescrevem*: Op. cit., 2001. Livros de Termos de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porto Alegre, 1900-1970, vols. 7-10; Histórico Escolar dos Formandos em Medicina da FMPA. Porto Alegre, 1904-1936.

29	Ivo Corrêa Meyer	1889	Uruguaiana	RS
30	Jacinto Luiz Gomes	1867	Uruguaiana	RS
31	João Adolfo Josetti (Filho)	1860	Cuiabá	MT
32	João Marques Pereira	1882	-----	RS
33	João Dias Campos	1865	-----	RS
34	José Carlos Ferreira	1864	Porto Alegre	RS
35	José Luiz Guedes	1882	Pelotas	RS
36	José Primo de Seixas	-----	-----	BA
37	Luiz Guerra Blessmann	1891	Alegrete	RS
38	Luiz Nicolau Masson	-----	Rio de Janeiro	RJ
39	Luiz Nogueira Flores	1871	Porto Alegre	RS
40	Manoel Gonçalves Carneiro	-----	Porto Alegre	RS
41	Manoel José Pereira Filho	1888	Porto Alegre	RS
42	Manuel Velho Py	1886	Porto Alegre	RS
43	Mario Bernd	1899	Itaqui	RS
44	Mario de Castro Bittencourt	-----	-----	-----
45	Mario Ribeiro Totta	1874	Porto Alegre	RS
46	Martim Gomes	1884	Quaraí	RS
47	Modesto José de Souza	-----	-----	-----
48	Moysés Alves de Menezes	1878	Porto Alegre	-----
49	Ney Costa Cabral	1895	Pelotas	RS
50	Octavio Lisboa de Souza	1875	Porto Alegre	-----
51	Oddone Frederico Marsiaj	1903	Santa Maria	RS
52	Olympio Olinto de Oliveira	1865	Porto Alegre	RS
53	Oscar Bernardo Pereira	1901	Porto Alegre	RS
54	Paulo Arlei Lompa	-----	-----	RS
55	Protasio Antonio Alves	1859	Rio Pardo	RS
56	Raimundo Gonçalves Viana	1882	Porto Alegre	RS
57	Ramiro Fortes de Barcellos	1851	Cachoeira	RS
58	Raul Bittencourt	1902	Porto Alegre	RS
59	Raul Franco di Primio	1894	Porto Alegre	RS
60	Raul Zenari Pilla	1892	Porto Alegre	RS
61	Ricardo Pereira Machado	-----	Porto Alegre	RS
62	Rodolpho Machado Masson	1872	-----	RS
63	Sebastião Affonso de Leão	1880	Porto Alegre	RS
64	Serapião Henrique Mariante	1866	Porto Alegre	RS
65	Thomaz Laranjeira Mariante	-----	-----	-----
66	Ulysses Pereira Nonohay	1891	Porto Alegre	RS
67	Tristão de Oliveira Torres	1882	Porto Alegre	RS

68	Victor de Britto	1856	Valença	RS
69	Walter Hugo Castilho	1889	-----	RS

ANEXO III – PROFESSORES DA FMPA - CARGOS E TÍTULOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE<sup>473</sup>

	Nome	Cargos e Títulos
1	Alberto de Souza	Diplomado Irmão em 18.10.1926, com 41 anos. Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Homens (3ª Seção) da Sta Casa entre 1917-1918. Médico 2º adjunto da Enfermaria “Luiz Masson” – Medicina de Homens em 1919. (3ª Seção). Diretor do Consultório de Otorrinolaringologia entre 1921-1927.
2	Alvaro Fróes da Fonseca	Diplomado Irmão em 22.08.1903, com 43 anos. Admitido gratuitamente. Posteriormente, tornou-se Irmão Benfeitor.
3	Antônio Carlos Penafiel	Médico 3º adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens – (2ª Seção) – “Sarmiento Leite” entre 1915-1921. Médico 2º adjunto da Enfermaria “Coronel Manoel Py” – Medicina de Homens, em 1924.
4	Aurélio de Lima Py Filho	Diplomado Irmão em 1924, com 42 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benemérito em 30.11.1936 Médico adjunto da Enfermaria Clínica Médica de Homens (3ª Seção) entre 1907-1918. Médico adjunto da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Homens (9ª Seção) entre 1909-1912. Diretor do Dispensário de Crianças em 1915. Diretor da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Homens (15ª Seção) entre 1917-1918. Médico 4º Adjunto da Enfermaria “Luiz Masson” – Medicina de Homens em 1919. (3ª Seção). Idem em 1921, como 3º adjunto. Idem em 1924, como médico adjunto interino. Eleito Provedor da Sta Casa para o triênio 1925-1927. Diretor da Enfermaria Luiz Masson – Medicina de Homens e Clínica Neurológica em 1927. Consta como médico extranumerário em 1924. Eleito Provedor para o triênio 1928-1930. Membro do Conselho Deliberativo para o triênio 1931-1933.
5	Bruno Attilio Marsiaj	Diplomado Irmão em 21.09.1936. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor em 30.11.1936.

<sup>473</sup> *Relatórios da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1900-1943, 44 vols.; *Livros de Termos de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1900-1970, vols. 7-10. *Relatórios da FMPA*. Anos diversos (1915-1920). *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit., 1943, p. 477-582. SOUZA, Blau, et al. (Org.). *Médicos prescrevem*: Op. cit., 2001.

6	Carlos Augusto Wallau	Diplomado Irmão em 03.03.1890, aos 29 anos. Irmão Benfeitor Médico 2º adjunto da Enfermaria de Clínica Oftamológica (2ª Sessão) da Sta Casa em entre 1898-1903. Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Cirúrgica de Homens (4ª Seção) entre 1900-1909. Diretor da mesma entre 1912-1917.
7	Carlos Frederico Nabuco	Diplomado Irmão em 23.05.1890, aos 30 anos. Irmão Benfeitor. Escolhido como Irmão Mesário para o triênio 1898-1900. Médico Adjunto da Enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) entre 1898 - 1903.
8	Dioclécio Sertório Pereira	Diplomado Irmão em 18.08.1891, aos 30 anos. Irmão Benfeitor Provedor da Santa Casa de POA entre 1916-1918. Médico 1º Adjunto da Enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica em 1898. Diretor da Enfermaria Clínica Médica de Homens e Isolamentos (10ª Seção) em 1900. Diretor da Enfermaria 4ª Clínica Médica de Homens (11ª Seção) entre 1903 - 1907. Diretor da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Homens (12ª Seção) – Pensionistas de 2ª Classe – entre 1900-1907. Idem Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Mulheres (14 Seção) – Pensionistas de 2ª Classe entre 1900-1907. Diretor da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Homens (10ª Seção) – Pensionistas de 2ª Classe – em 1909. Diretor da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Mulheres - Pensionistas de 2ª Classe (13ª Seção) em 1909.
9	Diogo Alvares Fortuna	Irmão Benfeitor Diretor da Enfermaria 2ª Clínica Médica de Homens – Tuberculosos (8ª Seção) da Sta Casa entre 1900- 1912. Diretor da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Mulheres – Tuberculosas (17ª Seção) entre 1900 - 1907. Diretor da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Mulheres – Tuberculosas (16ª Seção) entre 1909 - 1912.
10	Diogo Martins Ferraz	Diplomado Irmão em 22.08.1903, aos 34 anos. Admitido gratuitamente. Médico 2º Adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Cirúrgica de Homens (4ª Seção) em 1898. Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Homens (3ª Sessão) entre 1903 - 1909. Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Homens (3ª Seção) em 1912. Médico adjunto da Enfermaria Clínica Oftamológica e Otorrinolaringológica (2ª Sessão) entre 1917 - 1918. Médico 3º adjunto da Enfermaria “Dr. Victor de Britto” – Moléstias de

		Olhos, Ouvidos, Nariz e Garganta em 1919. (2ª Seção). Idem em 1921, como 2º adjunto. Médico adjunto do Consultório de otorrinolaringologia entre 1924-1927.
11	Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca	Diplomado Irmão em 28.11.1894, aos 26 anos. Irmão Benfeitor. Médico 1º Adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens (5ª Seção) entre 1898 - 1909. Diretor da Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens (5ª Seção) entre 1912-1927. Eleito como Suplente de Mesário para o triênio 1925-1927 e 1928-1930.
12	Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca Filho	Diplomado Irmão em 22.03.1928, aos 34 anos. Médico 1º adjunto da 16ª Enfermaria - Clínica de Moléstias Nervosas-entre 1919-1921. Diretor da Enfermaria “Comendador Chaves Barcellos” – Medicina de Mulheres – em 1924. 1º Médico Interno da Sta Casa entre 1924- 1927.
13	Elyseu Paglioli	Diplomado Irmão em 22.01.1931, aos 33 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Zelador em 31.12.1951 Médico adjunto interino da Enfermaria “Dr Serapião Mariante” – Cirurgia e Ginecologia em 1924. Consta como médico extranumerário em 1924. Médico 1º adjunto da 18ª Enfermaria – Maternidade em 1927.
14	Fabio Nascimento Barros	Diplomado Irmão em 20.12.1918, aos 37 anos. Consta como “médico extranumerário” da Sta Casa em 1918. Médico 1º adjunto da Enfermaria “Comendador Chaves Barcellos” – Medicina de Mulheres em 1924. Diretor da 16ª Enfermaria – Clínica de Moléstias Nervosas – em 1927.
15	Felicíssimo Difini	Diplomado Irmão em 14.12.1928, aos 28 anos. Admitido gratuitamente. Médico 1º adjunto do Consultório de Medicina de Crianças em 1924. Idem como diretor interino, em 1927.
16	Fernando de Freitas e Castro	Diplomado Irmão em 24.12.1918, aos 31 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor. Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Médica de Homens – Tuberculosos da Sta Casa de POA em 1912. Médico adjunto da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Mulheres – Tuberculosas em 1912. Diretor da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Mulheres – Tuberculosas em 1915. 4º Médico adjunto da Enfermaria 4ª Clínica Médica de Homens – (17ª Seção) em 1915. Diretor do Consultório Médico de Adultos em 1915. Diretor do Consultório Médico de Adultos – Sessão Mulheres - em 1917. Diretor da Enfermaria “Antenor Amorim” – Tuberculosos – em 1918.

		<p>Idem em 1919.</p> <p>Diretor da 15ª Enfermaria – Medicina de Homens em 1921.</p> <p>Médico adjunto interino do Consultório de Medicina de Crianças da Sta Casa em 1927.</p> <p>Diplomado Irmão da Sta Casa em 1918. (Relatório Institucional ano base 1918)</p>
17	Fernando de Paula Esteves	<p>Diplomado Irmão em 09.05.1901, aos 37 anos.</p> <p>Irmão Benfeitor.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria Clínica Oftamológica da Sta Casa (2ª Sessão) em 1907. Idem em 1909.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria de Clínica Oftamológica e Otorrina-Laringologia (2ª Sessão) da Sta Casa em 1912. Idem em 1915. (1º adjunto). Idem em 1917. Idem em 1918.</p> <p>Médico 1º adjunto da Enfermaria “Dr. Victor de Britto” – Moléstias de Olhos, Ouvidos, Nariz e Garganta em 1919. (2ª Seção). Idem em 1921. Idem em 1924.</p> <p>Diretor da Enfermaria “Dr. Victor de Britto” – Moléstias de Olhos, Ouvidos, Nariz e Garganta em 1927.</p>
18	Florêncio Ygartua	<p>Diplomado Irmão em 24.01.193, aos 38 anos.</p> <p>Irmão Benfeitor.</p> <p>Médico adjunto interino do Consultório de Crianças da Sta Casa em 1924. Idem em 1927. Consta como médico extranumerário da Sta Casa em 1924.</p>
19	Frederico Guilherme Falk	<p>Diplomado Irmão Protetor em 24.08.1903, aos 31 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria 3ª Clínica Cirúrgica de Homens (Brigada Militar) da Sta Casa em 1900. Idem em 1903.</p>
20	Heitor Annes Dias	<p>Diplomado Irmão em 12.1925, aos 41 anos. Admitido gratuitamente.</p> <p>Irmão Benfeitor.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Médica de Mulheres (15ª Seção) da Sta Casa em 1909</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Homens (10ª Seção) da Sta Casa em 1912.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Mulheres – Pensionistas de 2ª Classe (13ª Seção) em 1912.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Homens (3ª Seção) em 1917. Idem em 1918, quando a Enfermaria passa a ter o nome Dr. Luiz Masson, certamente em homenagem ao médico recém falecido. Jacintho Godoy Gomes passa a ser o diretor em 1918. Idem em 1919, como 1º adjunto. Idem em 1921.</p> <p>Diretor da Enfermaria 3ª Classe – Pensionistas – Homens e Mulheres em 1918.</p> <p>Médico 1º Adjunto da Enfermaria “Luiz Masson” – Medicina de Homens em 1919. (3ª Seção).</p>

		Diretor da Enfermaria “Coronel Manoel Py” – Medicina de Homens em 1924. Idem em 1927.
21	Jacinto Luiz Gomes	Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Homens da Sta Casa (4ª Seção) em 1900. Idem em 1903. Idem em 1907. Adjunto da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Homens (12ª Seção) – Pensionistas de 2ª Classe em 1903. Idem em 1907. Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Mulheres (14 Seção)– Pensionistas de 2ª Classe em 1903. Idem em 1907. Médico adjunto da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Homens (10ª Seção) – Pensionistas de 2ª Classe – em 1909. Médico adjunto da Enfermaria Clínica Médica e Cirúrgica de Mulheres - Pensionistas de 2ª Classe (13ª Seção) em 1909.
22	João Dias Campos	Diplomado Irmão em 22.08.1903, aos 38 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor. Médico adjunto da Enfermaria 3ª Clínica Médica de Homens (Brigada Militar) da Sta Casa em 1900. Idem em 1903. Diretor da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Mulheres (10ª Seção) em 1917. Idem em 1918. Em 1919 esse local passa a se chamar “Enfermaria Medicina de Mulheres” (10ª Seção), e Dias Campos continua como diretor. Idem em 1921.
23	José Luiz Guedes	Diplomado Irmão em 31.12.1918, aos 36 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor Médico adjunto interino da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Mulheres (12ª Seção) da Sta Casa em 1912. Nomeado Irmão da Sta Casa em 1918. (deve ser sido gratuito, pq vários médicos desse ano o foram). Eleito como Suplente de Mesário para o triênio 1925-1927. Eleito como Suplente de Mesário para o triênio 1928-1930.
24	José Primo de Seixas	Diplomado Irmão em 10.1899, aos 38 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor. Diretor da Enfermaria 1ª Clínica Cirúrgica de Homens (4ª Sessão) da Sta Casa em 1898. Idem em 1900. Idem em 1903. Idem em 1907. Idem em 1909.
25	Luiz Francisco Guerra Blessmann	Diplomado Irmão em 24.12.1918, aos 28 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benemérito em 01.01.1929. Irmão Grande Benemérito em 01.10.1971. Provedor da Santa Casa entre 1931-1932 Médico adjunto interino da Enfermaria 1ª Clínica Médica de Mulheres (12ª Seção) da Sta Casa em 1912. Diretor da Enfermaria Clínica Neurológica (16ª Seção) em 1917. Idem em 1918, mudando-se o nome para a Enfermaria “3ª Clínica Neurológica”. Em 1919 esse local passa a se chamar 16ª Enfermaria – Clínica de Moléstias Nervosas, e Guedes continua como diretor. Idem em 1921. Idem em 1924.

		Eleito como Suplente de Mesário para o triênio 1925-1927. Idem 1928-1930.
26	Luiz Nicolau Masson	Irmão Benfeitor. Diretor da Enfermaria de Clínica de Homens (3ª Seção) da Sta Casa em 1898. Idem em 1900. Idem em 1903; Idem em 1907. Idem em 1909. Diretor da 1ª Clínica Médica de Homens (3ª Seção) da Sta Casa em 1912. Idem em 1915. Idem em 1917. Funcionário da Sta Casa – Médico efetivo do serviço sanitário. Nomeado em 1º de Março de 1897.
27	Manoel Gonçalves Carneiro	Diplomado Irmão em 22.08.1903, aos 33 anos. Irmão Benemérito em 22.09.1949. Médico 1º Adjunto da Enfermaria Clínica Pediátrica (1ª Sessão) da Sta Casa em 1898. Idem em 1900. (Idem em 1903). Idem no ano de 1907. Idem em 1909. Idem em 1912. Idem do Dispensário de Crianças, mesma titulação, local e data (1898) , Idem em 1900 (é adjunto, não sei se primeiro) Idem em 1903. Idem em 1907. Idem em 1909. Idem em 1912.
28	Manuel Velho Py	Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens da Sta Casa (5ª Seção) em 1907. Idem em 1909. Idem em 1912. Irmão Benemérito da Santa Casa em 12/07/1923
29	Mario Bernd	Diplomado Irmão em 1943. Admitido gratuitamente. Diretor do Consultório – Cirurgia de Homens da Sta Casa em 1927
30	Mario Ribeiro Totta	Diplomado Irmão em 19.01.1909, aos 34 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benemérito em 30.11.1936. Interno da Enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) da Sta Casa em 1903. Médico adjunto do “Consultório de Adultos” da Sta Casa em 1907. Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Ginecológica e Obstétrica (6ª Seção) em 1909. Idem em 1912. (1º adjunto). Idem em 1917. Idem em 1918. Médico 3º adjunto da “6ª Enfermaria – Partos ginecologia e cirurgia geral de mulheres” em 1919, que é o novo nome da antiga 6ª Seção. Idem em 1921, já com a enfermaria tendo o adendo do nome de seu diretor “Serapião Mariante”. Médico adjunto interino dessa enfermaria em 1924. Diretor da 18ª Enfermaria – Maternidade em 1927. Eleito como Suplente de Mesário para o triênio 1925-1927. Idem 1928-1930. Idem 1931-1933. Diplomado como Irmão da Sta Casa em 1909.
31	Moysés Alves de Menezes	Diplomado Irmão em 1909, aos 30 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benemérito em 30.11.1936. Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens (5ª Seção) da Sta Casa em 1907. Médico diretor da Enfermaria 2ª Clínica Médica de Mulheres (16ª Seção) da Sta Casa em 1907.

		Médico adjunto da Enfermaria 1ª Clínica Ginecológica e Obstétrica (6ª Seção) em 1909. Idem em 1912. (2º adjunto). Idem em 1915 (1º adjunto). Idem em 1917. Idem em 1918. Continua sendo médico 1º adjunto desse local que passa a se chamar “6ª Enfermaria – Partos ginecologia e cirurgia geral de mulheres” em 1919. Idem em 1921, já com a enfermaria tendo o adendo no nome do seu diretor, “Serapião Mariante”. Idem em 1924. Idem em 1927.
32	Ney Costa Cabral	Diplomado Irmão em 05.12.1925, aos 30 anos. Admitido gratuitamente. Médico adjunto da 14ª Enfermaria - Sífilis e Moléstias de Pele – em 1918. Idem em 1919. Idem em 1921. Idem em 1924. Idem em 1927, como diretor em 1927.
33	Octavio Lisboa de Souza	Diplomado como Irmão em 22.08.1903, aos 27 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor. Médico adjunto da Enfermaria Clínica Pediátrica (1ª seção) da Sta Casa em 1903. Idem para o dispensário de crianças da Sta Casa em 1903. Médico adjunto do Consultório de Adultos da Sta Casa em 1900. Médico adjunto da enfermaria 1ª Clínica Cirúrgica de Homens (4ª Seção) em 1907. Diretor da Enfermaria 3ª clínica Médica de Homens (9ª Seção) em 1909. Idem em 1912. Idem em 1915. Diretor da Enfermaria 2ª clínica Médica de Homens (9ª Seção) em 1917 (virou 2ª Clínica ao invés de 3ª a nona seção, pelo visto). Idem em 1918. Em 1919 esse local passa a se chamar Enfermaria Medicina de Homens (9ª Seção), e Octavio continua como diretor. Idem em 1921. Idem em 1924, quando esse local já se chama Enfermaria “Octavio de Souza” – Medicina de Homens. Idem 1927. Eleito como suplente do Vice-Provedor para o triênio 1925-1927.
34	Oddone Frederico Marsiaj	Médico adjunto extranumerário da 18ª Enfermaria – Maternidade em 1927.
35	Olympio Olinto de Oliveira	Diplomado como Irmão em 18.08.1891, aos 25 anos. Irmão Benemérito em 1924. Diretor da Enfermaria Clínica Pediátrica – 1ª Sessão da Sta Casa em 1898 (Idem em 1903). Idem em 1907. Idem em 1909. Idem em 1912. Diretor do Dispensário de Crianças da Sta Casa em 1898. Idem em 1900. Idem em 1903. Idem em 1907. Idem em 1909. Idem em 1912.
36	Oscar Bernardo Pereira	Diplomado Irmão em 12.04.1943, aos 41 anos.
37	Protasio Antonio Alves	Irmão Benemérito. Provedor Interino da Santa Casa de Misericórdia de POA em 1891. Diretor da Enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) da Sta Casa em 1898. Idem em 1900. Idem em 1903. Idem em 1907. Diretor da Enfermaria 2ª Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) em 1909. Idem em 1912. Idem em 1915. Diretor da Enfermaria 2ª Clínica Ginecológica Obstétrica e Cirúrgica de

		Mulheres (7ª Seção) em 1917. Idem em 1918. Esse local muda de nome para “7ª Enfermaria – Partos, Ginecologia e Cirurgia Geral de Mulheres” em 1919, na qual ele continua sendo diretor, embora licenciado. Idem em 1921, quando a Enfermaria já possui seu nome no título. Idem em 1924.
38	Ramiro Fortes de Barcellos	Irmão Benemérito. Provedor da Santa Casa de Porto Alegre entre 1890-1891.
39	Raul Franco di Primio	Enf. 2ª classe: interino, 1924-1925 28ª Enf. Isolamento: diretor, 1931-1939 .
40	Ricardo Pereira Machado	Diplomado irmão em 22.08.1903, aos 31 anos. Admitido gratuitamente. Médico adjunto da enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) em 1900. Idem em 1903. Idem em 1907. Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) em 1909 Idem em 1912 (2º adjunto). Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Ginecológica Obstétrica e Cirúrgica de Mulheres (7ª Seção) em 1917. Idem em 1918. Esse local muda de nome para “7ª Enfermaria – Partos, Ginecologia e Cirurgia Geral de Mulheres” em 1919, na qual ele é médico 2º adjunto. Nesse ano (1919) está licenciado. Em 1921, consta como médico 1º adjunto, quando a enfermaria já possui em sua denominação o adendo do nome de seu diretor “Protasio Alves”. Idem em 1924.
41	Rodolpho Machado Masson	Diplomado Irmão em 09.02.1909, aos 28 anos. Admitido gratuitamente. Irmão Benfeitor. Interno da Enfermaria 1ª Clínica Cirúrgica de Homens (4ª Seção) em 1903. Diretor da Enfermaria 5ª Clínica Médica de Homens (18ª Seção) em 1907. Diretor do Consultório de Adultos da Sta Casa em 1909. Idem em 1912. Diplomado como irmão da Sta Casa em 1909.
42	Sebastião Affonso de Leão	Médico 2º adjunto da 16ª Enfermaria – Clínica de Moléstias Nervosas da Sta Casa em 1924.
43	Serapião Henrique Mariante	Diplomado Irmão em 18.08.1891, aos 29 anos. Escolhido para ser Irmão Mesário do triênio 1901-1903. Escolhido para ser Irmão Mesário para a o período a se iniciar em 1904 Escolhido para ser Mordomo do Hospital no triênio 1901-1903. Escolhido para ser Mordomo do Hospital para o período a se iniciar em 1904 Diretor da Enfermaria Clínica Cirúrgica da Brigada Militar (9ª Seção) da Sta Casa em 1898. e Diretor da Enfermaria Clínica Médica da Brigada Militar (10ª seção), idem. Idem para essas duas enfermarias em 1900. Idem em 1903. Exercia o cargo de Mordomo do Hospital Sta Casa em 1903. Diretor da Enfermaria 1ª Clínica Ginecológica e Obstétrica (6ª Seção) em 1909. Idem em 1912. Idem em 1915. Idem em 1917. Idem em 1918. Esta muda de nome para “6ª Enfermaria – Partos ginecologia e cirurgia geral de mulheres” em 1919, na qual ele continua sendo diretor. Em

		<p>1921, ele continua sendo o diretor, já com o adendo Enfermaria “Serapião Mariante” em seu nome. Idem em 1924. Idem em 1927.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria Clínica Ginecológica e Obstétrica (7ª Seção) em 1907. Idem em 1909. Idem em 1912. (1º adjunto). Idem em 1915. Idem em 1917, sendo Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Ginecológica Obstétrica e Cirúrgica de Mulheres (7ª Seção). Idem em 1918. Esse local muda de nome para “7ª Enfermaria – Partos, Ginecologia e Cirurgia Geral de Mulheres” em 1919, na qual ele continua sendo médico 1º adjunto. Em 1927 ele aparece como diretor dessa enfermaria.</p> <p>Diretor do Consultório de Ginecologia e Cirurgia Geral de Mulheres em 1924. Idem em 1927.</p>
44	Thomaz Laranjeira Mariante	<p>Diplomado Irmão em 31.12.1918, aos 27 anos. Admitido gratuitamente.</p> <p>Irmão Benfeitor em 30.11.1936.</p> <p>Médico adjunto da 2ª Clínica Médica de Homens (9ª Seção) em 1917. Idem em 1918.</p> <p>Em 1919 esse local passa a se chamar Enfermaria Medicina de Homens (9ª Seção), e Thomaz continua é médico 1º Adjunto. Idem em 1921. Idem em 1924, quando esse local já se chama Enfermaria “Octavio de Souza” – Medicina de Homens, levando o nome de seu diretor daquela época.</p>
45	Tristão de Oliveira Torres	<p>Diplomado Irmão em 31.12.(?), aos 36 anos. Admitido gratuitamente.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria 2ª Clínica Cirúrgica de Homens (5ª Seção) da Sta Casa em 1912.</p> <p>Diretor da Enfermaria de Pacientes em tratamento no Instituto Pasteur em 1918.</p> <p>Diplomado Irmão da Sta Casa em 1918.</p>
46	Ulysses Pereira Nonohay	<p>Diplomado Irmão em 31.12.1918., aos 36 anos. Admitido gratuitamente.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria 4ª Clínica Médica de Homens (17ª Seção) da Sta Casa em 1912.</p> <p>Médico adjunto da Enfermaria Sífilis e Moléstias da Pele (14ª Seção) em 1917. Idem em 1918. Em 1919, ele passa a ser diretor dessa enfermaria. Idem em 1921. Idem em 1924.</p> <p>Diplomado Irmão da Sta Casa em 1918.</p>
47	Victor de Britto	<p>Irmão Benfeitor.</p> <p>Diretor da Enfermaria de Clínica Oftamológica (2ª Sessão) da Sta Casa em 1898. Idem em 1900. Idem em 1903. Idem em 1907. Idem em 1909.</p> <p>Diretor da Enfermaria de Clínica Oftamológica e Otorrina-Laringologia (2ª Sessão) da Sta Casa em 1912. Idem em 1915. Idem em 1917. Idem em 1918, quando passou a constar seu nome junto ao nome da Enfermaria.</p> <p>Funcionário da Sta Casa – Diretor do Serviço Sanitário – Nomeado em 22 de Janeiro de 1916. Provedor da Santa Casa de Misericórdia para o triênio 1919-1921. Provedor da Sta Casa para o triênio 1922-1924.</p>

	Diretor da Enfermaria “Dr. Victor de Britto” – Moléstias de Olhos, Ouidos, Nariz e Garganta em 1919. Idem em 1921. Idem em 1924.
--	--

**ANEXO IV – CARGOS DOS MÉDICOS NA FMPA<sup>474</sup>**

	<b>Nome</b>	<b>Cargos e Funções</b>
1	Antonio Carlos Penafiel	Lente Substituto da 3ª Seção (14.11.1905); Catedrático de Doenças Venéreas (1907).
2	Alberto de Souza	Lente Substituto 4ª Seção (25.08.1913) Desde 1917, ao menos, é Lente Catedrático de Fisiologia
3	Alvaro Fróes da Fonseca	Catedrático de Clínica Oftalmológica e Doenças Respiratórias
4	Argymiro Chaves Galvao	Consta como Lente Catedrático de Anatomia 3ª parte em 26.12.1925.
5	Arthur Benigno de Castilho	Lente Catedrático (1899) de Química Experimental 2ª parte
6	Arthur Franco de Souza	Lente Substituto (1899)
7	Aurélio de Lima Py Filho	Lente com ingresso em 31.03.1908 Desde, 1917, ao menos é Lente Catedrático. Catedrático de Propedêutica, 1908-1918; Catedrático de Clínica Médica, 1919-1943; Vice-diretor, 1914; 1916
8	Ayres Maciel	Lente Substituto 3ª Sessão (1904)
9	Basil Sefton	Docente Livre (03.12.1925) - Medicina Tropical Lente Catedrático (31.03.1928) Catedrático, 1927-1943
10	Bruno Attilio Marsiaj	Docente-Livre (23.10.1929) – Anatomia Humana Livre-Docente de Anatomia, 1929-1943; Catedrático interino de Anatomia, 1940-41
11	Carlos Augusto Wallau	Lente Catedrático de Clínica Cirúrgica 2ª Parte (1899)
12	Carlos Frederico Nabuco	Lente Fundador (1898), mas não parece ter ministrado disciplinas na Faculdade.
13	Coradino Lupi Duarte	Lente Substituto da 6ª Seção – Patologia Geral (1929)
14	Dioclécio Sertório Pereira	Lente-Fundador e Catedrático de Doenças Tropicais 2ª parte (1898)
15	Diogo Alvares Fortuna	Lente Catedrático de Microbiologia (1899)
16	Diogo Martins Ferraz	Lente-Fundador e Catedrático (1898) Professor Emérito (1942)
17	Eduardo Sarmiento Leite	Lente Catedrático de Clínica Cirúrgica (1899)
18	Eduardo Sarmiento Leite Filho	Ingressa como lente 06.12.1920, ano que consta como substituto. Em 1931, consta como catedrático de Doenças Tropicais 1ª Parte.
19	Elyseu Paglioli	Docente-Livre (23.10.1929) – Anatomia Humana Livre-docente de Clínica Obstétrica, 1925-39; de Anatomia, 1929-1939; de Propedêutica Cirúrgica, 1936-1938; Catedrático interino, 1928-1929; Catedrático, 1939-1943 Professor Emérito, 1974

<sup>474</sup> Fonte: HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Op. cit. (lista de formandos; lista de docentes); *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit., p. 477-582. *Relatórios da FMPA*. Anos diversos (1915-1920).

20	Ervino Carlos Presser	Docente-Livre (29.11.1925) - Técnica Operatória e Cirurgia Experimental
21	Fabio Nascimento Barros	Lente Catedrático de fisiologia 2ª parte, ao menos desde 02.03.1908. Catedrático de Fisiologia, 1908-1925; Catedrático de Clínica Cirúrgica, 1926-1943
22	Felicíssimo Difini	Docente-Livre (24.10.1929) - Química Fisiológica
23	Fernando de Freitas e Castro	Ingressou como lente em 31.07.1915. Em 1918, ao menos, consta como substituto. Em 1926, consta como catedrático.
24	Florêncio Ygartua	Docente-Livre (28.11.1925) – Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil Livre-docente de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, 1925-1941
25	Francisco Dias de Castro	Lente Catedrático (1899)
26	Francisco Freire de Figueiredo	Professor substituto da disciplina de clínica obstétrica (1899). Lente catedrático desde 1905 (Ata n. 74 de 23.12.1908) de obstetrícia
27	Frederico Guilherme Falk	Professor substituto da cadeira de “operações e aparelhos” (1903). Lente catedrático de operações e aparelhos, aos menos desde 02.03.1908
28	Heitor Annes Dias	Ingressou na faculdade como lente em 07.03.1908. É lente catedrático, aos menos, desde 1918.  Catedrático de Clínica Médica 1907-1932; Catedrático de Anatomia,, 1920-1932
29	Ivo Corrêa Meyer	Docente-Livre (05.09.1931) – Clínica Oftalmológica Professor Emérito, 1968
30	Jacinto Luiz Gomes	Lente Catedrático de Farmacologia (1899)
31	João Adolfo Josetti (Filho)	Lente (1899) Lente Catedrático de clínica cirúrgica, ao menos desde 02.03.1908.
32	João Marques Pereira	Designado para Lente de anatomia e fisiologia patológica em 06.03.1906.  Lente catedrático de histologia ao menos desde 02.03.1908.
33	João Dias Campos	Lente fundador e catedrático (1898)
34	José Carlos Ferreira	Lente Catedrático (1899)
35	José Luiz Guedes	Lente Catedrático (30.04.1917)
36	José Primo de Seixas	Lente Catedrático de Clínica Cirúrgica 2ª Parte (1899)
37	Luiz Guerra Blessmann	Ingressa na faculdade em 28.08.1918 ano que consta como substituto. Em 1923, consta como catedrático. Catedrático da 2ª Clínica Cirúrgica, 1918-43; Diretor, 1935-1938 e 1944-1956; Professor Emérito, 1960
38	Luiz Nicolau Masson	Lente interino (31.03.1903) Lente Catedrático de clínica médica- 1ª cadeira, ao menos desde 02.03.1908; Catedrático de Fisiologia (1903-1920).
39	Luiz Nogueira Flores	Lente Substituto 19.11.1906 Consta como lente catedrático em 1918. Professor Emérito (1942)
40	Manoel Gonçalves Carneiro	Lente Catedrático de Pediatria (1899) Professor Emérito (1942)

41	Manoel José Pereira Filho	Ingressa como lente em 10.01.1919, ano que consta como catedrático. Professor Emérito, 1960
42	Manuel Velho Py	Ingressa como lente em 07.03.1908. Em 1918, aos menos, consta como lente catedrático de Clínica Oftamológica e Doenças Respiratórias
43	Mario Bernd	Docente-Livre (24.10.1929) – Catedrático de Pediatria Livre-docente de Química Fisiológica, 1929-38 Catedrático, 1939-1943
44	Mario de Castro Bittencourt	Lente substituto da cadeira de Fisiologia – 1ª parte, ao menos desde 02.03.1908.
45	Mario Ribeiro Totta	Ingressa como lente em 11.04.1908. Em 1918, consta como catedrático Catedrático de Clínica Obstétrica, 1908-42, Professor Emérito, 1942
46	Martim Gomes	Ingressa como lente em 25.08.1917, ano que consta como substituto. Em 1924, consta como catedrático Professor Emérito, 1960
47	Modesto José de Souza	Provavelmente lente em 1899
48	Moysés Alves de Menezes	Lente Substituto de Anatomia Descritiva 2ª cadeira, aos menos desde 02.03.1908 Mas depois se torna catedrático... Catedrático de Anatomia, 1917-1939
49	Ney Costa Cabral	Ingressa como lente em 26.05.1919, ano que consta como catedrático
50	Octavio Lisboa de Souza	Lente Substituto da 9ª Seção (28.02.1903) Lente catedrático de clínica médica 2ª cadeira, ao menos desde 02.03.1908 Catedrático de Doenças Venéreas Vice-diretor, 1912-13; Diretor, 1914
51	Oddone Frederico Marsiaj	Docente-Livre (17.09.1931) – Clínica Obstétrica
52	Olympio Olinto de Oliveira	Lente Catedrático de Pediatria (1899) Professor Emérito, 1942.
53	Oscar Bernardo Pereira	Docente-Livre (20.10.1926) – Microbiologia
54	Paulo Arlei Lompa	Docente Livre (1932) – Operações e Aparelhos
55	Protasio Antonio Alves	Lente Fundador e Catedrático de Clínica Obstétrica I (1898); Diretor (1898-1907).
56	Raimundo Gonçalves Viana	Ingressa como lente 27.04.1908. Em 1918, consta como catedrático. Professor Emérito, 1942.
57	Ramiro Fortes de Barcellos	Lente Substituto da 3ª Seção (31.03.1902); Catedrático de Propedêutica (1903).
58	Raul Bittencourt	Docente-Livre (25.12.1925) – Clínica Psiquiátrica
59	Raul Franco di Primio	Docente Livre (29.11.1925) – Biologia Geral e Parasitologia Livre-docente de Parasitologia, 1925-1938; Catedrático de Parasitologia, 1939-1942 Professor Emérito, 1968
60	Raul Zenari Pilla	Docente-Livre (09.12.1925) Lente Catedrático (13.11.1926) Livre-docente e interino, 1924-1926; Catedrático de Fisiologia, 1926-1943
61	Ricardo Pereira Machado	Lente Catedrático (1899)
62	Rodolpho Machado Masson	Lente substituto da 11ª Seção (29.02.1904) Lente catedrático de Pathologia Medica, ao menos desde 02.03.1908.

63	Sebastião Affonso de Leão	Lente Fundador e Catedrático de Fisiologia (1898)
64	Serapião Henrique Mariante	Lente Fundador e Catedrático de Anatomia (1898) Professor Emérito, 1942.
65	Thomaz Laranjeira Mariante	Ingressa como lente em 26.03.1919, ano que consta como catedrático. Catedrático de Clínica Médica, 1919-1943 Professor Emérito, 1973
66	Ulysses Pereira Nonohay	Ingressa como lente em 14.11.1908. Em 1918, consta como Catedrático de Microbiologia.
67	Tristão de Oliveira Torres	Lente Catedrático de Clínica Doenças Respiratórias (1899)
68	Victor de Britto	Lente Fundador (1898). Catedrático de Clínica Oftalmológica
69	Walter Hugo Castilho	Lente (25.03.1928)

ANEXO V – PROFESSORES DA FMPA- PARTICIPAÇÃO EM INSTITUIÇÕES  
CULTURAIS<sup>475</sup>

	Nome	Instituição Cultural
1	Alberto de Souza	Associação Cultural Bailante Jocotó
2	Antonio Carlos Penafiel	Associação Cívico Cultural Republicana
3	Arthur Franco de Souza	Clube Haydn
4	Aurélio de Lima Py	Centro Cultural 25 de Julho
5	Diogo Ferraz	Sociedade Literária José de Alencar
6	Fabio Barros	Academia Rio-Grandense de Letras
7	Fernando de Freitas e Castro	Clube Haydn
8	Francisco Freire de Figueiredo	Clube Literário Vasco da Gama
9	Frederico Guilherme Falk	Associação Círculo Cultural e Esportivo 14 de Julho
10	Heitor Annes Dias	Centro Literário Olavo Bilac
11	Jacy Carneiro Monteiro	Centro Literário Porto Alegre
12	Jacinto Luiz Gomes	Clube dos Poetas Republicanos
13	João Adolpho Josetti	Academia Rio-Grandense de Letras
14	João Dias Campos	Centro Cultural Dante Alighieri
15	Luiz José Guedes	Clube Haydn
16	Luiz Nicolau Masson	Clube Porto-Alegrense Música Clássica
17	Manoel Gonçalves Carneiro	Sociedade Literária José de Alencar
18	Manoel Velho Py	Sociedade Literária José de Alencar
19	Mario Ribeiro Totta,	Academia Rio-Grandense de Letras
20	Ney Cabral	Centro Literário Porto Alegre
21	Olympio Olinto de Oliveira	Academia Rio-Grandense de Letras/ Clube Haydn
22	Raul Bittencourt	Academia Rio-Grandense de Letras
23	Thomaz Laranjeira Mariante	Centro Literário Porto Alegre
24	Tristão de Oliveira Torres	Sociedade Cultural e Bailante Imperial
25	Ulysses Pereira Nonohay	Clube de Literatura e Música Santa Cecília

<sup>475</sup> Bibliografia consultada: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*: Porto Alegre: UFRGS, 1978. *Panteão Médico Rio-Grandense*: síntese histórica e cultural. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943. CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2006. *Panteão Médico Rio-Grandense*: síntese histórica e cultural. Op. cit.

ANEXO VI - PROFESSORES DA FMPA – PUBLICAÇÕES MÉDICAS<sup>476</sup>

	Nome	Publicações
1	Alberto de Souza	Especialização em Cirurgia Obstétrica em Viena, 1911. Progressos da cirurgia In: <i>Panteão Médico RioGrandense</i> , Ibid. Cirurgia nos principais centros europeus, estudo crítico, Anais da Soc. de Med. de P. Alegre, P. Alegre, 1912. <i>O Dever das Mães Modernas</i> , conferência pelo rádio República, Porto Alegre, 1936.
2	Alvaro Fróes da Fonseca	Variações sobre a Infância. <i>Revista O Aprendiz</i> . Porto Alegre, v. 4, n. 5, 1925. Educação Física como Promotora da Saúde. Ibid., v. 5, n. 7, 1926.
3	Argymiro Chaves Galvao	Arritmias, Estado Atual, Aula Magna da Fac. de Medicina (1928) <i>Relatório da FMPA referente a 1928</i> . Porto Alegre, 1919. Inspeção Médica Escolar - Tese no Congresso das Municipalidades, 1929.
4	Aurelio de Lima Py	Alcoolismo do Ponto de Vista Social <i>Revista Brazil Medico</i> , Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1908. Ensino Primário, Secundário e Superior da República, discurso à Assembléia de Representantes do RS, 1927. Exercício Ilegal da Medicina no Rio Grande do Sul 1937. <i>Arquivos Riograndenses de Medicina (ARGSM)</i> . Porto Alegre, v. 5, n. 2, 1937.
5	Basil Sefton	Corpos nas Cavidades do Corpo Humano. <i>Revista Microscópio</i> . Bahia, n. 28, 1931. Martirológio de Paciente Atacado Quatro Vezes pelo Treponema Pálido de Schaudin., <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . Porto Alegre, v. 3, n. 12, 1930. Um Novo Tratamento Cirúrgico Para o Tratamento da Epilepsia, de Lewandowski. Ibid., v. 5, n. 14, 1932.
6	Bruno Attilio Marsiaj	O Futuro Hospital da Assistência Pública de Porto Alegre. Ensino Médico e Exames por Decreto, apresentação no Congresso Sindicalista Brasileiro 1933. Particularidades e Frequência do Cancro entre nós. <i>Anais da Academia Nacional de Medicina (AANM)</i> . Rio de Janeiro, n. 78, 1934.
7	Carlos Frederico Augusto Wallau	<i>Um Caso Teratológico Raríssimo</i> . Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1912. Massagem Direta do Coração na Síncope Cardíaca. <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . Porto Alegre, v. 1, n. 4, 1915. Um Pouco de Cirurgia Gástrica. Pós-Operatórios. <i>AANM</i> . Rio de Janeiro, n. 5, 1916.
8	Diogo Ferraz	O valor da observação e do raciocínio na arte médica, <i>Revista de Medicina do RS</i> . P. Alegre, v.1, n.1, ago./set. 1911. Qual a

<sup>476</sup> *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. Op. cit.; SOUZA, Blau (org.). *Médicos (Pr)escrevem 7: vidas e obras*. Porto Alegre: AGE; AMIRGS; Simers, 2001; *Archivos Riograndenses de Medicina*. Porto Alegre, 1920-1939. Sobre as publicações, também foi consultado: *Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://sabix.ufrgs.br>, acesso em agosto de 2008.

		Oportunidade Operatória de Algumas Afecções Cirúrgicas Correntes, nas Doenças Congênitas da Infância?, <i>Ibid.</i> v.4, n.3, ago./set., 1914. <i>O Cirurgião, um Artista</i> . Porto Alegre: Livraria do Globo, 1910.
9	Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca	O Tratamento Cirúrgico da Oclusão Intestinal. <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . P. Alegre, v. 1, n, 3, 1915. Anomalias Congênitas. <i>Ibid.</i> , v.2, n. 4, 1916. Anatomia e Embriologia do Encéfalo. <i>Ibid.</i> , v. 3, n. 5, 1917.
10	Eduardo Sarmiento Leite Filho	Laurea Acadêmica; Encefalite Letárgica. <i>AANM</i> . Rio de Janeiro, n. 82, 1936. Faceta joco-séria da medicina silvestre. <i>Revista Brazil Médico</i> . v.1, n.5, maio/jun. 1945. Sanitaristas improvisados. <i>Ibid.</i> , v.3, n.2, fev. 1946.
11	Elyseu Paglioli	Evolução da Neurocirurgia. In: CICCORINI. Antônio. <i>Progresso da Cirurgia</i> . São Paulo: Ed. Progresso, 1943. Discurso, na homenagem por sua aposentadoria na cátedra, na Fac. de Med. da UFRGS, a 20 maio 1968. <i>Correio do Povo</i> , P. Alegre, 28/05/1968. Viagem de Estudos à Europa no ano de 1931, Conferência na Soc. de Med. de P. Alegre, <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v. 4, n. 5, 1931. Caminhos da Neurocirurgia. <i>AANM</i> . Rio de Janeiro, n. 89, 1933.
12	Fabio Nascimento Barros	Especialização; Contribuição ao Estado dos Fermentos Lácticos e sua Aplicação nas Perturbações Digestivas do Lactente. <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v. 3, n. 5, 1923. Pela Infância, problemas de alimentação. <i>Ibid.</i> , v. 4, n. 6, 1924.
13	Felicissimo Difini	Formação da consciência sanitária no Rio Grande do Sul. In: <i>Panteão Médico Rio-Grandense</i> , <i>Ibid.</i> Etiologia, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, série de conferências na Soc. de Med. de P. Alegre. <i>ARGSM</i> . Porto Alegre, v. 4., n. 5, 1937.
14	Fernando de Freitas e Castro	Considerações em Torno do Problema da Reorganização Sanitária do Estado do Rio Grande do Sul. <i>Arquivos do DES do RS</i> . P. Alegre, n. 6, 1946.
15	Fernando de Paula Esteves	Tratado de Higiene, Rio de Janeiro: <i>AANM</i> , n. 34, 1923. Influência dos Progressos da Dietética na Mortalidade Infantil. <i>Ibid.</i> , n. 39, 1924. A Evolução da Moda Feminina em Paralelo com as idéias de Descendência Simiesca do Homem. <i>Ibid.</i> , n. 45, 1926.
16	Florencio Ygartua	As Principais Causas da Mortalidade Infantil. <i>Revista dos Cursos da FMPA (RCFMPA)</i> . Porto Alegre, v. 4, n. 6, 1928. As Crianças que Sofrem: o Alcoolismo e a Infância, conferência. Rio de Janeiro: <i>AANM</i> , n. 68, 1930. Breviário da Saúde, conselhos de medicina, <i>Ibid.</i> , 1939.
17	Heitor Annes Dias	Especialização, O Estado Atual da Anestesia Raquidiana, de Bier, 1910 Os progressos da Medicina e a atitude moral do médico através do tempo”, <i>Revista Brasileira de Medicina</i> . Rio de

		Janeiro, v.4, n.5, 1917; . Relações da Ciência com a Revelação, ibid, 1916.
18	Ivo Correa Meyer (1931)	Alterações maculares na hipertensão arterial: aspectos oftalmológicos. <i>Anais do Cinquentenário da Fac. de Med. de P. Alegre</i> . P. Alegre, v.2, 1951. Pigmentação ou melamose da papila, Ibid, v.5, n.2, jul/dez. 1944. Profilaxia do tracoma. In: Panteão Médico Rio-Grandense. Op. cit.
19	Luis Francisco Guerra Blessmann	Especialização; Conceito da profilaxia do tracoma...”, RCFMPA. Porto Alegre, v. 5, n.27, jan./mar. 1928. Orientação geral e terapêutica do tracoma. Ibid, v. 3. n.30 jan./mar. 1929.
20	Luiz José Guedes	Sexualidade e psiconeuroses. RCFMPA, v. 4, n. 25, 1927. Elogio da Medicina. Ibid, v. 5, n. 30, 1928.
21	Luiz Nicolau Masson	A Origem Simiesca do Homem. Petrópolis: Editora Fluminense, 1910. Química Geológica do Cálcio Sul-Rio-Grandense. <i>AANM</i> . Rio de Janeiro, n. 45, 1912.
22	Luiz Osório Nogueira Flores	In Memoriam dos mestres da cirurgia especializada, <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v. 4, n. 27, 1937. Novos rumos dados à cirurgia infantil com o advento dos raios Röntgen. Ibid, v. 5, n. 31, 1937. Um caso de granuloma ulceroso tropical. Ibid, v. 5, n. 32, 1941.
23	Mario Ribeiro Totta	<i>O Médico em Casa</i> : conselhos de Higiene e Medicina, P. Alegre: Globo, 1939. <i>Medicina em Pílulas</i> , coletânea de artigos (antes publicados no <i>Correio do Povo</i> ). P. Alegre: Globo, 1941. <i>Medicina para todos - Conselhos de higiene</i> Porto Alegre: Globo, 1931. Um bocado de história: os primeiros passos dentro da Faculdade. <i>Anais da Fac. de Med. de P. Alegre</i> . P. Alegre, v.1, n.1, jul./set. 1938.
24	Manoel José Pereira Filho	<i>Novas Diretrizes na Campanha Nacional Contra a Tuberculose</i> , Rio de Janeiro: Gráf. Sauer, 1951. “Os fungos e a blastomicose dos índios do Alto Xingu”, <i>Revista de Medicina do RS</i> . P. Alegre, n.79, set./out. 1957. Diagnóstico biológico do surto de botulismo humano no Pronto Socorro de Porto Alegre, <i>Medicina e Cirurgia</i> Ibid. v.19, n.2, maio/ago. 1958.
25	Mario Bernd	<i>A Casa do Médico</i> . Porto Alegre: Ed. Central, 1933. <i>Higiene Moderna de Matadouros e Charqueadas</i> . Cruz Alta: Ed. Republicana, 1933. <i>Estudo Biológico da Família</i> . Rio Grande: Marmodeus, 1934. <i>A Geração Equívoca</i> , conferência, <i>ARGSM</i> . v. 4, n. 14, 1937. <i>Protásio Alves: Médico, Professor e Político</i> . Ibid. v. 12, n. 74, ago. 1951.
26	Martim Gomes	Fetichismo Terapêutico e a Medicina Moderna. <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . v 3, n. 6, 1920. O médico como doente: a minha Influenza espanhola. <i>Revista Brasileira de Medicina, Rio de Janeiro</i> , v.5, n.7, jul. 1945; Anomalias Congênitas. Ibid. v1, n. 4, abr. 1940.
27	Moysés Alves de Menezes	O Som no Tratamento da Surdez, tese de doutoramento, P.

		Alegre, 1916; Elogio do Sacrifício Médico, <i>ARGSM</i> . v. 2, n. 9, jun. 1925.
28	Ney Cabral	Física Médica, P. Alegre, Globo, 1935. Ruy e a Medicina, estudo, P. Alegre, Globo. Ultra-sons. <i>Anais Científicos</i> , S. Paulo, v. 14, n. 66, 1957.
29	Oddone Eugenio Frederico Marsiaj	Prêmio Miguel Couto; Da Correlação das Funções. <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . v.1, n. 3, 1915. <i>Palestras médicas</i> . P. Alegre: Globo, 1939. Funções da Linguagem. <i>AANM</i> . Rio de Janeiro, n. 58, 1936.
30	Olympio Olinto de Oliveira	O Sindicalismo e as Velhas Idéias, P. Alegre: <i>Anais do 1º Congresso Médico Sindicalista</i> , 1921. O Problema da Saúde dos Nossos Filhos. P. Alegre: Globo, 1925. Um Grande Apelo em Favor da Criança Brasileira. In: <i>Relatório do Departamento Nacional da Criança</i> . Rio de Janeiro, 1939. <i>A Proteção à Infância e o Departamento Nacional da Criança</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. A Proteção à Infância em Alguns Países da Europa, <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . P. Alegre. v. 2, n. 5, 1916. <i>A Casa da Criança</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
31	Oscar Bernardo Pereira	Sendo aprovado com distinção e ganhando medalha de ouro e o Prêmio Oswaldo Cruz, No ano de 1924, estagiou no Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, Rio de Janeiro. Dr. Sebastião de Leão (necrológico). <i>Almanaque Popular Brasileiro</i> . Pelotas: [s/n], 1934.
32	Protásio Antonio Alves	Especialização Sua especialização se deu na área de cirurgia, obstetrícia, vias urinárias e laringe, tendo estudado nos hospitais de Paris e Viena. Estudou na França com Auguste Nelaton, o mesmo que criou a famosa sonda uretral até hoje em uso. Buscou também a experiência de Jules Tillaux, cirurgião francês, nascido em 1834; Cavacos médicos. <i>AANM</i> . Rio de Janeiro, n. 34, jul. 1900.
33	Raul J. Bittencourt	Drusas da papila. <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v.5, n.2, jul/dez. 1944. Varicosidades da papila. <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v.6, n.5, jul./dez. 1945.
34	Raul Pilla	Concepção Fisiológica da Medicina, P. Alegre, 1938. “Vultos da medicina rio-grandense. In: Panteão Médico Rio-Grandense, Op. cit., <i>Palavras de um Professor</i> . Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. “Microscópio”, coluna periódica no Correio do Povo, P. Alegre, desde 1928. <i>Correio do Povo</i> , Porto Alegre, 1928-1938.
35	Sebastião Leão	<i>Da Intervenção Operatória nos Traumatismos do Cérebro e da Medula</i> . Rio de Janeiro: Tipografia. F. Reynaud, 1888. <i>Subsídios Para o Estudo Clínico da Neurastenia</i> - Memória Científica, premiada pelo Círculo Médico Argentino. Buenos Aires, 1893. A Criminologia Moderna, In: <i>Relatório da Secretaria do Interior do</i>

		RS. P. Alegre, [s/n], 1897.
36	Raul Moreira	O Princípio Vital. <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v. 3, n. 5, 1937. Crítica do Energetismo. <i>Ibid.</i> v. 4, n. 7, 1938. Células Artificiais, <i>Ibid.</i> v. 5, n.10, 1939.
37	Thomaz Laranjeira Mariante	Láurea Acadêmica (1915) O Serviço de Cirurgia da Brigada Militar, <i>Revista dos Cursos da FMPA</i> . P. Alegre, v. 11, n. 68, 1927. O Serviço Médico e Antropológico da Casa de Correção de Porto Alegre. <i>ARGSM</i> . P. Alegre, v.2, n.5, jul./dez.1928.
38	Victor de Britto	O tracoma no Rio Grande do Sul. <i>Correio do Povo</i> , Porto Alegre, 13/01/1903. p. 13-14. A tuberculose", <i>Ibid.</i> , a partir de 20/12/1905. "Paradoxos do gênio", <i>Ibid.</i> , 10/04/1906. <i>A Reforma do Ensino</i> : Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.